

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Projeto de Lei Orçamentária - 2010





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2010
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Mensagem Presidencial

Brasília, DF
2009

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 - Brasília, DF
Telefone: (61) 2020 2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2010:
projeto de lei orçamentária. - Brasília, 2009.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v.1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa - v. 2 Consolidação dos programas de governo - v.3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União - v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) - v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação - v.6 Orçamento de Investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento de programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2010. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2009"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Dec. n. 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Brasília - DF



Lista de Abreviaturas e Siglas.....	7
I – Resumo da Política Econômica do Governo	15
A Política Econômica do Governo no Contexto de Crise Internacional	17
Projeções Macroeconômicas para 2009 E 2010	27
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2010.....	29
A Gestão da Dívida Pública.....	38
II – Políticas Setoriais de Desenvolvimento	41
Agricultura e Agronegócio	43
Desenvolvimento Agrário	46
Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior	49
Infraestrutura Econômica.....	54
Turismo	75
Pesca e Aquicultura	76
III – Políticas Sociais	77
Pobreza e Desigualdade	79
Previdência Social	86
Assistência Social	89
Segurança Alimentar E Nutricional	92
Emprego e Renda.....	93
Educação	96
Saúde.....	101
Cultura.....	104
Esporte	107
Direitos Humanos, Cidadania, Justiça e Política Indigenista.....	109
Inclusão de Jovens.....	117
IV – Política Externa e Soberania.....	119
Relações Exteriores.....	121
Defesa	123



V – Segurança Pública	127
Segurança Pública	129
VI - Políticas de Recursos Humanos	133
Democratização das Relações do Trabalho	135
Profissionalização da Administração Pública.....	140
VII – Avaliação das Necessidades de Financiamento	143
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados	145
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais.....	152
Receita Orçamentária	155
Pessoal e Encargos Sociais – 2010	159
Sistemas Previdenciários	161
VIII - Agências Financeiras Oficiais de Fomento	167
Aplicações em Operações de Crédito.....	169
Investimentos no Ativo Imobilizado	170
ANEXO I	171
Medidas Adotadas para Controle das Despesas Primárias Correntes	173
ANEXO II	175
Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2010	177
ANEXO III	179
Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais.....	180

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS



a.a. - ao ano
ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AEHC - Alcool Etílico Hidratado Combustível
AGU - Advocacia-Geral da União
ANA - Agência Nacional de Águas
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestre
ASA - América do Sul e África
Aspa - América do Sul e Países Árabes
Assec/MP - Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento
ATS - Adicional por Tempo de Serviço
Bacen - Banco Central do Brasil
BB - Banco do Brasil
BM&F-Bovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada
Bric - Brasil, Rússia, Índia e China
Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cauc - Cadastro Único de Convênio
CBERS - Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres
CBTU - Companhia Brasileira de Transportes Urbanos
CCC - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis
CCPs - Centros Comunitários de Produção
CDTN - Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear
CEF - Caixa Econômica Federal
Ceitec - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada
CEO - Centros de Especialidades Odontológicas
Cide – Combustíveis - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público
CNPc - Conselho Nacional de Política Cultural
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Comaer - Comando da Aeronáutica
Comperj - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Consad - Conselho Nacional de Secretários de Administração
Copom - Comitê de Política Monetária do Banco Central
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores
Cras - Centros de Referência da Assistência Social
Creas - Centros de Referência Especializados de Assistência Social
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DAS - Direção e Assessoramento Superior
Denatran - Departamento Nacional de Trânsito
Depen - Departamento Penitenciário Nacional
DLSP - Dívida Líquida do Setor Público
DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
DPF - Dívida Pública Federal
DPFe - Dívida Pública Federal externa
DPMFi - Dívida Pública Mobiliária Federal interna
EAD - Projeto de Ensino a Distância
EB - Exército Brasileiro
EC - Emenda Constitucional
EDCG - Embarcações de Desembarque de Carga Geral
EJA - Educação de Jovens e Adultos
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo
Emgea - Empresa Gestora de Ativos
END - Estratégia Nacional de Defesa
EOB - Excedente Operacional Bruto
FAB - Força Aérea Brasileira
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FCPE - Funções Comissionadas do Poder Executivo
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FED - Federal Reserve
FGC - Fundo Garantidor de Crédito
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fies - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Fifa - Fédération Internationale de Football Association
FMM - Fundo da Marinha Mercante
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNHIS - Fundo de Habitação de Interesse Social
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS



FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FRGPS - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual
Floating Production Storage and Offloading - FPSO
Funai - Fundação Nacional do Índio
Funarte - Fundação Nacional de Artes
Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
GGI - Gabinetes de Gestão Integrada
GNL - Gás Natural Liquefeito
Ibas - Índia, Brasil e África do Sul
Ibram - Instituto Brasileiro de Museus
ICTs - Instituições Científicas e Tecnológicas
Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IED - Investimentos Estrangeiros Diretos
Ifets - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IGD - Índice de Gestão Descentralizada
IGP-DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
II PNPM - II Plano Nacional de Políticas para Mulheres
Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
IR - Imposto de Renda
IRPF - Imposto de Renda das Pessoas Físicas
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros
Loas - Lei Orgânica da Assistência Social
Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MB - Marinha do Brasil
MCidades - Ministério das Cidades
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MD - Ministério da Defesa
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ME - Ministério do Esporte
MF - Ministério da Fazenda
MinC - Ministério da Cultura
MJ - Ministério da Justiça
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MPes - Micro e Pequenas Empresas Exportadoras
MPF - Ministério Público Federal
MPS - Ministérios da Previdência Social
MPT - Ministério Público do Trabalho
MPU - Ministério Público da União
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MS - Ministério da Saúde
MT - Ministério dos Transportes
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MTur - Ministério do Turismo
NDCC - Navio de Desembarque de Carros de Combate
NEB - Núcleos de Esporte de Base
NFSP - Necessidade de Financiamento do Setor Público
NPa - Navios-Patrolha
Npo - Navio Polar
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Oepas - Organizações Estaduais de Pesquisa Agrícolas
ONU - Organização das Nações Unidas
p.p.- pontos percentuais
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAF - Plano Anual de Financiamento
Paif - Programa de Atenção Integral à Família
PAP - Plano Agrícola e Pecuário
PBF - Programa Bolsa Família
PBQP-H - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat
PCN - Programa Calha Norte
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDG - Programa de Dispendios Globais
PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo
PDVSA - Petróleos de Venezuela S.A.
PEA - População Economicamente Ativa
PEF - Pelotões Especiais de Fronteira
Peti - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS



PEX - Plano de Expansão da Rede de Atendimento
PGPAF - Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB - Produto Interno Bruto
PIM - Pólo Industrial de Manaus
Pisf - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional
PlanHab - Plano Nacional de Habitação
PLDO - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLO - Projeto de Lei Orçamentária
Ploa - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMC - Pesquisa Mensal do Comércio
PME - Pesquisa Mensal do Emprego
PMI - Projetos Multissetoriais Integrados
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNC - Plano Nacional de Cultura
PND - Programa Nacional de Dragagem
PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana
PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos
PNT - Plano Nacional de Turismo
PPA - Plano Plurianual
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado
PPI - Projeto-Piloto de Investimentos
Proagro - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Prodes - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas
Prodetur/NE II - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional
Proesf - Programa de Expansão do Programa Saúde da Família
Proex - Programa de Financiamento às Exportações
Profaa - Programa de Auxílio a Aeroportos
Profab - Programa de Recuperação Operacional da Força Aérea Brasileira
ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
Prosub - Programa de Desenvolvimento de Submarinos
Protejo - Proteção de Jovens em Território Vulnerável
Prouni - Programa Universidade para Todos
PSB - Proteção Social Básica



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSE - Proteção Social Especial
PSF - Saúde da Família
PSS - Plano de Seguridade do Servidor Público
Rais - Relação Anual de Informações Sociais
Renaesp - Rede de Educação a Distância para a Segurança Pública
RET - Regime Especial de Tributação
Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
RFB - Receita Federal do Brasil
RG - Registro Geral ou Cédula de Identidade
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
RHTA - Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia
Rides - Regiões Integradas de Desenvolvimento
RMV - Renda Mensal Vitalícia
Samu - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCDP - Sistema Eletrônico de Concessão de Diárias e Passagens
Seaf - Seguro da Agricultura Familiar
Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas
SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Selic - Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Seppir - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
Siass - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal Suframa - Superintendência da Zona Franca de Manaus
Sidec - Sistema de Desenvolvimento na Carreira
Sidor - Sistema Integrado de Dados Orçamentários
SIN - Sistema Interligado Nacional
Sine - Sistema Nacional de Emprego
Sipec - Sistema de Pessoal Civil
Sisan - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Sisceab - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNT - Sistema Nacional de Trânsito
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOF/MP - Secretaria de Orçamento Federal
SPE/MF - Secretaria de Política Econômica
SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
Suas - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
Susp - Sistema Único de Segurança Pública



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TAV - Trem de Alta Velocidade
TCJ - Termo de Conciliação Judicial
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UHE - Usinas Hidroelétricas
Unasul - União de Nações Sul-Americanas
UPA - Unidades de Pronto Atendimento
URV - Unidade Real de Valor
VLT - Veículos Leves sobre Trilhos



I – Resumo da Política Econômica do Governo

- **A Política Econômica do Governo no Contexto de Crise Internacional**
- **Projeções Macroeconômicas para 2009 e 2010**
- **Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2010**
- **A Gestão da Dívida Pública**



A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO NO CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL

A consolidação e a credibilidade da política econômica tornaram possível a adoção tempestiva de medidas anticíclicas por ocasião do recrudescimento da crise financeira internacional e permitem a formulação, por meio do Ploa de 2010, de políticas e instrumentos para dar continuidade ao crescimento sustentável da economia com maior justiça social, apesar das incertezas acerca do cenário externo.

Esse quadro é resultado da consistência das diretrizes da área econômica adotadas ao longo dos últimos anos, por meio de medidas que visam:

- a) o equilíbrio fiscal, com melhora qualitativa da alocação das despesas e dos indicadores de endividamento do setor público (alongamento do prazo médio; redução do percentual de vencimentos a curto prazo; diminuição da parcela da dívida pública exposta à volatilidade de mercado, como câmbio e Selic; e trajetória declinante da dívida líquida como proporção do PIB, por meio da manutenção de superávits fiscais significativos);
- b) o controle da inflação, no âmbito do regime de metas, com atuação da política monetária de forma cautelosa e oportuna, decorrente da autonomia operacional da autoridade monetária;
- c) o regime de câmbio flexível que permite, em contexto de ciclo global e interno favorável ao comércio, a elevação expressiva do estoque de reservas internacionais, o alcance pelo País da posição de credor externo líquido e, conseqüentemente, a queda do risco-país e a concessão do grau de investimento ao Brasil por duas das principais agências de risco;
- d) a elevação da capacidade produtiva do País, com a priorização do investimento público em áreas estratégicas (infraestrutura) e a evolução do ambiente de negócios de forma a incentivar o investimento privado; e
- e) a melhora na distribuição da renda e no poder de compra da população, por meio da valorização do salário mínimo e das políticas sociais de transferência de renda às famílias.

Como resultado deste conjunto de políticas, o País dispunha, em 2008, de espaço fiscal (superávit primário e reservas internacionais) e de margem ampla para utilizar os instrumentos de política monetária (taxa de juros e reservas bancárias), o que possibilitou a pronta adoção de uma série de medidas para mitigar os efeitos da crise. O objetivo foi recompor o volume de oferta de crédito, prover liquidez ao mercado de câmbio futuro e a vista, e minimizar a queda na atividade econômica e no investimento sem, contudo, prejudicar o compromisso com as diretrizes da política macroeconômica.

A rápida resposta do Governo e a confiabilidade na continuidade do modelo econômico adotado possibilitaram, não só que a economia brasileira já apresentasse, no segundo trimestre de 2009, alguns sinais de retomada da atividade, como também de melhora nas expectativas de crescimento do País, com baixa inflação, e breve retorno à trajetória de declínio da dívida líquida do setor público.



Resultados Macroeconômicos em 2008 e no Primeiro Semestre de 2009

O ambiente macroeconômico do início de 2008 ao final do primeiro semestre de 2009 pode ser dividido em três períodos. No primeiro, que corresponde aos três primeiros trimestres de 2008, a economia brasileira encontrava-se em forte ciclo de expansão, continuando a refletir o fortalecimento e a consolidação dos fundamentos macroeconômicos dos últimos anos, com os efeitos da crise financeira internacional, em sua maioria, circunscritos às economias desenvolvidas. Já, no segundo período, com o recrudescimento da crise, em setembro de 2008, e a elevação da aversão ao risco, todos os países, inclusive o Brasil, enfrentaram, com menor ou maior intensidade: piora nas expectativas de crescimento; queda na oferta de crédito e retração da atividade produtiva, e adotaram medidas anticíclicas. Por sua vez, no terceiro período, no segundo trimestre de 2009, a economia brasileira começou a colher os resultados das medidas adotadas pelo Governo e a mostrar os primeiros sinais de retomada da atividade.

No terceiro trimestre de 2008, a economia cresceu 6,8% frente ao mesmo período do ano anterior (Tabela 1), dando continuidade ao ciclo de expansão da economia brasileira nos últimos cinco anos¹, com média anual de crescimento do PIB de 5,0%. O dinamismo da demanda interna foi o indutor do crescimento neste período, com o consumo das famílias mantendo forte aumento em decorrência da elevação consistente da massa de rendimento real e da oferta de crédito; enquanto o investimento (FBCF), com variação média de 10,6%, nestes últimos cinco anos, ampliou significativamente a capacidade produtiva do País e elevou o potencial de crescimento sem gerar pressões inflacionárias.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB)

Setor de Atividade	Variação acumulada (%)			Variação ante o mesmo período do ano anterior (%)		
	2007	2008	2009 ¹	3º trim. 2008	4º trim. 2008	1º trim. 2009
PIB	5,7	5,1	3,1	6,8	1,3	-1,8
Oferta						
Agropecuária	5,9	5,8	4,3	6,3	1,0	-1,6
Indústria	4,7	4,3	0,4	7,1	-2,1	-9,3
Serviços	5,4	4,8	3,9	5,9	2,5	1,7
Demanda						
Consumo das famílias	6,3	5,4	4,1	7,3	2,2	1,3
Consumo do governo	4,7	5,6	4,7	6,4	5,5	2,7
FBCF	13,5	13,8	6,3	19,7	3,8	-14,0
Exportações	6,7	-0,6	-3,5	2,0	-7,0	-15,2
Importações (-)	20,8	18,5	9,6	22,8	7,6	-16,0

¹ Acumulado em quatro trimestres até o primeiro trimestre de 2009.

Fonte: IBGE. Elaboração: Assec/MP

Com o recrudescimento da crise financeira, os efeitos da retração no setor produtivo já se fizeram sentir no quarto trimestre de 2008 e se aprofundaram no primeiro trimestre de 2009, configurando a segunda queda do PIB na margem e acumulando retração de 4,4% (série com ajuste sazonal).

¹ Média do crescimento real do PIB de 2004 até o terceiro trimestre de 2008 (dados acumulados em quatro trimestres).



A partir de setembro de 2008, após a falência do banco de investimentos, Lehman-Brothers, os indicadores de confiança se deterioraram rapidamente, principalmente do setor industrial, tendo em vista a menor perspectiva de demanda externa e os elevados estoques em segmentos deste setor. Houve forte contração da produção industrial no País (-9,3% no primeiro trimestre de 2009 frente ao mesmo período do ano anterior), nas indústrias de: transformação (com destaque para a redução na produção de máquinas e equipamentos, metalurgia e veículos automotivos), construção civil e extrativa mineral (na qual o aumento na extração de petróleo, suavizou a queda registrada na extração de minérios ferrosos). Quanto à formação bruta de capital fixo, o declínio na produção de máquinas e equipamentos e de insumos para construção civil levaram à forte queda do investimento (-14% no primeiro trimestre de 2009 ante mesmo período do ano anterior).

O setor agropecuário também foi significativamente afetado. Passou de forte crescimento, em 2008, (5,8%), safra recorde em grãos e em outras culturas, para queda de 1,6% no primeiro trimestre de 2009 frente ao mesmo período do ano anterior. Este comportamento é reflexo de condições climáticas adversas no primeiro trimestre, como também dos estoques internos elevados, em 2008; de menor demanda mundial por alimentos e biocombustíveis esperada para 2009; de queda nos preços das *commodities* agrícolas, reduzindo a área plantada, em 2009; e da expectativa de produção de grãos em 2009 (principalmente de milho e soja²). Por outro lado, algumas culturas, como a da cana-de-açúcar³, contribuirão positivamente para o desempenho deste setor em 2009.

Por sua vez, sustentada pelo crescimento persistente da massa salarial (taxa anual de 4,8%, em média, nos últimos cinco anos⁴), a confiança do consumidor caiu em menor intensidade do que a dos empresários. Assim, o setor de serviços e o consumo das famílias foram menos afetados pela crise internacional, apresentando variação positiva em todo o período, embora com desaceleração (Tabela 1). Ressalta-se, contudo, que a venda de bens duráveis, mais dependentes da oferta de crédito, diminuiu fortemente no período, como a venda de veículos (-21,1% de setembro a dezembro de 2008⁵), de móveis e eletrodomésticos (-10,5%) e de insumos para a construção civil (-10,6%).

No mercado de trabalho, em 2008, o quadro de crescimento, com inflação sob controle, permitiu o aumento da população ocupada, do rendimento real médio e da formalização. O emprego total cresceu 3,4%, reduzindo a taxa de desemprego para o menor patamar da série, 7,9%⁶. O maior nível de ocupação, conjugado com o crescimento do rendimento real médio, elevou a massa de rendimento real em 7,5% ante o ano anterior, aumentando o poder de compra das famílias. Esse cenário, atrelado a um conjunto de reformas microeconômicas⁷, resultou em trajetória contínua de aumento da formalização do emprego, que alcançou patamar histórico de 44,7% de trabalhadores com carteira assinada em proporção da população ocupada ao final de 2008. Além dos benefícios sociais para

2 Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de junho de 2009.

3 Maior demanda externa com a quebra da safra de cana-de-açúcar em países exportadores, inclusive na Índia.

4 Os dados do mercado de trabalho se referem à PME do IBGE para seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre.

5 Dados de volume de venda da PMC do IBGE.

6 Média do ano de 2008.

7 Por exemplo, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, a qual, entre outras medidas, inclui o Plano Simplificado de Previdência voltado para os contribuintes individual e facultativo e para o pequeno empresário; e a possibilidade de o empregador abater no IR parte da contribuição paga sobre o salário do empregado doméstico ao INSS.



o trabalhador, a formalização no mercado de trabalho tem elevado a arrecadação previdenciária, contribuindo para o equilíbrio fiscal corrente do Governo.

Além da elevação no rendimento médio real, observou-se também melhora na distribuição da renda em 2008. A política de valorização do salário mínimo, associada aos programas de transferência de renda às famílias, permitiu que as faixas de população com menor renda tivessem maior crescimento do rendimento. Os trabalhadores de menor renda tiveram maior elevação no rendimento real do que a média. Na média, houve aumento de 3,4%, enquanto no primeiro quartil (trabalhadores de menor renda) houve elevação de 8,4%.

Apesar do mercado de trabalho ser normalmente afetado com defasagem por alterações na atividade econômica, a magnitude e a rapidez no recuo das expectativas de crescimento antecipou o contágio, tendo sido observado desde o final de 2008: diminuição da jornada de trabalho, férias coletivas, demissões, menor crescimento da renda e, conseqüentemente, da massa salarial. A desocupação afetou principalmente os trabalhadores da indústria e os sem carteira de trabalho assinada (decorrente de menor estabilidade no emprego). O desemprego na indústria, setor com salário real acima da média das demais atividades, contribuiu para o menor crescimento do rendimento real frente ao mesmo mês do ano anterior e a queda na margem de fevereiro a junho.

Com isto, a massa salarial real permanece praticamente estagnada neste nível desde setembro, apesar de continuar em patamar elevado e apresentar crescimento de 3,0%, em junho, frente ao mesmo mês do ano anterior. Quanto à formalização, apesar da desaceleração na abertura de postos de emprego formal, esta continua em patamar elevado, em 2009, (próximo a 45% da população ocupada), uma vez que houve maior recuo no emprego dos trabalhadores sem carteira (-5,8% desde setembro de 2008 na série com ajuste sazonal).

No que concerne à política monetária, esta foi restritiva até o terceiro trimestre de 2008, pois considerava: o cenário de atividade aquecida e a necessidade de tempo para a maturação dos investimentos; a alta nos preços das *commodities*; e a elevação da inflação e de suas expectativas no início de 2008. Apesar das pressões iniciais estarem circunscritas, principalmente, nos preços dos alimentos, o Governo respondeu prontamente por meio de medidas no âmbito monetário e fiscal.

A combinação das duas políticas, elevando a Meta para a Taxa Selic e o esforço fiscal para 2008, conteve os efeitos secundários da alta nos preços de alimentos sobre o restante da economia, estabilizando as expectativas dentro do intervalo da meta, com o menor impacto possível sobre a demanda interna e o custo da dívida. Com o agravamento da crise internacional, em setembro de 2008, o preço das *commodities* caiu de forma abrupta, o que conjugado com a política monetária restritiva, o maior esforço fiscal adotados até aquele momento e a esperada queda na demanda interna e externa, levou as expectativas de inflação para abaixo do centro da meta. Este contexto criou espaço para o Governo utilizar os instrumentos necessários para a retomada da atividade.

Desse modo, o rápido contágio das economias emergentes após setembro de 2008, com retração da atividade e escassez na oferta de crédito externo, levou o Governo a adotar de forma tempestiva diversas medidas anticíclicas, como aquelas para compensar a retração do crédito privado e prover liquidez ao mercado cambial. Foram implementadas também medidas que visavam preservar a atividade econômica, dentre estas: as desonerações tributárias, incluindo as direcionadas para setores



fortemente afetados pela crise, como o automotivo, de construção civil, de eletrodomésticos de linha branca, e de bens de capital; a implementação do programa Minha Casa, Minha Vida, para manter o investimento na construção civil e reduzir o déficit residencial do País; a ampliação de programas já existentes, como o Bolsa Família, o Pronaf, o Plano Safra e o PAC; e a redução da taxa de juros, ancorada na trajetória declinante da inflação e de suas expectativas.

Como decorrência, a economia brasileira já mostra, no segundo trimestre de 2009, alguns sinais de retomada da atividade econômica, como: a elevação da confiança dos empresários e do consumidor; a volta aos patamares pré-crise das vendas no varejo, da concessão de crédito à pessoa física e das reservas internacionais; o ajuste dos estoques na indústria e o retorno da trajetória de crescimento deste setor; as maiores perspectivas de crescimento do PIB do País relativamente ao resto do mundo; a criação líquida de emprego, e a atração de investimentos de estrangeiros.

A manutenção do rendimento real em nível elevado, bem como a criação líquida de vagas formais, observada por cinco meses consecutivos em ambiente de demissões líquidas no resto do mundo, possibilitou que a confiança do consumidor voltasse, em junho de 2009, ao mesmo patamar observado no mesmo mês do ano anterior. Esse movimento, associado ao retorno da trajetória de crescimento do crédito para pessoas físicas e às desonerações temporárias de impostos concedidas pelo Governo, resultou em crescimento das vendas no varejo, disseminado pela maioria das atividades, inclusive nas relacionadas ao consumo de bens duráveis. Embora ainda esteja abaixo do patamar pré-crise, a confiança da indústria também apresenta elevação, acumulando 17% de alta, em 2009, refletindo crescimento da produção deste setor pelo quinto mês consecutivo em maio. Estes sinais positivos da atividade econômica têm elevado a expectativa do mercado para o crescimento, em 2009 e 2010, e criado ambiente propício para o retorno do fluxo de recursos externos para o País, consubstanciados em investimentos e em empréstimos e financiamentos ao setor privado.

Setor Externo

O forte crescimento econômico até o terceiro trimestre de 2008 teve como contrapartida a piora nas transações correntes, que passou de superavitária, em 2007, para deficitária, em 2008. Não obstante, o elevado fluxo de IED foi mais do que suficiente para compensar o déficit em transações correntes. Neste período, o País melhorou os indicadores de solvência externa, acumulando reservas internacionais e mantendo a posição de credor externo líquido adquirida pela primeira vez na história ao final de 2007.

O déficit em transações correntes nos três primeiros trimestres de 2008 refletiu o maior crescimento do *quantum* importado, impulsionado pela elevada expansão da demanda interna e pela apreciação da taxa de câmbio. Destacou-se também o maior fluxo de lucros e dividendos para o exterior, decorrente do elevado estoque de investimento estrangeiro no País, do crescimento do lucro das empresas, da apreciação do real e da remessa de filiais para cobrir perdas das matrizes no exterior. Suavizando a queda no saldo das transações correntes, continuaram aumentando, apesar do menor dinamismo, as exportações e os termos de troca, beneficiados pelos preços favoráveis das *commodities*.

Como mencionado, o déficit na conta corrente foi financiando com tranquilidade pelo elevado fluxo de investimentos estrangeiros diretos, maior saldo já verificado. O IED foi de US\$ 45,1 bilhões (Tabela 2), em 2008, suplantando o recorde anterior de US\$ 34,6 bilhões, em 2007.



**Tabela 2 – Dados Selecionados do Setor Externo
(US\$ bilhões)**

Discriminação	2007	2008	2009 ¹
Conta Corrente	1,6	-28,2	-18,4
Balança Comercial (FOB)	40,0	24,8	27,5
Exportações	160,6	197,0	177,2
Importações	-120,6	-173,1	-149,7
Serviços e Rendas	-42,5	-57,3	-49,8
Lucros e Dividendos	-22,4	-33,9	-25,7
Demais	-20,1	-23,4	-24,1
Transferências Unilaterais	4,0	4,2	3,9
Investimento Estrangeiro Direto	34,6	45,1	41,0
Investimento Estrangeiro em Carteira	48,1	-0,8	-11,8
Outros Capitais ²	6,4	-14,9	-14,9
Reservas Internacionais Líquidas	180,3	206,8	208,4

¹ Acumulado em 12 meses até junho de 2009.

² Inclui erros, omissões e financiamento compensatório.

Fonte: Bacen. Elaboração: Assec/MP

O fluxo em carteira de estrangeiros (ações e renda fixa) continuou elevado até meados de 2008, com a atratividade de diversas novas oferta de ações. No entanto, durante esse ano, à medida que os efeitos da crise financeira se disseminavam: subsidiárias de empresas estrangeiras no Brasil remeteram recursos para as matrizes (no exterior) em dificuldades financeiras; elevou-se a aversão ao risco e a procura por ativos considerados mais seguros (como títulos do tesouro americano) em detrimento de investimentos em carteira nos emergentes; e o crédito externo tornou-se escasso e mais caro. Dessa forma, além da maior remessa de lucros e dividendos para o exterior, diminuiu o aporte de investimentos estrangeiros em carteira (ações e renda fixa), o qual se tornou sistematicamente negativo a partir de setembro de 2008, e caiu o fluxo de empréstimos para financiar o comércio exterior e as empresas com dívida externa com vencimento em 2009. Neste contexto, a taxa de rolagem dos empréstimos de médio e longo prazo das empresas no mercado externo caiu de 162%, até outubro de 2008, para 35%, no último bimestre de 2008, e os fluxos de curto prazo que acumularam ingresso de US\$ 10,8 bilhões, em setembro de 2008, tornaram-se negativos no último trimestre daquele ano (US\$ -17,7 bilhões).

Por sua vez, houve forte contração do comércio exterior do Brasil, reflexo da desvalorização do real e da queda na demanda externa e interna, com redução no *quantum* exportado e uma retração ainda maior no *quantum* importado. Como esperado em regime de câmbio flexível, este movimento acabou restringindo a deterioração do saldo da balança comercial, apesar de representar contração na atividade do País tanto em termos de produção de mercadorias a serem exportadas, quanto no volume de bens de capital que vinha auxiliando a elevar a capacidade de produção da economia.

Quanto ao investimento estrangeiro direto, este sofreu menor impacto. O fluxo de IED, apesar de ter registrado queda no início de 2009, continuou positivo e já mostra recuperação, indicando a permanência da atratividade do mercado interno do País para recursos externos. A entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos, também em 2009, deverá ser mais do que o suficiente para fazer frente ao déficit declinante em conta corrente.



Ademais, apesar do agravamento da crise ter elevado o risco dos países emergentes, o Brasil apresentou nível e trajetória de risco melhor que a média desse grupo de países. A melhora dos fundamentos macroeconômicos, o elevado nível das reservas internacionais, a melhoria dos indicadores de sustentabilidade, a eliminação da dívida externa líquida, dentre outras estatísticas, criaram as condições para que, no segundo trimestre de 2009, o fluxo de recursos estrangeiros retornasse gradativamente ao País. A necessidade de intervenções da autoridade no mercado de câmbio, com vistas a normalizar a oferta de dólar no mercado a vista e futuro, durou poucos meses, tendo as reservas internacionais (no conceito de liquidez internacional) retornado ao patamar pré-crise no fim do primeiro semestre de 2009. O fluxo de investimento direto se elevou e o em carteira voltou a ser positivo desde março, enquanto a taxa de rolagem dos empréstimos de médio e longo prazo também aumentou. Desse modo, com o setor externo brasileiro menos vulnerável a choques externos e com a expectativa positiva em relação à manutenção de ingresso de capitais, em 2009, o real voltou à trajetória de valorização desde março.

Políticas Monetária, Creditícia e Cambial

O comportamento da autoridade monetária ao longo de 2008 e, no primeiro semestre de 2009, reflete o compromisso com o regime de metas de inflação e reforça sua credibilidade, ao mostrar autonomia operacional para adotar os ajustes necessários na política monetária quando o cenário assim o exige. Os movimentos observados dividem-se em dois períodos. No primeiro, antes do acirramento da crise internacional, a economia brasileira crescia a taxa superior a 6,5% ao ano e a inflação ao consumidor medida pelo IPCA apresentava trajetória ascendente. Neste período, o Bacen elevou a taxa básica de juros em 2,5 pontos percentuais, para 13,75% ao ano em setembro de 2008, considerando que os efeitos do investimento sobre a capacidade produtiva da economia ainda precisavam consolidar-se. Também, ponderou que a contribuição do setor externo para cenário inflacionário benigno parecia tornar-se menos efetiva, diante do forte ritmo de expansão da demanda doméstica e do crescimento das pressões inflacionárias globais.

O segundo período é caracterizado pelo recrudescimento da crise financeira internacional, após a falência do banco norte-americano Lehman Brothers, em setembro de 2008, quando houve forte reversão do ciclo de expansão econômica, sob o impacto das restrições no mercado de crédito. Reconhecida a implicação depressiva que a obstrução dos canais de crédito poderia exercer sobre o setor real, os bancos centrais e os governos dos Estados Unidos, do Japão e de países da União Europeia implantaram, ou aumentaram de forma coordenada, ações destinadas a estabilizar seus sistemas financeiros e a mitigar os efeitos da crise sobre o nível de atividade.

Nesse cenário, o Copom, inicialmente, decidiu pela manutenção da meta para a taxa Selic em 13,75% ao ano. Por ocasião da última reunião do Copom de 2008, apesar de se observar sinais evidentes do enfraquecimento intenso e generalizado das economias envolvidas e de algumas indicações de arrefecimento na atividade interna, a dinâmica inflacionária continuava apresentando risco, tendo em vista a expansão ainda robusta da demanda doméstica e o possível impacto do processo de estreitamento das fontes de financiamento externo sobre a trajetória do preço dos ativos brasileiros.

Em 2009, após constatar a forte retração na atividade econômica nos últimos dois meses do ano anterior e com a queda da inflação ao consumidor acumulada em 12 meses e das expectativas de inflação do mercado, o Bacen passou a flexibilizar a política monetária. Entre janeiro e julho de 2009, a taxa básica da economia foi reduzida em 5,0 pontos percentuais, atingindo o patamar de um dígito, 8,75% a.a.



O mercado de crédito manteve, em 2008 e no primeiro semestre de 2009, a trajetória de crescimento observada nos anos anteriores, apesar da desaceleração associada à crise financeira internacional. A manutenção da tendência de aumento do crédito no mercado doméstico só foi possível em virtude das medidas adotadas pelo Governo para mitigar os efeitos da crise sobre este mercado. Entre as diversas medidas, destacam-se: a) a redução das alíquotas dos depósitos compulsórios, que liberou R\$ 99,8 bilhões para o mercado de crédito; b) o empréstimo de R\$ 100,0 bilhões pelo Tesouro Nacional ao BNDES de forma a regularizar a oferta de crédito para as empresas; c) a elevação, em R\$ 10,0 bilhões, da linha de financiamento para capital de giro pelo BNDES; d) o aumento, em mais de R\$ 23,0 bilhões, nas linhas de financiamento da CEF e do BB, incluindo automóveis, bens duráveis, financiamento à construção, à agricultura e às microempresas; e) a autorização para que bancos de menor porte pudessem acessar recursos do FGC, participar do redesconto e vender suas carteiras de investimento e de crédito a outros bancos; e f) a flexibilização pelo Bacen das garantias para o redesconto, passando a aceitar títulos de carteiras de crédito de bancos em dificuldade financeira.

O estoque total das operações de crédito, considerados recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 1.261,3 bilhões, em junho de 2009, com expansão de 2,6%, perante dezembro de 2008. Esse volume correspondeu a 43,2% do PIB, comparativamente ao patamar de 34,2% registrado ao final de 2007 (Tabela 3).

**Tabela 3 – Crédito por Origem de Recursos
(R\$ bilhões)**

Discriminação	2007	2008	2009 ¹	Variação %	
				2008/2007	2009/2008
Total	936,0	1.227,3	1.261,3	31,1	2,6
Recursos Livres	660,8	871,2	889,8	31,8	1,8
Direcionados	275,2	356,1	371,5	29,4	4,7
BNDES	160,0	209,3	215,6	30,8	3,9
Participação %					
Total/PIB	34,2	41,3	43,2		
Rec. Livres/PIB	24,5	29,3	30,5		
Rec. Direcionados/PIB	9,7	12,0	12,7		
BNDES/PIB	5,6	7,1	7,4		

Fonte: BCB. Elaboração: Assec/MP
1 Dados de junho de 2009.

No início de 2008, a evolução do crédito seguiu algumas das tendências verificadas, em 2007, a exemplo do expressivo desempenho das operações referenciadas em recursos livres, impulsionadas pelas fortes expansões do *leasing* de veículos para pessoas físicas e do capital de giro para as empresas, além da relativa estabilização do crédito consignado. Ao mesmo tempo, a elevação dos custos de captação, decorrente das crescentes incertezas nos mercados financeiros, conjugada com o aumento da tributação sobre as operações de crédito, contribuiu para o aumento do custo dos empréstimos.

A partir de setembro, quando a retração da liquidez se manifestou de forma mais intensa, constatou-se significativo arrefecimento das novas concessões para as pessoas físicas, ao passo que os financiamentos



para as empresas mantiveram desempenho robusto até o final do ano, só mostrando retração em 2009. Paralelamente, acelerou-se o ritmo de crescimento das operações com recursos direcionados, bem como aumentou a representatividade dos bancos públicos no mercado de crédito. É importante observar que as restrições que afetaram a captação de recursos no mercado de capitais e no exterior, por parte das grandes empresas, contribuíram para impulsionar a demanda no mercado de crédito doméstico, ao mesmo tempo que demandaram pronta atuação dos bancos públicos para evitar a falta de crédito para micro e pequenas empresas. Por sua vez, a recuperação da demanda doméstica, observada em meados de 2009, particularmente a de bens duráveis, inclusive automóveis, tende a favorecer a retomada gradual do ritmo de expansão do crédito nos próximos trimestres deste ano.

As medidas que alteraram as regras dos depósitos compulsórios foram tomadas para assegurar a manutenção de condições adequadas de liquidez no sistema financeiro, diante das incertezas observadas a partir de setembro de 2008. Entre as medidas, o Governo reduziu as alíquotas dos compulsórios, elevou os valores a deduzir das exigibilidades, alterou a remuneração dos recolhimentos, além de mudar as regras de abatimentos decorrentes da aquisição de ativos de instituições financeiras de pequeno e médio portes. Essas alterações proporcionaram liberação efetiva de R\$ 99,8 bilhões do saldo de recolhimentos compulsórios.

A reversão do cenário econômico internacional, com desdobramentos sobre o crédito externo, modificou a atuação do Bacen no mercado de câmbio. As compras de dólar norte-americano no mercado spot (US\$ 78,6 bilhões, em 2007, e US\$ 18,7 bilhões nos nove primeiros meses de 2008) reverteram-se para vendas a vista (US\$ 14,5 bilhões de outubro de 2008 a fevereiro de 2009); enquanto as modalidades de linhas com cláusulas de recompra e de empréstimos em moeda estrangeira, principalmente aos exportadores, passaram também a registrar vendas líquidas (US\$ 13 bilhões nos últimos quatro meses de 2008). Além destas medidas, o BCB vendeu US\$ 32,4 bilhões em *swaps* cambiais e assinou acordo estabelecendo linha de troca de reais por dólares no montante de US\$ 30,0 bilhões com o FED. Todas estas medidas tiveram como objetivo minimizar a volatilidade cambial e, em alguns casos, suprir a falta de crédito para a exportação.

Ressalte-se o êxito dessas ações, uma vez que houve redução da volatilidade do câmbio e as reservas internacionais voltaram a crescer. As vendas de dólar norte-americano no mercado spot cessaram, em fevereiro de 2009, e reverteram-se para compra em maio, enquanto as linhas com recompra e de empréstimos em moeda estrangeira tornaram-se compras líquidas a partir de janeiro.

As reservas internacionais (no conceito de liquidez internacional) atingiram US\$ 208,7 bilhões, em 18 de setembro de 2008, o maior saldo já observado até aquela data. Com o acirramento da crise financeira internacional e a atuação do Bacen no mercado de câmbio, estas reservas decresceram (US\$ 199,4 bilhões em fevereiro de 2009). No entanto, com a reversão do fluxo de intervenções, que passou de venda líquida para compra líquida tanto no mercado a vista como no futuro, as reservas internacionais voltaram a se elevar em 2009 (US\$ 208,4 bilhões em junho de 2009), suplantando o nível pré-crise e perfazendo novo recorde histórico. Mesmo considerando o conceito mais restritivo (caixa⁸), nota-se aumento das reservas internacionais (de US\$ 186,9 bilhões, em fevereiro de 2009, para US\$ 201,5 bilhões, em junho).

8 O conceito caixa não inclui o estoque de linhas com recompra e as operações de empréstimo em moedas estrangeiras, apesar do prazo destas operações, cujo retorno se dará em até 360 dias.



Assim, os indicadores de endividamento externo, apesar de afetados pela crise financeira internacional, continuam evidenciando a persistente melhora dos fundamentos macroeconômicos, tendo registrado, em junho de 2009, evolução favorável em relação a igual período de 2008, movimento consistente com as trajetórias experimentadas pelas reservas internacionais, pelo serviço e pelo estoque da dívida externa, e pelo valor em dólares das exportações de bens e serviços.

Em termos de perspectivas, em 2009 e 2010, a política monetária continuará a ser pautada pelo regime de metas para a inflação, com o objetivo de manutenção da estabilidade monetária e do crescimento sustentado da economia e buscando conservar os ganhos obtidos desde a adoção do regime (como a preservação do poder de compra da moeda e a melhoria do horizonte de previsão dos agentes econômicos).



PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2009 E 2010

As projeções dos principais indicadores macroeconômicos para os anos de 2009 e 2010 consideram que os sinais de recuperação, já observados na economia brasileira no segundo trimestre de 2009, como resposta às medidas adotadas pelo Governo e à melhora continua nos fundamentos macroeconômicos nos últimos anos, persistirão e se intensificarão no segundo semestre de 2009 e em 2010. Pressupõem, ainda, cenário de queda na produção mundial em 2009, mas com início de recuperação no segundo semestre deste ano, que se estenderia por 2010, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais.

Assim, com base nessas perspectivas, a proposta orçamentária para o exercício de 2010 adota os seguintes parâmetros (Tabela 4):

Tabela 4 – Projeção das Variáveis Macroeconômicas

Discriminação	Observado	Projeção ¹	LDO	Projeção ¹
	2008	2009	2010	2010
PIB: Variação % anual	5,08	1,00	4,50	4,50
IPCA: Variação % acumulada no ano	5,90	4,42	4,50	4,33
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	1,83	2,08	2,25	2,01
Taxa Selic (% ao ano): média anual	12,48	9,98	10,21	8,71

¹ Projeções para 2009 e 2010, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração da Ploa.
Fonte: SPE/MF. Elaboração: Assec/MP

Em 2009, apesar da queda no ritmo da atividade econômica no Brasil e do cenário de retração econômica mundial, a variação esperada do produto interno é positiva. Desse modo, a recuperação se inicia já em 2009, refletindo: a) os ajustes na política monetária e fiscal para mitigar os efeitos da crise financeira internacional (redução da taxa básica de juros e da meta superávit fiscal); b) as medidas de incentivo aos setores mais afetados pela crise (como desoneração tributária e oferta de crédito) e de ampliação dos programas de investimento e de redistribuição de renda do governo; e c) a credibilidade alcançada após longo período de compromisso com a gestão fiscal responsável e com a política monetária condizente com a estabilidade econômica. No ano de 2010, o País estará, portanto, em ciclo positivo de crescimento, com a necessária capacidade produtiva disponível, decorrente da expansão dos investimentos nos últimos anos, e com demanda interna robusta, decorrente da ampliação do mercado consumidor do País e do aumento no rendimento real médio dos trabalhadores. A taxa de crescimento real do PIB esperada é, portanto, de 4,5%, em 2010, com retorno à trajetória de crescimento sustentado observada antes da crise. O mercado externo deverá ter recuperação mais lenta, mas não deve trazer pressões adicionais sobre a economia interna.



A taxa de inflação deverá permanecer próxima ao centro da meta fixada pelo CMN⁹ e não devem ocorrer modificações significativas na área cambial, dada a perspectiva de fluxo de capital positivo para o País e de entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos em volume mais do que suficiente para financiar o déficit em conta corrente. Espera-se, ainda, estabilidade na taxa básica de juros a partir do segundo semestre de 2009, a qual deverá permanecer no patamar 8,71% a.a., em 2010. Esta manutenção da taxa considera que a maturação dos investimentos realizados nos últimos anos e a queda na utilização da capacidade, em 2009, criaram as condições necessárias para que o crescimento, em 2010, possa ocorrer sem pressões inflacionárias.

⁹ Conforme estabeleceram resoluções do CMN, o centro da meta para a inflação firmada para 2009, 2010 e 2011 é de 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de 2 p.p., acima ou abaixo.



GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2010

A política fiscal implementada entre os anos de 2003 e 2009 tem se mostrado extremamente bem-sucedida com relação aos seus objetivos: a) manutenção da sustentabilidade fiscal; b) incentivo ao investimento privado, em particular por meio das desonerações tributárias ao setor produtivo e da recuperação do investimento público em infraestrutura logística; c) fortalecimento do consumo e redução das desigualdades sociais, como o aumento das transferências de renda às famílias carentes e a política de valorização do salário mínimo; e d) fortalecimento da relação federativa.

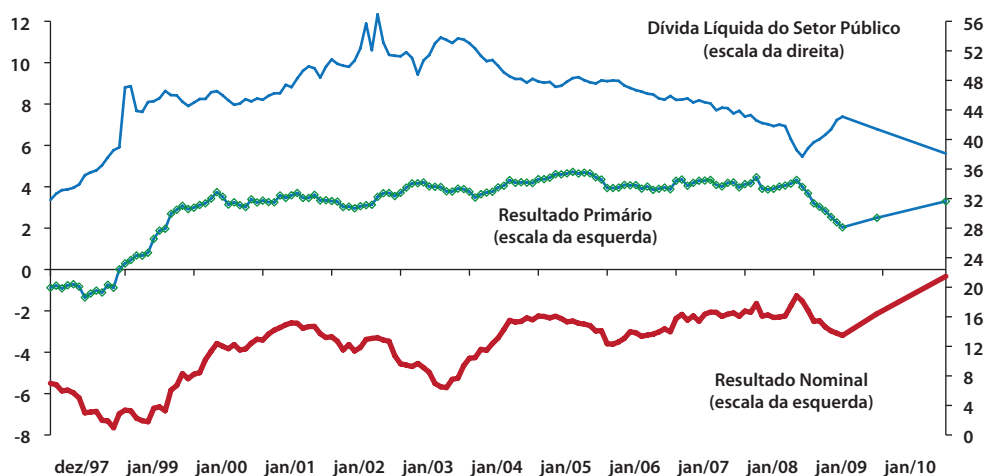
A crise financeira internacional encontrou a economia brasileira com fundamentos sólidos: inflação sobre controle, PIB em expansão, baixo endividamento externo, dívida pública decrescente e fluxo positivo de investimentos estrangeiros. No momento em que a indústria apresenta maior nível de ociosidade, devido à redução significativa da demanda agregada – que passou de um crescimento médio de 6,9%, em 2008, para uma queda de 1,2% no 1º trimestre de 2009, em relação ao mesmo período de 2008 – e à queda das exportações – 23% até o mês de maio, contra o mesmo mês de 2008 –, o governo tem um papel importante na mitigação dos efeitos da crise sobre a demanda agregada e dos impactos sociais sobre a camada mais pobre da população. A pronta resposta do governo para enfrentar a crise externa e sustentar a demanda agregada permitirá superar o ambiente externo recessivo e recuperar mais rapidamente a trajetória de crescimento da atividade econômica.

Nesse sentido, de forma a possibilitar a atuação anticíclica da política fiscal, o Governo Federal propôs ao Congresso a redução da meta de resultado primário do setor público, em 2009, de 3,8% para 2,5% do PIB. O crescimento do investimento público em infraestrutura, iniciado em 2007, as desonerações tributárias já concedidas e o aumento do subsídio fiscal a título de equalização de empréstimos concedidos a empresas, deverão possibilitar a melhoria do ambiente de investimento para o setor privado. Da mesma forma, a ampliação de programas sociais, como o Bolsa-Família e o Seguro-Desemprego, e a criação de novos programas, como o de moradia para a baixa renda – Minha Casa, Minha Vida – têm proporcionado a redução dos efeitos sociais da crise. Por fim, o Governo Federal também tem compensado a perda de receita dos fundos de participação dos Municípios e parte da perda de receita dos Estados, com vistas a amenizar o impacto da crise sobre as políticas de investimento dos governos subnacionais.

A Política Fiscal dos Últimos Anos

Os expressivos superávits primários, alcançados desde 2003, são o resultado de uma política fiscal cujo objetivo central é garantir a estabilidade econômica, com a reversão da trajetória de crescimento da dívida líquida do setor público como proporção do PIB (DLSP/PIB). Nesse sentido, a DLSP tem apresentado trajetória declinante desde 2003, conforme mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Dívida Líquida do Setor Público, Resultado Primário e Nominal, 2001 - 2010¹
 (% do PIB - fluxos acumulados em 12 meses)



¹ Os dados observados excluem Petrobras. Dados observados até jun./09; projeções para dez./09 e dez./10 = PLOA 2010.
 Fonte: Bacen. Elaboração: Assec/MP

A política fiscal tem alcançado amplamente seus objetivos, ao proporcionar uma redução de 10,7 p.p. na DLSP/PIB, que passou de 53,8% em agosto de 2003 para 43,1% em junho de 2009¹⁰. Contribuíram para essa melhoria superávits primários acima de 3,7% do PIB, em média, observados a partir de janeiro de 2003, e a redução da parcela de juros líquidos devidos sobre a dívida pública, que passou de 9,5% do PIB, em agosto de 2003, para 5,2% do PIB, em junho de 2009. No entanto, de dezembro de 2008 a junho de 2009, a DLSP/PIB apresentou um crescimento de 4,3 p.p., grande parte devido à valorização do Real frente ao Dólar, que reduziu o valor dos ativos externos em moeda nacional, além do menor resultado primário apresentado, em função da queda na arrecadação, e à adoção das políticas anticíclicas. Para 2010, com a retomada do crescimento econômico, o esforço fiscal voltará ao patamar de 3,3% do PIB.

A expectativa é que, após atingir o pico de 43,1% do PIB, em junho de 2009, a DLSP/PIB caia para 41,4%, em dezembro de 2009, o que representa um crescimento 2,6 p.p do PIB em comparação a dezembro de 2008. Em 2010, a dívida líquida deverá retomar a tendência de queda, apresentando uma relação de 38,1%, em dezembro, menor que o observado em 2008 (Tabela 5). Da mesma forma, os juros nominais deverão continuar sua trajetória de queda, perfazendo 4,64% e 3,63% do PIB, em 2009 e 2010, respectivamente, contribuindo, dessa forma, para um déficit nominal estimado de 2,14% do PIB, em 2009, e de 0,33% do PIB, em 2010, o menor nível já observado (próximo ao déficit nominal zero).

¹⁰ Dados acumulados em 12 meses sem desvalorização cambial, já excluída a empresa Petrobras da abrangência



Tabela 5 - Projeção dos Principais Resultados Fiscais (em % PIB)¹

	Observado	Projeção ³	LDO	Projeção ³
	2008	2009	2010	2010
Superávit Primário do Setor Público Não Financeiro	3,68	2,50	3,30	3,30
Dívida Líquida do Setor Público ²	38,8	41,4	36,9	38,1
Resultado Nominal do Setor Público	-1,98	-2,14	-0,76	-0,33

* Não considera a redução relativa ao PPI no percentual máximo de 0,5% do PIB.

¹ Séries excluindo Petrobras, inclusive para o ano de 2008.

² Projeto de PLDO 2010 pressupõe reconhecimento de passivo de 0,24% do PIB e a Ploa 2010 de 0,25%.

³ Projeções para 2009 e 2010, segundo dados disponíveis, expectativas de mercado e parâmetros atualizados à época de elaboração da Ploa.

Fonte: Bacen/MF e STN/MF. Elaboração: Assec/MP

Redução da meta de superávit primário

A proposta de redução da meta de superávit primário para o setor público em 2009, de 3,8% para 2,5% do PIB, visa estimular a demanda doméstica em um cenário de menor crescimento. A alteração compreende: a) uma mudança metodológica e permanente, que consiste na exclusão das empresas do grupo Petrobras das estatais federais consideradas no cálculo da dívida do setor público não financeiro e, conseqüentemente, da meta de superávit primário; e b) uma mudança temporária, no intuito de adequar a meta de 2009 ao momento de crise financeira internacional.

Em relação ao tratamento conferido às empresas do grupo Petrobras, a exclusão considera um conjunto de características da empresa, como elemento distintivo para a delimitação da abrangência do setor público brasileiro. Atualmente, a empresa está plenamente orientada para o mercado, concorrendo em igualdade com as empresas privadas do setor em que atua. Em termos de práticas de governança, a empresa segue regras idênticas às das demais empresas privadas de capital aberto, e tem autonomia para captar recursos no mercado financeiro nacional e internacional. Além disso, a manutenção das restrições fiscais ao grupo Petrobras provoca distorções nas decisões gerenciais da empresa, em particular quanto à limitação das possibilidades de conduzir investimentos em projetos economicamente viáveis, comprometendo, assim, sua capacidade competitiva no setor em que atua.

Dessa forma, a composição da meta fiscal foi alterada: a) de 2,15% para 1,40% do PIB no caso do governo central, em virtude da necessidade de incrementar os investimentos públicos, estimular o setor privado e manter os programas sociais; b) de 0,65% para 0,20% do PIB no caso das estatais federais, pela exclusão das empresas do grupo Petrobras do conjunto das empresas; e c) revisão das estimativas de 0,95% para 0,90% do PIB para os governos subnacionais, basicamente em função da menor arrecadação estimada (Tabela 6).

**Tabela 6 - Meta de Superávit Primário (em % do PIB)**

	2009			2010
	Meta Inicial	Alteração	Nova meta	Meta
Gov. Central	2,20	-0,80	1,40	2,15
Estatais	0,65	-0,45	0,20	0,20
Petrobras	0,45	-0,45	0,00	0,00
Demais	0,20	0,00	0,20	0,20
Estados e municípios	0,95	-0,05	0,90	0,95
Total	3,80	-1,30	2,50	3,30

Desonerações tributárias e subsídios ao financiamento do investimento privado

Um dos principais instrumentos usados pelo Governo para enfrentar os efeitos da crise mundial sobre a economia brasileira tem sido o estímulo ao mercado interno como forma de sustentação da atividade econômica. As medidas de desoneração tributária devem gerar um impacto fiscal de R\$ 25,3 bilhões em 2009. Para o ano de 2010, a estimativa é de R\$ 1,4 bilhão.

Entre as diversas medidas de desoneração adotadas desde 2008, merecem destaque: postergação do pagamento de impostos, aceleração da devolução de créditos tributários, reduções do IOF – para aplicação de capital estrangeiro em renda fixa e sobre crédito direto à pessoa física – e, especialmente, criação de alíquotas intermediárias (7,5% e 22,5%) para o IRPF. Posteriormente, a desoneração tributária avançou contemplando setores fundamentais para o consumo e o investimento: automóveis (IPI), eletrodomésticos (IPI), motocicletas (Cofins) e materiais de construção (IPI).

O setor automobilístico é um bom exemplo do sucesso das políticas de desoneração do governo. O IPI incidente sobre veículos foi reduzido, e o período de desoneração, originalmente de três meses, foi estendido até setembro de 2009, a partir de quando voltará paulatinamente à alíquota original. Isso permitiu um aumento das vendas de 3% no 1º semestre de 2009 ante o mesmo período de 2008, compensando a queda de 15,5% no quarto trimestre de 2008 frente ao mesmo período de 2007.

No âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, o IPI foi reduzido para 30 itens de material de construção, inicialmente por três meses, sendo prorrogado até dezembro de 2009. Outra medida foi a redução de alíquota do RET da construção civil de 7% para 6%. Para os imóveis construídos no âmbito do programa, a alíquota foi reduzida para 1%.

A fim de dar continuidade à política de estímulo ao investimento do setor privado, foi editada, em 29 de junho de 2009, Medida Provisória que concede subvenção econômica para equalizar as taxas de juros das operações de financiamento do BNDES, destinadas à aquisição e à produção de bens de capital e à inovação tecnológica, até o valor de R\$ 44,0 bilhões. O Conselho Monetário Nacional aprovou um limite de R\$ 42,5 bilhões para serem financiados nesta modalidade, cujo impacto para o Tesouro Nacional será da ordem de R\$ 5,5 bilhões durante o período contratual, dos quais R\$ 1,4 bilhão, em 2010, e R\$ 1,3 bilhão, em 2011.



Investimento público em infraestrutura (PAC)

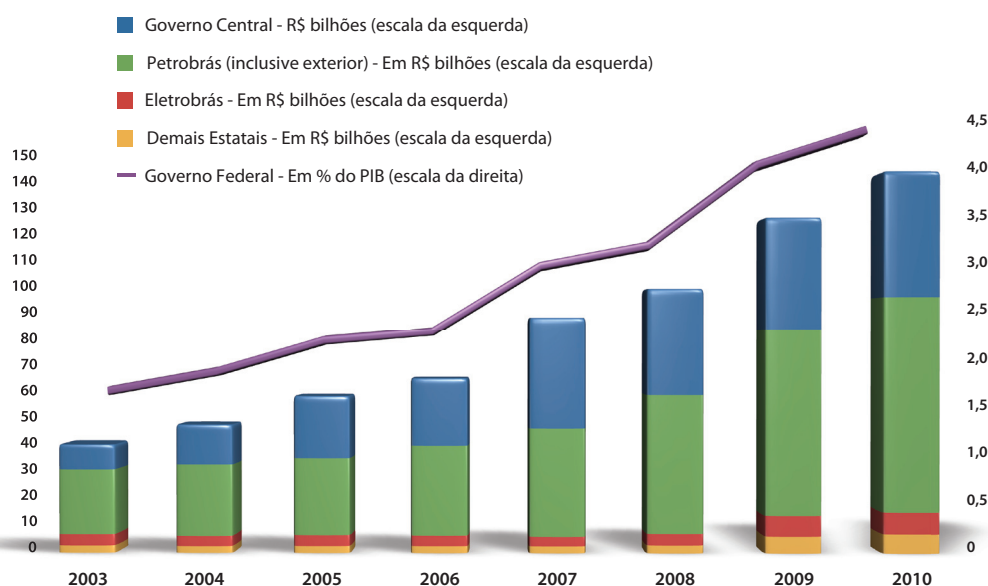
A partir de 2009, o PAC adquiriu um papel central na reversão do quadro adverso provocado pela crise financeira internacional. Como os investimentos privados se retraíram, os investimentos públicos adquiriram uma dimensão ainda mais importante na geração de emprego, renda e incentivo ao investimento privado.

Vários indicadores mostram que os investimentos avançaram em 2009: de acordo com o 7º Balanço do PAC, referente ao primeiro quadrimestre de 2009, o número de empreendimentos concluídos subiu de 270, em dezembro de 2008, para 335, em abril de 2009; excluindo saneamento e habitação; as ações com ritmo de execução adequado correspondem a 80% em valor ou 77% em quantidade; por fim, 63% dessas ações, em valores, estão no estágio de obra, e 20% em licitação, licenciamento ou projeto, e em termos de quantidade 62 % em obras, 23% em licitação, licenciamento ou projeto.

Em termos dos recursos aplicados, entre janeiro e julho de 2009, o empenho atingiu R\$ 10,7 bilhões, volume 68% maior que o realizado no mesmo período de 2008. Por sua vez, os pagamentos efetuados perfizeram R\$ 6,5 bilhões, sendo 27% superiores ao realizados em igual período. O MT, que tem a maior carteira do PAC no orçamento fiscal e da seguridade social, empenhou R\$ 6,1 bilhões de recursos, cerca de 57% da dotação anual, quase o dobro do empenhado no mesmo período de 2008.

No âmbito do orçamento fiscal e da seguridade social, o PAC prevê recursos de R\$ 21,2 bilhões, em 2009, e de R\$ 23,4 bilhões, em 2010. Para o orçamento de investimento das empresas estatais, o PAC prevê valor de R\$ 52,7 bilhões, em 2009, e de R\$ 60,7 bilhões, em 2010, com destaque para os projetos de infraestrutura energética e da área de petróleo. O Gráfico 2 apresenta a trajetória dos investimentos totais do Governo Federal (governo central mais empresas estatais, inclusive bancos), que correspondem a R\$ 119,1 bilhões (3,9% do PIB) e a R\$ 140,4 bilhões (4,2% do PIB), em 2009 e 2010, respectivamente. As empresas dos grupos Eletrobrás e Petrobras, juntas, representam cerca de 62% do total a ser investido pelo Governo Federal, e deverão aumentar seus volumes de investimento no ano de 2010 em 19,1%, em relação a 2009.

Gráfico 2: Despesa com Investimentos do Governo Federal, 2003 - 2010¹
(em % do PIB; e em R\$ bilhões, a preços constantes de 2009 - deflator IPCA)



Fonte: SOF e Dest/MP. Elaboração: Assec/MP

1. Dados observados até 2008 (empenho liquidado); valores em 2009 = Ploa 2009; valores em 2010 = Ploa 2010.

Políticas de inclusão social

Desde 2003, o Governo vem ampliando os recursos nas áreas sociais com vistas a reduzir a desigualdade social e elevar os indicadores de desenvolvimento humano da sociedade brasileira. Em um cenário de desaceleração econômica, os gastos sociais tornam-se ainda mais importantes, pois amenizam a queda da demanda agregada e os efeitos sociais da crise, criando condições para uma recuperação mais rápida da economia.

As despesas com saúde, educação e previdência social passaram de 8,8% do PIB, em 2003, para 9,9% do PIB, em 2009, com previsão de atingir 10,6% do PIB, em 2010. No caso da educação, destaca-se a criação do Fundeb, que aumentou a complementação de recursos financeiros da União para os Estados e Municípios aplicarem na educação básica, sendo R\$ 3,2 bilhões, em 2008, e R\$ 5,1 bilhões, em 2009, com previsão legal de repasse de R\$ 6,1 bilhões, em 2010.

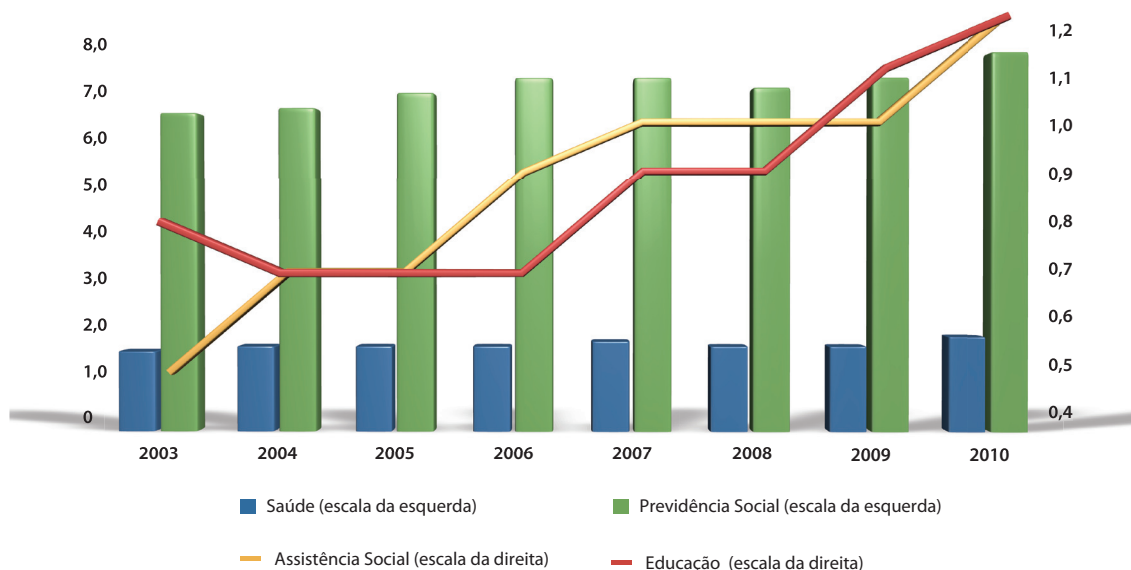
O seguro-desemprego e o abono salarial também tiveram expressivo crescimento, passando de 0,5% do PIB, em 2003, para 0,8% do PIB, em 2009. Este comportamento decorre do reajuste do salário mínimo e do processo de maior formalização do mercado de trabalho registrado nos últimos anos, incentivado por medidas tributárias, como o Simples nacional. No caso específico de 2009, a perda de postos de trabalho em função da desaceleração da economia incrementou o número de beneficiários. Ademais, é importante destacar que, em 2009, foi ampliado o prazo de pagamento do seguro-desemprego, que passou de 3 a 5 meses para 5 a 7 meses. Apesar da retomada do crescimento, em



2010, estima-se que a despesa com seguro-desemprego deverá subir para 0,9% do PIB em função da continuidade da política de aumento real do poder de compra do salário mínimo e do processo de formalização da economia.

Os gastos com assistência social também tiveram crescimento importante, a partir de 2004, tendo se elevado, de 0,5% do PIB, em 2003, para 1,0% do PIB, em 2009. Os principais fatores que contribuíram para este crescimento foram: a) valorização do salário mínimo; b) aumento da cobertura assistencial via BPC/Loas; e c) aumento da cobertura das políticas de transferência de renda, especialmente o PBF. De fato, o salário mínimo teve uma valorização real de 43% entre abril de 2002 e junho de 2009, além da antecipação da data base, sendo que, em 2010, o reajuste deve ocorrer no mês de janeiro. Os valores investidos no BPC subiram, de R\$ 2,6 bilhões, em 2001, para R\$ 19,1 bilhões, em 2009, maiores inclusive que os recursos investidos no PBF, que passaram de R\$ 5,6 bilhões, em 2004, para R\$ 11,4 bilhões, em 2009. Para 2010, o orçamento prevê recursos da ordem de R\$ 22,4 bilhões para o BCP e de R\$ 13,1 bilhões para o PBF.

Gráfico 3 - Evolução das despesas primárias na área Social¹
(em % PIB)



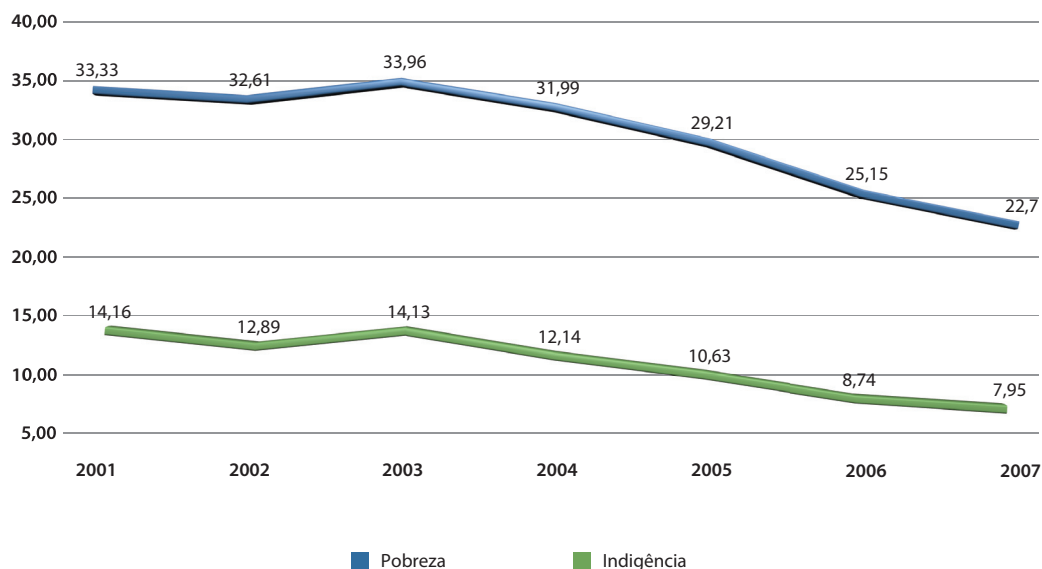
¹ Exclui gastos com servidores inativos e pensionistas.

As políticas sociais, somadas ao crescimento econômico ocorrido nos últimos anos, contribuiu para a redução da pobreza. O Gráfico 4 mostra o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior à linha de pobreza, definida como sendo a metade do salário mínimo, e o percentual de pessoas com renda igual ou inferior à linha de indigência ou extrema pobreza, definida como sendo um quarto do salário mínimo, entre os anos de 2001 e 2007¹¹. A queda mais consistente da pobreza foi registrada após 2003, cujo percentual se encontrava em 34%, passando para 32%, em 2004, e mantendo trajetória de queda até atingir 22,7%, em 2007.

¹¹ Os dados são apresentados somente para os anos em que houve a aplicação da PNAD do IBGE.



Gráfico 4 - Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior às linhas de pobreza e indigência, Brasil: 2001-2007

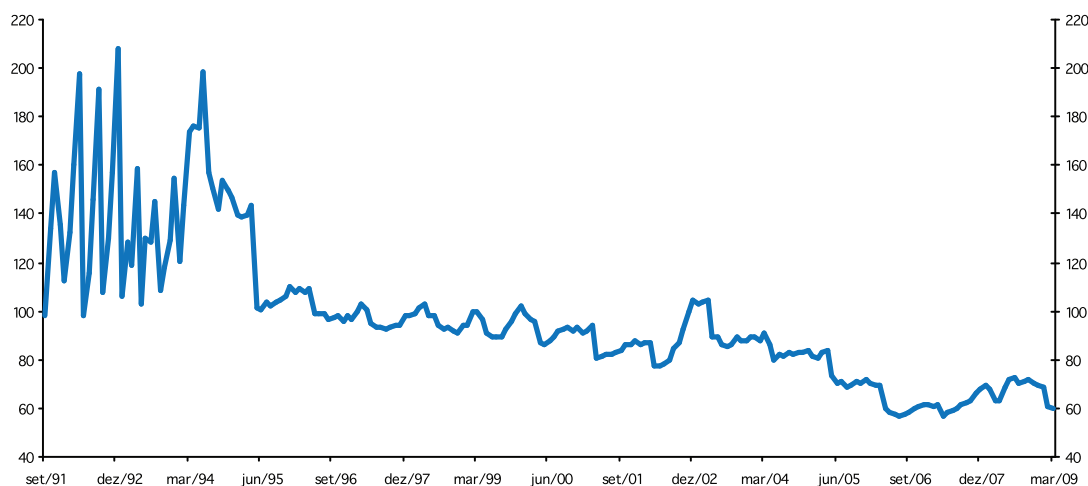


Fonte: Ipea. Elaboração: Assec/MP

A política de valorização do salário mínimo, associada ao controle da inflação, tem sido outra importante meta social do Governo. A inflação baixa e sob controle e os reajustes reais do salário mínimo elevaram a renda das famílias e ampliaram seu poder aquisitivo. Dessa forma, um maior número de pessoas passou a integrar o mercado de consumo e a ampliar a cesta de produtos que podem adquirir. O Gráfico 5 mostra que, desde 2003, o percentual do salário mínimo necessário para aquisição da cesta básica caiu praticamente à metade, de 104% ao final de 2002, para 57%, em 2006. Contudo, o aumento dos preços dos alimentos a partir de 2007 elevou o gasto para 61,7%, em maio de 2009, percentual que seria maior não fosse aplicada a regra de ganhos reais para o salário mínimo.



Gráfico 5 - Percentual do Salário Mínimo gasto para se adquirir a Cesta Básica



Ainda como parte do enfrentamento da crise financeira internacional, o Governo instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida, cujo objetivo central é aumentar o acesso das famílias de baixa renda à casa própria, ao emprego e à renda por meio de investimentos no setor de construção. O programa tem por meta o acesso das famílias com renda até 10 salários mínimos a 1 milhão de moradias, o que envolverá R\$ 60 bilhões de recursos, no período de 2009 a 2011. Desse total, R\$ 26,0 bilhões são recursos onerosos do FGTS e R\$ 34,0 bilhões referem-se a subsídios, dos quais R\$ 25,5 bilhões virão da União, R\$ 7,5 bilhões do FGTS, e R\$ 1,0 bilhão do BNDES. Para 2010, o montante destinado pelo orçamento fiscal será de R\$7,2 bilhões.

Auxílio financeiro aos demais entes da Federação

A perda de arrecadação federal, principalmente do IR e do IPI, reduziu o valor das transferências constitucionais da União para as demais entidades da Federação, em relação a 2008. Tendo em vista que um número importante de pequenos Municípios depende desses recursos para a realização de suas políticas públicas, o Governo Federal promoveu uma medida de auxílio financeiro de forma a garantir, em 2009, o mesmo valor bruto e nominal do FPM repassado, em 2008. A perda de receita estimada pelas prefeituras é de R\$ 1,0 bilhão, sendo que já foi repassado cerca de R\$ 953 milhões até o mês de junho. Outra importante medida de auxílio financeiro aos Estados e Municípios foi a transferência adicional de R\$ 1,9 bilhão, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

As medidas de auxílio financeiro têm amenizado parte da perda de receita, com vistas a garantir a continuidade dos investimentos realizados pelos governos estaduais e municipais, importantes para a geração de emprego, renda e incentivo ao investimento privado, haja vista o cenário adverso provocado pela crise financeira internacional.



A GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Consoante mencionado anteriormente, a crise financeira internacional não deixou de afetar o Brasil, embora em menor grau que outras economias. O ano de 2008 foi marcado pela intensa volatilidade dos preços dos ativos financeiros globais e dos prêmios de risco, com consequências para os preços dos ativos brasileiros. O aprofundamento da instabilidade no cenário internacional ao longo do ano foi o principal fator de pressão sobre a curva de juros doméstica no período. Em consequência, o Tesouro Nacional, com o intuito de evitar que flutuações de curto prazo causassem impactos nos custos de financiamento da DPF¹² a médio e longo prazos, alterou as bandas do PAF em agosto de 2008. Cabe destacar que tal decisão estava em linha com o objetivo do gerenciamento da DPF, qual seja: minimização dos custos de financiamento a longo prazo, assegurando a manutenção de níveis prudentes de risco.

O estoque da DPF encerrou 2008 em R\$ 1.397,3 bilhões, com a sua composição dentro dos limites revistos (Tabela 7). O somatório dos títulos remunerados por índices de preços e prefixados (preferenciais em relação aos remunerados pela taxa Selic e pela variação cambial) atingiu aproximadamente 56,5% do total da dívida. Em relação à sua estrutura de vencimentos, houve redução do percentual vincendo em 12 meses e aumento do prazo médio da DPF, que passou de 3,3 anos, ao fim de 2007, para 3,5 anos, ao fim de 2008.

Tabela 7 – Resultados para a Dívida Pública Federal (DPF)

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Limites para 2008	
							Mínimo	Máximo
Estoque da DPF¹ em Mercado (R\$ bilhões)								
	965,8	1.013,9	1.157,1	1.237,0	1.333,8	1.397,3	1.360,0	1.420,0
Composição da DPF (%)								
Prefixados	9,5%	16,1%	23,6%	31,9%	35,1%	29,9%	29,0%	32,0%
Índices de preços	10,3%	11,9%	16,1%	19,9%	24,1%	26,6%	25,0%	29,0%
Selic	46,5%	45,7%	43,9%	33,4%	30,7%	32,4%	31,0%	34,0%
Câmbio	32,4%	24,2%	17,6%	12,7%	8,2%	9,7%	7,0%	9,0%
Demais	1,4%	2,2%	1,8%	2,0%	1,9%	1,4%	1,0%	3,0%
Estrutura de vencimento da DPF								
Prazo Médio (anos)	3,3	2,9	2,8	3,0	3,3	3,5	3,5	3,8
% Vincendo em 12 meses	30,7%	39,3%	36,3%	32,4%	28,2%	25,4%	25,0%	29,0%

1 Inclui a Dívida Doméstica (R\$ 1.264,82 bilhões – dez./08) e a Dívida Externa (R\$ 132,51 bilhões – dez./08) de responsabilidade do Tesouro Nacional
Fonte: STN

Para 2009, o Tesouro Nacional continuará a busca do equilíbrio entre custo e previsibilidade do serviço da DPF. Este objetivo, possibilita que o Governo Federal se financie de forma menos onerosa e mais segura, contribuindo para o equilíbrio fiscal e a administração responsável dos recursos do contribuinte.

12 A qual corresponde à soma da dívida interna, chamada de DPMFi, com a dívida externa, conhecida por DPFe, ambas de responsabilidade do Governo Federal.



Para alcançar essa meta, as diretrizes que orientam a gestão da DPF se mantêm sujeitas às condições de mercado, conforme constantes do 9º PAF:

- a) alongamento do prazo médio e redução do percentual da DPF vincendo em 12 meses;
- b) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;
- c) aperfeiçoamento do perfil da DPF e, por meio de emissões de títulos com prazos de referência (*benchmarks*), programa de resgate antecipado e operações estruturadas;
- d) incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais nos mercados interno e externo; e
- e) ampliação da base de investidores.

Ressalta-se que, regra geral, a dívida prefixada proporciona maior previsibilidade no fluxo futuro de pagamentos da dívida e fornece proteção contra choques em variáveis de mercado. Por sua vez, a dívida indexada à inflação é desejável por motivos relacionados ao alinhamento entre as características financeiras dos ativos e dos passivos. Além de o Governo Federal possuir montante expressivo de ativos financeiros indexados à inflação, o fluxo de receitas tributárias futuras do governo tende a apresentar correlação positiva com a inflação. Esta indexação permite também que se alinhe componente importante da política fiscal com o principal objetivo da autoridade monetária.

Como pode ser observado na Tabela 8, os indicadores mantêm-se dentro dos limites em 2009. Ao final deste ano, espera-se que o estoque da DPF situe-se entre R\$ 1,45 trilhão e R\$ 1,60 trilhão, após alcançar R\$ 1,40 trilhão em dezembro de 2008.

Tabela 8 – Resultados para a Dívida Pública Federal (DPF) – maio/2009

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Mai/09	Limites para 2009	
								Mínimo	Máximo
Estoque da DPF¹ em Mercado (R\$ bilhões)									
	965,8	1.013,9	1.157,1	1.237,0	1.333,8	1.397,3	1.388,3	1.450,0	1.600,0
Composição da DPF (%)									
Prefixados	9,5%	16,1%	23,6%	31,9%	35,1%	29,9%	28,2%	24,0%	31,0%
Índices de preços	10,3%	11,9%	16,1%	19,9%	24,1%	26,6%	26,1%	26,0%	30,0%
Selic	46,5%	45,7%	43,9%	33,4%	30,7%	32,4%	36,1%	32,0%	38,0%
Câmbio	32,4%	24,2%	17,6%	12,7%	8,2%	9,7%	8,3%	7,0%	11,0%
Demais	1,4%	2,2%	1,8%	2,0%	1,9%	1,4%	1,4%	1,0%	2,0%
Estrutura de vencimento da DPF									
Prazo Médio (anos)	3,3	2,9	2,8	3,0	3,3	3,5	3,6	3,4	3,7
% Vincendo em 12 meses	30,7%	39,3%	36,3%	32,4%	28,2%	25,4%	26,7%	25,0%	29,0%

¹ Inclui Dívida Doméstica (R\$ 1.274,26 bilhões – mai./09) e a Dívida Externa (R\$ 114,06 bilhões – mai./09) de responsabilidade do Tesouro Nacional. Fonte: STN



Especificamente em relação à dívida externa, a gestão da DPFe, em 2009, pauta-se pelo aumento de eficiência da curva de juros externa, por meio de operações pontuais de recompra de títulos que não são considerados pontos de referência (*benchmarks*) e manutenção de pontos de referência (usualmente de 10 e 30 anos) para prazos selecionados. A partir dessa diretriz, a estratégia para a DPFe é a seguinte:

- a) criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) na estrutura a termo de taxa de juros no mercado externo;
- b) manutenção do programa de recompras (*buyback*);
- c) realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa; e
- d) manutenção de relacionamento transparente com a comunidade financeira internacional.

Nessa linha, as emissões externas realizadas até agora foram:

- a) 6 de janeiro de 2009 – emissão de novo *benchmark* de 10 anos, o bônus Global 2019, no valor de US\$ 1,025 bilhão, sendo US\$ 1,00 bilhão nos mercados europeu e norte-americano e US\$ 25 milhões no mercado asiático; e
- b) 7 de maio de 2009 – realização da primeira reabertura do bônus Global 2019N, no valor de US\$ 750 milhões.

Em relação ao Tesouro Direto, programa que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas, por meio da internet, o Tesouro Nacional tem continuado o processo de sua ampliação. Cabe destacar que o Tesouro Direto, ao longo dos seus sete anos de existência, tem colaborado consideravelmente para a democratização da formação de poupança sob a forma de títulos públicos.

Após ter obtido expressivos resultados em 2008, como o crescimento de 41,7% no número de investidores cadastrados e de 102,05% no montante vendido, pode-se dizer que o programa encontra-se em franca expansão. Até maio de 2009, havia 158.578 investidores cadastrados, e o estoque dos títulos públicos adquiridos por meio deste programa alcançou o valor de R\$ 2,8 bilhões (incremento de 67,8% em relação a maio de 2008).

Espera-se a continuidade do crescimento do número de investidores cadastrados no Tesouro Direto, uma vez que a parceria do Tesouro Nacional com a BM&FBovespa está se traduzindo em ciclos de palestras, treinamentos e participação no programa de educação financeira capitaneado pela bolsa. Essas novidades apontam para novos recordes em 2009 e 2010.

Para o ano de 2010, a gestão da dívida pública, frente ao objetivo de minimização de custos e manutenção de níveis prudentes de risco, continuará seguindo as diretrizes de longo prazo do Tesouro Nacional, quais sejam: a) substituir gradualmente os títulos indexados à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; b) promover a redução do risco de refinanciamento da DPFe; c) ampliar sua base de investidores interna e externa; e d) fomentar o desenvolvimento da estrutura a termos de taxa de juros. Atenção especial deverá ser dada ao alongamento do prazo médio da dívida, pela introdução de novos vértices mais longos, e pela suavização do perfil de vencimentos, fatores que permitirão a continuidade da redução do risco de refinanciamento.

II – Políticas Setoriais de Desenvolvimento

- **Agricultura e Agronegócio**
- **Desenvolvimento Agrário**
- **Indústria, Tecnologia e Comércio Exterior**
- **Infraestrutura Econômica**
- **Turismo**
- **Pesca e Aquicultura**



AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro, a cada ano, vem se consolidando como um dos setores mais dinâmicos da economia, possuindo condições de atender necessidades adicionais de consumo mundial, já que temos, além do clima privilegiado, solo fértil, disponibilidade de água, e mão-de-obra qualificada. Estes fatores dotam o Brasil de uma condição especial para o desenvolvimento da agropecuária e todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas.

O agronegócio, um dos principais motores da economia brasileira, tem se destacado pelo seu crescimento e por sua contribuição à balança comercial, sendo responsável por mais de um terço das exportações brasileiras.

Dados coletados junto ao Mapa permitem aferir que somos o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lideramos o *ranking* das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. As projeções indicam que o País também será, em pouco tempo, o principal pólo mundial de biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, além de suínos e pescados, também são destaques no agronegócio brasileiro, que emprega atualmente cerca de 18 milhões de trabalhadores somente no campo.

O Desempenho das Exportações

O superávit do agronegócio brasileiro no ano de 2008 atingiu quase US\$ 60 bilhões. As exportações do agronegócio somaram mais de US\$ 71 bilhões e atingindo cerca de 33,3% das exportações do Brasil. Em comparação com o ano de 2007, as exportações do agronegócio tiveram crescimento da ordem de 22,9%. Este aumento foi basicamente provocado pela alta das cotações dos produtos do complexo soja, carnes, açúcar e álcool, muito embora o volume exportado também tenha apresentado incremento de 3% no mesmo período. As exportações destas *commodities* atingiram US\$ 40,4 bilhões em 2008.

No primeiro semestre de 2009, as exportações do agronegócio já atingiram cerca de US\$ 31 bilhões, e contribuíram de maneira significativa para a obtenção do superávit de mais de US\$ 11 bilhões na balança comercial no mesmo período.

Tabela 9 – Balança Comercial Brasileira e do Agronegócio (US\$ milhões/ano)

Ano	saldo		exportação			importação		
	total	agronegócio	total	agronegócio	(%)	total	agronegócio	(%)
2001	2.637	19.016	58.223	23.863	41,0	55.586	4.847	8,7
2002	13.140	20.347	60.362	24.839	41,2	47.222	4.492	9,5
2003	24.824	25.848	73.084	30.639	41,9	48.260	4.791	9,9
2004	33.693	34.135	96.475	39.016	40,4	62.782	4.881	7,8
2005	44.764	38.417	118.309	43.601	36,9	73.545	5.184	7,0
2006	46.456	42.770	137.807	49.465	35,9	91.351	6.695	7,3
2007	40.032	49.701	160.649	58.420	36,4	120.617	8.719	7,2
2008	24.735	59.986	197.942	71.806	36,3	173.207	11.820	6,8
jan-jun 08	11.349	28.156	90.644	33.786	37,3	79.295	5.630	7,1
jan-jun 09	13.987	26.356	69.952	31.444	45,0	55.965	5.088	9,1

Fonte: Secex/MDIC



Crédito Rural

Num cenário de recuperação da economia mundial, o governo está adaptando sua política agrícola aos novos desafios, entendendo que é preciso melhorar a relação entre o produtor rural e os agentes financeiros, sempre de modo a facilitar e ampliar o acesso ao crédito rural. Com estes objetivos, o Plano Agrícola e Pecuário 2009-2010 aprimora os instrumentos de política agrícola e intensifica o apoio ao produtor, provendo também os recursos de crédito necessários à produção e à comercialização da safra.

A safra que se inicia contará com linhas de financiamento de R\$ 107,5 bilhões, 37% a mais que o destinado ao setor na safra 2008-2009, e 53,6% a mais que a safra 2007-2008. Tais números mostram o esforço governamental em apoiar o setor rural. Do total previsto para a safra que se inicia, R\$ 92,5 bilhões apoiam a agricultura comercial e R\$ 15,0 bilhões destinam-se à agricultura familiar.

Serviços à Agropecuária

O bom desempenho das exportações do setor e a oferta crescente de empregos na cadeia produtiva não podem ser atribuídos apenas à vocação agropecuária brasileira. O desenvolvimento científico-tecnológico e a modernização da atividade rural obtidos por intermédio de pesquisas e da expansão da indústria de máquinas e implementos contribuíram igualmente para transformar o País numa das mais respeitáveis plataformas mundiais do agronegócio.

Nesse sentido, o Governo Federal vem desenvolvendo ações de fiscalização e de definição de métodos de controle, objetivando ampliar a qualidade de alimentos oriundos da agropecuária e melhorar a defesa agropecuária; de melhoria da rede de armazenagem e processos de comercialização; de pesquisa e geração de tecnologias na agropecuária; e de fomento para ampliação do seguro rural privado.

Há esforços visando garantir a qualidade e inocuidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal ofertados ao mercado consumidor nacional e do mercado externo, por meio da adoção de medidas de apoio ao sistema laboratorial de análise animal e vegetal, de controle de resíduos e contaminantes, de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, tudo objetivando minimizar riscos à saúde humana. Em 2010, serão destinados R\$ 81,1 milhões para o Programa de Qualidade de Alimentos e Bebidas com ênfase nas ações de controle de resíduos e contaminantes, fiscalização e de análise laboratorial de produtos, visando à redução de resíduos químicos e biológicos nocivos ao consumidor e para superar exigências do mercado exterior.

A preocupação com doenças na produção agropecuária tem levado os países importadores a elevarem o nível de exigências impondo, cada vez mais, barreiras fitozoossanitárias aos produtos brasileiros. Isso demonstra que há um longo caminho a percorrer, para a abertura e a manutenção de mercados internacionais. Para isso, o Governo priorizou recursos para controle e erradicação de doenças e pragas na agropecuária na ordem de R\$ 142,4 milhões.

As ações na área da armazenagem, comercialização e abastecimento buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, por meio da implementação de políticas públicas, da organização da base produtiva e de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, mediante a formação e manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários para garantir a



regularidade do abastecimento, a segurança alimentar da população brasileira e o equilíbrio de preços. Para 2010, a PGPM terá no orçamento recursos da ordem de R\$ 3,8 bilhões.

A pesquisa agropecuária tem papel importante na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, que se dá mediante a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, envolvendo a produção técnico-científica, a produção de publicações técnicas, produtos e serviços.

Nesse particular, a Embrapa tem exercido importante papel pelo nível de excelência de suas pesquisas e pela dedicação à busca de novas tecnologias. Para que a Embrapa possa formular um novo perfil de desempenho científico que estivesse acima da sua média histórica e, portanto, à altura dos atuais e dos futuros desafios tecnológicos, o Governo aprovou o Plano de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa, lançado por ocasião do 35º aniversário da Empresa, em abril de 2008, com duração prevista até 2010, o qual abrange a ampliação e revitalização da infraestrutura física das unidades da Empresa, a construção e implantação de centros de pesquisa, o desenvolvimento de novas linhas de pesquisa agropecuária e o apoio à ampliação, à revitalização e à modernização da infraestrutura física das Oepas. Para 2010, foram alocados recursos no valor de R\$ 458,7 milhões para a melhoria da estrutura e a continuidade das pesquisas agropecuárias.

Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

A política de subvenção ao prêmio do seguro rural objetiva o aumento da base do seguro agrícola privado e a diluição do risco de perda por parte das seguradoras e resseguradoras, ampliando o mercado de seguros agrícolas, diminuindo o risco de perda. Isto, numa primeira análise, promove a busca pela universalização do acesso ao seguro rural privado, a indução do uso de tecnologias adequadas, a modernização da gestão do empreendimento agropecuário e a garantia da renda agrícola, tudo isso com repercussão na adimplência no setor agropecuário junto aos bancos e outros agentes de financiamento da produção.

Esse benefício é concedido ao produtor rural pelo Governo Federal por intermédio das sociedades seguradoras habilitadas, as quais, no ato da contratação do seguro cobram do produtor apenas uma parte do custo da contratação da apólice de seguro. O restante do custo da apólice é arcado pelo governo, o qual é pago às sociedades seguradoras mediante a comprovação da realização das operações. O orçamento de 2010 prevê recursos da ordem de R\$ 238,7 milhões que possibilitarão subsidiar cerca de 65 mil apólices com a cobertura de mais de 7,2 milhões de hectares, beneficiando mais de 91,5 mil produtores.



DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

A promoção do desenvolvimento rural sustentável realizada por intermédio do aumento da produção de alimentos, do acesso a direitos, da geração de emprego e renda e da inclusão social é o objetivo central da atual política para o campo. Para alcançá-lo estão sendo aprimorados diversos instrumentos da política agrícola e agrária, com vistas ao fortalecimento econômico da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária.

O Programa Territórios da Cidadania iniciou, em 2007, a intensificação da atuação voltada para a busca da redução da pobreza e da melhoria da qualidade de vida no meio rural, por meio da integração das políticas públicas setoriais com iniciativas das várias esferas de governo. Em 2008, foram atendidos, prioritariamente, 60 Territórios em todo o País. Em 2009, com a ampliação para 120 Territórios da Cidadania, o Programa alcança a meta estabelecida pelo Governo Federal. No ano de 2010, serão intensificados os atendidos nesses 120 Territórios.

O Plano Safra da Agricultura Familiar está sendo aperfeiçoado constantemente, objetivando a ampliação da produção e da produtividade da agricultura familiar. A recém-criada modalidade Pronaf-Mais Alimentos permite levar ao campo um conjunto de medidas estruturantes de longo prazo voltadas para a ampliação da renda e sustentabilidade desta atividade objetivando o equilíbrio de preços com oferta de produtos de qualidade e em quantidade suficiente à população.

Reforma Agrária

Desde 2003, e até o primeiro semestre de 2009, o Governo Federal já assentou 523 mil famílias. No total, foi realizado um investimento direto da ordem de R\$ 14 bilhões. Até o final de 2010, a meta é assentar mais 100 mil famílias.

Tabela 10 - Famílias assentadas (por ano)

ANO	FAMÍLIAS
2003	36.301
2004	81.254
2005	127.506
2006	136.358
2007	67.535
2008	70.157
2009 ¹	4.291
TOTAL	523.402

¹ Até 30/06/2009.

Para dar continuidade a este processo, para 2010, estão previstos recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhões para implantação de novos projetos e para o desenvolvimento e qualificação dos assentamentos já existentes.

Também, serão disponibilizados R\$ 900 milhões na forma de crédito-instalação, aos assentados da reforma agrária, para o apoio e subsistência das famílias até a primeira colheita, inclusive no semi-árido



e R\$ 300 milhões para financiamento da aquisição de imóveis rurais pelo Programa Crédito Fundiário, o qual objetiva promover o acesso à terra em áreas não passíveis de desapropriação, com a estimativa de atender cerca de 11 mil famílias.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

As ações voltadas para a regularização fundiária em terras públicas federais foram intensificadas com vistas a reduzir as situações de descontrole, ilegalidade e instabilidade jurídica. Está sendo priorizada a permanência de agricultores familiares nas comunidades locais e de populações tradicionais em seus territórios.

O Programa de Gerenciamento da Estrutura Fundiária contará, em 2010, com R\$ 336 milhões, um incremento de quase 90% sobre o volume de recursos em 2009. Estes recursos destinam-se, principalmente, aos trabalhos de georeferenciamento de áreas públicas e privadas predeterminadas e de identificação e destinação de terras públicas, instrumentos fundamentais no combate à degradação ambiental e à grilagem de terras, sobretudo na Amazônia Legal, nas faixas de fronteira e em áreas de influência de obras do PAC.

Além disso, o Governo Federal vem apoiando o cadastramento georeferenciado e a titulação de imóveis em terras devolutas estaduais, mediante atuação conjunta com os governos estaduais. Em 2010, serão destinados R\$ 17 milhões para o cadastro georeferenciado de mais 10.000 imóveis.

AGRICULTURA FAMILIAR E PLANO DE SAFRA

O Plano Safra para a Agricultura Familiar contará com R\$ 15 bilhões para a safra 2009-2010. Mais de 15% de ampliação sobre os recursos disponibilizados no Plano Safra anterior, recursos estes, destinados a atender às linhas de financiamento de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), permitindo a modernização da infraestrutura de unidades produtivas que passam a contar com um novo mercado para a sua produção: o da alimentação escolar.

Este Plano Safra 2009-2010, construído com base nas demandas do setor produtivo e com apoio de 15 ministérios, traz como mudanças a ampliação de crédito para custeio (de R\$ 30 mil para R\$ 40 mil por agricultor), para o microcrédito rural (de R\$ 1,5 mil para R\$ 2 mil do limite de financiamento), para o Pronaf – Cota-Parte (limite de crédito subiu de R\$ 5 mil para R\$ 10 mil para agricultores de cooperativas com base familiar e de R\$ 5 milhões para R\$ 10 milhões para pessoa jurídica). O limite máximo patrimonial das cooperativas de produção com base na agricultura familiar foi elevado de R\$ 50 milhões para R\$ 70 milhões.

Dessa forma, estão sendo ampliadas as linhas de financiamento, dentre elas, o Pronaf-Mais Alimentos, que financia projetos de até R\$ 100 mil, com juros de 2% ao ano, carência de até três anos e prazo de pagamento de até dez anos, que já contemplava aquisições de tratores e equipamentos agrícolas, passa a contemplar também projetos de galpões de armazenagem, silos, construções e maquinário para ordenha, resfriadores e correção de solo.



O Seaf, que antes só beneficiava os financiamentos de custeio do Pronaf, a partir da safra 2009-2010 passa a cobrir contratos de investimento. Oferece cobertura de 100% do valor financiado, mais uma parcela de renda esperada. Na safra 2008-2009 foram amparados mais de 616 mil empreendimentos de agricultores familiares, com um valor segurado de R\$ 3,6 bilhões.

O PGPAF, é mais uma das ações de apoio à agricultura familiar que compõem o Pronaf, e tem como objetivo: garantir a sustentação de preços dos produtos agrícolas oriundos deste segmento, garantir a manutenção das atividades produtivas da agricultura familiar, estimular a diversificação da produção agropecuária da agricultura familiar e articular as diversas políticas de crédito e de comercialização agrícola. Com o PGPAF, a agricultura familiar tem a certeza de que seus produtos financiados pelo crédito de custeio do Pronaf terão pelo menos o custo de produção garantido. O limite anual do valor do desconto de garantia do PGPAF, vigorando em 2009, é de R\$ 3,5 mil por agricultor. Para 2010, o limite será ampliado para R\$ 5 mil e, também, passam a ser contempladas as culturas de babaçu, açai, borracha natural extrativa, pequi e piaçava.

O PAA, objetiva dinamizar as economias locais na geração de renda mediante a articulação da produção da agricultura familiar com a demanda gerada pelas políticas de segurança alimentar. Permite a aquisição de alimentos com isenção de licitação e, por isso, pode ser acessado diretamente pelo agricultor sem intermediários. As aquisições do PAA se baseiam em preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais. Nesse programa, o governo compra de cada produtor diversos produtos agrícolas ou extrativos, até o limite de R\$ 3.500,00 por ano. Este limite é semestral no caso da modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite. Em 2010, através da modalidade de formação de estoques, coordenada pelo MDA, serão investidos R\$ 105,4 milhões.

O Fundo Garantia-Safra, constituído por recursos financeiros da União, dos Estados, dos Municípios e dos agricultores, garante um auxílio financeiro ao agricultor familiar do semi-árido que tiver perda da safra por problemas climáticos. O valor do benefício do Garantia-Safra foi ampliado de R\$ 550,00 para R\$ 600,00 e o benefício será pago em quatro parcelas e não mais em cinco. O valor de R\$ 100,1 milhões previstos para 2010 permitirá a adesão de até 833 mil agricultores familiares.



INDÚSTRIA, TECNOLOGIA E COMÉRCIO EXTERIOR

A PDP será o principal instrumento norteador das ações relacionadas aos programas sob a responsabilidade do MDIC, sendo que o maior desafio a ser enfrentado refere-se à consecução das metas fixadas na PDP até o final de 2010: aumentar a taxa de investimento da economia para 21% do PIB; ampliar os investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento para 0,65% do PIB; ampliar a participação das exportações brasileiras para 1,25% das exportações mundiais; e aumentar em 10% o número de MPEs.

A estratégia adotada para a implantação de ações para 2010 baseia-se na utilização de diversos instrumentos, tais como: capital de risco; utilização do poder de compra governamental; aperfeiçoamentos regulatórios, de nível técnico, econômico e concorrencial; apoio técnico em certificação e metrologia; promoção comercial; propriedade intelectual; e capacitação de recursos humanos e capacitação empresarial, com envolvimento de todos os entes responsáveis.

Com vistas à expansão e à diversificação das exportações do País, com a incorporação de novos produtos, mercados e empresas exportadoras, serão indispensáveis à manutenção do esforço na implementação de medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, o engajamento de novas empresas na atividade exportadora e a disponibilização de informações que facilitem a inserção do empresariado na atividade exportadora de forma competitiva.

Nesse contexto, a participação brasileira na Exposição Universal, em sua edição de 2010, em Xangai, na República Popular da China, será uma oportunidade para a apresentação de setores reconhecidos por sua competitividade internacional, que promovam o desenvolvimento sustentável das cidades, aliado à adequação das exigências do mundo contemporâneo. Além da divulgação da imagem do País no exterior, com impacto direto na promoção de investimentos e do turismo, a Expo Xangai 2010 constituirá excelente espaço para o Brasil divulgar suas potencialidades regionais e, ainda, abordar temas de interesse mundial, como os biocombustíveis.

As áreas de metrologia legal e qualidade são decisivas para o aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e para a proteção do consumidor. Assim, o Inmetro poderá contar, para o desenvolvimento de suas ações, com um montante de R\$ 496,4 milhões que permitirá a ampliação do acesso das microempresas e empresas de pequeno porte aos serviços de avaliação da conformidade, metrologia, informação tecnológica e apoio à superação de barreiras técnicas, para facilitar a certificação. Está prevista para 2010 a conclusão do laboratório de Metrologia Biológica, que disporá de recursos da ordem de R\$ 7,0 milhões, para desenvolver e padronizar os processos de uso de organismos vivos em produção de insumos e prestação de serviços, e será finalizada a análise das enzimas que degradam o bagaço da cana de açúcar, com o objetivo de melhorar a qualidade da produção da terceira geração do bioetanol.

A propriedade intelectual, como instrumento de apoio à competitividade econômica, na medida em que contribui para estimular a criação e absorção de tecnologia, aumentar o valor agregado dos produtos e serviços nacionais e melhorar o desempenho das exportações, exerce importante papel no processo de desenvolvimento tecnológico do País. Dessa forma, o INPI contará com recursos da ordem de R\$ 244,2 milhões, com o objetivo de intensificar e diversificar as ações de promoção



da propriedade intelectual no Brasil e na região latino-americana, fomentando o uso estratégico do sistema de propriedade intelectual pelas empresas e instituições de pesquisa, bem como consolidar-se como autoridade internacional de busca, perseguindo a meta de duplicar o número de pedidos de patentes de brasileiros no exterior.

Destaca-se, ainda, a atuação da Suframa no desenvolvimento e ocupação da Amazônia Ocidental e áreas de Livre Comércio de Macapá e de Santana, harmonizando crescimento econômico, preservação do meio ambiente e qualidade de vida. Neste sentido, caberá à Suframa recursos disponíveis na sua programação na ordem de R\$ 191,9 milhões, os quais possibilitarão o fortalecimento do PIM, por meio da sua política de atração de investimentos e da irradiação dos seus efeitos para as suas áreas de atuação, corroborando com o desenvolvimento regional de forma sustentada e equilibrada.

Ciência e Tecnologia

Em 2010, o MCT contará com recursos globais da ordem de R\$ 5.574,7 milhões, destacando-se os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, com R\$ 2.980,7 milhões, a concessão de bolsas de estudos para 68,8 mil bolsistas, com R\$ 805,7 milhões, o programa nuclear brasileiro, com R\$ 707,1 milhões, e o apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento, com R\$ 243,8 milhões.

As ações e a estratégia envolvidas no financiamento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação enfatizam a ampliação e a otimização dos recursos investidos em ciência e tecnologia têm gerado o aumento da capacidade nacional de produção científica e tecnológica, a participação mais equilibrada na distribuição dos recursos entre as diferentes regiões do País, o crescente comprometimento de governos estaduais na execução de políticas e a ampliação à participação do investimento privado em programas de pesquisa e desenvolvimento, com vistas à inovação.

Tais resultados, somados à implementação de mecanismos mais flexíveis e estáveis de financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento, têm contribuído com a estratégia de expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, cujas diretrizes para 2010 incluem:

- a) fortalecer as interações entre os atores do Sistema Nacional, visando à ampliação da base científica nacional, à consolidação da excelência em diversas áreas do conhecimento, à intensificação da capacitação tecnológica das empresas brasileiras para geração, à aquisição e à transformação de conhecimento em inovação;
- b) intensificar a interlocução com diferentes esferas da Federação, por meio do fortalecimento das parcerias com os Estados e Municípios, com o objetivo de tornar contínua a destinação de recursos para ciência, tecnologia e inovação;
- c) envidar esforços para que os Estados implementem suas leis estaduais de inovação, a exemplo do ocorrido no Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina;
- d) ampliar a base de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico e tecnológico, com ênfase em engenharia e nas áreas relacionadas à Política de Desenvolvimento Produtivo; e



- e) ampliar e fortalecer as cooperações internacionais com países da América do Sul, África, União Europeia, além de China, Estados Unidos, França, Índia, Ucrânia e países em desenvolvimento.

Em 2010, às ações de apoio e fomento à pesquisa serão destinados R\$ 243,8 milhões, com a finalidade de dar condições adequadas ao funcionamento de instituições de pesquisa que se destaquem pela competência em áreas estratégicas para o País; ampliar e ajustar a base técnico-científica nacional às necessidades do mercado de conhecimento e de serviços em ciência e tecnologia; aumentar a produtividade científica e tecnológica; apoiar a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular o engajamento dos pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social; apoiar a organização e consolidação de novos grupos emergentes de pesquisa; expandir e fortalecer a infraestrutura de pesquisa das instituições de pesquisa; e consolidar as redes cooperativas de pesquisa.

Com políticas diretamente relacionadas à formação, à qualificação e à fixação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, o programa de concessão de bolsas vem direcionando seu foco para ações que visam ampliar o número de bolsas de formação, pesquisa e extensão concedidas pelo CNPq, principalmente em engenharia, em áreas prioritárias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, e em setores estratégicos para o desenvolvimento do País, além de favorecer a inserção de pesquisadores e promover a expansão e a qualificação do quadro de profissionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas ICTs, com vistas a superar as desigualdades regionais.

A proposta para o Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação no valor de R\$ 805,7 milhões, representa 6,9% a mais que 2009. Coordenado pelo CNPq, o programa de bolsas permitirá a formação e capacitação de 68.817 bolsistas e a ampliação e a consolidação da base necessária ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

A atuação das unidades de pesquisa contribuiu decisivamente para a promoção da ciência e tecnologia no País. Os recursos destinados a essas iniciativas viabilizam o desenvolvimento da infraestrutura de pesquisa e resultam em crescimento das publicações de pesquisas e artigos no Brasil e no exterior, além do desenvolvimento de novos processos e técnicas. Em continuidade à difusão de tecnologia e ao desenvolvimento e consolidação de redes temáticas de pesquisa, serão alocados R\$ 149,8 milhões para essas instituições de pesquisa em 2010.

A capacitação do País para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais voltadas à solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira continuará sendo o foco central do PNAE, cujo objetivo é alcançar autonomia e domínio de todas as etapas da tecnologia de lançamentos espaciais, e que contará com recursos da ordem de R\$ 340,4 milhões para 2010. O Programa é coordenado pela Agência Espacial Brasileira e inclui questões associadas a monitoramento ambiental, levantamento de recursos naturais, mudanças globais de clima, observação do território nacional, comunicações e controle de tráfego aéreo, além da prioridade na infraestrutura espacial, tais como os centros de lançamento e veículos lançadores de satélites.

Devido ao sucesso do CBERS 1 e 2, que resultaram na obtenção de mais de 300.000 imagens, atendendo a aproximadamente 15.000 usuários de mais de 1.500 instituições cadastradas, o Brasil alcançou significativos avanços científicos. Essas imagens são usadas no controle do desmatamento



e queimadas na Amazônia Legal, no monitoramento de recursos hídricos, das áreas agrícolas, do crescimento urbano, da ocupação do solo, na educação e em inúmeras outras aplicações.

O PNAE abrange, atualmente, uma significativa quantidade de projetos de grande vulto, com o desenvolvimento de satélites como CBERS 3 e 4, Amazônia-1, Lattes, além dos destinados ao Sensoriamento Remoto com Imageador Radar (MAPSAR) e ao Programa Internacional de Medidas de Precipitação (GPM-Br), e contempla, ainda, a consolidação de infraestrutura de solo, com a construção do Centro Espacial de Alcântara (CEA). No projeto de implantação do CEA, cujo produto é o sítio comercial para lançamento de foguetes, serão investidos recursos da ordem de R\$ 39,7 milhões.

O Programa Nacional de Atividades Nucleares tem foco no uso de energia nuclear de forma saudável e pacífica, no desenvolvimento de ciência e tecnologia nucleares e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e no atendimento ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia. As atividades na área nuclear envolvem a fabricação de combustível nuclear, os levantamentos e as prospecções sobre a ocorrência de reservas de urânio comercialmente viáveis para exploração mineral, a produção de minerais pesados e óxidos de terras raras, a pesquisa e o desenvolvimento em ciências e tecnologias nucleares e em aplicações das radiações ionizantes, a produção de substâncias radioativas para a área médica, e a fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia.

A proposta orçamentária de 2010 contempla o programa nuclear brasileiro com R\$ 707,1 milhões. No que tange ao enriquecimento de urânio, as Indústrias Nucleares do Brasil e o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo firmaram contrato para implantação modular na unidade de Resende, no Rio de Janeiro. O valor total estimado para o investimento é de R\$ 462,3 milhões e a conclusão da primeira etapa do projeto está prevista para dezembro de 2012. Em 2010, serão destinados R\$ 40,0 milhões para essa finalidade.

Os setores de tecnologias avançadas, fortemente baseados no conhecimento científico, são férteis em oportunidades para inovar, crescer, gerar empregos de qualidade e afetar positivamente outros setores da economia, tornando-se essenciais para o crescimento e o desenvolvimento das economias. Assim, setores estratégicos como os da biotecnologia e da nanotecnologia serão fortalecidos.

Na área da biotecnologia, será incentivada a formação de recursos humanos, a indução de projetos cooperativos, o fortalecimento da infraestrutura de Tecnologia Industrial Básica, para a incorporação da biotecnologia nos processos industriais e o apoio a projetos, visando à obtenção de produtos biotecnológicos. Quanto à nanotecnologia, área considerada estratégica para o País, as ações terão foco na interação entre instituições científicas e tecnológicas e empresas e na consolidação da infraestrutura de pesquisa dos laboratórios regionais de referência para caracterização e manipulação de sistemas nanoestruturados, além do fortalecimento e ampliação da cooperação internacional na área. Para apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação em biotecnologia estão previstos R\$ 3,6 milhões em 2010, e para apoio às redes de nanotecnologia, R\$ 3,3 milhões.

Terá continuidade o apoio ao desenvolvimento tecnológico das indústrias de eletrônica e de semicondutores, com a operacionalização da empresa pública Ceitec, especializada no desenvolvimento e produção de circuitos integrados de aplicação específica, cuja meta é inserir o Brasil no mercado global

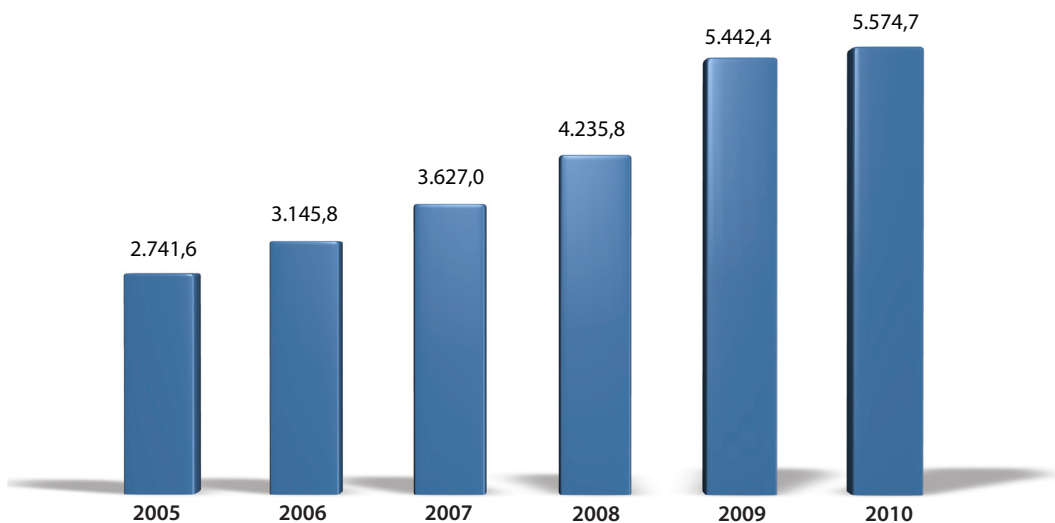


como produtor de semicondutores. O objetivo é promover o desenvolvimento, no País, da indústria de semicondutores, a implantação de uma cadeia de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de componentes eletrônicos, de modo a permitir a incorporação desses dispositivos, produtos e processos de produção em diversos setores industriais, com ganhos de produtividade, inovação e competitividade. Para cumprir esse objetivo em 2010 estão previsto R\$ 28,0 milhões na Proposta Orçamentária.

Para promover a popularização da ciência e da tecnologia, mediante produção, difusão, apropriação e aplicação do conhecimento e melhoria da educação científico-tecnológica, o MCT destinou R\$ 12,3 milhões para realização da 6ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas, que prevê a participação de 10 milhões de alunos em 2010, à criação e ao desenvolvimento de centros e museus de ciências, à expansão, à interligação e à modernização de centros vocacionais tecnológicos e ao apoio a projetos de inclusão digital, com ênfase na implementação de telecentros.

Ciência, tecnologia e inovação são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, a democratização de oportunidades e a integração do trabalho de cientistas, pesquisadores, acadêmicos, empresas e organizações da sociedade civil, determinantes para a construção da soberania nacional, a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável e o melhor posicionamento do Brasil no contexto internacional. Por isso o Governo Federal vem ampliando os investimentos na área, mediante alocação crescente de recursos orçamentários, conforme evidenciado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Ministério da Ciência e Tecnologia - Evolução de Gastos (em R\$ milhões)





INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Em 2007, o Governo lançou o PAC, estruturado a partir de um conjunto de políticas econômicas planejadas para os quatro anos seguintes, sendo uma delas a expansão do investimento em infraestrutura logística, energética, social e urbana. O conjunto destas medidas foi concebido como condição fundamental para instigar o desenvolvimento sustentável no Brasil e uma das formas de o País superar os gargalos da economia, estimular o aumento da produtividade e a contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais.

Ressalta-se, inclusive, que tendo em vista a consecução de resultados mais rápidos, optou-se pela recuperação da infraestrutura existente, conclusão dos projetos em andamento e busca por novos projetos com forte potencial para gerar desenvolvimento econômico e social, além de estimular, decididamente, a sinergia existente entre estes.

Essas medidas, saliente-se, concorreram fortemente para o combate à crise internacional, que tem afetado a economia de vários países ricos desde o final de 2007, mas que somente no segundo semestre de 2008 se instalou no Brasil. Dessa forma, para manter a rota de desenvolvimento do País neste cenário adverso, o Governo tem intensificado os investimentos públicos.

No âmbito do setor de transportes, tem sido dada prioridade à oferta permanente de infraestrutura e serviços que favoreçam o deslocamento de pessoas e bens, no sistema nacional de transportes sob jurisdição federal, observando os aspectos de segurança, regularidade, confiabilidade, conforto e minimização de custos para o usuário. Considerando o papel estratégico da infraestrutura e logística de transportes como base fundamental para o desenvolvimento econômico, em 2010, serão destinados R\$ 13,7 bilhões para implementação de projetos que contribuam para a recuperação, adequação e expansão da infraestrutura com vistas a desonerar as atividades econômicas, o abastecimento interno e os custos das exportações.

No que se refere à política para o setor elétrico, encontram-se em desenvolvimento estudos de viabilidade para implantação de usinas eólicas, geração de energia elétrica, unidades de geração de energia elétrica e térmica utilizando biomassa e energia solar, e ampliação da geração e da transmissão de energia elétrica, sendo um dos principais objetivos ampliar o conhecimento do potencial hidrelétrico, mediante a obtenção de informações fidedignas que possam ser empregadas na comparação com alternativas e, assim, estabelecer o limite deste potencial em termos de viabilidade ambiental, qualidade, confiabilidade, economia de combustíveis e maximização das diversidades hidrológicas regionais, com custos plausíveis para atendimento da demanda de energia elétrica.

Quanto ao petróleo e ao gás, a política setorial visa, a curto prazo, garantir o abastecimento do País, com ênfase na qualidade, na modicidade dos preços e na participação equilibrada dos seus derivados e de combustíveis renováveis na matriz energética brasileira, com formulação de diretrizes para assegurar, também, o desenvolvimento sustentável das indústrias afetas. Já a médio e longo prazo, a política setorial visa à exportação do excedente de produção a partir das recentes descobertas de campos de petróleo e gás, as quais criaram fortes expectativas de o País vir a ocupar lugar de destaque na produção de petróleo.



Cabe ressaltar que, no Orçamento Fiscal, serão destinados R\$ 437,9 milhões, em 2010, para estudos em bacias hidrográficas, com vistas ao levantamento do potencial hidrelétrico do País, além de estudos geológicos e geofísicos que nortearão as rodadas de licitação para exploração de petróleo e gás.

Quanto aos investimentos em infraestrutura urbana, que compreende os setores de habitação, saneamento ambiental, metrô e de mobilidade urbana, será dada continuidade às ações de formulação e execução da PNDU, por meio da qual o Governo Federal pretende beneficiar, principalmente, a população urbana com renda de até cinco salários mínimos, com a promoção de condições de moradia digna, avanço no desenvolvimento e na universalização do saneamento básico, além de melhoria nos transportes urbanos, com investimentos previstos, para 2010, no montante de R\$ 5,8 bilhões.

No que tange à infraestrutura hídrica, os projetos contemplados no PAC para o próximo exercício correspondem a R\$ 3,5 bilhões com vistas a potencializar e otimizar o uso racional dos cursos de água e corroborar para o desenvolvimento social e econômico sustentáveis, bem como o equilíbrio qualitativo e quantitativo entre oferta e demanda de água, mediante construção de sistemas de abastecimento de água, compostos por barragens, adutoras, reservatórios e execução de projetos de recuperação e de integração de bacias hidrográficas, e na implantação de perímetros de agricultura irrigada.

Setor de Transportes

Uma das prioridades do Governo Federal, o setor de transportes tem recebido investimentos maciços para a construção e ampliação da infraestrutura de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, inclusive por meio de ações constantes do PAC. Cite-se, por exemplo, que até o primeiro quadrimestre de 2009, foram concluídos projetos do setor rodoviário que correspondem a 4.377 km de trechos pavimentados ou duplicados, além de se encontrarem em andamento obras e serviços que resultarão na duplicação de 1.461 km de rodovias, na construção e pavimentação de 2.852 km de trechos rodoviários e na manutenção de 50.734 km da malha federal por meio de contrato.

O transporte rodoviário é o modal mais importante para a economia do Brasil, razão pela qual tem recebido especial atenção do Governo Federal. Sua participação na matriz nacional de transportes de carga é de aproximadamente 61%, percentual que somente foi alcançado devido à extensão da malha rodoviária que perpassa todas as regiões do País. No período compreendido entre 2007 e 2009, as rodovias federais pavimentadas apresentaram um crescimento de 5,4%, passando de 58.152 km para 61.304 km.

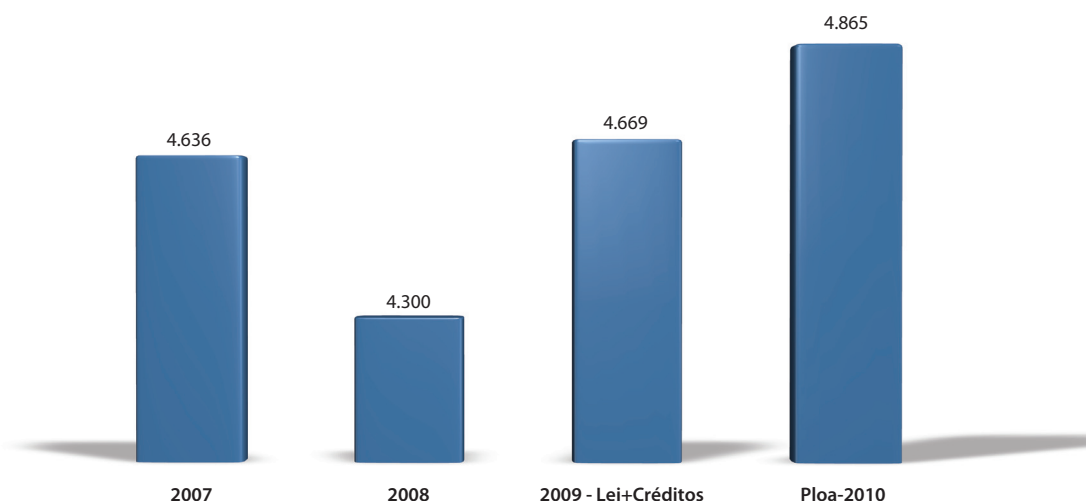
Dando continuidade ao plano de investimentos neste modal, em 2010, o Governo priorizará a duplicação de eixos estratégicos consolidados, a adequação de trechos das grandes rodovias já existentes, a construção de contornos em áreas urbanas e a eliminação de pontos de estrangulamento de trechos sobrecarregados, intervenções que visam à melhoria da capacidade operacional de importantes eixos de transporte, em especial, daqueles que se encontram saturados, estão submetidos a condições de trafegabilidade desfavoráveis ou apresentam elevado número de acidentes.

Entre as principais ações de construção e adequação destacam-se: a construção do Rodoanel Mário Covas – Trecho Sul, no Estado de São Paulo, onde serão aplicados R\$ 300,0 milhões; a construção do trecho entre Manaus e a divisa com os Estados do Amazonas e Roraima na BR-319, no Estado

do Amazonas, cujo valor perfaz R\$ 400,0 milhões; a construção de trecho rodoviário na BR-163, no Estado do Pará, no valor de R\$ 300,0 milhões; a construção de acesso rodoviário ao Porto de Salvador, com recursos da ordem de R\$ 70,0 milhões; a adequação de trechos rodoviários na BR-262, no Estado de Minas Gerais, e nas BR-116, BR-448, BR-290 e BR-392, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja previsão de gasto totaliza R\$ 625,0 milhões; e da BR-101, trechos Nordeste e Sul, com dotação de R\$ 520,0 milhões e R\$ 350,0 milhões, respectivamente.

Essas ações têm a finalidade de aumentar a eficiência produtiva em áreas consolidadas, reduzir as desigualdades regionais em áreas deprimidas e induzir o desenvolvimento de áreas de expansão de fronteira agrícola e de exploração mineral. A evolução orçamentária do conjunto destas intervenções no período compreendido entre 2007 e 2010 pode ser observada no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Evolução orçamentária das ações de construção e adequação de rodovias federais, 2007-2010 (em R\$ milhões)



Fonte: Sidor.

Nota: em 2007 e 2008, os valores correspondem à despesa empenhada, em 2009, ao valor fixado na Lei Orçamentária acrescido de créditos adicionais e, em 2010, à despesa fixada no Projeto de Lei Orçamentária.

No que diz respeito à manutenção das estradas, o governo continuará envidando esforços na busca da preservação do patrimônio rodoviário existente, mediante execução de obras e serviços de manutenção, recuperação, restauração, conservação e sinalização de toda a malha rodoviária federal, por meio da utilização de contratos de médio (três anos) e longo (cinco anos) prazos, cujos projetos executivos e básicos estão em andamento, com vistas a garantir a perenização dos serviços já executados com recursos previstos, para 2010, da ordem de R\$ 3,7 bilhões.



Na área das concessões rodoviárias, os trechos de rodovias já concedidos à iniciativa privada perfazem uma extensão de 4.083 km, conforme discriminado na Tabela 11, e são administrados hoje, diretamente, pela ANTT:

Tabela 11 – Trechos rodoviários concedidos à iniciativa privada

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116/RJ/SP	Rio de Janeiro - São Paulo	402,0
BR-101/RJ	Ponte Rio / Niterói	13,2
BR-040/MG/RJ	Rio de Janeiro - Juiz de Fora	179,9
BR-116/RJ	Rio de Janeiro – Teresópolis – Além Paraíba	142,5
BR-290/RS	Osório - Porto Alegre	121,0
BR-116/293/392/RS	Pólo de Pelotas	623,8
BR-116/PR/SC	Curitiba – Div. SC/RS	412,7
BR-376/PR – BR-101/SC	Curitiba – Florianópolis	382,3
BR-116/SP/PR	São Paulo – Curitiba (Régis Bitencourt)	401,6
BR-381/MG/SP	Belo Horizonte – São Paulo (Fernão Dias)	562,1
BR-101/RJ	Ponte Rio-Niterói – Div. RJ/ES	320,1
BR-153/SP	Div.MG/SP – Div. SP/PR	321,6
BR-393/RJ	Div. MG/RJ - Entr.BR-116 (Dutra)	200,4
TOTAL	13 TRECHOS	4.083,2

Fonte: sítio da ANTT

Atualmente o governo está preparando os editais e contratos referentes à 3ª etapa de concessão de rodovias federais, que compreende 2.065 km distribuídos em três trechos de Minas Gerais, sendo: 937 km da BR-040, de Brasília a Juiz de Fora (Zona da Mata); 311 km da BR-381, de Belo Horizonte a Governador Valadares (Vale do Rio Doce); e 817 km da BR-116, da divisa entre Minas e Bahia até a divisa com o Rio de Janeiro. Durante os 25 anos de vigência da contratação, espera-se que as concessionárias efetuem serviços e investimentos da ordem de R\$ 8,4 bilhões, os quais compreendem desde a eliminação de problemas emergenciais até a recuperação das características da rodovia, além da manutenção dos trechos concedidos até o prazo final de vigência do contrato.

Outra prioridade, ainda na área rodoviária, diz respeito ao sistema de pesagem em rodovias. De acordo com estudos realizados, de 20% a 30% dos caminhões brasileiros rodam com excesso de carga e o sobrepeso é, em média, 25% superior ao máximo permitido. No entanto, cabe destacar, que o excesso de peso por eixo tem impacto exponencial sobre os danos no pavimento. Por exemplo, um sobrepeso de carga de 20% não danificará a rodovia em 20%, mas em 50,9%. Ou seja, uma rodovia projetada para durar 10 anos terá sua vida útil reduzida para menos de cinco, se os veículos de carga trafegarem todos com 20% de excesso de peso.

Em 2009, o DNIT reativou 32 postos de pesagem de veículos de carga e passageiros nas rodovias federais de todo o País e outros 46 estão previstos para entrar em funcionamento até o segundo semestre do exercício. O objetivo é coibir o excesso de carga no transporte rodoviário como forma de evitar o desgaste acelerado da pista e reduzir o número de acidentes que envolvem veículos de carga e de passageiros.



A reativação dos postos de controle faz parte do Plano Nacional de Pesagem, que teve sua primeira etapa licitada no final do ano passado. O plano viabilizou a instalação e operação de 78 balanças. Treze empresas agrupadas em três consórcios são responsáveis pela operação das balanças incluídas nesta primeira etapa do Plano Nacional de Pesagem. A segunda etapa será licitada no segundo semestre de 2009 e prevê a instalação e operação de mais 157 postos com investimentos de R\$ 1,0 bilhão nos próximos cinco anos, sendo que R\$ 150,0 milhões serão destinados já em 2010.

Na matriz de transporte de cargas, o modal ferroviário está na segunda colocação em importância, com uma participação de 20,7%. No biênio 2007-2008, houve um aumento de 3,3% no volume total transportado passando de 445,2 milhões de toneladas úteis¹ para 459,7 milhões de toneladas úteis. Para 2009, projeta-se um crescimento de aproximadamente 16% sobre o resultado de 2008 no volume total transportado pelas ferrovias brasileiras, podendo atingir 532,7 milhões de toneladas úteis.

Portanto, dada a influência do modal na economia, uma das principais diretrizes do setor ferroviário é a parceria com o setor privado na construção e operação de trechos ferroviários, na forma de subconcessão, a exemplo dos investimentos nas Ferrovias Norte-Sul, de Integração Oeste-Leste e Nova Transnordestina, onde serão aplicados, em 2010, R\$ 2,8 bilhões, correspondentes à participação do Governo Federal nesses projetos.

A Ferrovia Norte-Sul, de responsabilidade da Valec-Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., foi projetada para promover a integração nacional, minimizar os custos de transporte de longa distância e interligar as regiões Norte e Nordeste às Sul e Sudeste do País, através das suas conexões com 5 mil quilômetros de ferrovias privadas. Quando concluída, atingirá 3.100 km de extensão, com traçado que vai de Belém, no Estado do Pará, até Panorama, no Estado de São Paulo. Já foram concluídos 571 km ferroviários entre os Municípios de Açailândia, no Estado do Maranhão, até Guaraí, no Estado de Tocantins. Encontram-se, em andamento, os trechos de Guaraí até Palmas, no Estado de Tocantins, e de Palmas até Anápolis, no Estado de Goiás, além da previsão do início das obras do trecho que vai de Anápolis até Estrela D'Oeste, no Estado de São Paulo, ainda em 2009.

Cabe destacar que o trecho de Açailândia, no Estado do Maranhão, até Palmas, no Estado de Tocantins, foi subconcedido à mineradora Vale, que, nos próximos trinta anos, será responsável pela operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação deste trecho ferroviário. Já o trecho que liga Palmas até Estrela D'Oeste será executado com recursos do Orçamento Fiscal que, em 2010, correspondem a R\$ 1,6 bilhão, e posteriormente será disponibilizado para concessão.

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste, cujas ações preparatórias estão sendo elaboradas para implantação do projeto pela Valec, ligará as cidades de Ilhéus, Caetitê e Barreiras, no Estado da Bahia, a Figueirópolis, no Estado do Tocantins. Com uma extensão de 1.490 km, formará um corredor de transporte que otimizará a operação do Porto de Ilhéus e ainda abrirá nova alternativa de logística para portos da Região Norte do País, atendidos pela Ferrovia Norte-Sul e Estrada de Ferro Carajás.

¹ A Tonelada útil é definida como sendo o total de carga movimentada na malha no transporte remunerado, ou seja, é a unidade de peso transportado que efetivamente foi pago.



A construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste contribuirá no escoamento da produção de minério de ferro, grãos e farelos, álcool, açúcar e algodão, entre outras cargas, com impacto significativo no desenvolvimento econômico do Estado da Bahia. Concorrerá, também, para a redução de custos do transporte de insumos e produtos diversos, o aumento da competitividade dos produtos do agronegócio e a possibilidade de implantação de novos pólos agroindustriais e de exploração de minérios, naquele Estado, mediante sua conexão com a malha ferroviária nacional. E, ainda, promoverá a dinamização das economias locais, dada a atração de novos empreendimentos para as localidades, com impactos positivos sobre a arrecadação de impostos e a geração de cerca de 30 mil empregos diretos.

A Ferrovia Nova Transnordestina, obra de grande importância para o Governo Federal e com potencial gerador de 600 mil empregos diretos, também será executada mediante parceria entre os setores público e privado. Com extensão de 2.278 km, abrange 1.728 km de novas linhas e 550 km que serão remodelados no trecho entre a cidade de Porto Real do Colégio, no Estado do Alagoas, e o Porto de Suape, no Estado de Pernambuco, com investimentos da iniciativa privada da ordem de R\$ 5,4 bilhões. Os recursos provenientes do Orçamento Fiscal se destinarão somente à desapropriação das áreas circunvizinhas à Ferrovia no montante de R\$ 2,0 milhões, em 2010.

De forma análoga, estão previstos na área ferroviária investimentos para o TAV, que ligará os Municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, perfazendo 513 quilômetros. A obra está estimada em R\$ 34,6 bilhões, cuja participação do Governo Federal se dará na forma de apoio à implementação do TAV, com valor previsto, para 2010, de R\$ 200,0 milhões.

Além das grandes obras de expansão da malha, estão reservados para 2010 R\$ 141,3 milhões para dar prosseguimento à eliminação de pontos críticos na malha ferroviária, como construção de contornos, implantação de passarelas e viadutos e melhoramentos de acessos e de traçados nas áreas urbanas, que fazem parte do Programa de Segurança e de Modernização Ferroviária.

O Governo Federal também tem dado especial atenção ao modal hidroviário, uma vez que o transporte de cargas por meio de hidrovias tem um custo médio em torno de 60% menor que o dos demais modais, fator que concorre positivamente para a redução do preço dos nossos produtos, tornando-os mais competitivos. Ademais, esse modal é considerado o principal meio de locomoção da população ribeirinha para centros urbanos em busca de hospitais, educação, além de propiciar o desenvolvimento do comércio e escoamento da produção agrícola local.

Nesse sentido, em 2010, o MT aplicará R\$ 455,1 milhões na realização dos serviços de dragagem e derrocagem nas hidrovias Paraguai-Paraná e do Tocantins, importantes vias de escoamento da produção agrícola da Região Centro-Oeste, na continuidade da construção das Eclusas de Tucuruí, que já se encontra com 84% de execução física, e em obras de 66 terminais hidroviários, sendo 58 no Estado do Amazonas, sete no Estado do Pará e uma no Estado de Rondônia.

No tocante à indústria naval brasileira, o seu desenvolvimento a curto e médio prazo tem sido alavancado pelo atual nível de ocupação dos estaleiros e pela demanda por construção de navios, nos segmentos de petróleo e de transporte de mercadorias na cabotagem e no longo curso. Destaca-se, inclusive, que a Petrobras tem recorrido a estaleiros brasileiros para a construção de plataformas marítimas, petroleiros e navios de apoio marítimo às atividades de produção e exploração de petróleo *offshore*.



Em maio de 2008, a empresa lançou o Programa de Modernização e Expansão da Frota e de Embarcações de Apoio. Trata-se do maior plano de contratação de embarcações do gênero já realizado no País, com alto índice de geração de mão-de-obra. O programa prevê a encomenda, no Brasil, de 146 novas unidades de apoio às atividades de exploração e produção marítima de petróleo da companhia, ao custo estimado de US\$ 5,0 bilhões com duração de seis anos.

A expansão e melhoria da indústria marítima são de importância fundamental para o crescimento econômico. Para tanto, serão alocados R\$ 4,7 bilhões no FMM, em 2010, para viabilizar linhas de financiamento destinadas à construção de navios e estaleiros, ao reparo e à ampliação de embarcações, com vistas ao aumento da capacidade (jumborização) e à modernização de estaleiros.

O Governo Federal dará continuidade ao processo de modernização do Setor Portuário em 2010, com vistas ao aumento da capacidade de movimentação de carga nos portos; à promoção das condições para a ampliação do transporte de cabotagem; à redução dos custos de movimentação portuária; à simplificação dos procedimentos administrativos e fiscais de desembarço de mercadorias; à promoção da execução; e à avaliação de medidas, programas e projetos de desenvolvimento da infraestrutura portuária.

Os projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria Especial de Portos, órgão responsável pela formulação de políticas e pela execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura dos portos marítimos, estão divididos em três frentes: obras previstas no PAC; revitalização e modernização portuária; e projetos e estudos.

Os empreendimentos contemplados pelo PAC priorizam a manutenção, recuperação e ampliação da infraestrutura portuária, de forma a imprimir ao setor mais competitividade e dinamismo, além de reduzir os custos do transporte aquaviário e contribuir para o desenvolvimento do País, entre os quais destacam-se as seguintes obras: Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN), Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória (ES), Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação do Porto de Itaqui (MA) e Proteção dos Cabeços Norte e Sul dos Arrecifes no Acesso ao Porto Interno de Suape (PE).

Ainda com relação ao PAC, ressalta-se que o montante de R\$ 665,0 milhões alocado no PND, para viabilizar os portos a receberem navios de maior porte, aumentando a competitividade e a capacidade de movimentação de cargas, visando solucionar um dos problemas mais graves enfrentados pelo setor portuário brasileiro: a questão da profundidade dos canais de acesso, berços e baías de evolução. Neste contexto, os serviços de dragagem constituem um ponto essencial para possibilitar o acesso e atracação de navios de grande porte, de modo a ampliar o potencial comercial dos portos.

O PND é composto por um conjunto de intervenções visando ao aprofundamento, alargamento e derrocagem dos canais de acesso dos principais portos públicos do País, que terá sua execução efetivada nos portos de Rio Grande, Santos, Aratu, Salvador, Rio de Janeiro, Itaguaí 2ª – fase, Natal, Cabedelo, Imbituba, Itajaí, São Francisco do Sul, e Paranaguá, com uma meta de 33,4 milhões de metros cúbicos de dragagem. A melhoria destes acessos é entendida como o principal indutor da redução dos custos da atividade portuária brasileira, uma vez que propiciará o aumento do fluxo dos navios, a redução dos tempos de espera para atracação e a utilização de navios maiores na rotas brasileiras.



Com a finalidade de integrar todos os órgãos e agentes envolvidos nas rotinas de autorização de movimentação de cargas nos portos, será implantado o projeto Porto sem Papel. O projeto pretende criar um documento virtual único para processar e distribuir, em tempo real, as informações necessárias a estes agentes conferindo celeridade às operações e reduzindo os custos operacionais nas atividades de exportação e importação de mercadorias. Sua implantação permitirá a redução, em cerca de 20%, do tempo disponibilizado aos serviços, acarretando redução dos custos operacionais. O projeto irá aperfeiçoar o desempenho das operações portuárias, em 60%, e reduzir o tempo de estadia das embarcações, em 25%.

Aliado a essas iniciativas, encontra-se em execução o Plano Nacional de Logística Portuária, que tem por objetivo o aprimoramento das principais linhas técnicas e institucionais do setor, de modo a assegurar ao setor portuário maior confiabilidade e eficiência, melhoria da sua *performance*, baixos custos operacionais e menores tarifas para os usuários, com uma política clara e perene, uma gestão moderna e um planejamento eficaz e com atualização periódica, implementada por meio do desenvolvimento de estudos sobre serviços portuários, operação portuária, movimentação de cargas nos portos, infraestrutura e superestrutura dos portos, análise de desempenho e alternativas de inovação que permitam acompanhar a evolução das atividades portuárias.

Dentre as demais ações realizadas no setor, tem-se a continuidade da implementação do sistema ISPS CODE - *International Ship and Port Facility Security Code*, visando ao treinamento e à capacitação de pessoal para adequação dos portos, assegurando aos seus usuários a conformidade de suas instalações às novas exigências internacionais de segurança.

O referencial monetário para a SEP, em 2010, atinge o valor global de R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 1,0 bilhão destinado a obras do PAC e R\$ 192,2 milhões para as demais iniciativas. Com esses investimentos, os portos poderão desempenhar, com menores custos, o papel estratégico de indutor de negócios, facilitando importações e exportações, e promovendo maior competitividade à cabotagem e ao transporte de longo curso.

No que tange ao setor aeroportuário, o Sisceab, que cobre ininterruptamente serviços de navegação aérea numa área de 22 milhões de quilômetros quadrados e envolve o trabalho de mais de 13.000 profissionais e o funcionamento de mais de 6.000 equipamentos distribuídos em todo o território nacional prosseguirá, em 2010, com o processo de modernização e revitalização, para maior segurança aos usuários dos serviços de transporte aéreo e aumento significativo em termos de capacidade de vigilância do espaço aéreo. Para tanto, contará em 2010 com um orçamento de R\$ 999,2 milhões.

A implantação e consolidação da Anac terá continuidade, aprimorando sua atuação por meio da fiscalização das empresas do setor, fomentando a competição e aumentando a sua segurança, com dotações que atingem R\$ 209,4 milhões.

Destacam-se como relevantes os investimentos aeroportuários a serem realizados em aeródromos sob a responsabilidade dos Estados e/ou Municípios de interesse nacional (aerportos não administrados pela Infraero), com recursos previstos no montante de R\$ 460,6 milhões.



A aplicação de recursos para investimentos em ampliação, reforma, construção e modernização de aeroportos atingirá, em 2010, o montante R\$ 280,0 milhões, no âmbito do Orçamento Fiscal, a ser repassado à Infraero para empreendimentos inseridos no PAC.

Setores Energético e de Mineração

O planejamento e a consecução da segurança energética nacional, que arrime o crescimento sustentável, continuam na agenda de prioridades do Governo Federal. Em 2010, além da publicação da Matriz Energética Nacional, em consonância com o Plano Nacional de Energia, prevê-se a atualização do Plano Decenal de Energia, para o período 2010-2019, conforme ocorre anualmente.

Nesse sentido, as outorgas de concessões, autorizações e permissões, para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, têm enfrentado o desafio de promover a realização dos leilões com vistas ao suprimento energético programado pelo Plano Decenal de Energia Elétrica, tendo ainda como foco as metas prioritizadas no PAC.

Serão realizados, no ano de 2009, leilões de energia de reserva, que se destina a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas para este fim, e de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com o objetivo de atender à expansão da oferta desses tipos de energia a partir de 2012 e 2014, respectivamente. E, ainda, serão leiloadas as concessões para exploração de quatro potenciais hidroelétricos, dentre as quais a usina de Belo Monte, localizada no rio Xingu, no Estado do Pará, cujos estudos estimam uma potência instalada em cerca de 11.000 MW.

Para o ano de 2010, estão previstos os leilões regulares de energia elétrica, no montante de cerca de 3.000 MW, de acordo com o atual Plano Decenal, e a outorga das concessões e autorizações de geração referentes aos leilões de energia elétrica realizados em 2009 e que não tenham sido efetivadas.

Ademais, pretende-se realizar dois leilões de instalação de transmissão de energia elétrica, um em cada semestre, cujos objetos serão definidos a partir da consolidação de obras de expansão da Rede Básica e Rede Básica de Fronteira para o período 2010-2012. E ainda, prevê-se a regularização de 11 cooperativas como permissionárias e 27 como autorizadas de distribuição.

No âmbito da geração de energia elétrica, prevê-se para o ano de 2010 o incremento de 8.438,3 MW na matriz energética, sendo 2.049,0 MW oriundos de fonte hidráulica, 5.606,0 MW de fonte térmica e 783,3 MW decorrentes de fontes alternativas de energia.

Além desse incremento, novas expansões estão previstas, com destaque para as UHE Santo Antônio de 3.150 MW e da UHE Jirau de 3.300 MW, ambas no rio Madeira, em Rondônia, com início de operação previsto para 2012 e 2013, respectivamente, e para a continuidade ao processo de construção da Usina Termonuclear de Angra 3, com capacidade de geração de 1.405 MW.

Para a segurança do suprimento de energia elétrica serão licitados, até o final de 2009, cerca de 3.954 km de linhas de transmissão e 12.000 MVA de potência de transformação, cujos empreendimentos deverão entrar em operação entre os anos de 2010 e 2012. Nesse contexto, merece destaque a interligação dos Estados de Rondônia e Acre ao SIN, por meio da linha de transmissão entre Jauru, no Estado do Mato Grosso, e Vilhena, no Estado de Rondônia. E ainda, a linha de transmissão entre



Colinas, no Estado de Tocantins, e Milagres, no Estado do Ceará, que reforçará a capacidade de transferência entre as regiões Norte e Nordeste.

Ainda no que diz respeito ao setor elétrico, merece destaque especial o Luz para Todos. Criado para levar o acesso à energia elétrica aos moradores do meio rural brasileiro até o ano de 2008, o Programa foi prorrogado para 2010 devido ao grande número de novas demandas que surgiu durante a execução das obras de eletrificação. Até maio de 2009, um contingente de 10 milhões de pessoas havia sido tirado da escuridão, das quais 4,9 milhões residentes na Região Nordeste.

E ainda, as ações integradas do Luz para Todos têm incentivado e apoiado a convergência das políticas públicas de desenvolvimento do setor rural, com ênfase para o uso produtivo da energia elétrica na forma comunitária, visando ampliar a capacidade de geração de renda do público beneficiário do Programa.

Por meio de entidades parceiras, as ações integradas têm apoiado a criação de bibliotecas em escolas rurais (projeto Arca das Letras), capacitado agricultores para o uso produtivo, seguro e eficiente da energia elétrica e, como principal estratégia, têm incentivado e implantado de forma direta e indireta os CCPs, que são unidades de agregação de valor à produção local, com gestão comunitária, contribuindo para a organização dos produtores, o aumento do capital social e a geração de renda.

De forma a dar cumprimento à meta estabelecida para o ano de 2010, no âmbito do Luz para Todos é previsto um atendimento de aproximadamente 200.000 famílias, mediante aporte de investimentos pelas empresas estatais da ordem de R\$ 1,3 bilhão, recursos que concorrerão também para o desenvolvimento e continuidade das ações integradas.

No que se refere à regulação e à fiscalização do setor elétrico, a Aneel, no cumprimento de sua missão, procura assegurar um ambiente favorável aos investimentos no setor elétrico, criando condições para que o mercado se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade. No uso de sua competência, cabe ressaltar as seguintes ações programadas para 2010:

- a) revisão tarifária de uma concessionária distribuidora, de 12 transmissoras de energia elétrica, bem como de 52 cooperativas de eletrificação rural permissionárias de distribuição, no campo da regulamentação;
- b) realização de cerca de 2.200 fiscalizações de instalações e de serviços de geração, transmissão e distribuição, abrangendo os aspectos econômicos e financeiros das concessões, bem como dos projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética; e
- c) fiscalização da CCC, dando continuidade aos processos de acompanhamento e aprimoramento dos regulamentos da CCC com vistas à redução do consumo de combustível fóssil nas usinas termelétricas dos sistemas isolados.

No setor de petróleo e gás natural, ressalta-se que entraram em operação, no primeiro semestre de 2009, as plataformas P-51, com capacidade de produzir até 180 mil barris/dia de petróleo e a FPSO Cidade de Niterói, cuja capacidade é de até 100 mil barris/dia. O ingresso das novas plataformas tem produzido recordes sucessivos de produção de óleo no País, chegando a 2,0 milhões barris/dia, em abril de 2009.



Para 2010, prevê-se o início de produção do Piloto de Tupi no Pré-Sal e dos campos de Cachalote - Baleia Franca, no Parque das Baleias, cada um com meta de produção de 100 mil barris/dia de petróleo. Tais instalações, associadas a projetos distribuídos em outros Estados onde existem exploração e produção de hidrocarbonetos, deverão contribuir para que o País alcance a meta de produção de 2,6 milhões barris/dia de petróleo em 2010.

Ainda para 2010, encontra-se previsto o início de diversas obras voltadas para exploração e produção de petróleo, como a construção das plataformas P-62, para o campo de Roncador, e P-58, para o Parque das Baleias, além de outras 8 FPSOs e 28 sondas de perfuração. Além disso, está previsto o início das atividades do Piloto de Guará.

Com relação à expansão da infraestrutura de transporte de gás natural, os empreendimentos integrantes do PAC totalizam 4.074 km de novos gasodutos. Desse total, 1.434 km (35%) foram concluídos entre 2007 e 2009, 2.442 km (60%) estão em fase de construção ou testes e 198 km (5%) estão em fase de projeto ou em licenciamento ambiental. Destacam-se, em particular, as obras de construção do último trecho do Gasene, entre Cacimbas, no Estado do Espírito Santo, e Catu, no Estado da Bahia, que interligará as malhas do Sudeste e do Nordeste, com um duto, com 954 km de extensão, cuja previsão de conclusão é março de 2010.

A implantação de terminais de GNL, em Pecém, no Estado do Ceará e na Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro (RJ), tem conferido maior flexibilidade no suprimento de gás natural ao mercado nacional. Destaca-se, ainda, que estão sendo estudados dois novos projetos de GNL a serem instalados no Brasil. Trata-se de uma Planta de liquefação *offshore*, para escoamento do gás do *cluster* do Pré-Sal, e de um complexo de GNL, composto de um terminal com módulos de regaseificação, estocagem e liquefação.

No que se refere ao refino e petroquímica, até 2010, 11 refinarias existentes receberão investimentos de R\$ 35 bilhões, o que permitirá a melhoria da qualidade dos produtos, com benefícios ambientais e à saúde pública, além de maior participação do processamento de petróleo nacional pesado, em substituição ao importado, e maior produção percentual de combustíveis leves. Esse montante de investimentos possibilitará o aumento da capacidade nacional de refino em 100 mil barris/dia de petróleo.

Até 2012, uma nova unidade de refino entrará em operação: a Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, em associação com a empresa PDVSA, com capacidade de produção de 200 mil barris/dia, para produção de derivados de petróleo, com prioridade para o óleo diesel. O projeto receberá investimentos da ordem de R\$ 23 bilhões.

Por fim, até 2016, outros dois projetos importantes estão previstos: trata-se da entrada em operação das duas refinarias Premium, sendo uma no Maranhão, com investimentos de R\$ 40 bilhões e capacidade instalada de 600 mil barris/dia, e outra no Ceará, com investimentos de R\$ 22 bilhões e capacidade instalada de 300 mil barris/dia.

O conjunto dessas iniciativas concorrerá para que, a médio prazo, o Brasil aumente sua capacidade de refino em pelo menos 50%, superando os 3 milhões de barris/dia de capacidade instalada e se torne um país exportador de produtos refinados.



Dos investimentos em petroquímica, destaca-se o Comperj, com capacidade de processamento de petróleo de 150 mil barris/dia e investimento previsto de R\$ 19,2 bilhões até 2012. Os demais projetos no setor são a Petroquímica Suape, que tem previsão de investimento na ordem de R\$ 1,6 bilhão, até 2010, e a Petroquímica Paulínia, com investimento de R\$ 427 milhões, cuja entrada em operação se deu em abril de 2008.

No cenário dos biocombustíveis, o etanol é um produto que há muito deixou de ser alternativo no Brasil, consolidando-se como combustível principal para carros e outros veículos leves. Viável nos pilares social, ambiental e econômico, o consumo de etanol de cana-de-açúcar supera o de gasolina. Atualmente, são 420 usinas de etanol, cuja produção alcança quase 27 bilhões de litros. Além disso, o Plano Decenal de Energia, para o período 2008-2017 previu um aumento superior a 100% na produção nacional de etanol até 2017, quando deverá alcançar 55 bilhões de litros.

A expansão do Setor Sucroalcooleiro também evidenciou uma nova oportunidade para a matriz elétrica nacional, com a comercialização da energia excedente que é produzida nas próprias usinas. Trata-se da cogeração a partir do bagaço de cana, resíduo da produção de etanol e açúcar. A potência elétrica instalada nas usinas na safra 2008-2009 representou 3,7% da capacidade de geração nacional, totalizando 3.832 MW. Somadas a participação do etanol e da cogeração do bagaço, a cana-de-açúcar é hoje a segunda fonte energética do País, somente atrás do petróleo.

O biodiesel, outro biocombustível, é mais recente na matriz energética brasileira, no entanto, sua produção cresceu sobremaneira no período compreendido entre 2005 e 2008, quando passou de 700 mil litros para 1,1 bilhão de litros, colocando o Brasil no terceiro lugar em volume de produção mundial, atrás apenas da Alemanha e dos Estados Unidos. Ademais, o seu uso possibilitou, em 2008, a redução da importação de diesel de petróleo, com efetivos ganhos na balança comercial, da ordem de US\$ 1,1 bilhão.

Em 2010, a ANP desenvolverá importantes serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, mediante a produção de dados sísmicos migrados de bacias terrestres, fundamentais à realização das próximas rodadas de licitação. É importante destacar que a partir do momento em que há uma descoberta comercial de petróleo até o início da produção, transcorre um período entre cinco e dez anos, portanto, a manutenção futura da autossuficiência do País dependerá de licitações feitas atualmente.

Em 2010, estão previstas avaliações em uma área de 1,3 milhão de km², que resultarão na contratação de levantamentos sísmicos, *piston core*, estudos ambientais, perfuração de poços, aerolevantamentos e levantamentos geoquímicos nas Bacias do Acre/Madre de Deus, Solimões, Amazonas, Marajó, Ceará, São Francisco, São Luiz/Bragança/Vizeu, Parnaíba, Paraná, Parecis e Irecê/Lençóis.

E ainda, com objetivo de cumprir sua missão institucional, em 2010, a ANP pretende realizar entre 25.000 e 30.000 ações fiscalizatórias no mercado de distribuição e revenda de combustíveis, de modo a coibir práticas lesivas aos consumidores e aos cofres públicos. Para tanto, ampliará os convênios de cooperação técnica, promoverá a abertura e reestruturação de escritórios nos Estados e empregará novos recursos.



Outro componente importante do esforço da ANP na proteção dos interesses dos consumidores é o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis, Derivados de Petróleo e Biocombustíveis. O programa avalia sistematicamente a qualidade dos combustíveis (gasolina, óleo diesel, biodiesel e AEHC) e de lubrificantes comercializados no País. O principal objetivo é identificar eventuais focos de não conformidade, visando orientar e aperfeiçoar as ações de fiscalização, bem como disseminar a cultura da qualidade, formar mão-de-obra especializada e desenvolver tecnologia.

No setor de mineração, o Governo Federal tem desenvolvido ações que possibilitem aumentar o conhecimento geológico do território brasileiro, incentivando a descoberta de novas jazidas minerais e o aproveitamento sustentável dos recursos minerais, oferecendo também subsídios para o planejamento territorial, especialmente em áreas metropolitanas.

Em 2010, terão continuidade 20 projetos vinculados ao Plano Nacional de Extensionismo Mineral, cujo objetivo central é o fomento aos pequenos mineradores e associações, o Plano Nacional de Agregados Minerais para a Construção Civil e estudos referentes aos Projetos Remplac/Leplac, que visam o conhecimento de uma área de mais de 100 mil quilômetros quadrados da plataforma continental jurídica brasileira e o desenvolvimento de ações de incentivo à exploração dos recursos minerais, além de petróleo e gás, existentes nesta região.

Merece destaque também a implementação do subprojeto Cartografia Geológica da Amazônia, uma parceria entre o Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e o Serviço Geológico do Brasil, objetivando a cartografia terrestre, náutica e geológica da região. O subprojeto, iniciado no exercício de 2008, cobrirá todas as áreas de maior potencial mineral daquela região com levantamentos aerogeofísicos e geológicos, até 2014.

Para 2010, serão investidos R\$ 106,0 milhões na geração do conhecimento geológico e hidrogeológico do território nacional, potencializando ainda mais os investimentos privados, a geração de emprego e renda e as oportunidades de desenvolvimento regional. Caberá ainda ao Serviço Geológico do Brasil a continuidade dos trabalhos referentes ao cadastramento e revitalização de poços de águas subterrâneas, sobretudo, na região do semiárido brasileiro.

Setor de Comunicações

Na atual conjuntura da sociedade da informação, as TICs são fundamentais para o desenvolvimento econômico, a educação e a geração de emprego e renda. O avanço destas tecnologias e a convergência digital facilitaram o acesso a informações e serviços de governo pelo cidadão, possibilitando meios de comunicação em áreas rurais e isoladas ou em vulnerabilidade social, favorecendo a diminuição de desigualdades regionais e permitindo aplicações, por exemplo, em educação presencial e a distância, saúde e previdência social.

Neste contexto, o Gesac tem o objetivo de oferecer, de forma gratuita, ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, recursos digitais e capacitação em todo o País, levando conexão com a internet a todos os Municípios brasileiros, com prioridade a localidades remotas e de baixo IDH, de forma a contemplar populações variadas: comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, aldeias indígenas, zonas rurais, periferias urbanas, escolas públicas, telecentros comunitários e pontos remotos



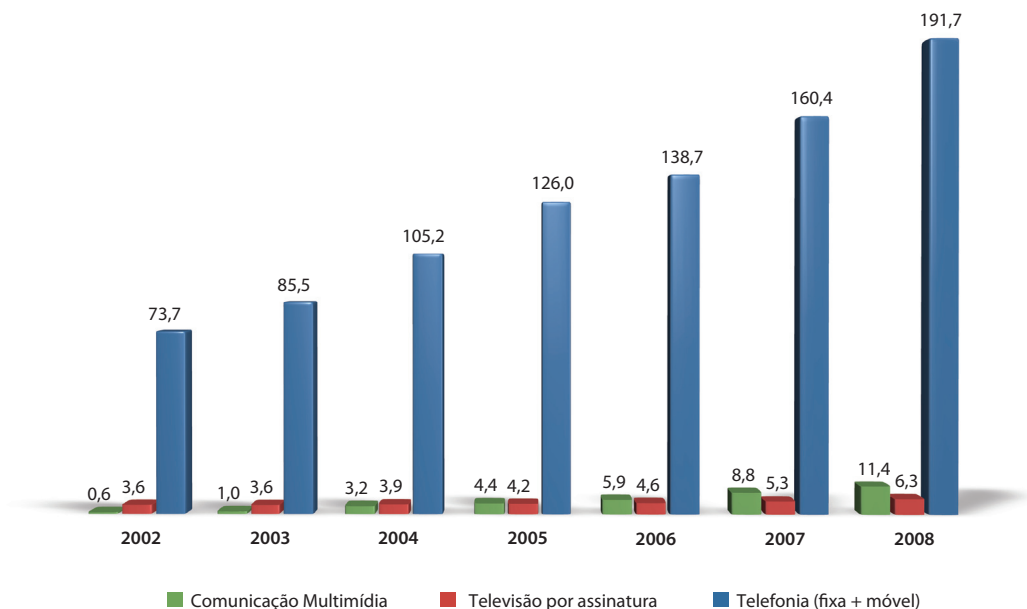
de fronteira, entre outros. Para 2010, espera-se ampliar a cobertura da rede Gesac dos atuais 8.800 pontos instalados para 20.000 pontos, de forma a atender todos os Municípios brasileiros.

A implantação de telecentros comunitários em parcerias com os Municípios é uma atividade de grande relevância no contexto da inclusão digital. Trata-se de um espaço público provido de computadores conectados à internet de banda larga para atendimento a comunidades e segmentos excluídos da sociedade do conhecimento. Atualmente, há pelo menos um telecentro comunitário em cada Município do País e, até o final de 2010, mais de 12.000 telecentros estarão em funcionamento.

Em 2010, o Governo Federal dará prosseguimento aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e difusão de inovações tecnológicas voltadas à competitividade dos produtos e serviços de telecomunicações adequados às características brasileiras. Neste sentido, terá continuidade a implantação do padrão nipo-brasileiro de televisão digital, a formação de técnicos e multiplicadores a fim de fortalecer e melhorar os serviços de radiodifusão comunitária e a realização de estudos direcionados à criação de novo marco normativo para o setor de comunicação eletrônica.

Nos últimos anos, os investimentos do Governo Federal em fomento, regulação e fiscalização, com vistas a promover o acesso dos cidadãos brasileiros a tecnologias de informação e comunicação, acarretaram melhorias quantitativas e qualitativas para o setor, conforme se depreende do Gráfico 8:

Gráfico 8 - Serviços de Telecomunicações (em milhões de assinaturas)



Fonte: Anatel

Visando propiciar a competição de mercado, garantir a liberdade de escolha dos usuários dos serviços de telecomunicações e aprimorar os procedimentos de fiscalização, a Anatel, no exercício de seu papel regulador, contará em 2010 com recursos da ordem de R\$ 35,1 milhões para aprimorar as relações com usuários de telecomunicações, R\$ 9,8 milhões para a regulamentação dos serviços de telecomunicações e R\$ 69,2 milhões para as ações de fiscalização.



Desenvolvimento Urbano

Com a retomada dos investimentos públicos no desenvolvimento urbano, o Governo Federal tem priorizado a execução de investimentos com vistas à redução do déficit habitacional, ao combate da irregularidade fundiária urbana, à viabilização do modelo de transporte urbano coletivo e à universalização dos serviços de saneamento básico.

Em relação ao déficit habitacional, o Governo tem ações orientadas por três eixos: o PlanHab, o PAC Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

O PlanHab, cuja elaboração iniciou-se em agosto de 2007, é parte de um processo de planejamento, em articulação com outros instrumentos, tais como o PPA, que define estratégias de ação a curto, médio e longo prazo para a universalização da moradia digna e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil. Destaca-se neste processo a consolidação do SNHIS, que estabelece as bases de um desenho institucional, prevê a integração das três esferas de governo e define as regras que asseguram a sua articulação financeira com os entes da Federação, já contando com a adesão de todos os Estados e de mais de 90% dos Municípios.

O PAC Habitação visa à expansão dos investimentos em infraestrutura social e urbana do País, bem como ao desenvolvimento dos setores produtivos ligados à habitação, mediante o desenvolvimento do seguinte conjunto de iniciativas:

- a) execução de ações de urbanização de assentamentos precários em grandes complexos, com recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, além de ações de provisão habitacional, elaboração de planos habitacionais e contratação de assistência técnica à habitação de interesse social, no âmbito do FNHIS, no montante de R\$ 707,0 milhões, conforme previsão de recursos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para 2010;
- b) concessão de financiamentos ao setor público, a projetos voltados a oferecer acesso à moradia adequada para a população em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Programa Pró-Moradia, com recursos do FGTS; e
- c) apoio a projetos que compõem a carteira de PMI, custeados com recursos do FAT, com ações integradas voltadas à urbanização e à implantação de infraestrutura básica e social em áreas de baixa renda, de risco e de precariedade habitacional.

E ainda, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, o Governo Federal, em parceria com a CEF e o setor produtivo habitacional, aplicará, no exercício de 2010, R\$ 7,3 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão destinado ao PNHU, R\$ 250,0 milhões ao PNHR, R\$ 663,5 milhões ao Fundo Garantidor da Habitação Popular, R\$ 4,7 bilhões ao FAR, R\$ 400,0 milhões a municípios com menos de 50.000 habitantes e R\$ 100,0 milhões ao FDS. Além disso, disponibilizará R\$ 20,0 milhões para a concessão de subvenção econômica ao BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular.

Como consequência desse conjunto de ações governamentais, os investimentos para o setor habitacional crescem a cada ano, gerando um maior número de atendimentos, em especial para os segmentos com renda de até cinco salários mínimos.



Além das iniciativas citadas anteriormente, o Governo Federal tem desenvolvido uma política nacional de regularização fundiária de áreas urbanas, que se concretizou com o Programa Papel Passado, que visa apoiar Estados, Municípios, entidades da administração pública indireta e associações civis sem fins lucrativos na promoção da regularização de assentamentos informais urbanos. O Programa atinge atualmente os principais municípios de todos os Estados brasileiros.

No âmbito da inovação e desenvolvimento da cadeia produtiva do setor habitacional, o PBQP-H é o meio de interlocução do governo, por intermédio do MCidades, com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil. As iniciativas de incentivo à geração de empregos incluem a desoneração da produção, com a redução do IPI e a redução da incidência da alíquota dos produtos da cesta básica de material para a construção civil, e a melhoria e ampliação das condições para concessão de crédito.

No que concerne à mobilidade urbana, a atuação do Governo Federal tem sido pautada em três eixos estratégicos: promoção da cidadania e inclusão social, por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana; aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor; e integração das políticas da mobilidade, inclusive com as de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

Com o objetivo de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade, o Denatran tem buscado o fortalecimento institucional do SNT, de forma a promover a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes no trânsito no País. Para 2010, estão previstos R\$ 497,1 milhões para desenvolvimento de diversas ações, entre as quais, capacitação de 5.000 profissionais de órgãos e entidades do SNT; implementação do EAD, implantação de uma rede nacional de controle das características dos veículos automotores e dos atos de registro, visando fiscalizar a frota do País em circulação; e realização do IX Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, com o objetivo de incentivar a sociedade a analisar, refletir e produzir trabalhos voltados à melhoria da qualidade de vida no trânsito.

Em relação ao sistema coletivo metroferroviário, entre as metas previstas para 2010 cabe destacar que serão investidos R\$ 247,5 milhões em obras para viabilizar: a entrega dos primeiros VLT para o metrô de Recife, a conclusão das obras previstas no PAC na linha 1 de Belo Horizonte, o início da operação experimental do trecho Lapa-Acesso Norte do metrô de Salvador, a conclusão da modernização do sistema do trem de subúrbio no trecho Calçada-Paripe, também em Salvador, o término das obras das estações e da malha ferroviária na Linha Sul do sistema de trens urbanos de Fortaleza, e a modernização dos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió. Adicionalmente, serão alocados R\$ 170,0 milhões para viabilizar a expansão da malha metroviária de Porto Alegre.

No setor de desenvolvimento urbano, cabe destacar também as ações governamentais voltadas para prestação de saneamento básico à população brasileira. A garantia do acesso à água em quantidade e qualidade adequadas é um grande desafio para um País com as dimensões do Brasil, sendo também um condicionante para a garantia da saúde das pessoas. No entanto, a meta do milênio relativa ao acesso à água potável nas áreas urbanas prevista para 2015 foi alcançada em 2007, o que significa dizer que já existe água canalizada de rede geral no interior de mais de 90% dos domicílios em cidades.



Encontra-se em elaboração o Plano Nacional de Saneamento Básico, principal instrumento da política setorial, conforme prescreve a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Mediante um processo de construção participativa, o Plano deverá expressar um compromisso com vistas à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social por meio da universalização do saneamento básico.

Tendo em vista a implantação do PAC, cabe ressaltar que foram revertidas as limitações financeiras que tanto restringiam os investimentos no setor, tendo o volume de contratações avançado de uma média inferior a R\$ 3,0 bilhões anuais, verificada no período 2003-2006, para cerca de R\$ 10,0 bilhões, em 2007, e para mais de R\$ 12,0 bilhões em 2008. O ambiente de investimentos continuados para o setor de saneamento deve permanecer, em 2010, quando está prevista a contratação de cerca de R\$ 6,0 bilhões para realização de obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, saneamento integrado, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos. Desse montante, R\$ 2,2 bilhões correspondem às iniciativas contempladas nos Orçamento Fiscal e da Seguridade.

No âmbito do PAC-Saneamento, foram selecionados, entre janeiro de 2007 e abril de 2009, empreendimentos equivalentes ao montante de R\$ 28,9 bilhões, dos quais R\$ 24,3 bilhões já se encontram contratados. No âmbito do MCidades, já foram selecionados investimentos de R\$ 24,7 bilhões até abril de 2009, sendo que destes R\$ 9,9 bilhões são provenientes de recursos orçamentários e R\$ 14,8 bilhões oriundos de financiamentos. Do total contratado, as obras relativas a mais de 75% dos empreendimentos já estão em andamento, sendo que, em abril de 2009, o estágio de execução médio dos projetos contratados era de 16%.

Desenvolvimento Regional

Nos últimos anos, o Brasil vem intensificando os esforços na luta contra uma herança histórica de disparidades econômicas e sociais entre regiões do País ocasionadas por um processo histórico de evolução injusto e desigual que resultou distribuição desequilibrada das riquezas produzidas.

Com o intuito de dar continuidade às políticas de enfrentamento a essa situação de desequilíbrio, o Governo Federal desenvolverá ações que fomentarão o desenvolvimento a partir da diversidade regional do País, com a finalidade de reduzir as desigualdades brasileiras, por meio do estímulo ao potencial endógeno, da convergência das políticas públicas de ordenamento territorial e da promoção de investimentos estratégicos de apoio às integrações regional, nacional e sul-americana.

No que diz respeito às áreas que fazem fronteira com países limítrofes, locais de relevante importância na estratégia de integração do Brasil com os demais países da América do Sul, o Governo Federal investirá, em 2010, R\$ 7,2 milhões, buscando promover o desenvolvimento dessas regiões por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros Estados do continente. Nesse sentido, destaca-se a implementação do projeto de cooperação transfronteiriça na divisa do Brasil com a União Europeia (Amapá – Guiana Francesa), no âmbito das áreas prioritárias da PNDR.

Além disso, o Governo Federal tem promovido ações que objetivam conferir autonomia e sustentabilidade para espaços sub-regionais, principalmente, o semi-árido, por meio não só do fomento à organização social das comunidades locais, mas também do fortalecimento da base produtiva endógena local, com vistas à inserção produtiva e social da população dessas áreas.



Para 2010, serão investidos R\$ 27,2 milhões na promoção da gestão do desenvolvimento amparado no estímulo ao potencial e às características econômicas, sociais e culturais próprias de cada região por meio do incentivo à organização social e da orientação às populações locais sobre as possibilidades concretas de desenvolvimento. Desta maneira, essas ações operarão como importante meio de capacitação de pessoas e de criação de bases do associativismo e cooperativismo visando criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável das Mesorregiões e das Rides.

O Governo Federal ainda destinará R\$ 12,1 milhões aos 1.133 Municípios do semi-árido brasileiro objetivando contribuir para a sustentabilidade de atividades econômicas como forma de promover a inserção produtiva da população a partir de ações de desenvolvimento regional que visam à dinamização de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais, articuladas com as ações de implantação de infraestrutura hídrica. Esses investimentos procurarão reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas dos espaços regionais e sub-regionais com maior incidência de secas.

Nesse sentido, para 2010, destaca-se a previsão de 45 arranjos produtivos locais – novos ou em estruturação – nas Mesorregiões Diferenciadas, no semi-árido Nordestino e na fronteira com países sul-americanos, tendo como alvo preferencial pequenos produtores e micro e pequenas empresas.

No entanto, é importante destacar que o cumprimento de condições reais de desenvolvimento sustentável e autônomo na Região Nordeste do Brasil, principalmente em seu semi-árido, requer ainda a mitigação do problema da escassez crônica de recursos hídricos, uma vez que a água é um elemento básico e estruturante para o desenvolvimento das atividades sociais e econômicas.

Por essa razão, o Governo Federal iniciou, em 2007, o Pisf que prevê a retirada contínua de 26,44 m³/s de água do Rio, valor equivalente a 1,4% da vazão garantida pela barragem de Sobradinho (1.850 m³/s) no trecho do rio onde se dará captação. O empreendimento assegurará a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de 390 cidades, o que corresponde a 7% dos Municípios do Brasil da região semi-árida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e reduzirá em 30% o contingente populacional exposto às situações emergenciais das secas.

Para 2010, visando o prosseguimento do Pisf, está prevista a aplicação de R\$ 1.515,9 milhões para conclusão da Primeira Etapa – Eixo Leste, com 220 km; e do Trecho I do Eixo Norte, com 109 km; além de permitir a instalação de estações de bombeamento e construção de reservatórios, túneis e aquedutos.

Da mesma forma, serão aplicados R\$ 337,1 milhões para revitalização do Rio São Francisco, promovendo ações que consistem em obras de saneamento ambiental (obras para tratamento de água e esgotos), contenção de barrancos e de controle de processos erosivos, melhoria da navegabilidade e reflorestamento e recuperação de matas ciliares, dando continuidade, assim, aos investimentos na integridade e no potencial econômico do rio que é a principal base para o desenvolvimento de centenas de Municípios brasileiros. Nesse contexto, para 2010, destaca-se a conclusão de 106 unidades de tratamento de água, 198 sistemas de esgotamento sanitário e 20 sistemas de tratamento de resíduos sólidos.

Essas intervenções, junto à integração de bacias hidrográficas e suas obras complementares, objetivam maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda, associada ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, o que significará melhor aproveitamento da infraestrutura hídrica e gestão mais eficaz da água.



Outra importante área de atuação para o desenvolvimento regional e diminuição das desigualdades é a busca de melhoria da infraestrutura hídrica básica, que inclui, entre outras ações, o acesso direto à água e a drenagem urbana, que resultam na diminuição dos índices de mortalidade infantil, causada por doenças de veiculação hídrica, e contribuem para a melhoria socioeconômica das regiões e sub-regiões.

Para tanto, o Governo Federal investirá R\$ 740,2 milhões em ações estruturantes – como obras de barragens, açudes, adutoras e sistemas simplificados de água – e no fortalecimento das instituições envolvidas com a gestão dos recursos hídricos de modo a contribuir para a garantia da ampliação da oferta de água de boa qualidade, com a promoção do uso racional desse recurso.

Por outro lado, serão destinados R\$ 150,8 milhões para a mitigação dos efeitos da seca e a identificação de modelos de desenvolvimento sustentável no semi-árido brasileiro que permitam a convivência da população – aproximadamente 500 mil pessoas do meio rural que residem em comunidades distantes até 15 quilômetros da calha do rio São Francisco – com essa adversidade. Esses recursos serão aplicados em ações que incluem a implantação de adutoras para abastecimento de água com captação direta do rio São Francisco, o fornecimento de equipamentos e instalação de poços tubulares perfurados e a construção de cisternas para população difusa, além de poços tubulares perfurados.

Para 2010, os investimentos em infraestrutura hídrica viabilizarão a continuidade de diversas obras distribuídas pelo País, além da conclusão de projetos voltados para o abastecimento humano, como barragens, adutoras, e sistemas de abastecimento de água, dentre os quais as Adutoras Pirapama e Pajeú, no Estado de Pernambuco, o canal Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas, o Eixo de Integração Castanhão-Gavião, no Estado do Ceará, e os Sistemas de Abastecimento do Alto Oeste, no Estado do Rio Grande do Norte, Bocaina, no Estado do Piauí, e Jacobina, no Estado da Bahia.

Não menos importante é a continuidade dos investimentos realizados nos últimos anos para aumentar a oferta de infraestrutura de drenagem urbana, para os quais serão destinados R\$ 327,9 milhões, em 2010, contribuindo para a solução do problema do escoamento das águas nas cidades e dos impactos de enchentes urbanas e ribeirinhas, que degradam a saúde pública, o ambiente e a qualidade de vida nas cidades. Nesta linha, destaca-se o desenvolvimento de intervenções de drenagem em áreas rurais de risco de desastres naturais e na região metropolitana de Salvador, no Estado da Bahia.

Em complemento a esses investimentos em infraestrutura hídrica, o Governo Federal tem aplicado recursos em projetos de agricultura irrigada já que se trata de uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e à distribuição de renda, que tem contribuído para a geração de empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto não, a custos inferiores àqueles em outros setores da economia, e para o aumento da oferta de alimentos a preços menores àqueles produzidos nas áreas não irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho.

Para 2010, serão disponibilizados R\$ 563,1 milhões em ações para o desenvolvimento da agricultura irrigada, dentre as quais destacam-se a conclusão da implantação dos perímetros de irrigação do Baixio de Irecê e Salitre, no Estado da Bahia, Baixio do Acaraú e Tabuleiros de Russas, no Estado do Ceará, Platôs de Guadalupe e Tabuleiros Litorâneos, no Estado do Piauí e Pontal, no Estado de Pernambuco.



Meio Ambiente

O Brasil possui aproximadamente 4.800.000 km² de florestas – isso representa 56% do território nacional e 10% do total mundial de florestas – que abrigam a maior biodiversidade do mundo e disponibilizam vários serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima.

As dimensões territoriais do País refletem diretamente no volume dos recursos naturais que lhe são afetos e, nesse contexto, a complexidade, importância e urgência do desenvolvimento de ações que promovam o desenvolvimento sustentável manifestam-se não só devido ao longo tempo de resposta ambiental às ações de recuperação, mas também devido aos diferentes atores envolvidos no processo e à consequente transversalidade das ações.

Nesse sentido, ações governamentais têm sido responsáveis pela reversão sustentável do quadro de desmatamentos e incêndios nas florestas brasileiras. Na Amazônia Legal, por exemplo, segundo dados do Ipea, verificam-se quedas nas taxas de desmatamento de 27,4 mil km² em 2004 para 12,0 mil km² em 2008.

Para tanto, em 2010 serão investidos R\$ 90,0 milhões em atividades de fiscalização e monitoramento de queimadas por geoprocessamento, nas unidades de conservação federais, estaduais e municipais, em prevenção e combate à ocorrência de incêndios e desmatamentos florestais e em recuperação das áreas afetadas. O Plano de Ação para Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia legal prevê medidas tais como a promoção do ordenamento fundiário e o monitoramento, controle e fomento às atividades produtivas sustentáveis. Os recursos serão alocados para que, até 2012, o programa Áreas Protegidas da Amazônia possa ter gerado cerca de 20 milhões de hectares de novas áreas de unidades de conservação na Amazônia.

Signatário do Protocolo de Kyoto, o Brasil criou metas quantitativas internas para redução das emissões de gás carbônico; assim, investimentos serão direcionados com vistas a implementar o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que prevê zerar a perda líquida de cobertura florestal até 2015 e reduzir o índice de desmatamentos no País, em 70%, até 2017. Dentre os objetivos do plano, estão o combate ao desmatamento, a implementação de medidas com vistas ao aumento da eficiência energética por meio das melhores práticas existentes e a manutenção da elevada participação da energia renovável na matriz elétrica.

No que concerne ao SNUC, em 2010, serão alocados R\$ 96,9 milhões, com vistas a contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira, por meio da seleção de espaços territoriais que possuam tanto recursos ambientais quanto águas jurisdicionais, com características naturais relevantes que, legalmente instituídos pelo poder público, passarão a ter objetivos de conservação e recuperação, limites definidos, regime especial de administração e garantias adequadas de proteção.

Serão investidos R\$ 19,5 milhões para fomentar a gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos, por meio da ampliação tanto da área de cobertura quanto da eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões e no reaproveitamento e reciclagem de materiais. Essas ações beneficiarão populações localizadas em áreas detentoras de fragilidade físico-ambiental, tanto em Municípios de pequeno e médio portes, quanto nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.



Com vistas a reduzir níveis de poluição hídrica em bacias drenantes com áreas de maior densidade urbana do País, a ANA vem desenvolvendo esforços no sentido de implementar ações voltadas para a recuperação e gestão de cursos de água. Dentre estas ações, destaca-se a remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas integrantes do Prodes, com investimentos de R\$ 12,0 milhões, em 2010, que incentiva os Municípios a implantarem e operarem sistemas de tratamento de esgotos que possibilitem reduzir as cargas de poluição lançadas nos rios e córregos nacionais.

Investimentos federais de R\$ 19,7 milhões, no setor de meio-ambiente, também serão destinados para o fortalecimento de órgãos estaduais gestores de recursos hídricos, com vistas à implantação e consolidação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio da efetivação de bacias compartilhadas, cujos rios que lhes integram são de domínio da União e dos Estados.

A revitalização das bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Tocantins/Araguaia e Parnaíba é estratégica para a gestão eficiente dos recursos hídricos. Nesse contexto, a RHTA é a mais extensa em termos da área de drenagem integralmente situada no território brasileiro e foi definida pela ANA como prioritária para implementação dos instrumentos da PNRH, que propõe ações baseadas em critérios de sustentabilidade hídrica e ambiental. Assim, em 2010, serão investidos R\$ 81,1 milhões, com vistas à recuperação e à conservação destas e das demais bacias hidrográficas brasileiras.

Por fim, o projeto parques fluviais, na bacia hidrográfica do rio São Francisco, é projeto estratégico do governo. Trata-se de instrumento da política de conservação e preservação de bacias hidrográficas, que visa aliar preservação e revitalização dos recursos naturais da região, com vistas a melhorar a qualidade da água para a população e a desenvolver atividades de cultura, lazer, esporte, turismo e educação ambiental. O projeto envolve desde o reflorestamento das margens dos rios ao tratamento de resíduos sólidos, em consórcio com outros Municípios. Os trabalhos serão realizados prioritariamente em zonas urbanas, e os Municípios ficarão responsáveis pela parte operacional dos parques.



TURISMO

O MTur, no decorrer dos anos, tem incrementado investimentos na adequação de infraestrutura e serviços, para oferecer o que há de melhor no País para o setor turístico. Em 2010, contará com R\$ 316,8 milhões para o desenvolvimento de ações voltadas ao turismo interno. Além disso, tem enfatizado a promoção do setor, com especial atenção à elaboração e à divulgação de campanhas e eventos que promovam seus destinos turísticos, e incentivem cada vez mais os brasileiros a conhecer e viajar pelo próprio País.

Nesse trabalho, surge, em destaque, o desenvolvimento dos chamados 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, resultado de uma seleção em todas as unidades da Federação onde as cidades estão sendo preparadas para a obtenção do padrão de qualidade internacional.

O MTur iniciou, em 2007, um processo de intensificação da participação federal no Prodetur/NE II – R\$ 8,0 milhões para finalização em 2010 –, bem como a criação de uma outra iniciativa, denominada Prodetur Nacional (R\$ 230,0 milhões para 2010), para a expansão dos programas para as demais regiões que têm por objetivo a estruturação e o desenvolvimento da atividade turística em bases sustentáveis como forma de gerar benefícios para a população local.

Neste ano, o MTur tem focado os esforços publicitários nos períodos precedentes aos principais feriados nacionais, fortalecendo a “cultura da viagem” entre os brasileiros, paralelamente à promoção interna, esta pasta articula ações de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro, junto ao setor nacional. Esta iniciativa possibilita que o ramo privado do turismo atenda à diversidade de consumidores do País, expandindo sua capacidade de oferta diferenciada para diversas categorias e grupos de renda, além da preparação para a competitividade no mercado internacional.

Quanto às ações no mercado externo, o Embratur, órgão responsável pela promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no exterior, contará, para 2010, com um montante de R\$ 140,1 milhões para o desenvolvimento de sua programação.

Um dos desafios para 2010 será a continuidade de estudos que estão sendo elaborados pelo MTur com o intuito de mapear as atividades das quais irá participar e buscar parcerias para a adequação do País, mais especificamente as cidades-sede, para a realização da Copa de 2014.

Ainda para 2010, as metas definidas no PNT são: promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno; criar 516 mil novos empregos e ocupações; estruturar 30 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional; e gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas.

PESCA E AQUICULTURA

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), por meio da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, representa o desdobramento e os avanços conseguidos pelo fortalecimento das políticas públicas nesta área, além de uma resposta ao aumento da demanda mundial por alimentos e uma forma de combate à pobreza e à marginalização de parcelas da população pobre do País. Com o órgão devidamente estruturado, espera-se o incremento das políticas do setor, a atração de novos investidores nacionais e estrangeiros que implementem projetos para o cultivo de pescado em sistema intensivo e com a abrangência da cadeia produtiva já adotada pelo agronegócio. Nesse quadro, o desenvolvimento da pesca e da aquicultura será responsável pela geração de empregos e incremento da renda dos trabalhadores no setor.

Para alcançar essa transformação, foi aprovada a Lei da Pesca, que retrata uma nova referência para a política pesqueira e aquícola no País, adequa-se às necessidades contemporâneas e projeta o futuro desenvolvimento dessas atividades. A partir dessa Lei, os pescadores passam à condição de produtores rurais, com direito ao acesso a recursos mais baratos para financiar a produção. Esse benefício é também estendido a empresas de beneficiamento, transformação e industrialização do pescado.

O planejamento estratégico do MPA segue orientações do Governo Federal no sentido de direcionar esforços para a redução da pobreza, o combate à exclusão social, a diminuição das desigualdades sociais e regionais e a aceleração econômica como elemento fundamental para consecução desses objetivos.

As ações de maior impacto no orçamento referem-se, principalmente, ao apoio às unidades integrantes da cadeia produtiva da pesca e aquicultura, envolvendo equipamentos para as etapas de conservação, processamento e transformação do pescado; infraestrutura de maior porte para os Terminais Pesqueiros Públicos; e os Centros Integrados da Pesca Artesanal, que buscam a convergência das políticas públicas para o setor, conjugando investimentos em infraestrutura de produção, com ações de formação e capacitação dos pescadores, apoio à autogestão dos empreendimentos e à gestão compartilhada dos recursos pesqueiros.

Cabe mencionar a continuidade, em 2010, dos programas Profrota Pesqueira, voltado ao desenvolvimento da frota nacional oceânica, que oferta crédito para construção, aquisição, substituição e modernização de embarcações, e de Subvenção do Óleo Diesel, com o objetivo de equiparar o preço do óleo diesel marítimo, para a pesca brasileira, com o preço praticado no exterior, que possibilitam o aumento na competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores.

O MPA contará com recursos globais da ordem de R\$ 450,8 milhões, destinados à sua estruturação, fortalecimento e atuação como órgão central responsável pela formulação e implementação de políticas e desenvolvimento de ações e programas, concernentes ao setor pesqueiro em 2010.

III – Políticas Sociais

- **Pobreza e Desigualdade**
- **Previdência Social**
- **Assistência Social**
- **Segurança Alimentar e Nutricional**
- **Emprego e Renda**
- **Educação**
- **Saúde**
- **Cultura**
- **Esporte**
- **Direitos Humanos, Cidadania, Justiça e Política Indigenista**
- **Inclusão de Jovens**



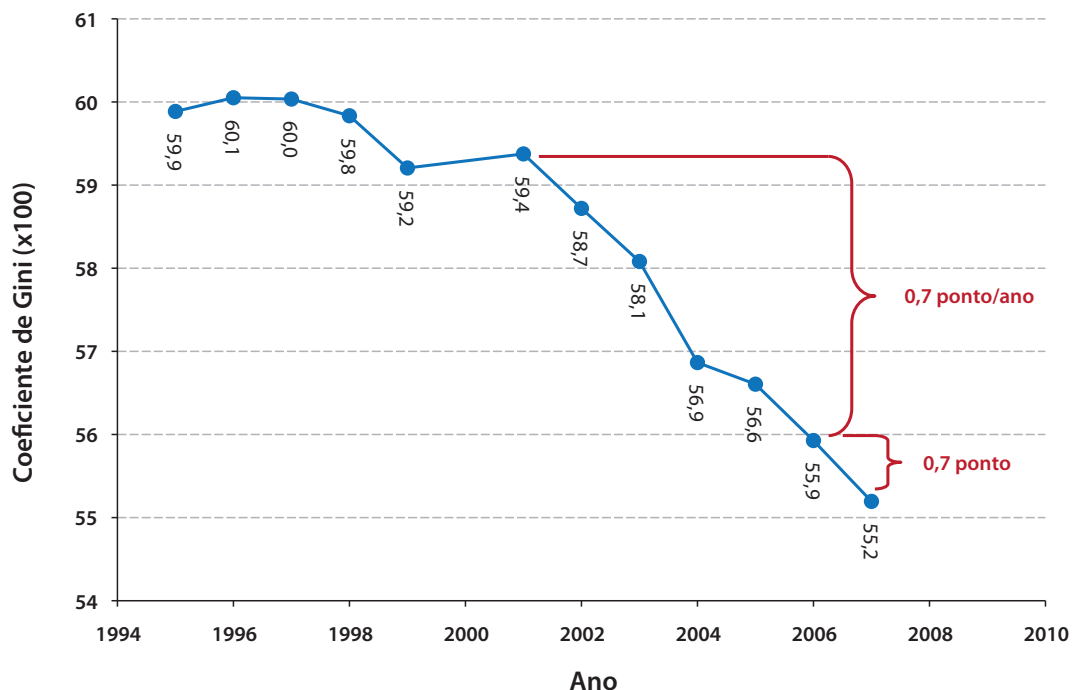
POBREZA E DESIGUALDADE

A Desigualdade Continua Caindo no Mesmo Ritmo

Evidências científicas na literatura nacional e internacional mostram que desigualdades elevadas na renda domiciliar *per capita* são associadas a crescimento econômico menor, a altas taxas de criminalidade em geral e homicídio em particular, a limites na coesão social, e a resultados educacionais piores, o que por sua vez restringe o crescimento econômico. O Brasil, felizmente, chegou a 2007 na posição de comemorar o sétimo ano de redução sustentada da desigualdade da renda domiciliar *per capita*.

O Gráfico 9 mostra que, além da queda na desigualdade continuar de 2006 para 2007, mantém-se no mesmo ritmo dos cinco períodos anuais anteriores: 0,7 ponto de Gini (x100) ao ano. Isto equivale a aproximadamente 0,84% da desigualdade observada em 2001, o que quer dizer que se perdeu 5% da desigualdade do País de 2001. A queda é estaticamente significativa (não é flutuação estatística) e o ritmo de 0,7 ponto ao ano é igual ou superior ao ritmo seguido pelos países da OCDE, que hoje contam com um sistema de proteção social eficaz, no momento em que construíam este sistema.

Gráfico 9 – Coeficiente de Gini de 1995 a 2007



Fonte: Microdados Pnad. Elaboração: Disoc/Ipea

Outro modo de avaliar a velocidade da queda na desigualdade é calcular em quanto tempo o Coeficiente de Gini brasileiro alcançaria seu equivalente em alguns países com características semelhantes ao Brasil – países grandes, federativos, com forte heterogeneidade racial ou étnica. Os países escolhidos foram o México que, junto com a Argentina, para a qual infelizmente não se dispõe de dados adequados



para a comparação, é um dos países grandes e federativos mais igualitários na América Latina; os Estados Unidos que é o mais desigual dos países desenvolvidos e o Canadá, que todos elegeriam com um bom modelo de igualdade e civilidade. Os resultados são que o Brasil alcançaria o Coeficiente de Gini do México em 2012; seis anos depois, em 2018, igualaria o indicador dos Estados Unidos e, em 2030, ano no qual as crianças nascidas hoje completarão a universidade, o Brasil chegaria ao grau de igualdade encontrado no Canadá.

Tabela 12 – Tempo para Igualar ao México, Estados Unidos e Canadá

País	Coeficiente de Gini	Anos para Igualar	Ano de Igualdade
México	51,0 (2004)	5	2012
Estados Unidos	46,9 (2005)	11	2018
Canadá	39,3 (2004)	23	2030

Fontes: Inegi (México); Census Bureau (EUA) e Statistics Canada (Canadá)

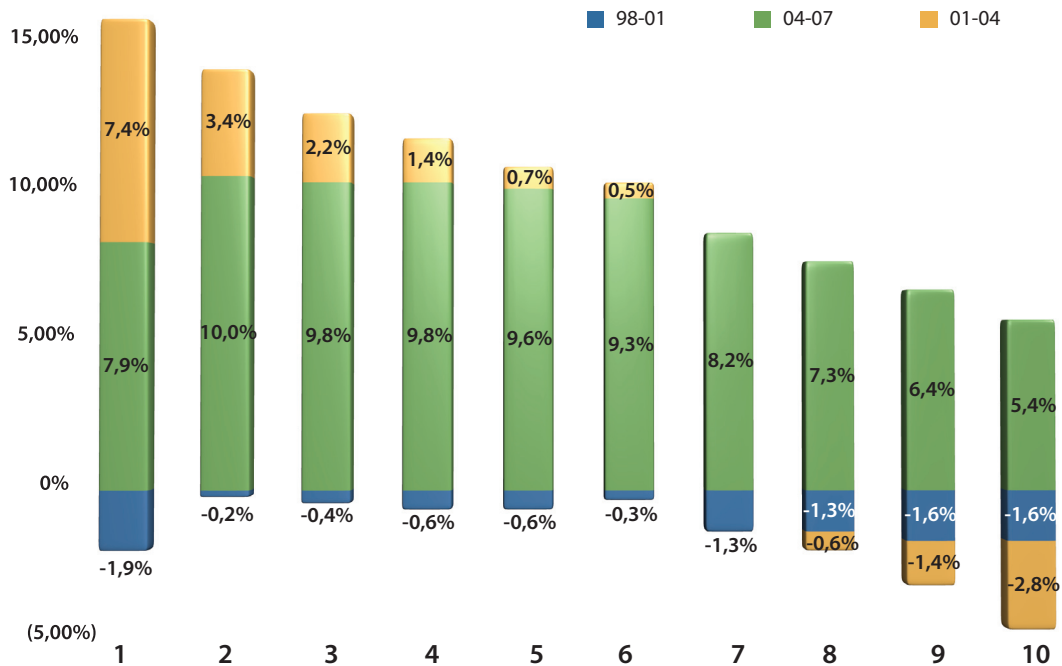
Outro modo de ver a distribuição de renda é mediante análise da taxa de crescimento de cada décimo de renda. Se a renda *per capita* dos décimos mais pobres cresce a taxas superiores às taxas dos décimos mais ricos, então há redução da desigualdade. O Gráfico 10 mostra exatamente estas taxas de crescimento para três períodos de três anos cada um: 1998 a 2001, 2001 a 2004 e 2004 a 2007. Os três períodos mostram tendências muito distintas entre si.

De 1998 a 2001, a renda continuava seguindo a mesma tendência que, grosso modo, foi observada desde o início dos anos oitenta. O crescimento da renda média foi baixo (negativo, de fato) e não se vê nenhuma tendência com relação à desigualdade. Observa-se no Gráfico 10 taxas de crescimento variando entre -1,9% (para o décimo mais pobre) e -0,2% (para o segundo mais pobre). A renda cai para todos e não há tendência visível em termos de desigualdade.

De 2001 a 2004, a renda média continua em queda, mas começa a surpreendente redução da desigualdade, o que é indicado pelas barras vermelhas. O décimo mais rico (décimo 10) sofre queda de 2,8% na sua renda. Esta queda é menos intensa para os décimos nove, oito e sete, sendo que a taxa de crescimento do sétimo décimo situa-se muito próxima de zero. A partir do sexto décimo, há crescimento da renda até chegar ao primeiro décimo, cuja taxa de crescimento foi de 7,4%. Trata-se de um período de estagnação da renda média, mas com forte queda na desigualdade: enquanto a renda dos 10% mais ricos sofria com retração de renda igual à observada no Haiti, a renda dos 10% mais pobres gozava de taxas de crescimento quase iguais às observadas na China.



Gráfico 10 – Crescimento da Renda *per Capita* por Décimo: 1998 a 2007



Fonte: Microdados Pnad. Elaboração: Disoc/Ipea

Finalmente, de 2004 a 2007, o Brasil entrou no melhor dos mundos. Houve forte crescimento da renda domiciliar *per capita* média, conjugado com a continuidade do processo de distribuição da renda. As barras com contorno azul mostram que todos os décimos viram sua renda crescer a taxas elevadas, sendo que esta taxa foi de 5,4% para o décimo mais rico, aumentando de modo linear até 10% ao ano para o segundo décimo mais pobre. A taxa de crescimento da renda do décimo mais pobre foi de 7,9%, o que é um pouco inferior às taxas dos décimos dois a seis.

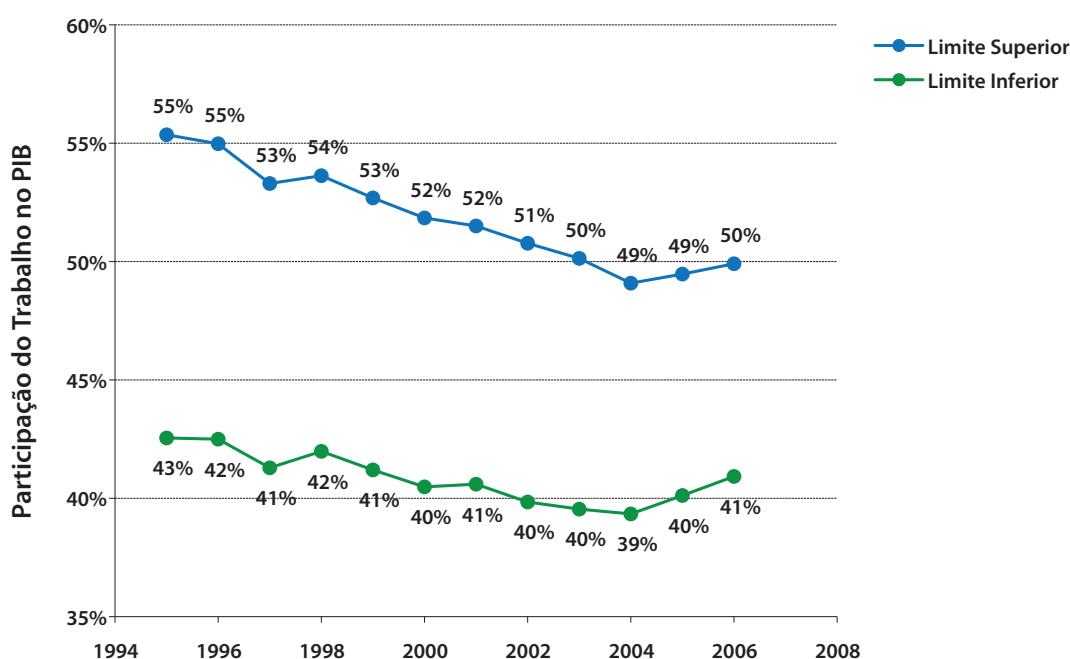
A fonte para os gráficos acima são as PNAD, que medem bem os rendimentos do trabalho e previdenciários, mas subestimam notavelmente alguns outros rendimentos, tais como os rendimentos do capital e das transferências de renda. Uma informação complementar à distribuição de renda interpessoal medida pela PNAD seria a evolução da distribuição de renda funcional.

Infelizmente, as Contas Nacionais não permitem que se meçam adequadamente as parcelas do trabalho e do capital na renda nacional. Os rendimentos do capital encontram-se majoritariamente no EOB, que inclui também tributação e até algum rendimento do trabalho, e minoritariamente, nos rendimentos mistos (dos trabalhadores por conta própria). Os rendimentos do trabalho encontram-se majoritariamente no rendimento dos empregados e minoritariamente nos rendimentos mistos.

Apesar da impossibilidade de se fazer a decomposição exata entre capital e trabalho, é possível calcular um limite inferior e um limite superior da participação do trabalho no PIB. O limite inferior seria a participação da remuneração dos empregados no PIB, já que exclui indevidamente a parcela do trabalho no rendimento misto e a pequena parcela do trabalho no EOB. O limite superior seria a soma das participações da remuneração dos empregados e dos rendimentos mistos no PIB, uma vez que inclui indevidamente a remuneração do capital no rendimento misto.

A evolução dos limites inferior e superior se encontram no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Limites Superior e Inferior para a Participação do Trabalho no PIB



Fonte: Contas Nacionais 1995-1999 e 2000-2006. Tabela 2 Contas de produção, renda e capital. Elaboração: Disoc/Ipea

Tanto o limite superior quanto o limite inferior do trabalho no PIB mostram o mesmo comportamento. Há uma tendência de queda de 1995 a 2004, na qual a participação do trabalho no PIB cai de 43% para 39% no limite inferior e de 55% para 49% no limite superior. Em 2005 e 2006, observa-se um aumento da participação para 41%, no limite inferior, e para 50% no limite superior. Ou seja, após uma década em queda, a participação do trabalho no PIB começa a recuperar-se em 2005, apesar de ainda estar longe do valor inicial.

Em resumo, não se pode negar que, desde 2004, a tendência da distribuição de renda encontra-se no melhor dos mundos: a desigualdade em queda, a renda média aumentando fortemente e a participação do trabalho no PIB aumentado após décadas em queda.

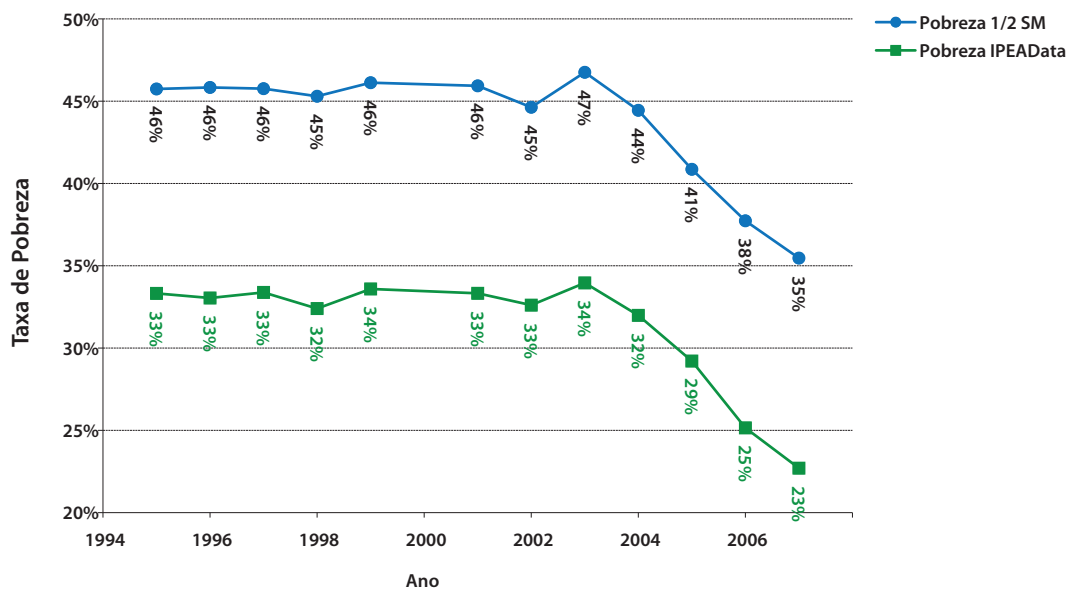


A Pobreza Também Continua em Queda

A redução da desigualdade tem muitas consequências positivas, mas uma das mais importantes é que pode levar, a depender da evolução da renda média, a quedas na pobreza. O Brasil não conta com linha ou metodologia de pobreza oficial. Portanto, cada relatório deve escolher a linha ou metodologia mais adequada. Nesta Mensagem, foram escolhidas duas metodologias. A primeira, cuja principal vantagem é a simplicidade, é o uso de meio (pobreza) e um quarto (pobreza extrema) do salário mínimo atual (de 2009), deflacionado pelo INPC. A segunda são as linhas de pobreza do IpeaData, que consiste em um conjunto regionalizado de 24 linhas de pobreza e pobreza extrema. A vantagem deste método é a precisão, uma vez que está embasado em cálculos regionalizados de necessidades calóricas.

As duas abordagens, no entanto, mostram a mesma evolução. O Gráfico 12 mostra que, para ambas as abordagens, a pobreza se manteve estável até 2003 e a partir de 2004 iniciou uma forte queda. Isto se explica, uma vez que até 2003 os ganhos para os pobres advindos da incipiente queda na desigualdade foram negativamente compensados pela estagnação econômica e, quando a renda começou a subir, em 2004, o aumento na atividade econômica e a redução na desigualdade começaram a trabalhar juntas para levar a uma forte derrubada da pobreza.

Gráfico 12 – Taxas de Pobreza de 1995 a 2007

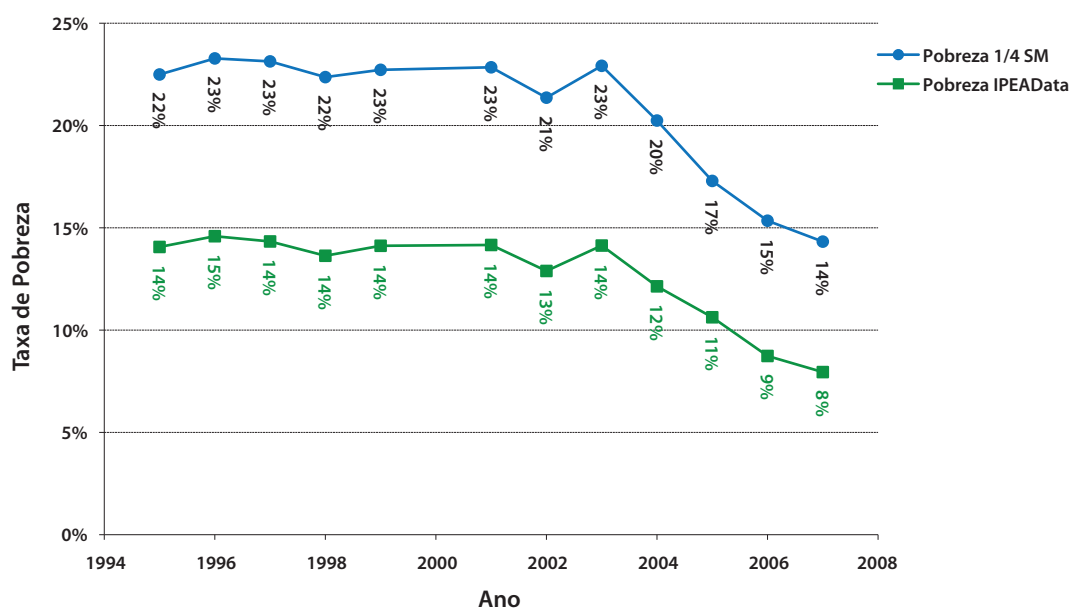


Fonte: Microdados Pnad. Elaboração: Disoc/Ipea

O Gráfico 12 mostra que a pobreza caiu 11 pontos percentuais para a linha de meio salário mínimo e dez pontos para a linha do IpeaData. Trata-se de uma queda de um quarto do nível de pobreza segundo meio salário mínimo e um terço segundo as linhas do IpeaData.

A redução da pobreza extrema, no entanto, foi ainda maior.

Gráfico 13 – Taxas de Pobreza Extrema de 1995 a 2007



Fonte: Microdados Pnad. Elaboração: Disoc/Ipea

O Gráfico 13 mostra que, para a linha de pobreza extrema de um quarto do salário mínimo, houve uma queda de cerca de oito pontos percentuais, de 22% para 14% dos brasileiros. Segundo a linha IpeaData, a queda foi de seis pontos percentuais, aproximando-se de níveis relativamente baixos (8%) de pobreza extrema. Não é impossível pensar em chegar a zero, ou quase zero, de pobreza extrema, se a cobertura e benefícios dos programas de transferência de renda continuar aumentando.

Efeitos da Crise sobre a Distribuição de Renda

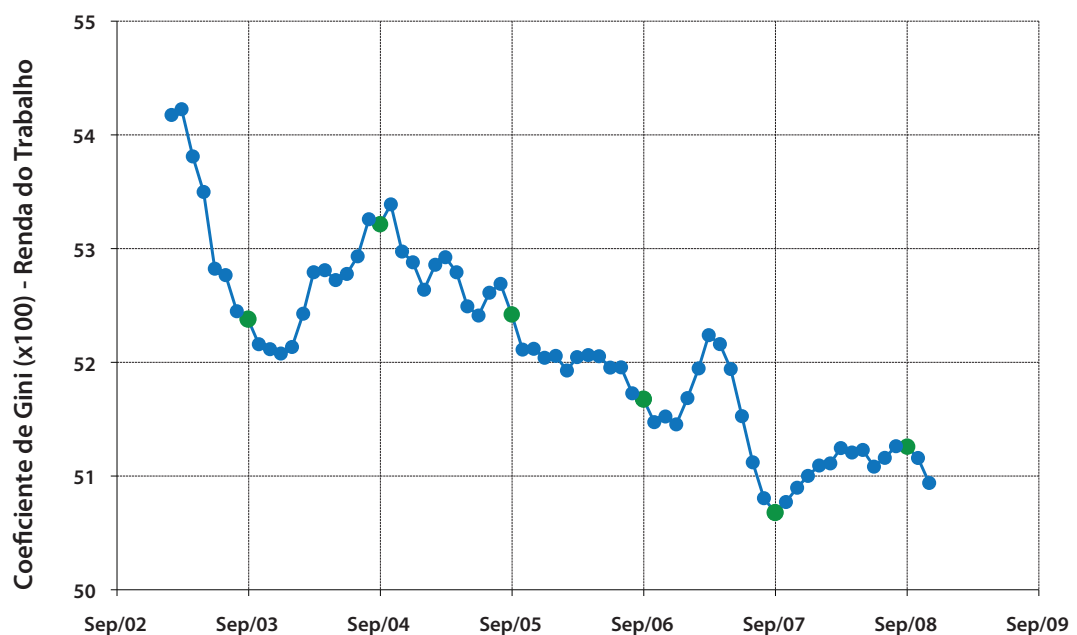
Os dados acima não retratam ainda os impactos da crise financeira, que começaram a ser sentidos a partir do segundo semestre de 2008. Seus impactos preliminares sobre a distribuição de renda serão conhecidos apenas quando a PNAD de 2008 for divulgada em setembro deste ano.

É possível, no entanto, ter uma idéia incompleta da evolução da desigualdade usando a PME. A PME sofre de diversas limitações, mas há duas particularmente graves. Primeiro, cobre apenas as seis maiores áreas metropolitanas do País e, segundo, apenas a renda do trabalho é indagada. Como não se sabe o valor das outras rendas, não é possível calcular a renda domiciliar *per capita*, que é o melhor indicador de bem-estar, nem seu Coeficiente de Gini. Pode-se, no entanto, calcular o Coeficiente de Gini da renda do trabalho. Não é o melhor indicador de desigualdade de condições de bem-estar, mas é o que é possível.



O Gráfico 14 mostra a série com os rendimentos do trabalho, entre os empregados, nas seis principais regiões metropolitanas entre 2003 e 2008. O apresentado é uma média móvel trimestral do Coeficiente de Gini mensal. Encontram-se indicados no Gráfico 14 as medidas centradas em setembro de cada ano. O penúltimo setembro, que corresponde ao período de coleta da última PNAD disponível, é também o valor cujo Coeficiente de Gini é mais baixo em toda a série. O valor em setembro de 2008 é mais alto que em setembro de 2007, embora o final de 2008 mostre a desigualdade novamente em queda.

Gráfico 14 – Rendimentos do Trabalho de 1995 a 2007



Fonte: Microdados PME. Elaboração: Disoc/Ipea

Os dados acima sofrem das limitações anteriormente mencionadas, mas oferecem indícios de que, pelo menos, a renda do trabalho pode não estar caindo no mesmo ritmo que antes. No entanto, dado que não há sinais de um forte aumento da desigualdade, é possível que os aumentos recentes em valor e cobertura dos programas de transferência de renda e no salário mínimo, que indexa o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais, tenham mantido a desigualdade em queda.



PREVIDÊNCIA SOCIAL

A modernização da Previdência Social é uma ação constante, com o objetivo de prestar um serviço cada vez mais eficiente e resolutivo para os trabalhadores brasileiros. Assim, a proposta orçamentária da Previdência Social para 2010 está norteada para o cumprimento das metas já programadas, com foco na melhoria contínua no atendimento à população.

O aumento da inclusão previdenciária, a melhoria da qualidade do atendimento prestado aos cidadãos, a maior eficiência do gasto e da arrecadação com a implementação de medidas de combate às fraudes e à sonegação, o controle do déficit previdenciário e o aperfeiçoamento da legislação pertinente e da gestão dos regimes geral e próprios são algumas das alterações normativas e administrativas que o sistema previdenciário brasileiro tem implementado nos últimos anos, como forma de viabilizar a ampliação da cobertura social e a justiça distributiva no sistema, com sustentabilidade fiscal.

Os últimos anos têm sido marcados por avanços expressivos no mercado de trabalho que, associados às iniciativas do Governo de ampliar a cobertura e de melhorar a gestão do sistema previdenciário, implicou uma melhora das contas da Previdência Social, decorrente de movimentos favoráveis de receita e despesa. No lado das receitas, seu desempenho tem sido bastante positivo, notadamente, as contribuições recolhidas pelas empresas e, em menor grau, das contribuições individuais. Quanto às despesas, nota-se a continuidade na trajetória de queda da taxa de expansão do estoque de benefícios, em paralelo ao menor patamar de reajuste do salário mínimo – indexador da maioria dos benefícios permanentes do INSS –, o que foi feito sem abandonar sua política de valorização. Também no que concerne às despesas, interessa notar a queda nos dispêndios com benefícios temporários, especialmente o auxílio-doença, após o expressivo crescimento ocorrido no período 2002-2004, como reflexo de medidas de gestão como o Programa de Cobertura Previdenciária Estimada e a contratação de médicos peritos concursados.

Visando à inserção dos trabalhadores na Previdência Social, foram promovidas ações de conscientização e informação para cerca de 388 mil pessoas, e também capacitadas 7.331 pessoas para atuar como disseminadores externos das informações previdenciárias junto aos cidadãos e mais 219 servidores para atuarem como educadores em consonância com os pressupostos da educação continuada no INSS e da responsabilidade socioambiental. No que concerne às ações para a inclusão previdenciária, mencionam-se os seguintes avanços:

- a) a consolidação do Simples Nacional ou Super Simples, regulamentado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e do Plano Simplificado de Previdência Social, permitindo às micro e pequenas empresas recolherem de forma unificada impostos e contribuições, entre as quais a contribuição previdenciária devida pelo empregador;
- b) o estabelecimento de uma alíquota de contribuição de 11% exclusivamente sobre o salário de contribuição no valor de um salário mínimo para os contribuintes que trabalham por conta própria (autônomo), para os que são empresários/sócios de empresas (que tiveram receita bruta de até R\$ 36.000,00 no ano-calendário anterior) ou, ainda, para os segurados facultativos (donas de casa e estudantes principalmente);



- c) a atenção ao conceito de segurado especial, permitindo que a Previdência Social identifique e localize esse trabalhador, facilitando a concessão de benefícios; e
- d) a inclusão do trabalhador rural, facilitada pela Medida Provisória nº 410, de 2007, convertida na Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, uma vez que ela regulariza o contrato de trabalho de curta duração para trabalhadores assalariados rurais contratados por pessoas físicas, estabelece regras de transição para a vinculação dos trabalhadores assalariados rurais na Previdência e atualiza o conceito da Previdência Rural.

Para os trabalhadores urbanos, o CNIS passou a constituir prova de vínculos e salários desde 1976, ou seja, é o reconhecimento automático dos direitos, garantido com a certificação da base de dados do CNIS, o que permite ao INSS fazer a concessão de benefícios em até 30 minutos, se as informações constantes do Cadastro apresentarem consistência suficiente para dispensar o trabalhador do ônus da prova de vínculos e salários, marcando, portanto, o início de uma nova etapa no modelo de operacionalização do INSS.

Outra medida de grande impacto social e significativamente favorável à trabalhadora foi a prorrogação do salário-maternidade por mais dois meses, a cargo do empregador, mediante a concessão de incentivo fiscal.

É importante salientar o investimento realizado pela Previdência Social para garantir um melhor atendimento ao segurado, destacando-se a implementação do atendimento programado e o aumento do uso dos canais remotos de atendimento (internet e Central 135). A Central 135, que contará, em 2010, com recursos da ordem de R\$ 119 milhões, é, atualmente, a maior central de atendimento da América Latina, com 58,2 milhões de chamadas recebidas anualmente.

Ainda na busca por um melhor atendimento, o MPS trabalha no PEX, prevendo-se a implantação de 720 novas agências em todo o País entre os anos de 2009 e 2010. Com a expansão da rede, a Previdência Social estará presente em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes, passando de 1.110 para 1.830 agências em todo o País. Cabe salientar, ainda, que, em 2009 e 2010, deverão ser despendidos cerca de R\$ 700 milhões em reformas e instalações de agências.

O resultado de tais iniciativas já começa a aparecer, com, por exemplo, a diminuição do tempo médio de espera do atendimento agendado de 56 dias, em dezembro de 2007, para 23 dias em dezembro de 2008. Interessante notar que, em 90% das agências, o tempo de espera para esse atendimento é inferior a cinco dias.

Quanto aos Regimes de Previdência dos Servidores Públicos, continua em apreciação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e estabelece teto no valor dos benefícios de aposentadorias e pensões do regime de previdência dos servidores, entre outros.

Outras atividades foram realizadas pela Previdência Social em busca da excelência, tais como atender às metas propostas pela Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, criação da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho reunindo MPS, MS e MTE, assinatura do Termo de Cooperação entre MPS, MTE e INSS, e ações de combate a fraudes e corrupção, deflagradas pela Força-Tarefa Previdenciária, integrada pelo Departamento de Polícia Federal, Ministério Público e MPS.



A contenção do ritmo de crescimento da despesa decorre da adoção de medidas de gestão, para aprimorar o processo de concessão e revisão dos benefícios. No caso do auxílio-doença, por exemplo, a redução deveu-se à introdução do Programa de Cobertura Previdenciária Estimada, bem como da substituição de médicos credenciados por médicos peritos concursados do quadro do INSS.

No âmbito internacional, intensifica-se, desde 2008, a negociação de acordos internacionais bilaterais e multilaterais que visem ao reconhecimento recíproco de direitos previdenciários. Além disso, cabe destacar o papel inédito prestado pela Previdência Social do Brasil na assistência técnica a demais sistemas previdenciários dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em especial, Timor-Leste, Cabo Verde e Moçambique.

Com o objetivo de aperfeiçoar o acompanhamento e o monitoramento das operações financeiras realizadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, foi concebido o Sistema de Captação dos Dados de Investimentos, com a finalidade de captar, validar, armazenar e processar as informações das aplicações dos recursos que garantem os planos de benefícios administrados pelas entidades, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 109, de 2001.

Nesse contexto, o processo de transformação que vem ocorrendo na Previdência Social traduz-se em benefícios para a população, o que irá poupar tempo, diminuir esforço e desconforto a milhares de segurados, com novas etapas de fortalecimento da cidadania, tais como:

- a) o extrato previdenciário, que permite aos segurados obter informações cadastrais, vínculos empregatícios e, principalmente, a possibilidade de fiscalizar se as empresas estão informando corretamente as contribuições previdenciárias;
- b) o envio de correspondência aos trabalhadores urbanos que reúnem as condições mínimas necessárias para requerer a aposentadoria por idade e por contribuições para a Previdência;
- c) o reconhecimento automático de direitos, a partir da ampliação e validação dos dados constantes do CNIS pela Lei Complementar nº 128, de 2008, o que permite a concessão de benefícios a trabalhadores urbanos em até 30 minutos desde janeiro de 2009; e
- d) a partir de 1º de julho de 2009, mais de 11 milhões de pequenos empreendedores, de cerca de 170 ocupações, poderão formalizar seus negócios em condições mais favoráveis, tendo acesso à cobertura da Previdência Social e a linhas de crédito voltadas para sua atividade, além de cursos de qualificação e orientações técnicas do Sebrae.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

A consolidação da Política de Assistência Social tem sido um dos mais relevantes esforços do Governo Federal nos últimos anos. Tal política vem sendo executada em conjunto com Estados e Municípios, por intermédio do Suas, que regula e organiza em todo o território nacional as ações socioassistenciais nos níveis de proteção social básica e proteção social especial, com centralidade na família.

A PSB está voltada para as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, e oferece ações de fortalecimento dos vínculos familiares, de socialização, de geração de renda, ações comunitárias e desenvolvimento de potencialidades. As iniciativas mais relevantes são o Paif, o BPC e o ProJovem – modalidade ProJovem Adolescente. Entre 2007 e 2009, foram destinados aproximadamente R\$ 50 bilhões para atendimento dessas políticas.

Nesse nível de proteção, os Cras são o principal equipamento da PSB, que operam como porta de entrada da Política de Assistência Social e devem ser instalados em todos os Municípios brasileiros, nos territórios caracterizados como de maior vulnerabilidade. Neles são desenvolvidos serviços e ações assistenciais de proteção social básica, principalmente a partir do Paif. O Governo Federal, desde 2003, tem investido no financiamento desses centros, de modo a garantir progressiva ampliação dos serviços ali ofertados, conforme apurado pelo Censo Cras 2008 que registrou 5.127 Cras, em 3.808 Municípios e no Distrito Federal, correspondendo a um aumento de 26% em relação a 2007. Do total registrado, 3.919 Cras são cofinanciados pelo Governo Federal, sendo que 690 Cras, em 623 Municípios, passaram a ser cofinanciados em 2008.

Ainda no âmbito da PSB, deve-se mencionar o ProJovem Adolescente, uma das quatro modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Voltado para jovens entre 15 e 17 anos, oferecido no âmbito dos Cras e que busca, primordialmente, promover a convivência familiar e comunitária e estimular a inserção e a permanência do adolescente no ensino regular. Para 2010, o ProJovem Adolescente oferecerá 600 mil vagas para serviços socioeducativos, estando previsto para tanto o valor de R\$ 356,5 milhões.

Já a PSE promove a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, e inclui o cofinanciamento de ações de enfrentamento à violência, do abuso e da exploração sexual, além de serviços dirigidos a jovens com liberdade assistida. Também estão entre estes serviços o atendimento das demandas de acolhimento realizadas por instituições nas modalidades de abrigos, casas de passagem, albergues e instituições de longa permanência. Nos últimos três anos, foram investidos R\$ 500 milhões no programa, enquanto, para 2010, deverão ser gastos R\$ 179,8 milhões

Os serviços do PSE são ofertados de forma continuada nos Creas, cofinanciados pelo Governo Federal em 1.012 Municípios e mais 42 Creas regionais, em sete Estados, que abrangem 176 Municípios. Desse total, 124 correspondem à expansão realizada no exercício de 2008, salientando-se, também, o reajuste do valor de cofinanciamento desses serviços em 643 Municípios.



Na PSE, cabe ainda citar o Peti, integrado ao PBF desde 2006, que paga um benefício mensal às famílias que se comprometam a retirar suas crianças da situação de trabalho e garantir sua permanência na escola. A transferência às famílias é feita diretamente pelo Governo Federal, cabendo aos Municípios, por sua vez, o repasse de um valor para realização das chamadas atividades socioeducativas e de convivência. Tendo em vista que o pagamento às famílias do Peti, a partir de 2007, passou a ser feito com recursos do PBF, foi possível a significativa ampliação do repasse para os Municípios para a realização de atividades socioeducativas. Desde 2007, são atendidos anualmente aproximadamente 1 milhão de crianças/adolescentes em mais de 3.250 Municípios brasileiros, para o que foram investidos cerca de R\$ 800 milhões no período, para o pagamento de bolsas e do desenvolvimento das ações socioeducativas, sendo que, para 2010, deverão ser investidos R\$ 306,0 milhões.

Finalmente, vale destacar o desenvolvimento de medidas para a emancipação socioeconômica do público beneficiário das políticas e programas sociais como uma das prioridades do Governo Federal. Trata-se da Promoção da Inclusão Produtiva, objetivo intersetorial que exigirá um esforço de integração das políticas que contribuem para a inserção socioeconômica das famílias visando, assim, potencializar os seus efeitos e dar maior racionalidade à alocação dos recursos públicos, contando com R\$ 51,5 milhões para 2010.

Transferência de Renda com Condicionalidades - Programa Bolsa Família

O PBF é um programa de transferência de renda direta voltado para as famílias pobres e extremamente pobres, que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) nas áreas de assistência social, educação e saúde. Seu objetivo é contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas. O PBF, em dezembro de 2008, atendeu a 11,35 milhões de famílias pobres e extremamente pobres em 100% dos Municípios brasileiros. No mesmo ano, os benefícios também foram reajustados em 8%, possibilitando a recomposição do poder de compra das famílias e ainda foi estendida a faixa de atendimento para adolescentes de até 17 anos, com a criação do Benefício Variável para Jovens, de maneira a inibir o percentual de evasão escolar na faixa de 16 a 17 anos.

No atual exercício, o Programa passa por um processo de expansão de famílias visando garantir o benefício a todas as famílias inscritas no Cadastro Único e que ainda não o recebem. Ressalte-se a mudança no critério de renda para ingresso no programa, que agora atende famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 140,00 e não mais R\$ 120,00, além do aperfeiçoamento da distribuição espacial das estimativas de famílias elegíveis através da Metodologia de Mapa de Pobreza (IBGE). Assim, para 2010, serão beneficiadas 12,7 milhões de famílias, com gasto de R\$ 13,1 bilhões.

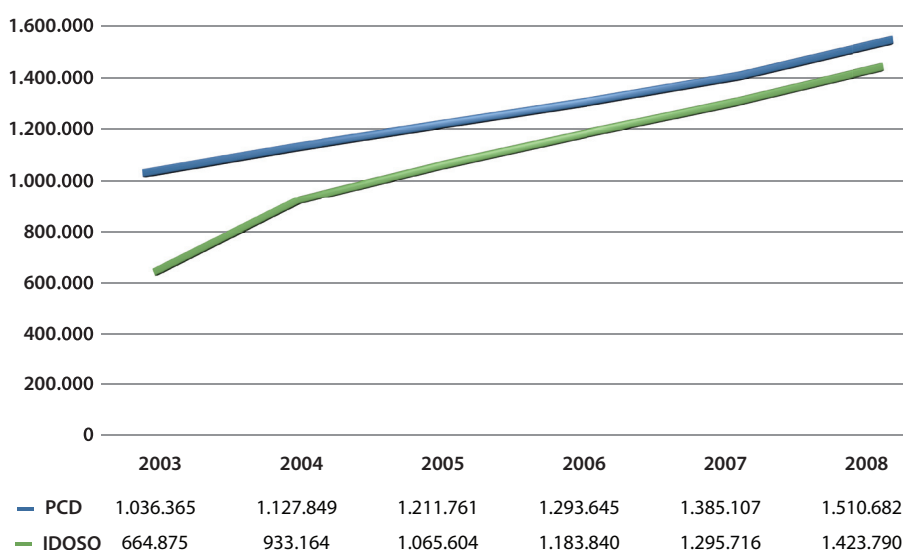
Outro foco do Programa é o aprimoramento da gestão, aumentando os controles sobre sua implantação de forma a garantir que os benefícios efetivamente cheguem às famílias que atendam aos critérios legais. Nesse sentido, foram empreendidas algumas iniciativas de aperfeiçoamento do Cadastro Único com a implementação de um novo formulário e de nova versão do Sistema. Com efeito, diversos estudos de focalização (de entidades como Ipea, IBGE, entre outras) atestam o ótimo alcance do programa nas camadas mais pobres da população. Em relação à gestão do benefício, foi definida a normatização da revisão do benefício, além da criação do processo de reflexo diário de alterações cadastrais. De modo



a auxiliar a execução local do PBF, foi dada continuidade às transferências de recursos para Estados e Municípios por intermédio do IGD, para o qual será destinado, em 2010, o valor R\$ 308,3 milhões.

Outro importante benefício assistencial é o BPC, que atendeu, em dezembro de 2008, a 2,9 milhões de pessoas. Ademais, se forem somados ao BPC o estoque de beneficiários da RMV,¹ os benefícios sob responsabilidade da assistência social chegaram a atender 3,3 milhões de pessoas naquele ano. Consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com idade de 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e à vida autônoma, desde que a renda *per capita* familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo. Em 2008, atingiu-se a meta de 1.423.790 beneficiários idosos e 1.510.682 beneficiários com deficiência. Com relação ao ano de 2003, houve um crescimento de 45,8% no número de pessoas com deficiência beneficiadas e de mais de 100,0% no número de pessoas idosas beneficiadas. Os recursos para essa finalidade, em 2003, somavam R\$ 4,5 bilhões, chegando a 2009 em R\$ 16,7 bilhões, com a previsão de R\$ 22,1 bilhões para 2010. O Gráfico 15 a seguir demonstra a evolução do número de beneficiários do BPC de 2003 a 2008.

Gráfico 15 – Demonstrativo do Crescimento do BPC de 2003 a 2008



Fonte: Departamento de Benefícios Assistenciais/SNAS/MDS

¹ Não há novas concessões da RMV desde 1º de janeiro de 1996, sendo mantido apenas o pagamento do estoque de beneficiários existentes naquela data, o que correspondeu, em dezembro de 2008, a 362.094 beneficiários.



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Desde 2003, a questão alimentar é tema central da agenda governamental. Nesse sentido, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional visa garantir o direito de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente a todos os brasileiros.

No âmbito dessa Política, destaca-se a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar que tem por finalidade promover o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, por meio da distribuição de produtos agropecuários alimentícios adquiridos de agricultores familiares enquadrados no Pronaf. Com recursos da ordem de R\$ 2 bilhões, investidos nos últimos três anos, são operacionalizadas as modalidades Compra com Doação Simultânea – também conhecida como Compra Direta Local, Formação de Estoques Estratégicos – para posterior doação; e Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite – também conhecido como Leite Fome Zero. O PAA contará, em 2010, com o montante de R\$ 637,4 milhões.

Outra importante linha de atuação é a construção de cisternas, que visa suprir a falta de água nos períodos de estiagem no semi-árido por meio do armazenamento de água da chuva. Com efeito, as famílias de baixa renda da zona rural do sertão nordestino, que não possuem acesso a uma fonte de água potável e que se enquadram nos critérios do PBF, são consideradas prioritárias. A ação é implementada por meio de convênios celebrados com os governos estaduais e municipais e parcerias firmadas junto à sociedade civil, o que resultou em mais de 238 mil cisternas construídas, beneficiando aproximadamente 1,2 milhão de pessoas. Destinou-se a essa finalidade, em 2009, o valor de R\$ 119 milhões, que é o mesmo montante previsto para 2010.

Por fim, cabe destacar, para 2010, investimentos da ordem de R\$ 278 milhões para a ampliação da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, notadamente composta por Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos e Mercados Públicos que tem exercido papel importante na estruturação dos sistemas descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional como preconizado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei nº 11.346/2006, que criou o Sisan.



EMPREGO E RENDA

De acordo com a Rais e o Caged, nos últimos anos tem havido aumento consistente no número de postos de trabalho, concomitantemente a avanços na qualidade do emprego no País, refletidos na progressiva formalização, também atestada pelos dados da PNAD do IBGE. Em outubro de 2008, a crise financeira internacional se fez sentir no mercado de trabalho brasileiro e seus efeitos foram percebidos durante os três meses subsequentes, havendo queda do número de empregos formais celetistas. Entretanto, a partir de fevereiro de 2009, o mercado de trabalho já vem mostrando recuperação.

A análise dos últimos dados publicados pela Rais mostra que, em 2007, foram criados 2.452.181 empregos, a maior geração de empregos formais de sua série histórica, iniciada em 1985. Trata-se de um patamar de empregos, gerados nos últimos anos, sem precedentes na história recente do País, correspondendo a uma média mensal de 137,14 mil postos de trabalho, bem superior à meta inicial do Governo, de geração de cerca de 100 mil empregos por mês. Cumpre ressaltar que estes resultados estão levando em consideração a geração de empregos mais modesta no ano de 2008 e 2009, em razão dos impactos provenientes da crise financeira internacional.

A expectativa de geração de empregos para o ano de 2009 é menor, se comparada aos últimos anos. É importante registrar que o desempenho recente do mercado de trabalho captado pelo Caged sinaliza, contudo, uma recuperação rápida do emprego, em virtude de uma série de políticas anticíclicas adotadas para contornar os impactos da crise. Apesar de o País ter perdido 101.748 empregos no mês de janeiro, já acumula saldo positivo de 48.454 empregos formais gerados de janeiro a abril de 2009. Somente no mês de abril foram gerados 106.205 empregos formais (CLT) no Brasil, de acordo com os dados do Caged. Já a partir do segundo semestre de 2009, espera-se um comportamento mais dinâmico do mercado de trabalho, comparativamente ao que vem ocorrendo nos últimos meses, tendo em vista as projeções mais otimistas tanto no que se refere ao crescimento do PIB, quanto no que tange à conjuntura externa.

No que diz respeito ao Sine, sua função é adequar a oferta e demanda por trabalho, visando reduzir o desemprego, contribuindo para que os postos de trabalho vagos não sejam extintos ou que não venha a ocorrer agregação de ocupação por dificuldades no preenchimento da vaga. Nos postos do Sine, foram inseridos 2.362.215 milhões de trabalhadores no mercado, no período de janeiro de 2007 a abril de 2009.

Nos últimos anos, a rede de atendimento do Sine vem se ampliando consideravelmente. São, atualmente, 1.266 postos de atendimento ao trabalhador, proporcionando maior capacidade de atendimento, em particular no interior do País. Para 2010, o Sine pretende colocar/recolocar no mercado de trabalho cerca de 1,1 milhão de trabalhadores, com o intuito de reduzir o desemprego, para o que será disponibilizado R\$ 105,9 milhões.

Quanto ao seguro desemprego, foram beneficiados milhares de trabalhadores: 6.576.315 trabalhadores, em 2007, e 7.243.690, em 2008. Até maio de 2009, foram contemplados cerca de 3.647.283 de trabalhadores. Com esta rubrica o governo gastou, em 2008, o valor de R\$ 14,7 bilhões, devendo gastar cerca de R\$ 19,2 bilhões, em 2009. Para o ano de 2010, está previsto aproximadamente 7,7 milhões



de trabalhadores contemplados pelo seguro-desemprego em qualquer das cinco modalidades – trabalhadores em geral, pescador artesanal, trabalhador resgatado da condição análoga a de escravo, trabalhadores domésticos e na forma de bolsa qualificação, a um custo total de R\$ 20,3 bilhões.

Destaca-se, em 2009, o número recorde de bolsas qualificação, que se destinam aos trabalhadores com contrato de trabalho suspenso, beneficiando cerca de 30 mil trabalhadores. Desde a criação do benefício, em 1999, em nenhum ano houve tantos requerentes e segurados nesta modalidade de seguro-desemprego quanto nos primeiros cinco meses de 2009. Isso expressa os efeitos da crise financeira internacional, que deu os primeiros sinais no Brasil em outubro de 2008 e refletiu-se com força no mercado de trabalho a partir de dezembro. O alto número de pedidos de bolsa qualificação, em meio à crise econômica, é um importante indicador: significa que empregadores estão evitando as demissões, preferindo fazer acordos coletivos e colocar os trabalhadores em cursos de qualificação durante o período de turbulência na economia.

O abono salarial também é um benefício importante para a classe trabalhadora. Cabe destacar que, nos últimos anos, o número de benefícios pagos vem se elevando consideravelmente. No período de janeiro de 2007 a maio de 2009, foram pagos 29,3 milhões de abonos salariais. Para 2010, estima-se atender 16,7 milhões de trabalhadores a um custo de R\$ 8,5 bilhões.

No que concerne ao Programa de Qualificação Social e Profissional foram qualificados 296.662 trabalhadores nos exercícios de 2007 e 2008 em cursos com carga horária média de 200 horas, com o montante de R\$ 220,3 milhões, provenientes do FAT. Para 2009, os recursos destinados à execução das ações de Planos Territoriais de Qualificação e Planos Setoriais de Qualificação, somam R\$ 263,6 milhões, suficientes para qualificar 333,3 mil trabalhadores. Ressalta-se que a qualificação tem como premissa o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica e, nesse contexto, os trabalhadores negros, mulheres chefes de família, de baixa escolaridade e os jovens têm prioridade de acesso aos cursos que são promovidos. Importante para o alcance desse público é a articulação da qualificação com outros programas sociais do Governo Federal, como a firmada com o PBF. Para 2010, este Programa contará com recursos da ordem de R\$ 162,2 milhões, os quais permitirão qualificar cerca de 178,3 mil trabalhadores.

No final de dezembro de 2008, o MTE firmou parceria para execução do Projovem Trabalhador com 12 Estados, o Distrito Federal e 87 Municípios. Essas parcerias possibilitarão a qualificação de 188.760 jovens em 2009. Para 2010, o valor de R\$ 450,1 milhões consignado para o Projovem Trabalhador possibilitará a qualificação de 204 mil jovens.

A demanda por ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, por parte de trabalhadores organizados em empreendimentos econômicos solidários ou que queiram se organizar para gerar trabalho e renda, vem crescendo paulatinamente. Para responder a esta demanda foram desenvolvidas diversas ações que visam disponibilizar formação e assistência técnica, que facilitam o acesso ao mercado de seus produtos ou serviços e promovam acesso a capital e financiamento. Nos últimos anos, foram gastos mais de R\$ 100 milhões nestas ações, beneficiando mais de 200 mil trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários. Para 2010, este Programa mobilizará recursos no valor de R\$ 30,2 milhões.



No que concerne às ações de fiscalização das relações de trabalho, convém mencionar que, nos anos de 2007, 2008 e até maio de 2009, a intervenção da auditoria trabalhista em todo o território nacional, resultou na formalização de cerca de 1.646.032 vínculos de emprego. Além disso, a atuação dos auditores fiscais do trabalho proporcionou a notificação e a arrecadação de R\$ 2,9 bilhões entre janeiro de 2007 e abril de 2009.

Com relação aos esforços em favor da erradicação do trabalho escravo, os resultados foram substantivos. Realizaram-se 322 operações, redundando no resgate de 12.309 trabalhadores que se encontravam em situação análoga à de escravo. A média mensal de operações no período em análise é a maior da série histórica, o que implicou aumento da presença do Estado em regiões que apresentaram ocorrências de submissão de trabalhadores naquela condição.

Na erradicação do trabalho infantil, tornou-se obrigatória a verificação desse atributo em todas as ações fiscais. De janeiro de 2007 a abril de 2008, o Governo, por intermédio do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, definiu a lista das atividades econômicas proibidas a menores de 18 anos, considerada um marco na proteção de crianças e adolescentes. No âmbito da fiscalização, no período enfocado, foram retirados do trabalho e encaminhados à rede de proteção social 15.143 crianças e adolescentes que laboravam com idade inferior à permitida pela Constituição Federal.

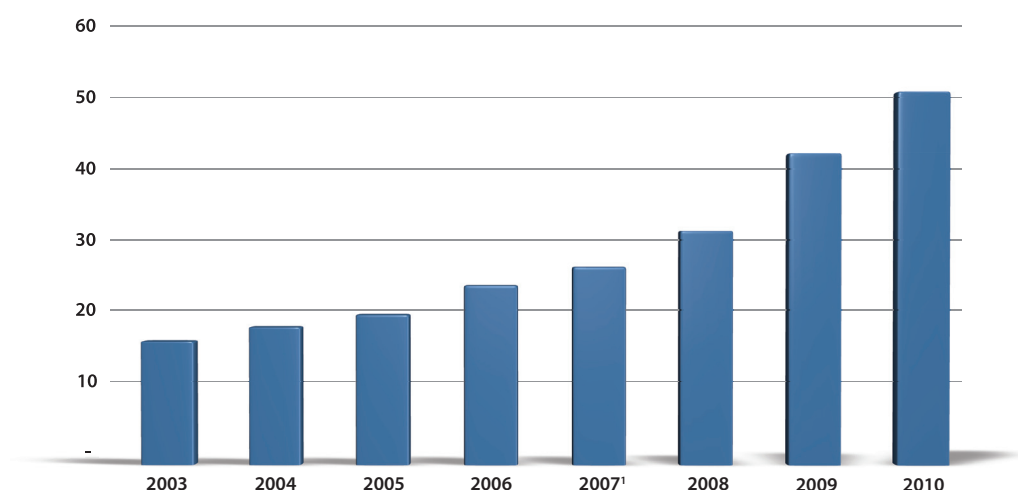
Quanto à segurança e à saúde do trabalhador, reforçou-se, entre janeiro de 2007 e maio de 2009, a prevenção de acidentes e doenças relacionados ao trabalho, tendo a auditoria trabalhista fiscalizado 364.088 empresas no período. Por último, vale citar a coordenação do processo tripartite (com envolvimento de representantes de empregadores e trabalhadores) de elaboração e revisão da regulamentação em segurança e saúde no trabalho, efetuando a publicação, no período, de 16 alterações nas normas regulamentadoras.



EDUCAÇÃO

Base para o desenvolvimento de qualquer nação, pela capacidade de promover grandes mudanças na sociedade, o direito à educação deve ser assegurado, com qualidade, a todos os segmentos da população. Por sua complexidade, deve ser gerida de forma sistêmica, de modo que os diversos níveis e modalidades de ensino que a compõem estabeleçam sinergias e compartilhem esforços. Com base nessas premissas, o Governo Federal vem desenvolvendo diversas iniciativas com o intuito de, além de garantir o acesso e a permanência nos diversos níveis e modalidades, elevar a qualidade da educação no País, atendendo à demanda crescente da sociedade brasileira por justiça social e redução da pobreza e das desigualdades. Ao longo dos últimos anos, como demonstra o Gráfico 16, vem elevando substancialmente o montante de recursos disponibilizado para este fim.

Gráfico 16 - Evolução dos Recursos da Educação (em R\$ bilhões)



¹ Primeiro ano de implementação do Fundeb.

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

Com o objetivo de inserir uma visão sistêmica ao desenvolvimento da Educação no País, foi lançado em 2007 o PDE, sustentado por seis pilares: visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social; e estruturado segundo quatro eixos ou áreas de intervenção: alfabetização, educação básica, educação profissional e educação superior.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A área de alfabetização teve sua forma de implementação reestruturada. A nova estratégia prioriza o engajamento de professores das redes públicas, onde, no mínimo, 75% do quadro de alfabetizadores deverão ser professores das redes municipais e estaduais – uma mudança significativa para garantir



maior qualificação dos responsáveis pela alfabetização. Ao mesmo tempo, privilegia as parcerias com os Municípios, que receberão 80% dos recursos totais do Programa, cabendo a estes selecionar e capacitar os professores e, especialmente, promover a mobilização da população analfabeta para garantir sua frequência aos cursos.

Atuando em todo o território nacional, o Programa Brasil Alfabetizado e EJA tem atuação prioritária nos Municípios com taxas de analfabetismo acima de 25%, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, e para os jovens de 15 a 29 anos.

O Programa Brasil Alfabetizado e EJA congrega um conjunto de ações que compreende concessão de bolsa para equipes de alfabetização, distribuição de livros e materiais didáticos, bem como repasse de recursos financeiros mediante parcerias com Estados, Distrito Federal, Municípios, instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, que desenvolvem e executam projetos de alfabetização inicial de jovens e adultos. Em 2010, o Governo Federal apoiará: a oferta de vagas para cerca de 5 milhões de alunos, na educação básica; a concessão de 224,5 mil bolsas para equipes de alfabetização; e a distribuição de 2,9 milhões de exemplares de livros e materiais didáticos. Com isso, espera-se diminuir o percentual de analfabetismo da população na faixa etária de 15 anos ou mais, tendo-se como meta 6,9%, e para tanto serão destinados R\$ 621,6 milhões.

Educação Básica

Junto com o PDE, o MEC definiu para a Educação Básica um rol de 28 diretrizes, intitulado Compromisso Todos pela Educação, por meio do qual as três esferas de governo, famílias e comunidades orientaram suas ações em prol da melhoria do desempenho (qualidade) e do rendimento escolar (fluxo). Nesta nova estratégia, o apoio técnico, financeiro e institucional que o Governo Federal começou a prestar aos Estados e Municípios que firmaram tal compromisso passa a ser baseado no Ideb, identificando-se e acompanhando os Municípios que apresentam os menores índices e replicando boas práticas encontradas nos demais.

O Ideb, instituído em 2005, já apresenta resultados expressivos e, como pode ser observado pela Tabela 13, já havia atingido, em 2007, em alguns casos, o índice estimado para 2009.

Tabela 13 - Ideb - Projeções 2007-2021

Rede	Ideb 2005 (N x P)	Ideb 2007 (N x P)	Projeções							
			2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Pública	3,6	4,0	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8
Privada	5,9	6,0	6,0	6,3	6,6	6,8	7,0	7,2	7,4	7,5
Municipal	3,4	4,0	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
Estadual	3,9	4,3	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9	6,1
Total	3,8	4,2	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0

Fonte: Inep



Com vistas a assegurar o acesso e a permanência dos alunos na educação básica, diversas ações supletivas vêm sendo desenvolvidas pelo MEC dentre as quais se destacam, para 2010:

- a) alimentação escolar, beneficiando 44,6 milhões de alunos de creches, pré-escolas, do ensino fundamental e de comunidades indígenas, ao longo de 200 dias letivos, com o orçamento de R\$ 2,4 bilhões;
- b) apoio à reestruturação da rede física pública da educação básica, transferindo R\$ 1,04 bilhão às entidades públicas federal, estadual, distrital e municipal, para assegurar disponibilidade de rede física escolar em condições adequadas de funcionamento;
- c) aquisição de ônibus escolares a serem distribuídos às redes estaduais e municipais de educação básica, com a previsão de distribuição de cerca de 3.000 ônibus entre os exercícios de 2009 e 2010, para tanto, aplicar-se-á o montante de R\$ 444 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente;
- d) concessão de bolsa de incentivo à formação de professores para a educação básica, pretendendo-se beneficiar 274 mil bolsistas, entre professores cursistas, professores formadores, professores tutores e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, alocando-se R\$ 583,7 milhões;
- e) dinheiro direto na escola para o ensino fundamental, que transferirá aproximadamente R\$ 1,4 bilhão para escolas públicas do ensino fundamental e privadas de educação especial;
- f) distribuição de livros didáticos para os ensinos fundamental e médio, estimando-se 119,8 milhões e 10,7 milhões de exemplares distribuídos, respectivamente, prevendo-se para tanto um gasto total de R\$ 983 milhões; e
- g) infraestrutura de tecnologia da informação para a educação pública, cuja meta é dotar com equipamentos de informática e outras tecnologias 47 mil escolas públicas de ensino fundamental, médio e especial, e bibliotecas, alocando-se R\$ 284,5 milhões.

Visando ampliar o financiamento para toda a educação básica, foi instituído, em 2007, o Fundeb, com vigência até 2020, que atenderá, em 2010, cerca de 47 milhões de estudantes em creches, educação infantil e especial, ensino fundamental e médio e educação de jovens e adultos. Em 2010, a complementação financeira da União tem previsão de R\$ 6,1 bilhões.

Educação Profissional

A nova visão integrada da educação, expressa no PDE, reforçou a necessidade de uma ampla reorganização do modelo atual de instituições federais de educação profissional para melhor integrar este sistema de ensino.

Ao final de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, foram criados os Ifets, os quais serão instituições *multicampi* especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, do EJA profissionalizante até doutorado profissional. Essas novas instituições deverão destinar metade do seu orçamento à oferta de cursos profissionalizantes de nível



médio, inclusive na modalidade integrada ao EJA, destinando a outra metade para cursos de formação tecnológica de nível superior, sendo que 20% dos investimentos serão alocados em cursos de licenciatura em Física, Química, Matemática e Biologia. A meta é ter 250 mil novas vagas abertas e reorganizar a rede federal de ensino, com a estimativa de investimentos, de 2008 a 2011, da ordem de R\$ 1,1 bilhão.

Ao mesmo tempo, está em curso um vigoroso plano de expansão da rede federal profissional que deverá deixar em pleno funcionamento, até 2010, 354 unidades de ensino, a fim de oferecer em torno de 500 mil vagas, distribuídas pelos 26 Estados e o Distrito Federal, priorizando os Municípios situados em regiões interioranas e nas periferias dos grandes centros urbanos.

O Programa Brasil Profissionalizado, criado em 2007, possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrados à educação profissional, que é um dos focos do PDE, objetivando juntar o conhecimento do ensino médio com o estágio, além de expandir o número de matrículas no ensino médio integrado, incentivar o retorno de jovens e adultos à escola e aproximar a educação escolar do ambiente de trabalho nos períodos de estágio. A expectativa do programa é receber, de sua criação até 2011, R\$ 10,9 bilhões, a serem investidos na educação profissional. Para 2010, prevê-se recursos da ordem de R\$ 1,9 bilhão para a área, destinando a maior parte a gastos com o funcionamento das instituições que se dedicam à educação profissional (R\$ 1,5 bilhão), e para projetos que visem à expansão da rede federal (R\$ 0,4 bilhão).

Educação Superior

As universidades têm relevante papel na geração e na disseminação do conhecimento. Levar educação superior a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, fomentando a inclusão social, e a geração de trabalho e renda.

O Reuni, iniciado em 2007, também como parte do PDE, associou todos os investimentos até então realizados em uma proposta integrada de ampliação das oportunidades de educação superior pública. O Programa incentivou a revisão da arquitetura acadêmica das universidades, especialmente, por meio de uma reestruturação curricular que propicie maior mobilidade estudantil e desobrigue o estudante da escolha precoce de uma profissão, assegurando uma formação menos especializada e mais ajustada às aspirações dos indivíduos e às necessidades da sociedade contemporânea.

A participação de todas as universidades federais no Reuni projeta uma expansão formidável do sistema público federal de educação superior: aumento do número de vagas anuais oferecidas nos processos seletivos de ingresso das universidades, dos atuais 125 mil para cerca de 220 mil, projetando-se a matrícula total ao final do projeto em mais de um milhão de estudantes. O efeito dessa expansão será ainda mais relevante na oferta de cursos noturnos e no atendimento das necessidades do País de formação de professores para a educação básica, duas dimensões privilegiadas nas propostas apresentadas pelas universidades.

O Reuni disponibilizará, às universidades que apresentarem projetos de reestruturação voltados à expansão da oferta de vagas, recursos adicionais, num período de cinco anos, até o limite de 20% sobre o orçamento do primeiro ano de execução do projeto apresentado pela instituição, para despesas de



custeio e de pessoal. Os projetos deverão contemplar ações voltadas, principalmente, à ampliação e/ou criação de cursos noturnos, ao aumento do número médio de estudantes por docente, à flexibilização de currículos, à redução da ociosidade de vagas e da evasão escolar.

Ao final do Programa, o Governo Federal terá investido R\$ 2,4 bilhões na construção e compra de equipamentos para salas de aula, laboratórios, bibliotecas e ampliação da infraestrutura dos *campi* universitários. Além disso, o orçamento de custeio das universidades federais será elevado, até 2012, em cerca de R\$ 2 bilhões, um aumento total de 20% comparativamente aos valores atuais. Para 2010, o Reuni contará com um total de R\$ 713,7 milhões, dos quais R\$ 349,3 milhões para investimentos e R\$ 364,4 milhões para custeio.

Em outra vertente, o Governo Federal instituiu o Prouni, integrado às políticas de expansão da educação superior, com foco na ampliação do acesso com qualidade. O Prouni encerrou o exercício de 2008 com a adesão de mais de 1,4 mil instituições de ensino superior e com atendimento de cerca de 430 mil estudantes.

Este Programa possui, ainda, ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência e o Fies. Como parte das ações do PDE, no âmbito das políticas de inclusão e permanência de jovens carentes na educação superior, foi sancionada a Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007, que estabelece medidas de aprimoramento desse crédito estudantil, concedendo maior flexibilização na contratação aos estudantes, com bolsas parciais do Prouni, que encontram dificuldades em arcar com os custos da parcela não coberta pelo benefício. Para 2010, há uma previsão de 6,5 mil bolsas a serem ofertadas, com um orçamento de R\$ 23,4 milhões.

No que se refere à geração de conhecimento via programas de pós-graduação, o Governo investe para ampliar o número de vagas, fortalecendo o Programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-graduação e da Pesquisa Científica, gerenciado pela Capes. O Programa responde, principalmente, pelo fomento e apoio a programas e estudantes de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e tem como objetivo a formação de pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção de conhecimento científico para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil. Para 2010, estima-se o valor de R\$ 60 milhões para a execução desse Programa, cuja principal ação prevê conceder 39 mil bolsas de estudos no País e cerca de 2 mil no exterior. Outra ação relevante nessa área, sobretudo pelo impacto sobre o desenvolvimento da pesquisa no País, é a que assegura o funcionamento do Portal de Periódicos da Capes, instrumento distribuído por todas as regiões do País, considerado o portal de mais larga capilaridade no mundo, atualmente utilizado por mais de 260 instituições públicas e privadas, para o qual será destinado cerca de R\$ 100 milhões em 2010.

Atendendo tanto ao ensino superior quanto à educação básica, a UAB atende prioritariamente à formação superior em licenciatura de professores em atividade nos sistemas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios, visando ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas na modalidade de educação a distância, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada. Até 2011, a projeção é de que haja entre 800 e 900 pólos funcionando e 600 mil alunos atendidos na formação inicial e na continuada. Para 2010, além dos recursos alocados para essa finalidade nas Ifes, serão disponibilizados mais R\$ 17 milhões.



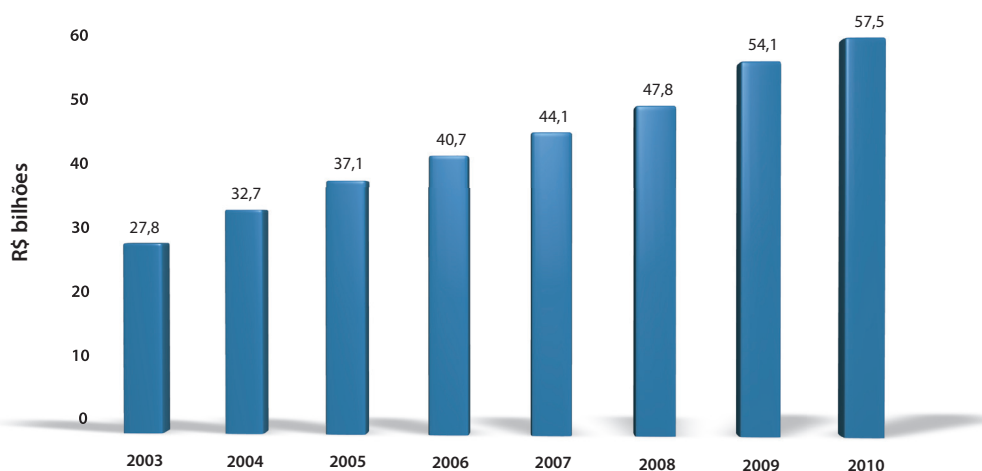
SAÚDE

A política de saúde constitui uma das prioridades centrais do Governo Federal, o que é comprovado observando-se a evolução dos recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde, atendendo à determinação vigente da EC nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Neste campo persiste o problema gerado pela extinção, em dezembro de 2007, da CPME, uma das principais fontes de recursos do setor nos últimos anos, agravado com a crise internacional que está resultando em estimativa de menor crescimento do PIB do País. Apesar disso, o SUS continua a enfrentar mudanças e vencer grandes desafios, garantindo a aplicação mínima em ações e serviços de saúde.

Conforme determina a EC nº 29, a ser regulamentada por intermédio de Projeto de Lei Complementar em tramitação no Poder Legislativo, será destinado para 2010, no Projeto de Lei Orçamentária, o valor de R\$ 57,4 bilhões para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, valor esse que representa mais que o dobro do que foi aplicado em 2003.

Gráfico 17 - Saúde - Aplicação Mínima EC nº 29 - 2003 - 2010 (em R\$ bilhões)



A área de Atenção Básica em Saúde tem como principal estratégia o PSF. Com essa estratégia, implementada desde meados dos anos 1990, procura-se reorientar o modelo de atenção à saúde, tendo a atenção básica como o local privilegiado para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos e porta de entrada para o acesso aos serviços de maior complexidade. Até março de 2009, totalizavam 29.275 equipes do PSF e a cobertura da população do País estava em torno de 49,3%. Para 2010, espera-se alcançar cerca de 32.000 equipes, com uma dotação de R\$ 5,9 bilhões.

Os grandes Municípios do País, que concentram quase um terço da população brasileira, têm coberturas populacionais do PSF estimadas em menos de 30%, com raras exceções. Isto levou ao esforço de implementação do Proesf, destinado aos Municípios com mais de 100 mil habitantes. A cobertura média estimada para esses Municípios tem crescido para todos os grupos, segundo o porte populacional e, com o intuito de continuar com tal expansão, está prevista para 2010 a aplicação de R\$ 81,7 milhões no Proesf.



Merece menção a Política Nacional de Saúde Bucal, implementada no campo da atenção básica por meio das equipes de saúde bucal. Em março de 2009, havia 17.818 equipes já implantadas, com uma cobertura de aproximadamente 40% da população, levando-se em consideração que 40% dos Municípios brasileiros contam com cobertura populacional de 100%. Espera-se atingir em 2010 o número de 18,5 mil equipes, tendo sido orçado, para tanto, R\$ 83,1 milhões para o próximo ano.

Ainda em relação à atenção odontológica destaca-se o Brasil Sorridente, cujas ações estão sendo expandidas com a implantação de CEO. Em 2008, foram implantados 674 CEOs, 1.159 consultórios odontológicos estruturados na rede, credenciadas 323 unidades para confecção de próteses e distribuídos 16 milhões de *kits* de saúde bucal, permitindo ao Brasil Sorridente beneficiar 85 milhões de pessoas. Para 2010, serão destinados R\$ 90,4 milhões, a fim de implantar 950 CEOs.

Parcela expressiva dos recursos aplicados na área da saúde é direcionada à Atenção de Média e Alta Complexidade que, em 2008, totalizaram R\$ 25,3 bilhões, cerca de 47% do total alocado em ações e serviços públicos de saúde, enquanto, para 2009, o autorizado é de R\$ 27 bilhões. Esses recursos, na sua maior parte, são repassados para Estados e Municípios como participação no custeio das atividades ambulatoriais e hospitalares do SUS. Os hospitais públicos e privados conveniados ou contratados pelo SUS realizaram mais de 11 milhões de internações em 2008. Foram prestadas mais de 1,03 bilhão de consultas, atendimentos e acompanhamentos ambulatoriais, além de realizados mais de 380 milhões de exames de patologia clínica e cerca de 64 milhões de exames de diagnóstico por imagem, incluindo de Raio X até ressonância magnética. A previsão de gastos com Atenção de Média e Alta Complexidade no ano de 2010 é da ordem de R\$ 23,9 bilhões.

Com referência à Atenção Pré-hospitalar, destaca-se a estruturação do Samu, que tem por objetivo prestar o primeiro atendimento à população nos casos de emergência e o transporte até o hospital. No primeiro semestre de 2009, a rede nacional já contava com 147 serviços de atendimento móvel e atendia a 1.273 Municípios, cobrindo mais de 112 milhões de habitantes, ou seja, aproximadamente 59% da população brasileira. Vale mencionar a inclusão das primeiras motocicletas na frota de ambulâncias do Samu no ano de 2008, que compõem um conjunto de tecnologias destinadas a melhorar a qualidade dessas ações, haja vista que o atendimento médico de urgência é dificultado pelo trânsito, além do difícil acesso de algumas áreas rurais. Com o Samu o SUS está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as sequelas decorrentes da falta de atendimento oportuno. A previsão de gastos em atenção pré-hospitalar para 2010 é de R\$ 950 milhões, considerando tanto o Samu como a estruturação dos demais serviços para atendimento das necessidades de atenção às urgências decorrentes de violências e causas externas.

Está em curso a implementação da primeira etapa da Política Nacional de UPA, que faz parte da rede organizada de atenção às urgências. A proposta das UPAs é prestar atendimento 24 horas, em nível de complexidade intermediária entre as unidades de atenção básica e as urgências hospitalares, além de dar suporte às ações do Samu. Existe previsão de se disponibilizar para a implantação destas unidades, em 2009, R\$ 500,0 milhões, dos quais R\$ 188,8 milhões já foram investidos na construção de 123 unidades de Pronto Atendimento. Até o final de 2010, está prevista a construção de mais 377 unidades, atingindo o número de 500 novas UPAs e a aplicação total, nestes dois anos, de R\$ 1 bilhão.



Por intermédio da Vigilância em Saúde, o Governo Federal monitora o quadro sanitário do País para a formulação e definição de prioridades nas ações de saúde, assim como colabora com Estados e Municípios no controle de endemias, com a transferência de recursos. Em 2008, foram executados R\$ 2,4 bilhões na área de vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos, e para o ano de 2009 a dotação autorizada é de R\$ 2,6 bilhões, sendo que R\$ 1,0 bilhão faz parte do incentivo aos Estados e Municípios para o desenvolvimento de ações de vigilância em saúde que inclui o combate à dengue e a outras endemias. Em 2010, serão investidos cerca de R\$ 2,7 bilhões no Programa de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.

Ressalta-se ainda, quanto à vigilância em saúde, a pronta atuação do Governo Federal em relação à Pandemia de Influenza A H1N1, acompanhando e propondo as medidas emergenciais necessárias para a implementação do Plano de Contingência Brasileiro para a Pandemia de Influenza, visando a sua prevenção e controle no território nacional. O País tem obtido relativo sucesso em comparação com outros países, quando analisado o percentual de mortes em relação à população. Em 2009, deverão ser destinados, especificamente para este fim, aproximadamente R\$ 2,1 bilhões.

No que tange à Assistência Farmacêutica, para a aquisição e distribuição de medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais, a previsão é de que sejam despendidos R\$ 3,9 bilhões, em 2009, e R\$ 3,7 bilhões, em 2010. Entre os medicamentos básicos tem tido aumento expressivo a distribuição de medicamentos para controle da hipertensão e do diabetes, que são importantes problemas de saúde pública. No rol dos medicamentos estratégicos, encontram-se aqueles distribuídos pelo Programa Nacional de DST e Aids, especialmente os antirretrovirais que são regularmente distribuídos a mais de 170 mil pacientes, medicamentos para doenças transmissíveis como tuberculose, malária e hanseníase, entre outras.

O Programa Farmácia Popular, iniciativa deste Governo de grande relevância, continuará ampliando o acesso da população a medicamentos. Em março de 2006, o Governo instituiu a segunda fase do Programa, a partir da qual uma lista maior de medicamentos para hipertensão e diabetes passou a ser comercializada na rede privada a preços subsidiados, com descontos de até 90%. Em 2009, conta-se com cerca de 6.450 farmácias e drogarias comerciais credenciadas, que fazem, em média, 1,6 milhão de atendimentos ao mês. Além dos medicamentos previstos inicialmente, o Governo aproveitou essa estratégia para implementar parte das ações de saúde sexual e reprodutiva, incluindo anticoncepcionais na lista de medicamentos a serem disponibilizados a preços subsidiados nessa rede. Este Programa contará com um orçamento de R\$ 603,2 milhões em 2010.



CULTURA

No ano de 2010, o Governo Federal prosseguirá com seu objetivo maior de priorizar as políticas públicas que resultem em maior efetividade para a redução das desigualdades sociais, possibilitando, no que se refere à cultura, o acesso aos bens culturais pelos estratos menos favorecidos da sociedade ao mesmo tempo que gera oportunidades de trabalho e renda, contribuindo, de forma consistente, para o desenvolvimento humano da população.

Para isso, deverá contar com a modernização de seus instrumentos, a citar, a aprovação da reforma da Lei de Incentivo à Cultura (nova Lei Rouanet), que, por meio de seu aperfeiçoamento, viabilizará uma melhor distribuição regional dos recursos oriundos de renúncias fiscais além de proporcionar maior democratização do acesso e da transparência.

O PNC, que validou diretrizes construídas a partir da efetiva participação social, com o objetivo de nortear as políticas públicas da área cultural, chega à sua fase inicial de implantação em 2010, quando serão realizadas ações de comunicação e de cooperação técnica entre o MinC e os governos de Estados, Distrito Federal e Municípios.

As parcerias com os diversos entes federativos, como, por exemplo, na instalação de Pontos de Cultura, vêm agregando legitimidade e alcance às políticas culturais, permitindo a valorização e a promoção de aspectos de nossa cultura ameaçados pela impossibilidade de mostrar-se e reproduzir-se em toda a sua riqueza que decorre da onda avassaladora da cultura globalizante.

Entre as ações que terão prioridade no ano de 2010, destacam-se, também, as relativas ao Programa Mais Cultura, formado por um conjunto de ações orçamentárias que integram os Programas do MinC, para o qual estão previstos recursos no valor de R\$ 255,3 milhões. O Programa foi lançado em outubro de 2007, consolidando-se em 2008 mediante o estabelecimento de relações com outros eixos da Agenda Social, que, com o objetivo de contemplar áreas de maior vulnerabilidade social, teve a sua territorialização norteadada pelo mapa dos Territórios da Cidadania e pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Em 2008, comprometeu R\$ 198,9 milhões na implantação de Pontos de Cultura, Pontos de Leitura, Pontos de Difusão, Bibliotecas (de Referência, de Pequeno Porte e Comunitárias), dentre outros projetos. Na Lei Orçamentária de 2009 estão previstos recursos da ordem de R\$ 257,7 milhões.

Dentre as principais iniciativas do Mais Cultura, o Programa Livro Aberto propõe-se especialmente à implantação de bibliotecas públicas em Municípios brasileiros que não as possuem, apoiando a dinamização das bibliotecas já existentes e fazendo desse equipamento um centro gerador de cultura. Merece destaque, em 2008, a aquisição de equipamentos de imagem, som e de informática, mobiliário e acervo bibliográfico composto de 2.000 títulos e a instalação de 376 bibliotecas em Municípios que não as possuíam, a aquisição de acervo bibliográfico contendo 1.000 títulos e mobiliário para modernização de 444 bibliotecas, a seleção de 600 Pontos de Leitura, com acervo bibliográfico composto de 650 títulos, mobiliários e equipamentos de informática.

Para 2010, está previsto o montante de R\$ 56,4 milhões para a modernização de bibliotecas públicas, investidos na infraestrutura e atualização de acervos, criação de instâncias de referência para projetos de modernização e implantação de bibliotecas públicas, reconhecimento e apoio a iniciativas espontâneas



no campo do estímulo à leitura, inclusive junto a integrantes do Programa Bolsa Família, e apoio a projetos de Pontos de Leitura, Pontinhos, Livros Populares, Teia e Agentes de Leitura.

Com o objetivo de desenvolver, de forma articulada, toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil foi instituído, em 2008, o FSA, o qual se consolidou, inicialmente, com quatro linhas de ação: projetos de produção para cinema, produção para TV aberta e por assinatura, aquisição de direitos de distribuição de obras cinematográficas brasileiras de produção independente e comercialização de filmes de longa metragem para salas de cinema. O total de recursos a serem aplicados por intermédio do FSA, em 2010, é da ordem de R\$ 63,3 milhões.

No âmbito do Sistema Nacional de Cultura, para o exercício de 2010, está prevista a 2ª Conferência Nacional de Cultura, que reunirá representantes de todos os Estados e de todas as tendências e segmentos culturais brasileiros, como ocorreu na 1ª Conferência, em 2005, buscando o fortalecimento institucional e a implantação de órgãos de gestão para o acompanhamento das ações dos entes federativos que aderiram ao Sistema, o cumprimento dos compromissos do acordo de cooperação e a estruturação de instâncias de pactuação.

Destaca-se, também, o Programa Brasil, Som e Imagem, que tem por objetivo central aumentar a produção, a difusão e a preservação das artes audiovisuais brasileiras e ampliar a oferta da cinematografia nacional e das demais mídias audiovisuais, visando, também, estimular a capacidade produtiva das regiões e reduzir a hegemonia do produto estrangeiro no mercado interno. Para 2010, estão sendo previstos R\$ 127,5 milhões, os quais serão aplicados em iniciativas como o Prêmio Adicional de Renda, o Prêmio Adicional de Qualidade, a Semana do Cinema Brasileiro, o apoio à maior participação da produção nacional – tanto no mercado interno como externo – o estímulo às coproduções com Espanha e Portugal, entre outros.

A Funarte, por meio do Programa Engenho das Artes, o qual contará com o montante de R\$ 89,5 milhões, em 2010, também dará continuidade às suas atividades com a edição do Prêmio Funarte de Teatro e Dança Myriam Muniz e Klauss Vianna, voltado para as áreas de Teatro e Dança; o Projeto Pixinguinha, divulgando o trabalho de músicos consagrados ou novos, com a formação de caravanas musicais que circularam pelas cinco regiões do País; e o Prêmio Funarte Carequinha, apoiando circos, companhias, empresas, trupes, grupos e mestres circenses em todo o território nacional.

Nos últimos anos, o discurso brasileiro sobre Diversidade Cultural consolidou-se e ganhou reconhecimento mundial, tornando-se, inclusive, a principal referência dos países da América do Sul. O referido Programa busca reconhecer, incluir e valorizar segmentos culturais historicamente excluídos das políticas culturais, tais como as culturas populares, afrodescendentes, ciganas e indígenas, produção cultural dos pescadores artesanais; público LGBT; crianças; idosos; juventude; usuários de serviços de saúde mental. Em 2008, funcionaram Grupos de Trabalho, Oficinas de Escuta e Seminários Nacionais de grande porte, com resultados importantes na decisão do MinC de criar representações específicas para Culturas Populares e para Culturas Indígenas no CNPC. Para 2010, estão sendo alocados recursos, para a continuidade deste Programa, no montante de R\$ 7,6 milhões.

Merece destaque, ainda, a criação do Ibram, em 2009, como autarquia federal vinculada ao MinC, que deverá coordenar a Política Nacional de Museus. As primeiras metas da autarquia serão ampliar a



política de financiamento e fomento para a área, o aumento de visitação e arrecadação dos museus, a aquisição e preservação de acervos, a promoção de ações integradas entre os museus brasileiros, bem como a criação de instituições museológicas em Municípios de pequeno porte – apenas 20% dos Municípios brasileiros têm museus e a maioria deles está concentrada nas grandes cidades. Para tanto, prevê-se, para 2010, o valor de R\$ 110,4 milhões para esta autarquia.

Outra parte das ações do MinC refere-se à proteção, à preservação e à valorização da memória e do patrimônio cultural brasileiro. Em 2008, o programa Brasil Patrimônio Cultural deu prosseguimento a esses esforços no que se refere aos bens culturais de natureza material, destacando-se as restaurações em edifícios-sede (edifícios tombados e ocupados pelo Iphan), seguidas de perto pelas restaurações de obras de arte. Para este Programa estão previstos recursos de R\$ 45,7 milhões para o ano de 2010.

Complementarmente, o Programa Monumenta se concentra no universo patrimonial de 25 cidades conveniadas, selecionadas em função da sua representatividade histórica e artística e pela necessidade das obras de recuperação. O Programa também desenvolveu projetos em outros 82 Municípios brasileiros onde há presença de sítios urbanos, conjuntos de monumentos do patrimônio cultural nacional, destacando-se a conclusão de 28 obras de restauro e conservação em 14 sítios (Cachoeira, Diamantina, Laranjeiras, Lençóis, Natividade, Oeiras, Ouro Preto, Pelotas, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Francisco do Sul e São Paulo). Para a continuidade deste programa no exercício de 2010, será disponibilizado o montante de R\$ 150 milhões.



ESPORTE

Todas as ações do Governo Federal na área do esporte seguem, hoje, a Política Nacional de Esporte. São conceitos e ações difundidos pelo ME, que abrangem todos os tipos de esporte, da recreação à competição, e visam beneficiar todos os brasileiros, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Grandes avanços nas políticas e nos programas implementados pelo Governo Federal têm sido percebidos nos últimos anos, de forma a responder às demandas crescentes do esporte nacional, como a promulgação da Lei de Incentivo ao Esporte e da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico, denominado TimeMania.

Convém mencionar que o ME responde pela execução de três Programas que, juntos, movimentam a maior parte dos gastos totais do Ministério. Esses três programas finalísticos do ME têm abrangência sobre as três grandes formas de manifestação do esporte: lazer/recreativo (tempo livre), educacional (formativo) e rendimento (competitivo).

Na área do esporte de tempo livre (recreação e lazer), que, de acordo com a Constituição, deve contribuir para a promoção social, houve ampliação significativa da ação ministerial. Com o intuito de aumentar e democratizar o acesso às práticas recreativas e ao lazer, assim como de fomentar e difundir o conhecimento afeto a estas áreas, ampliaram-se substancialmente os dispêndios por intermédio do Programa Esporte e Lazer da Cidade, em grande medida devido à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer. Em 2008, a execução orçamentária desse Programa foi acrescida de cerca de 44% em relação ao ano anterior, de modo que o montante executado superou R\$ 585 milhões. Essa ampliação de gastos está associada fundamentalmente aos investimentos voltados ao aumento da oferta e, conseqüentemente, da cobertura da população-alvo do programa.

Para 2010, a previsão de recursos para o Programa Esporte e Lazer da Cidade é de R\$ 29,3 milhões, os quais serão repassados, via convênio, a prefeituras, governos estaduais, entidades federais e organizações não governamentais, selecionadas via edital de chamada pública, para o desenvolvimento e ampliação de políticas públicas de esporte recreativo e de lazer para a população, com foco em ações diversificadas de formação e da promoção de encontros nacionais dos formadores do Programa. Grande parte dos recursos alocados no Programa em questão está indicada para as ações de Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas – Vida Saudável. Além destas, outra ação que merece destaque no Programa é a Rede Cedes (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer), que fomenta a pesquisa, a publicação e a gestão dos conhecimentos produzidos, com vistas a qualificar as políticas inclusivas de esporte e lazer.

A principal iniciativa ministerial voltada ao esporte educacional consiste no Programa Segundo Tempo, que se efetiva por intermédio de parcerias com instituições públicas e organizações não governamentais, com vistas a utilizar e potencializar a infraestrutura existente e, assim, ofertar práticas esportivas de caráter formativo no contraturno da atividade escolar. Em 2008, o Programa atendeu cerca de 900 mil crianças e jovens, com dispêndios da ordem de R\$ 192 milhões. O Programa Segundo Tempo contempla o desenvolvimento de Projetos Especiais, tais como o Modelo de Atendimento e



Projeto Pedagógico, sistematizados e com convênios formalizados, permitindo, em 2010, a realização de projetos pilotos.

O Programa, desde seu início em 2003, esteve presente em 2.184 Municípios, distribuídos em todos os Estados, atendendo a mais de 3 milhões de crianças, adolescentes e jovens, e empregando em média 67 mil profissionais e estudantes da área de educação física. Possibilitou um incremento das ações de cooperação técnica internacional. O modelo de cooperação proposto e ajustado com o MRE e a ABC considera a transferência de tecnologia com foco na implantação do Programa em países com os quais o Brasil mantém relações de cooperação. A meta do Segundo Tempo para 2010 é renovar os convênios que expiram e implantar novos convênios, sobretudo com órgãos públicos, assegurando a média de 1 milhão de beneficiados ao ano, contando para isso com o montante de R\$ 215,6 milhões.

No Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão estão sendo implementadas ações visando ao início de um processo que aumente a posição do Brasil, tornando-o uma das dez principais potências esportivas até 2016. Desta forma, dar-se-á continuidade na execução de mais Núcleos de Esporte de Base e no aprimoramento dos atletas de alto rendimento. Dentre elas, destaca-se a ação de concessão de bolsas a atletas, a qual possibilita aos atletas de várias categorias e esportes diferentes apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições, melhorando assim seus resultados e igualando as possibilidades de atletas de esportes com menor visibilidade.

Até 2008, cerca de 7,3 mil atletas já foram contemplados, sendo 3,3 mil somente em 2008, dos quais 13 medalhistas nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de Pequim com a participação de 86 bolsistas para-atletas e 37 atletas. No ano de 2009, já foram feitas 7.442 inscrições, das quais 2.276 em pré-renovação e 5.166 novas inscrições, em um orçamento previsto de R\$ 40,2 milhões. Para o ano de 2010, a proposta é alocar R\$ 20,0 milhões, a fim de conceder cerca de 1.400 bolsas a atletas, além de atualizar seus valores.

Destacam-se ainda no atendimento do objetivo do programa, as ações de implantação de NEB, a Rede Cenesp (Centros de Excelência Esportiva), o apoio à participação de equipes brasileiras em competições nacionais e internacionais e de portadores de deficiência, além do grande impacto sobre estas ações no caso de a Candidatura Rio 2016, à sede das Olimpíadas, ter êxito.

O Comitê Executivo da Fifa anunciou a confirmação das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Recife, Fortaleza, Salvador, Manaus, Cuiabá e Natal, designadas à sede para a Copa do Mundo de 2014, aumentando a possibilidade da candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Neste contexto, destaca-se o aquecimento da economia, a geração de empregos, a melhoria na infraestrutura das cidades, a modernização nos aeroportos, hotelaria, transportes, meio ambiente, e ainda dos principais estádios. Com a realização dos XV Jogos Panamericanos e dos III Jogos Parapanamericanos em 2007, na cidade do Rio de Janeiro, provou-se a capacidade do País para realizar grandes eventos no âmbito esportivo.

Em relação à Copa do Mundo Fifa 2014, prevê-se a contratação de serviços de apoio ao gerenciamento e monitoramento para a organização da Copa, com acompanhamento dos projetos de empreendimentos previstos nas diversas cidades eleitas como sede das competições, no valor estimado de R\$ 14 milhões, dos quais já consta do orçamento de 2009 o valor de R\$ 5 milhões, havendo previsão de R\$ 9 milhões para 2010.



DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, JUSTIÇA E POLÍTICA INDIGENISTA

O Governo Federal tem exercido relevante papel na promoção e defesa dos direitos humanos para a construção de uma cultura de paz e de valorização da vida, mobilizando tanto pessoas quanto instituições, incentivando a mudança de políticas públicas. Nesse sentido, atua na defesa, garantia e promoção dos direitos humanos por meio de duas frentes interrelacionadas.

Na primeira, de forma transversal, busca assegurar que as políticas públicas em todas as áreas incorporem a perspectiva dos direitos humanos e da cidadania, tanto na formulação quanto na implementação dessas políticas. Isso ocorre por meio da realização de conferências e da construção de planos nacionais voltados à promoção geral dos direitos de determinados grupos vulneráveis, como mulheres, negros e população LGBT. Na segunda frente, com a execução de ações mais focalizadas, destinadas a garantir e defender direitos fundamentais, cuja violação é particularmente recorrente no País, entre as quais destacam-se os programas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, de defesa dos direitos das pessoas com deficiências física e mental, de proteção a testemunhas e de combate à violência contra a mulher. Em conjunto, essa atuação concorre para o fortalecimento de práticas democráticas, cidadãs e participativas, que respeitem as diversidades e garantam os direitos fundamentais de populações excluídas social, política e economicamente.

O Governo Federal adotou o diálogo, com todos os segmentos da sociedade civil, como método de equacionamento de conflitos. Além disso, a ampliação e o aperfeiçoamento dos espaços republicanos e democráticos de diálogo têm dado consequência prática ao princípio constitucional da democracia participativa. Várias formas de interlocução do Governo com entidades da sociedade foram fortalecidas, entre estas as mesas de negociação, as audiências públicas, as ouvidorias e, principalmente, as conferências e conselhos.

O tratamento dado ao tema direitos humanos no âmbito do Governo Federal tem como base a compreensão de que a sua realização plena dar-se-á a partir da ação articulada dos diversos órgãos setoriais, juntamente com os demais poderes e esferas de governo, bem como pela contribuição com a sociedade civil organizada. São pressupostos para os princípios da universalidade, interdependência e indivisibilidade atribuídos aos direitos humanos.

Criança e Adolescente

A política nacional em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes desenvolve suas ações na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil. Essas ações buscam aplicar instrumentos normativos para fazer funcionar os mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, para garantir os direitos assegurados pela legislação em vigor, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente, e beneficiar 60 milhões de crianças e adolescentes brasileiros.

Para 2010, devem ser destacadas as ações voltadas à implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, articuladas com 13 Ministérios: a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade); a construção, reforma e



equipagem de vinte unidades de internação e semiliberdade, que conta com dotação orçamentária de R\$ 62,3 milhões; apoio a programas de atendimento em unidades de internação (atenção à saúde integral, articulada ao SUS, adequação e implantação do Proeja, articulado aos Cefets, criação de salas multimídia e biblioteca nas escolas, desenvolvimento de projetos de economia solidária em incubadoras sociais, implantação de programas culturais e esportivos e apoio a projetos com recorte de gênero e étnico-racial); implantação de núcleos nas Defensorias Públicas e Apoio a Centros de Defesa; inclusão prioritária de adolescentes de 15 a 17 anos no Bolsa Família e de egressos do ProJovem; e implantação de centros de formação/cursos de especialização.

Outra iniciativa importante é o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que busca a mobilização de redes para integrar um conjunto de programas e ações dos governos, organismos e agências internacionais, universidades e sociedade civil para que sejam desenvolvidas e aplicadas metodologias de intervenção capazes de desencadear respostas efetivas para a superação da violação dos direitos de crianças e adolescentes. O Programa desenvolve também ações que visam disseminar boas práticas; a sistematização de dados e informações; o apoio às redes e aos comitês de enfrentamento da violência sexual e pela promoção de campanhas de sensibilização e mobilização; a gestão do Disque Denúncia Nacional – Disque 100.

As iniciativas voltadas à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes contarão com recursos da ordem de R\$ 11,9 milhões em 2010.

Reparação de Violações e Defesa de Direitos

A reparação de violações e defesa dos direitos humanos inclui ações de grande relevância, particularmente no caso das situações que levaram à morte ou ao desaparecimento de pessoas por conta de sua participação política no período da ditadura, além da estruturação de serviços de atendimento a denúncias de violações de direitos humanos.

Para assegurar a efetividade das políticas de reparação de violações e defesa dos direitos humanos, em 2010, serão destinados recursos orçamentários no valor de R\$ 3,8 milhões.

Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

As políticas públicas voltadas ao idoso têm por objetivo institucionalizar direitos e defender a sua dignidade, no sentido de reduzir desigualdades sociais sofridas por esse segmento da população, assegurando-lhes os direitos de cidadania, a participação na sociedade, o acesso às necessidades básicas e os mecanismos de proteção.

A mobilização do Governo Federal em prol de políticas específicas para idosos ganhou novo impulso com a Implantação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e o Desenvolvimento de Ações de Enfrentamento da Violência e dos Maus-tratos contra Idosos, a partir do deslocamento da competência da coordenação da Política Nacional do Idoso para a SEDH.

Destaca-se, ainda, a realização de ações de capacitação de profissionais para proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, com formação para atuarem na prevenção e enfrentamento à violência.



A SEDH contará em 2010 com recursos no montante de R\$ 1,5 milhão para ações direcionadas à temática referente aos idosos.

Defesa dos Portadores de Deficiência

As ações direcionadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida integram a Agenda Social – Pessoas com Deficiência – e envolve a atuação de sete Ministérios, coordenados pela SEDH/PR. Têm como objetivo central a inserção e a integração desse público, garantindo-lhe a equiparação de oportunidades, o acesso às necessidades básicas, como sociabilização e ocupação de vagas no mercado de trabalho, utilização com segurança e autonomia dos espaços mobiliários, infraestrutura urbana, edificações e meios de comunicação, direito à moradia e transporte adaptados, acessibilidade à escola e à concessão de órteses e próteses. O Governo Federal realiza, ainda, campanhas de sensibilização para a questão da acessibilidade e de combate ao preconceito em diversos ambientes, como escola e local de trabalho.

No orçamento da SEDH para 2010, com dotações estimadas em R\$ 17,0 milhões, serão desenvolvidas ações sob sua responsabilidade na Agenda Social e destinadas à garantia de direitos das pessoas com deficiência, alocadas nos programas Nacional de Acessibilidade e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como na ação Publicidade de Utilidade Pública, do Programa Educação em Direitos Humanos. Destaca-se, também, a ação de Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos, com a finalidade de organizar, implantar e apoiar a sua manutenção, capazes de instigar a mobilização de instituições governamentais, não governamentais e particulares, de gerar conhecimento, de propor políticas públicas e de desenvolver ações articuladas de promoção e de defesa dos direitos humanos, de modo a efetivar o Programa Nacional dos Direitos Humanos.

Promoção da Igualdade Racial

Na esfera federal, a questão da igualdade racial tem sido progressivamente consolidada como política de Estado desde o início do atual Governo, cujas intervenções visam respeitar o direito civil e social e a efetiva atuação no combate às desigualdades de grupos raciais e étnicos, que ainda marcam fortemente a sociedade brasileira, com ênfase na população negra, que se materializada no programa Brasil Quilombola.

Esse esforço governamental afirma-se com a crescente emergência de iniciativas, programas e ações, permitindo o avanço da intervenção pública nesse âmbito. Nesse sentido, destacam-se a democratização do acesso às universidades e à política de saúde da população negra, a promoção das populações quilombolas, as ações do MTE voltadas à igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia, e a formação de agentes solidários para comunidades quilombolas.

Para o exercício de 2010, estão previstos recursos no valor de R\$ 19,7 milhões, em favor da Seppir, para promover a implementação de ações afirmativas voltadas à inclusão socioeconômica de grupos étnicos historicamente discriminados, tais como negros e índios; o desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos a partir das especificidades de cada território; e a realização de atividades de capacitação (cursos, seminários, oficinas e conferências), envolvendo os agentes representativos das comunidades remanescentes de quilombos.



Igualdade de Gênero e Políticas para as Mulheres

A promoção de políticas do Governo Federal para as mulheres e a igualdade de gênero é coordenada pela SPM, que tem o objetivo de melhorar suas vidas. Essas políticas, por meio de parcerias, são implementadas em diversas instâncias governamentais e da sociedade civil para enfrentar as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes.

As ações desenvolvidas pelo governo, voltadas para as mulheres e para a igualdade de gênero, são pautadas pelo II PNPM, envolvendo 19 Ministérios e Secretarias Especiais, e visam promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho; a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no meio rural e nas comunidades tradicionais; a garantia às trabalhadoras domésticas do exercício de todos os direitos trabalhistas; a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas periferias urbanas.

Destaque deve ser dado ao Programa de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, que, em 2010, desenvolverá ações para prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade àquelas em situação de violência ou risco, por meio da Central de Atendimento (Ligue 180); realização de cursos, seminários, oficinas e outros eventos de capacitação dos profissionais das áreas de segurança pública, saúde, justiça, educação, trabalho e assistência social nas questões de gênero, prevenção e enfrentamento à violência e combate ao tráfico internacional de meninas, jovens e mulheres; e da ampliação e consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

A SPM contará, em 2010, com recursos da ordem de R\$ 49,6 milhões, para a promoção dessas políticas.

Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica

As políticas para a ampliação do Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica visam garantir a todos os brasileiros o acesso aos documentos que propiciarão cidadania e direito de se valerem de uma série de serviços e benefícios prestados pelo Estado. Assim definiram-se como objetivos centrais erradicar o sub-registro de nascimento e implantar uma estrutura que garanta a efetividade do direito ao registro civil de nascimento e expandir o acesso à documentação civil básica, com ênfase no CPF, no RG e na CTPS.

Para tanto, três conjuntos de ações serão realizados por 12 Ministérios, sob a coordenação da SEDH. Serão garantidas, por um lado, a *Mobilização Social* necessária para erradicar o sub-registro de nascimento e para fortalecer a orientação sobre documentação civil, por outro, a *Ampliação da Rede* de serviços que fazem o Registro Civil e que emitem os documentos básicos, principalmente o CPF e a carteira profissional, e a criação de *Condições Estruturantes* com a estruturação do Sistema Brasileiro de Registro Civil de Nascimento e com a garantia da gratuidade da carteira de identidade (RG) e do CPF no meio rural.

Nessa temática, cabe destacar a alocação, no orçamento da SEDH para 2010, de recursos no montante de R\$ 6,8 milhões para o apoio a 20 iniciativas, no sentido de mobilizar e ampliar o registro civil de nascimento e o fornecimento de documentação civil básica, e R\$ 1,0 milhão para a implantação de 25% da meta total relativa ao sistema informatizado de registro civil de nascimento.



Outros Destaques na Área de Direitos Humanos

Merecem destaque outros programas e ações que visam a atender relevantes demandas sociais e a dar solução a sérios problemas enfrentados pelo País:

- a) Proteção a Pessoas Ameaçadas: o combate à corrupção, à violência e à impunidade é o grande desafio enfrentado pelo Estado brasileiro. Dentre as ações sob a responsabilidade da SEDH/PR, que contribuem para dar solução a esse problema, importa mencionar aquelas que compõem o programa Proteção a Pessoas Ameaçadas. Destacam-se as ações Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas, Apoio a Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes, Serviços de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e Proteção a Defensores de Direitos;
- b) Combate à Homofobia: outra questão que ganha substância na agenda de direitos humanos é o combate à homofobia, principalmente em decorrência da realização da I Conferência Nacional de GLBT e a consequente organização de um plano de ação para o segmento homossexual; e
- c) Informação e Educação em Direitos Humanos: em que pese tratar de temas que perpassam toda a programação da SEDH, a Gestão da Informação e a Educação em Direitos Humanos dispõem de programas específicos que visam garantir sua efetividade de forma articulada – Gestão da Política de Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos.

Justiça

O exercício de 2010 contemplará iniciativas voltadas à concretização dos propósitos prescritos no II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo, além de outras questões nacionais relevantes para o fortalecimento da democracia brasileira, cujo ápice ocorrerá com as eleições gerais do ano vindouro.

Nesse sentido, destacam-se:

- a) o crescente aporte de recursos para a assistência jurídica a pessoas carentes visando garantir a gratuidade da representação judicial, o processo de interiorização da Justiça Federal, com a criação de novas Varas Federais e a implantação dos Juizados Especiais Federais no País, cuja instalação ainda está em andamento, e a atuação dos Juizados Itinerantes, que alcançam locais longínquos dos centros urbanos e com indicadores sociais desfavoráveis;
- b) os projetos na área de TI, em especial a virtualização processual, por meio da ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus), sob a coordenação do CNJ, cuja finalidade é interligar todos os demais ramos da Justiça, com aumento da agilidade, da cobertura, do acesso e da eficiência da prestação jurisdicional. A inserção no projeto e-Jus deverá proporcionar rapidez nos procedimentos e decisões jurídicas, bem como uma uniformização taxonômica das ações e causas judiciais, permitindo a implantação do processo eletrônico nos termos da Lei nº 11.419/2006. Ainda na área de informática, outra importante ação no âmbito penal reporta-se à implantação de sistema de



- gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias, fortalecendo a assistência jurídica a presos e familiares;
- c) o esforço dos Poderes Públicos na defesa da conciliação e dos instrumentos autocompositivos como alternativas viáveis para a resolução de conflitos e uma maior pacificação social. Nesta seara, o Poder Judiciário e suas funções essenciais têm promovido diversas iniciativas para a realização de programas e eventos de conciliação por todo o País, o que tem resultado na resolução de um percentual elevado de litígios judiciais;
 - d) o programa Casas de Justiça e Cidadania do CNJ volta-se para o desenvolvimento de ações de voluntariado, de participação do cidadão na solução de problemas sociais e a sua aproximação com o Poder Judiciário e a cultura jurídica brasileira. Busca-se, assim, realizar um atendimento jurídico preliminar ao cidadão na tentativa de solucionar suas demandas antes de ingressar na Justiça;
 - e) o fortalecimento das Defensorias Públicas com o fim de democratizar o acesso à Justiça, promover a difusão e a conscientização da cidadania e do ordenamento jurídico, podendo atuar perante órgãos e tribunais internacionais de proteção dos direitos humanos, impetrar pedidos de *habeas corpus*, mandados de injunção, *habeas data* e mandados de segurança, individuais ou coletivos, ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais, dentro de suas prerrogativas, e defender os interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de deficiência, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;
 - f) a celebração de termos de cooperação entre os Poderes com a finalidade de intensificar ações de mutirão para monitoramento da execução penal e das prisões provisórias, fortalecendo a assistência jurídica aos presos e familiares e promovendo ações de capacitação e reinserção social. A medida contribuirá, inclusive, para a solução do problema de graves violações contra os direitos humanos, de cujas denúncias o Brasil ainda padece; e
 - g) no tocante às execuções penais, a relevante conscientização de magistrados, promotores, advogados e da sociedade em geral, sobre a efetividade, a eficiência e os benefícios da adoção de penas alternativas para determinados delitos. Aqueles de menor gravidade precisam de uma solução proporcional do Estado, o que favorece sobremaneira a ressocialização do apenado, além de ser um expediente para a questão da crescente progressão da população carcerária.

A Justiça Eleitoral contará, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 863,0 milhões para a realização, no próximo exercício, dos pleitos eleitorais para Presidente da República, Senadores, Deputados Federais, Governadores e Deputados Estaduais. Desse valor, R\$ 200,0 milhões destinam-se à compra de urnas eletrônicas com a possibilidade de identificação biométrica do eleitor, para substituir urnas defasadas tecnologicamente e atender ao crescimento do número de eleitores. Também para aquisição de urnas, foi concedido crédito orçamentário de R\$ 200,0 milhões em 2009.

A ação de Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor, mais conhecida como Biometria, tem o intuito de elaborar um cadastro unificado de eleitores, com o intuito de evitar duplicidades cadastrais



e aumentar a segurança do processo eleitoral. O processo de atualização do cadastro eleitoral incluirá dados biométricos (impressões digitais) e foto do eleitor. Este procedimento propiciará a melhoria da segurança na sua identificação nas seções de votação e nas técnicas que detectam a duplicação de registros no cadastro eleitoral, tornando inviável a fraude no procedimento de votação.

A estimativa do TSE é que, até 2017, tenham sido cadastrados 100% do eleitorado (148 milhões de eleitores) e que todos os Estados tenham urnas eletrônicas com leitores biométricos.

Para a atuação dos órgãos do Poder Judiciário, em 2010, estão previstos recursos orçamentários de R\$ 5.121,7 milhões, destinados às despesas com o funcionamento, a manutenção e a expansão da estrutura de atendimento, incluindo os gastos com as eleições de 2010.

No que concerne ao MPU, em 2010 dar-se-á continuidade ao processo de instalação das Procuradorias da República, em Municípios no âmbito do MPF, e dos Ofícios, no âmbito do MPT; às reformas e melhorias nas estruturas já em funcionamento; ao projeto da Rede Nacional na área de tecnologia da informação, com destaque para a virtualização e o controle de processos digitais; e ao combate do trabalho degradante.

O MPU contará com R\$ 670,8 milhões para o desenvolvimento de suas atribuições em 2010, envolvendo todas as unidades, dos quais R\$ 9,7 milhões serão destinados ao CNMP.

Proteção aos Povos Indígenas

Para atender uma população de aproximadamente 540 mil índios, que falam 180 línguas identificadas, habitam 656 terras oficialmente reconhecidas, as quais alcançam 107 milhões de hectares, o que significa quase 13% do território nacional, o Estado brasileiro e os índios do Brasil precisam de uma instituição forte, uma política que suporte as adversidades e a transitoriedade da execução das políticas de governo, para resistir, assim como resistiram os povos indígenas ao longo da história do Brasil, à consolidação de uma política de Estado.

Nesse sentido, a Fundação Nacional do Índio, para o ano de 2010, vem direcionando esforços para priorização das seguintes ações:

- a) promover a regularização fundiária das terras indígenas, proteger e garantir aos povos indígenas o acesso a terra livre de ocupantes não índios;
- b) incrementar as ações de proteção e de gestão territorial e ambiental, a fim de manter a integridade territorial das Terras Indígenas, reduzir o desmatamento e a degradação de áreas que sistematicamente vem sendo invadidas por garimpeiros, madeireiros, grileiros, entre outros, com ações conjuntas com o Ibama, a Força Nacional de Segurança e o Departamento de Polícia Federal;
- c) formular e implementar em conjunto com as comunidades indígenas, as ações de apoio às atividades produtivas, com enfoque no etnodesenvolvimento e respeito aos usos, costumes e tradições destes povos;
- d) consolidar as iniciativas para o fortalecimento institucional do órgão indigenista;



- e) promover e proteger os direitos dos povos indígenas;
- f) acompanhar a execução das Políticas Setoriais de Atenção aos Povos Indígenas;
- g) desenvolver as ações que contribuem para a implementação do PAC, em áreas de influência de Terras e Povos Indígenas, assegurando a participação das comunidades;
- h) implementação e desenvolvimento de ações compartilhadas com Estados e Municípios, para afirmação dos direitos indígenas;
- i) promover ações de fortalecimento das organizações indígenas;
- j) implementar a Política Nacional de gestão ambiental em terras indígenas;
- k) localizar e proteger indígenas isolados ou de recente contato;
- l) disseminar as informações da temática indígena;
- m) promover o patrimônio cultural dos povos indígenas; e
- n) consolidar a Agenda Social dos Povos Indígenas.

Para assegurar a efetividade das políticas indigenistas, em 2010, na esfera federal, são destinados recursos orçamentários no valor de R\$ 170,8 milhões.



INCLUSÃO DE JOVENS

O ProJovem é destinado a jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de promover a sua reintegração ao processo educacional, a qualificação profissional e o desenvolvimento humano. Esse processo é implementado por meio das seguintes modalidades do Programa: ProJovem Urbano; ProJovem Campo - Saberes da Terra; ProJovem Trabalhador; e ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, as quais integram os orçamentos, respectivamente, da Presidência da República e do MEC, MTE e MDS. O Programa é coordenado pela Secretaria Nacional da Juventude.

O ProJovem em suas diferentes modalidades contará, em 2010, com um orçamento da ordem de R\$ 1,6 bilhão, beneficiando 1.104.154 jovens.

ProJovem Urbano

Visa garantir aos jovens brasileiros a elevação de escolaridade e, durante o período do curso (18 meses), cada participante recebe uma bolsa mensal (auxílio financeiro) de R\$ 100,00. Desde 2005, a meta é atuar em todas as capitais brasileiras. Em 2006, expandiu sua atuação para as 34 cidades com mais de 200 mil habitantes. De forma geral, de 2005 a 2008, foram inscritos 521.241 jovens e, segundo o Banco Nacional de Dados do ProJovem Original, 241.228 alunos foram matriculados. A adesão ao ProJovem Urbano foi feita por 128 entes federados. Até o final de 2009, prevê-se a participação de 327 mil jovens, com a aplicação de recursos da ordem de R\$ 700,0 milhões.

Para dar continuidade ao Programa, em 2010, cuja estimativa é a participação de 230 mil jovens, estão alocados recursos da ordem de R\$ 631,9 milhões.

ProJovem Campo

Tem como objetivos fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, elevação da escolaridade - com a conclusão do Ensino Fundamental - qualificação e formação profissional. O ProJovem Campo garante aos jovens da agricultura familiar, de 18 a 29 anos, a conclusão do Ensino Fundamental em regime de alternância, que consiste em alternar aulas presenciais com atividades educativas não presenciais, de acordo com os ciclos agrícolas.

O ProJovem Campo, uma reformulação do programa Saberes da Terra, ampliará o número de jovens atendidos e será estendido a todos os Estados. Terão prioridade os Municípios e regiões com baixo IDH que integram o Programa Territórios da Cidadania, desenvolvido pelo MDA.

A partir de agora, os jovens agricultores participantes receberão uma bolsa de ajuda financeira de R\$ 100,00 a cada dois meses e terão de cumprir 75% de frequência. O curso, com duração de dois anos, é oferecido em sistema de alternância, com aulas teóricas na escola e práticas agrícolas nas comunidades. O formato do Programa é de responsabilidade de cada Estado, de acordo com as características da atividade agrícola local.

O ProJovem Campo vem crescendo ano a ano, o número de Estados participantes passou de 12, em 2007, para 19, em 2008, com a abertura de 35 mil vagas. As metas prevêem o atendimento a 48 mil jovens agricultores em 2009; 70 mil, em 2010, e 85 mil, em 2011, totalizando 203 mil jovens atendidos em todos os Estados.



ProJovem Trabalhador

Preparar o jovem para o mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas geradoras de renda, é o objetivo do ProJovem Trabalhador. Podem participar do Programa os jovens desempregados, com idade entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo.

O ProJovem Trabalhador unificou os Programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. A faixa etária de 16 a 24 anos foi ampliada para 18 a 29 anos, com a carga horária de 350 horas de qualificação social e profissional. Os participantes recebem um auxílio mensal de R\$ 100,00 durante seis meses, mediante comprovação de frequência.

No final de 2008, foi firmada parceria para execução do Projovem Trabalhador com 12 Estados, Distrito Federal e 87 Municípios, que possibilitaram a qualificação de 188.760 jovens em 2009. Para 2010, o valor consignado para o Projovem Trabalhador possibilitará a qualificação de 203.879 trabalhadores, com previsão de R\$ 450,1 milhões.

ProJovem Adolescente

Destina-se aos jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que pertençam a famílias beneficiárias do PBF. O ProJovem Adolescente é uma reformulação do Agente Jovem, terá duração de 24 meses e deverá ser implantado em mais de 4 mil Municípios. O Programa oferece proteção social básica e assistência às famílias, além de contribuir para a elevação da escolaridade, redução dos índices de violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência.

Estão previstos para 2010 recursos da ordem de R\$ 369,2 milhões para o atendimento de 600 mil jovens.

IV – Política Externa e Soberania

- **Relações Exteriores**
- **Defesa**



RELAÇÕES EXTERIORES

A política externa brasileira tem contribuído para expandir a liderança e a projeção do Brasil no cenário internacional. Nos exercícios de 2007, 2008 e 2009, o incremento do prestígio internacional do Brasil evidenciou-se pela participação nos principais foros mundiais, como o G-20 e as Cúpulas G8+G5; nos esforços de conciliação política no entorno sul-americano; no comando do componente militar da missão de paz da ONU no Haiti; e no aumento da frequência de visitas de Chefes de Estado e Ministros das Relações Exteriores estrangeiros ao Brasil e de viagens oficiais de autoridades brasileiras ao exterior.

Dessa forma, o Governo brasileiro busca a conformação de um sistema internacional mais equitativo, correspondendo de forma fidedigna aos anseios do Brasil e de seus parceiros no mundo em desenvolvimento. Desafios globais como o combate à fome e à pobreza, a mudança do clima, a segurança energética, o desarmamento e a democratização das instâncias internacionais têm exigido postura ativa da diplomacia brasileira. A utilização das fontes renováveis e limpas de energia, como os biocombustíveis, constitui parte do projeto de desenvolvimento do Brasil, cujos benefícios busca compartilhar com outros países.

A crescente atuação externa do Brasil refletiu-se na expansão do comércio exterior, o qual se beneficiou da atuação dos diversos postos diplomáticos. O aumento, desde 2003, de 37 novas embaixadas e 18 consulados, sobretudo na África, Ásia e América Central e Caribe, totalizando 205 postos no exterior, em 2009, favoreceu o processo de internacionalização das empresas brasileiras, com reflexos claros não somente sobre a promoção comercial, mas também na proteção dos interesses de aproximadamente 4 milhões de brasileiros no exterior.

A manutenção dos vínculos entre integrantes dessa comunidade e o Brasil é de grande importância tanto política quanto econômica. Vale ressaltar que as remessas dos emigrados brasileiros representaram, nos últimos anos, a terceira maior fonte de divisas estrangeiras para o Brasil, somente atrás das receitas com exportações e com investimentos estrangeiros diretos. As comemorações do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil, em 2008, e do Ano da França no Brasil, em 2009, podem ser apontadas como exemplos dessa política de manutenção de vínculos.

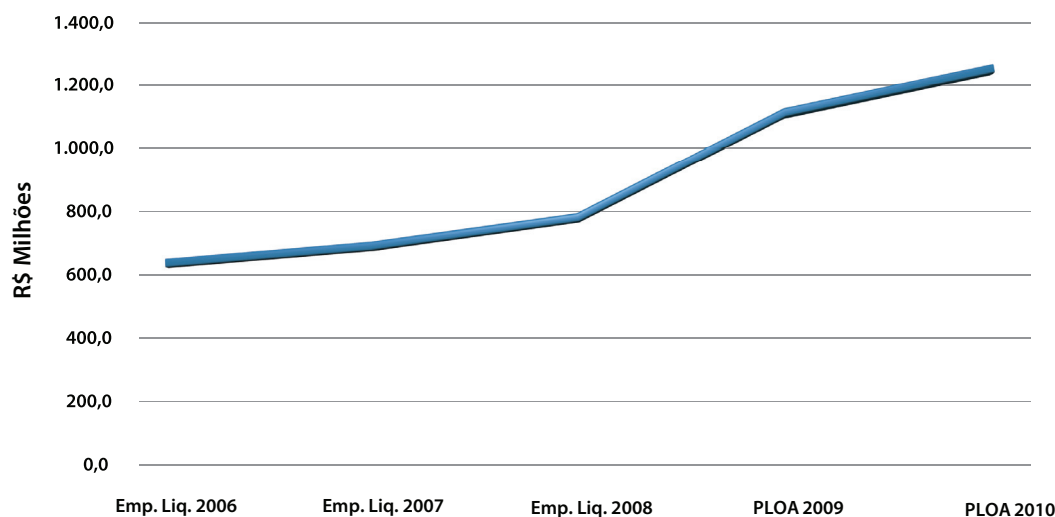
O País sediou inúmeros eventos internacionais, sob a coordenação do MRE. Dentre eles, ressaltam-se a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, no Estado de São Paulo, em novembro de 2008, o Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste, realizado em Brasília, no mês de agosto de 2007, e a Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, ocorrido na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008.

Aliado à promoção comercial pelos postos diplomáticos no exterior, o surgimento de foros como Ibas, Unasul, ASPA, ASA, Bric resultou em aumento significativo do volume de comércio interregional. Atualmente, em consequência do incremento das relações comerciais Sul-Sul, o comércio com estes países corresponde a 53% das exportações brasileiras. A maior participação do Brasil nos fluxos de comércio mundial foi também acompanhada pelo fortalecimento do processo de internacionalização das empresas brasileiras.



A conjugação desses fatores resultou na necessidade de ampliação, em cerca de 30%, do quadro de servidores do MRE, sobretudo na carreira de diplomata, que foi acrescida de 400 novas vagas nos últimos anos. Assim, com vistas a permitir o desempenho do papel de representação do Estado de forma efetiva, além do atendimento das demandas dos demais setores da Administração Pública, tem-se observado reforço gradual das dotações orçamentárias do MRE, conforme se observa no gráfico a seguir, capacitando-o a dar continuidade à execução da política externa, à melhoria dos serviços consulares e à realização de eventos internacionais em território brasileiro. Para representar o Estado de forma efetiva, compreendendo, também, as demandas de toda a Administração Pública no exterior, estão sendo previstos recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.206,9 milhões para 2010.

Gráfico 18 – Evolução dos Gastos com Relações Exteriores (em R\$ milhões)



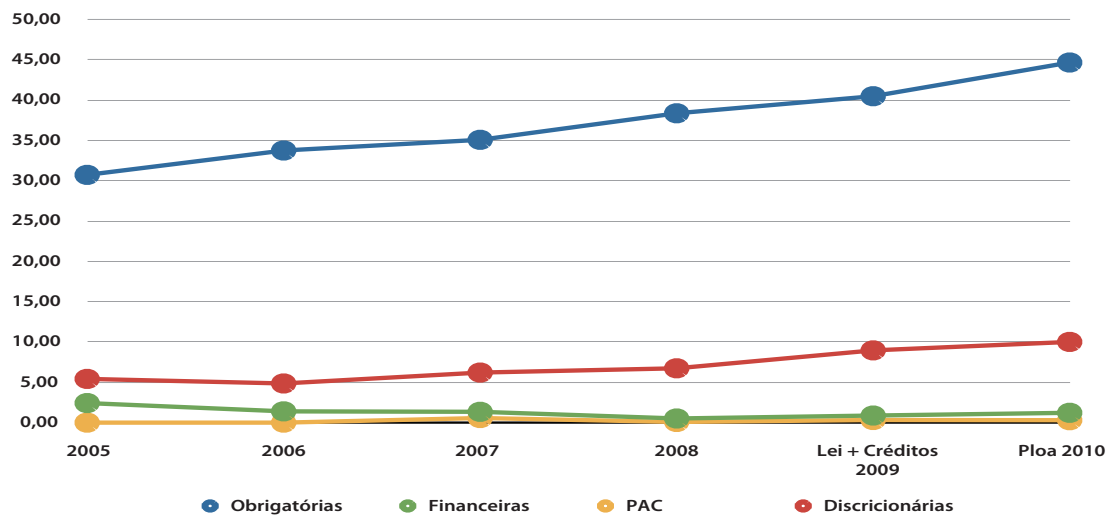
Não contempla os gastos com Contribuições a Organismos Internacionais, tendo em vista que essas despesas foram transferidas, em 2009, para o MP.



DEFESA

Os recursos destinados ao MD, nos últimos anos, apresentam crescimento significativo, notadamente no que concerne aos investimentos no reaparelhamento das Forças. No Ploa 2010, estão assegurados R\$ 56,2 bilhões no seu orçamento, dos quais R\$ 11,6 bilhões para investimentos e custeio da manutenção de suas unidades e fundos, evidenciando a prioridade conferida às ações de defesa, conforme mostra o Gráfico 19.

**Gráfico 19 – Evolução dos Gastos com Ações de Defesa
(em R\$ bilhões)**



Nos últimos exercícios, os principais gastos de custeio estão relacionados ao adestramento de tropas, sendo mais expressivo no Exército, devido ao maior contingente, à incorporação de novos recrutas por meio do serviço militar; e à manutenção da Missão de Paz no Haiti. No que tange a investimentos, destacam-se os voltados à modernização de instalações militares e à aquisição de tanques Leopard, do Exército, e os relativos à Marinha, envolvendo a retomada do seu programa nuclear e ao reaparelhamento das três Forças, com destaque do Profab, entre outros.

Em 2009, há expectativa de aumento significativo dos investimentos das Forças, em face de novas iniciativas de investimentos, entre as quais a construção de quatro submarinos convencionais e o projeto de desenvolvimento e construção do primeiro submarino nuclear brasileiro, a fabricação e aquisição de 50 helicópteros franceses, e o desenvolvimento do avião cargueiro KC-X 390 em parceria com a Embraer.



Quanto ao desenvolvimento e à integração nacional, o MD manterá a prioridade na defesa e vigilância da Amazônia, por meio de ações realizadas no âmbito do PCN, que abrange 32% do território nacional, cujas ações beneficiam cerca de 8 milhões de pessoas. O PCN atua em 194 Municípios de seis Estados (22 no Acre, 16 no Amapá, 27 no Pará, 52 em Rondônia, 15 em Roraima) e continuará a implantação de infraestrutura de unidades militares em Barcelos (AM), Tunui (AM), Marechal Thaumaturgo (AC), Vila Contão (RR) e Vila Brasil (AP).

No âmbito do Projeto Soldado Cidadão, que tem como objetivo facilitar a inserção no mercado de trabalho de jovens egressos do serviço militar, mediante qualificação profissional, em 2010, serão destinados R\$ 12,0 milhões para beneficiar o atendimento de 25.000 jovens. Desde 2003, esse Projeto atendeu cerca de 130.000 jovens. Para o Projeto Rondon, de relevante impacto social, mediante o desenvolvimento de projetos transformadores, com o trabalho voluntário de universitários e professores, prioritariamente na Amazônia e no Nordeste, que já beneficiou 447 Municípios, com o envolvimento de 6.564 rondonistas, estão previstos recursos da ordem de R\$ 4,0 milhões para a capacitação de mais 2.200 universitários.

Na Área Estratégica Amazônia/Guianense, o EB prossegue com o projeto de implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, na área de São Gabriel da Cachoeira (AM), cuja conclusão está prevista para 2012, devendo o efetivo ser acrescido de aproximadamente 2.400 homens.

As principais iniciativas do EB, planejadas para implementação e consecução no exercício 2010, decorrem da edição da END, e envolvem a otimização da distribuição espacial das organizações militares por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica, a adequação, aparelhamento e modernização das unidades militares, o fortalecimento da presença militar na Amazônia, mediante a implantação de novos PEF e a complementação da estrutura operacional e logística da região.

A MB vem desenvolvendo o Programa de Revitalização do Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro, com vistas a recuperar a sua capacidade plena até 2017, e a modernização do Navio-Aeródromo São Paulo, principal meio para execução do controle de área marítima, de operações de ataque e de defesa aeroespacial de uma Força Naval.

No decorrer destes exercícios adquiriu diversas embarcações tais como o NDCC Almirante Sabóia e o NPo Almirante Maximiano, construiu outras tantas como os NPa de 500 toneladas e EDCG, retomou, em 2008, as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino à propulsão nuclear, com previsão de conclusão do programa em 2014.

No exercício de 2010, a MB dará continuidade à busca por soluções para recuperar e modernizar a base material do Poder Naval. Terão reflexos no próximo exercício, a execução de ações voltadas à construção de navios-patrolha, ao processo de modernização do Porta-Aviões São Paulo e Navio Desembarque Doca Ceará, à realização de atividades de Inspeção Naval, fiscalização e regularização de embarcações comerciais e amadoras e à obtenção de todo o portfólio das águas jurisdicionais brasileiras.

Merece destaque, no âmbito dos novos investimentos da MB, o compromisso político firmado entre o Brasil e a França, no tocante ao Prosub, cujo objetivo geral é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro



submarino nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. A característica mais marcante do Programa reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da MB e o que precisa ser alcançado para permitir a concepção e a construção do submarino à propulsão nuclear.

A atuação do Comaer manifesta-se também no campo da ciência e tecnologia, não só pela ótica da defesa nacional como pelo caráter dual de muitas frentes de pesquisa, que resultam em importantes inovações tecnológicas. Para essa finalidade, contará com um orçamento de R\$ 51,3 milhões.

Os novos projetos da Aeronáutica, iniciados em 2009, terão forte reflexo no crescimento dos investimentos da Defesa no próximo exercício, como o desenvolvimento do cargueiro militar denominado KC-X 390, identificado pela FAB como ideal para atender às necessidades de transporte de tropas, de cargas de 10 a 20 toneladas e de paraquedistas, sendo capaz de operar em todo o território nacional, além de permitir o reabastecimento durante o voo. O KC-X 390 deverá substituir as atuais aeronaves Hércules C-130H, pertencentes à frota da FAB, cuja vida útil encontra-se próxima do limite de seu esgotamento. A aeronave será desenvolvida e montada pela Embraer e permitirá ao País atuar no mercado de aeronaves militares de grande porte com ótima condição de competitividade. Estão previstos recursos da ordem de R\$ 180,0 milhões para o desenvolvimento do Projeto em 2010.

Outro projeto novo, iniciado em 2009, é o H-X BR, fruto da parceria estratégica entre o Brasil e a França para a produção e aquisição de 50 helicópteros de médio porte de emprego geral das Forças Armadas, no valor total de US\$ 1,9 bilhão. A produção ocorrerá no Brasil e permitirá a obtenção do conhecimento tecnológico envolvido no projeto, ocasionando maior capacitação dos técnicos brasileiros. A cooperação entre os dois países, na área da aeronáutica militar, proporcionará a troca de experiências e informações técnicas e operacionais relativas a programas da aeronáutica militar, a equipamentos e a tecnologias, bem como suas aplicações operacionais; a participação em treinamentos e exercícios militares conjuntos; e a identificação de possibilidades de fornecimento de aeronaves, equipamentos, armamentos e serviços. Estão previstos recursos da ordem de R\$ 630,0 milhões para o desenvolvimento do Projeto em 2010.



V – Segurança Pública

A decorative graphic on the right side of the page. It features a large yellow curved shape at the top right, a blue circular shape below it, and a green shape at the bottom left. A thin vertical line is on the left side, and a horizontal line is above the green shape.



SEGURANÇA PÚBLICA

O Governo Federal adotou, desde 2007, um novo paradigma para o tema Segurança Pública, buscando enfrentar a criminalidade e a violência em suas raízes sociais e culturais. Para isso foi idealizado o Pronasci.

O Pronasci, de forma inovadora, visa a prevenir, controlar e reprimir a criminalidade e a violência por meio da articulação entre as ações de segurança pública e as políticas sociais. Além de reforçar as diretrizes nacionais de reestruturação das instituições de segurança pública, objetiva atuar em regiões metropolitanas e em aglomerados urbanos caracterizados por altos índices de criminalidade violenta, com foco nos jovens com idade entre 15 e 24 anos, que vivem em situação de risco social ou de exposição à criminalidade e/ou que sejam egressos do sistema prisional/socioeducativo. É dirigido também às famílias expostas à violência urbana, às vítimas da criminalidade e às mulheres em situação de violência.

Constitui o cerne do Pronasci a implantação de ações de base local, como o policiamento comunitário, os núcleos de justiça comunitária, os conselhos de segurança pública, o Protejo e as Mulheres da Paz, que visa à capacitação de líderes comunitárias para mobilizar jovens de suas comunidades. Uma das estratégias mais efetivas nesse sentido tem sido a difusão da filosofia Território de Paz, que consiste na implementação simultânea de 20 a 30 das ações de base local em territórios selecionados, em articulação com programas sociais das três esferas de governo e com a mobilização da comunidade.

O Programa acumula resultados importantes e já conta com a adesão voluntária de 21 Estados, do Distrito Federal e de cerca de 100 Municípios, os quais se comprometeram a investir na valorização dos profissionais da área, a apresentar um plano diretor do sistema penitenciário e a criar centros de referência de atendimento a vítimas de violência. Desde dezembro de 2008, o Território de Paz foi lançado em sete comunidades de regiões metropolitanas: o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro (RJ); o bairro Santo Amaro, em Recife (PE); o bairro Santa Inês, em Rio Branco (AC); Itapoá, no Distrito Federal (DF); o bairro São Pedro, em Vitória (ES); o complexo Benedito Bentes, em Maceió (AL); e o bairro Bom Jesus, em Porto Alegre (RS).

Destaca-se nessa iniciativa de combate à criminalidade o projeto Bolsa Formação, que representa um reforço importante para as ações de qualificação dos profissionais de segurança pública e justiça criminal. Em parceria com universidades públicas e privadas, busca a valorização dos agentes públicos, os quais deverão dominar a técnica de Como ser Líder, aprender técnicas de cidadania e desenvolver a arte de atuação pacífica. Em 2008, foram contemplados com bolsa aproximadamente 108 mil profissionais; em 2009, até setembro, serão aproximadamente 149 mil bolsistas. A meta é atender 125,4 mil profissionais em 2010.

A implementação de políticas sociais do Pronasci busca estabelecer parcerias com órgãos federais, estaduais e municipais. Em 2008, foram apoiados 15 projetos para instalação de praças de juventude, oferecendo um espaço de recuperação e inclusão social para jovens, como forma de evitar a opção pela criminalidade. Para 2009, prevê-se a implementação de mais seis praças da juventude, dada a importância desse espaço para o êxito do Programa. Em 2010, pretende-se apoiar, no mínimo, a implantação de mais dez praças da juventude. Outras parcerias merecem destaque, como o Programa



Esporte e Lazer da Cidade, a ação Pintando a Cidadania, os Telecentros de Inclusão Digital, os Pontos de Cultura e o VIVAVOZ.

Em 2010, o Pronasci contará com recursos da ordem de R\$ 1.400,0 milhões, dos quais, R\$ 602,0 milhões serão direcionados para a concessão da Bolsa-Formação, para a qualificação de 125.400 profissionais de segurança pública e justiça criminal.

O Governo Federal, com o objetivo de apoiar a reestruturação das instituições de segurança pública, conta ainda com o Susp, abrangendo ações voltadas a promover a cooperação intergovernamental e interinstitucional. A integração e articulação das instituições de segurança pública têm sido incentivadas com a criação de GGIs em todos os Estados e com o surgimento de consórcios intermunicipais para atuação nesta área. Paralelamente, a União destina recursos do FNSP para dar suporte a iniciativas como: reforma e reaparelhamento de órgãos policiais; qualificação do conhecimento e sistematização das informações de gestão; modernização tecnológica; e combate à corrupção policial e ao crime organizado. Outro esforço importante neste sentido diz respeito à formação e à capacitação permanente dos profissionais de segurança pública em temas como gestão técnica, prevenção à violência e segurança cidadã, promovidas no âmbito da Renaesp. Implantada nos 27 Estados da Federação, a Renaesp reúne 210 telecentros instalados nas capitais e principais Municípios do interior e em 66 instituições de ensino superior que oferecem cursos de especialização credenciados pelo MJ, já tendo formado mais de 320 mil profissionais em todo o País.

No que tange ao aprimoramento da execução penal, a reestruturação requerida passa pelo enfrentamento da superlotação prisional. Neste âmbito, o apoio oferecido pelo Governo Federal ao financiamento de projetos de construção e ampliação dos estabelecimentos estaduais vem sendo complementado por iniciativas que visam uma execução penal diferenciada.

O Depen, órgão responsável pelo aprimoramento do sistema penal, vem disponibilizando, a partir de 2007, recursos aos Estados para a contratação de obras, visando à geração de 15.414 vagas prisionais. Em 2010, serão destinados recursos para a contratação de novas obras visando à geração de outras 6.500 vagas, aproximadamente. O Pronasci proporcionou, em 2008 e 2009, aporte de recursos para a construção de 15 estabelecimentos destinados à população carcerária de jovens-adultos na faixa etária de 18 a 24 anos. Em 2009, já foram destinados recursos a quatro Estados para a construção da Penitenciária Jovens Adultos, cuja meta é criar 1.684 novas vagas. Existem seis Estados aptos a receber aporte de recursos para a construção de Penitenciárias Jovens Adultos, o que irá resultar em incremento de 2.526 vagas.

Não obstante aos esforços na criação de novas vagas, o Depen vem destinando recursos aos Estados para a implementação de projetos voltados à reintegração social dos presos, internados e egressos. A implementação do Sistema Penitenciário Federal resultou em uma sensível redução das rebeliões nas penitenciárias estaduais. Em 2009, mais duas penitenciárias federais serão inauguradas. Em 2010, está prevista a construção da Quinta Penitenciária Federal, em Brasília.

A outra frente de atuação do Governo Federal na área de segurança pública concretiza-se nas ações das Polícias Federal e Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança Pública no combate à criminalidade. Aqui ganham relevância o combate à corrupção, ao narcotráfico, ao tráfico de



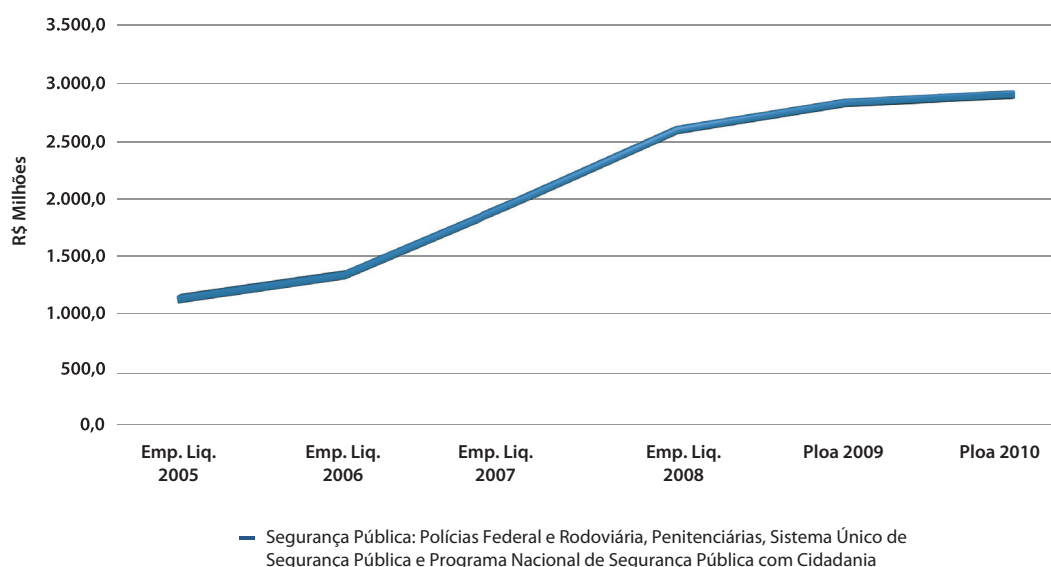
peças, à exploração sexual de crianças e adolescentes, aos crimes contra o meio ambiente e ao crime transnacional, bem como a polícia de imigração, o policiamento ostensivo e preventivo nas rodovias federais e as ações de desarmamento e controle do porte de armas.

Acrescente-se ainda as ações da Força Nacional, a qual, como instrumento de cooperação federativa, desloca pelo território nacional policiais militares especialmente treinados para dar suporte aos Estados no enfrentamento de situações graves. Seu emprego tem se intensificado a pedido de vários Estados. Com o objetivo de dotar as polícias federais da estrutura operacional adequada ao desempenho de suas funções, o Governo Federal dará continuidade ao seu fortalecimento institucional em 2010, por meio do treinamento e da capacitação de seus servidores, da aquisição de equipamentos tecnológicos adequados e do fomento à articulação com outros órgãos para o desempenho mais eficaz de sua missão. Para os seus agentes prosseguirem o processo de capacitação em matérias como o uso progressivo da força, técnicas não letais e direitos humanos, além do nivelamento de conhecimentos.

Está prevista para abril de 2010, a realização do 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça, que acontecerá em Salvador, Bahia, cujo tema central é Estratégias Amplas para Desafios Globais: Sistemas de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal e seus Desenvolvimentos em um Mundo em Transformação.

Para garantir as ações de segurança pública em 2010, no âmbito federal, estão assegurados recursos orçamentários da ordem de R\$ 2.892,3 milhões. A prioridade conferida pelo Governo Federal à área, nos últimos anos, é demonstrada no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Gastos com Segurança Pública (em R\$ milhões)





VI - Políticas de Recursos Humanos

- Democratização das Relações do Trabalho
- Profissionalização da Administração Pública



DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO

O fortalecimento da Administração Pública e seus processos de gestão passaram a ser prioridade, com o escopo de viabilizar a construção de um Estado capaz de atender às demandas de uma sociedade democrática, justa e fraterna. Tal desafio implica, necessariamente, um novo olhar para a gestão de pessoas no serviço público.

Partindo desse referencial estratégico, a gestão de recursos humanos do Governo Federal promoveu reformulações essenciais que ficaram evidentes em todos os seus eixos de atuação, com destaque para a intensificação do processo de democratização das relações de trabalho; a reestruturação das carreiras e dos planos de cargos; a seguridade do servidor; e a implantação de novos instrumentos e metodologias de gestão de pessoas, tais como a gestão por competências, a gestão de desempenho e o aprimoramento dos processos e sistemas informatizados.

A democratização das relações de trabalho é o eixo norteador de toda a política de gestão de pessoas. Sua maior expressão é a estruturação do Sistema de Negociação Permanente, um espaço inovador de diálogo e de mediação dos conflitos entre o governo e as entidades representativas dos servidores públicos. Resultados concretos foram alcançados, com alterações profundas nas estruturas remuneratórias e nos planos de cargos e carreiras e, sobretudo, com o lançamento dos pilares da cultura da negociação entre o Governo Federal e os seus servidores públicos.

A gestão das carreiras e dos planos de cargos da Administração Pública Federal, que foi inteiramente revisada com a participação dos servidores públicos em espaços de negociação, levou em consideração os desafios enfrentados na implantação das políticas públicas nas áreas em que cada categoria atua. Assim, a organização dos planos de cargos e carreiras deixou de ser um tema exclusivo da tecnicidade, ou do mero atendimento das demandas de recomposição remuneratória, transformando-se em instrumento estratégico de gestão de pessoas e de organização da força de trabalho.

No que se refere à implantação de novos instrumentos e metodologias de gestão de pessoas, um importante passo foi dado no sentido da instituição da gestão do desempenho no serviço público federal com a criação de uma nova sistemática de avaliação de desempenho para os planos de cargos e carreiras. O sistema avaliativo fundamenta-se na pactuação prévia de metas individuais e coletivas à luz das grandes metas institucionais, contando com a participação dos usuários dos serviços públicos.

A adoção da gestão por competências como instrumento estratégico da política de desenvolvimento do servidor, instituída em 2006, trouxe um marco regulador importante no processo de fortalecimento da qualificação e profissionalização do serviço público, o que implica uma nova dinâmica para a política de capacitação. A adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos institucionais passa a ser requisito indispensável, o que propicia o desenvolvimento contínuo da força de trabalho e, conseqüentemente, da própria Administração Pública Federal.

Em síntese, podemos dizer que a atual política de gestão de pessoas tem por eixo central a democratização das relações de trabalho. Processo este que pressupõe a recomposição da força de trabalho com servidores públicos concursados, o fortalecimento dos planos de cargos e carreiras e



a melhoria da estrutura salarial com o objetivo de manter o quadro de servidores públicos, além de metodologias mais adequadas de gestão de pessoas no Governo Federal.

A realização da Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal, em julho de 2009, foi um marco rumo a essa estratégia, tendo por objetivo aprofundar as discussões e identificar novos desafios, ampliando o debate com todos os atores envolvidos na política de recursos humanos, a saber, gestores públicos, representantes dos servidores públicos e a sociedade civil organizada.

Diretrizes de Planos de Carreiras

A política de recursos humanos na Administração Pública Federal trouxe mudanças profundas no campo da gestão dos planos de cargos e carreiras do serviço público, tendo como diretrizes fundamentais a realização de concursos públicos para a recomposição da força de trabalho, a estruturação de novos planos de carreiras e de cargos, a valorização da capacitação e da avaliação de desempenho como instrumentos de desenvolvimento profissional e a recuperação do sistema de mérito.

As medidas provisórias nºs 431, 434, 440 e 441 (convertidas nas Leis nºs 11.784/2008, 11.776/2008, 11.890/2008 e 11.907/2009, respectivamente) trouxeram inovações significativas na estrutura remuneratória e nas regras de avaliação de desempenho, exigindo o comprometimento com os resultados e o desenvolvimento de competências para a evolução do servidor público na carreira.

A nova sistemática teve por escopo transformar a avaliação de desempenho em instrumento de gestão útil para o gestor, o servidor e a sociedade, destinatária final dos serviços públicos. A Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, que dispôs sobre as diretrizes gerais de um sistema de avaliação de desempenho, enfatizando a parte referente à avaliação institucional e individual que servirão de base para o pagamento das gratificações de desempenho, e a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, que instituiu o Sidec, institucionalizaram critérios e procedimentos novos na condução deste importante processo de gestão democrática de pessoas, qual seja, a avaliação de desempenho com base em metas individuais, por equipes e institucionais previamente conhecidas e acordadas entre todos os envolvidos no processo.

Em continuidade à implementação dessa nova sistemática, o desafio da política de gestão de pessoas em 2009-2010 é concluir a regulamentação da avaliação de desempenho e das gratificações de todos os planos de cargos e carreiras do serviço público federal. A superação deste desafio exige não só um grande esforço por parte do órgão central do Sipec como o comprometimento de todos os órgãos setoriais de recursos humanos do Poder Executivo da União.

Política de Atenção à Saúde do Servidor e Previdência

A política de recursos humanos no âmbito da saúde do servidor público teve como principal objetivo superar as distorções existentes entre os diversos órgãos do Sipec e implementar uma política de atenção à saúde baseada na equidade e na universalidade.



Assim, iniciou-se a implantação de uma política transversal com os diferentes órgãos da Administração Pública Federal, com diretrizes centrais de natureza normatizadora, mas com implantação desconcentrada e coletivizada, por meio da gestão participativa de todos os atores envolvidos.

Nesse sentido, foi criado o Siass, regulamentado pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, que, como sistema estruturante, possibilita a elaboração de normas, a padronização de procedimentos e a racionalização de recursos, com uso de informação para ação, projetos de formação e canais de comunicação.

A organização do Siass contempla uma política sustentada a partir de dois eixos, a saber, a vigilância e promoção à saúde e a vigilância aos ambientes e processos de trabalho, com o estabelecimento de regras definidas para a perícia e a assistência. A gestão passa a ser fundamentada na informação epidemiológica, na interrelação entre os eixos, no trabalho em equipe multidisciplinar e na avaliação dos locais de trabalho. Visando a consolidação dessa política diversas ações estratégicas estão em andamento, tais como:

- a) elaboração de diagnóstico dos serviços de saúde em âmbito nacional;
- b) implantação de um sistema integrado de informações Siape-Saúde;
- c) uniformização de procedimentos de perícia em saúde;
- d) execução de ações de vigilância e de promoção à saúde de forma a alterar ambientes e processos de trabalho e produzir impactos positivos sobre a saúde dos servidores;
- e) desenvolvimento de programas de capacitação e comunicação com vistas à implantação das unidades do sistema e para a formação de equipes preparadas para desenvolver os objetivos do Siass, propiciando o compartilhamento de informações, troca de ideias e experiências relacionadas à saúde do servidor;
- f) organização das unidades do Siass, em diferentes órgãos, distribuídas em diversas cidades e apoiadas por um sistema de informação, o que possibilitará a criação de uma Rede Nacional de Serviços de Saúde do Servidor para apoiar as políticas de recursos humanos na área de qualidade de vida e trabalho; e
- g) implantação de grupos de trabalho com o objetivo de construir uma proposta para o benefício da saúde suplementar do servidor público, estipulando valores diferenciados com base na faixa remuneratória dos servidores e na faixa etária dos beneficiários, o que tornará a concessão do benefício mais eficiente e mais equânime.

No que se refere à previdência do servidor público, a prioridade é a regulamentação do regime próprio de previdência social para o servidor público, com gestão transparente e eficaz, capaz de acompanhar constantemente os riscos externos decorrentes da aplicação dos recursos e os impactos, tais como a elevação da expectativa de vida dos servidores.



Desenvolvimento de Pessoal e Capacitação

A edição do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a PNDP e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal, apresentou novos conceitos de gestão por competências para a Administração Pública Federal, direta e indireta, autárquica e fundacional. A nova abordagem, que exige a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, imprimiu às organizações públicas um novo referencial teórico e metodológico para a gestão do desenvolvimento.

O incentivo às iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, o apoio ao servidor público em iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, a garantia de acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho, o incentivo à inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção do servidor nas carreiras e a complementaridade entre o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho são diretrizes da política que reforçam o desenvolvimento.

O planejamento de capacitação 2008-2010 do Sipec está orientado a partir da abordagem da gestão por competências, com o objetivo de sistematizar conhecimentos, habilidades e atitudes que devem ser desenvolvidas pelos servidores das diversas áreas de recursos humanos. Portanto, as ações de capacitação a serem propostas e implantadas terão como objetivo específico a superação das lacunas de competências diagnosticadas no mencionado planejamento de capacitação.

Em iniciativa inovadora, está em andamento o curso a distância de Especialização em Negociação Coletiva, realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de desenvolver as competências de servidores públicos nesse tema inédito no serviço público. O curso tem previsão de encerramento no primeiro semestre de 2010 e conta com aproximadamente 600 servidores inscritos.

Cabe ressaltar ainda as iniciativas adotadas no âmbito da ação de Fomento a Projetos de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, que visa apoiar a realização de projetos destinados ao desenvolvimento e à gestão de pessoas, analisados e aprovados pelo Comitê Gestor da PNDP. Foram contemplados no ano de 2009, 11 projetos entre os 114 apresentados, obedecendo ao disposto na Portaria Normativa nº 3, de junho de 2008.

Por fim, foi instituído o Programa de Multiplicadores em Gestão de Pessoas, que tem por objetivo valorizar e disseminar o conhecimento e as experiências dos servidores, estimulando o compartilhamento de conhecimentos e apoiando as iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos dos servidores do seu próprio quadro de pessoal, conforme as diretrizes dispostas na PNDP.

Desenvolvimento do Novo Sistema de Gestão Integrada de Pessoas

O Siape foi desenvolvido com o objetivo específico de processar a folha de pagamento de servidores públicos civis do Poder Executivo Federal, sendo necessário implementar novas ferramentas para viabilizar o tratamento de dados cadastrais e dos demais subsistemas de gestão de pessoas. Atualmente processa a folha de pagamento de 1,614 milhão de matrículas, no valor mensal aproximado de R\$ 4,7 bilhões.



Esse sistema tem passado por permanentes aperfeiçoamentos desde a sua implementação, no entanto, não têm sido suficientes para acompanhar as constantes e significativas mudanças nas funções de gestão de pessoas e alterações na legislação de pessoal.

Nesse sentido, faz-se necessária a aquisição de um novo sistema para a substituição do atual, para o qual estão em curso as seguintes ações:

- a) Engenharia Reversa do Siape;
- b) Levantamento de Requisitos para o novo Sistema;
- c) Análise e Melhoria dos Processos;
- d) Definição do Novo Modelo de Dados;
- e) Elaboração do Termo de Referência;
- f) Realização do Processo Licitatório para Aquisição, Desenvolvimento e Implementação, Treinamento no Novo Sistema; e
- g) Transição e Migração do Siape para o Novo Sistema.

Assim revela-se necessário um sistema capaz de oferecer um instrumento gerencial que permita o aprimoramento da gestão das informações, o aperfeiçoamento das funções de auditoria e de controle, com a consequente promoção da qualidade dos gastos públicos relacionados às funções de gestão de pessoas.



PROFISSIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O bom desempenho da Administração Pública depende, em larga medida, de sua força de trabalho. Os órgãos e as entidades que dispõem de quadro de pessoal em quantidade e com perfil adequados ao exercício de suas atribuições possuem melhores condições de cumprir suas missões nos níveis e padrões exigidos pela sociedade.

Reconhecendo a importância do fator humano para a Administração Pública e diante de um quadro de carência e fragilidades na composição da força de trabalho, o Poder Executivo implementou, a partir de 2003, uma política consistente de dimensionamento, seleção e recrutamento da força de trabalho.

A política de gestão da força de trabalho do Governo é composta por quatro pilares: recomposição dos quantitativos, criação de novas carreiras, substituição de terceirizados irregulares e profissionalização de funções diretivas.

Do ponto de vista quantitativo, a recomposição se caracteriza pela ampliação no quadro dos servidores civis ativos do Poder Executivo Federal, que passaram de 485.741, em dezembro de 2002, para 543.296, em março de 2009. Trata-se de um crescimento paulatino, aproximadamente de 1,7% ao ano, portanto muito próximo do crescimento da PEA que, no período, teve expansão da ordem de 1,8% ao a.a.

É importante destacar que esta recomposição se dá de forma qualitativamente superior. Em primeiro lugar, por ser resultado da realização regular de concursos públicos. De janeiro de 2003 a junho de 2009, foram autorizadas para o Poder Executivo Federal um total de 159.222 vagas a serem preenchidas por concurso público.

Em segundo, destaca-se que a recomposição se concentra nas áreas prioritárias de governo, nos setores mais carentes da Administração Pública Federal e está relacionada a demandas inadiáveis para o desenvolvimento do País. A avaliação da evolução setorial, no período de dezembro de 2002 a maio de 2009, demonstra isso de forma bastante clara.

O Setor Educação recebeu mais 28.082 servidores em sua força de trabalho, o que significa aumento de 17% no período. Destes, 13.318 são docentes e representam a prioridade dada pelo governo à educação.

No Setor Justiça, houve uma expansão de 7.702 servidores, o que representa no período aumento de 37%. Deste total, 3.948 foram para os quadros do Departamento de Polícia Federal – Delegados, Peritos, Escrivãos, Agentes e Papiloscopistas, medida essencial para aumentar a presença da Polícia Federal no território nacional e para o aperfeiçoamento de sua atuação.

A AGU, responsável pela defesa da União, também merece destaque, com aumento de 7.279 servidores, seguida pelo Setor Fazenda, com expansão de 6.543 servidores, vinculados, em grande parte, à estruturação da RFB.

Do ponto de vista da variação relativa, destaca-se o Setor de Minas e Energia, com 50% de aumento na força de trabalho, neste caso relacionada à estruturação das agências reguladoras vinculadas ao Setor – ANP e ANEEL, bem como à disponibilização de Analistas de Infraestrutura para o acompanhamento do PAC, no MME.

O crescimento da força de trabalho demonstra, ainda, o esforço do Governo Federal para acabar com



a prática da terceirização irregular. Um dos efeitos das limitações para contratação regular da força de trabalho em diversos setores da Administração Pública Federal em governos passados foi a expansão do processo de terceirização de mão-de-obra, muitas das vezes, em conflito com as normas que disciplinam a matéria. Como resultante, verificou-se que o gerenciamento e exercício da função técnica e operacional, em diversas áreas da Administração, não eram feitos por servidores públicos efetivos.

Em vista disso, desencadearam-se ações de substituição de terceirizados, que têm como referência o TCJ, assinado em novembro de 2007, pela União, representada pelo MP e pela AGU, com o MPT e o Acórdão específico do TCU acerca do tema. O principal objetivo fixado neste Termo é o de promover a substituição da mão-de-obra terceirizada em situação irregular por servidores concursados, tendo como prazo dezembro de 2010, no que se refere à Administração Direta.

Para atingir esse objetivo foi desenvolvido, no primeiro semestre de 2008, levantamento de informações em toda a Administração Pública Federal, com o objetivo de quantificar a terceirização irregular. Um Plano de Regularização foi elaborado e apresentado ao MPT, em agosto de 2008, e está em fase de execução.

As autorizações para provimento de cargos públicos efetivos vagos, concedidas para cumprimento do TCJ, atingiram, em 10 de julho de 2009, um total de 6.297 vagas para a Administração Direta. Esse quantitativo implicará a dispensa de 6.967 postos de trabalho irregulares, o que representa 52% do total levantado de 13.422 terceirizados em situação irregular na Administração Direta até essa mesma data. A diferença entre o número de vagas para concurso e o número de postos terceirizados a serem eliminados espelha o esforço em promover ganhos de eficiência no trabalho. Há que se ressaltar ainda os ganhos em termos de profissionalização do quadro de servidores decorrente do processo de substituição via concursos públicos, pois cada posto de trabalho suprido por contratos de terceirização passará a ser ocupado por um servidor efetivo, que foi submetido a um processo de seleção aberto, transparente e fundamentado no mérito.

Quanto aos cargos comissionados, do início de 2003 até junho de 2009, houve um incremento de 2.521 cargos do Grupo-DAS, expressando uma variação de 12,7%. Esses cargos estão relacionados, em sua maioria, a revisões efetivadas em diversas estruturas organizacionais, visando atualização do desenho do quadro dirigente e de assessores adequando-o a mudanças no perfil de atribuições, bem como ao necessário reforço da capacidade de coordenação e de articulação sinérgica em diversos órgãos e entidades.

Como parte desse mesmo esforço, registra-se, no período de 2003 a junho de 2009, incremento pequeno, de 269 cargos – variação de 9,9%, nas funções comissionadas das agências reguladoras. Refletindo a diretriz governamental de ampliar a oferta de vagas nos ensinos superior e técnico, também houve reforço nos cargos de direção das instituições federais de ensino, sendo este o incremento mais significativo, correspondendo a 9.902 cargos e a uma variação de 44,4%.

Já como parte do esforço de profissionalização da Administração Pública, e na esteira de diversas iniciativas tendentes a reduzir a quantidade de funções de livre provimento em prol de funções ocupadas por servidores de carreira, registre-se a criação, em 2006, de 1.327 Funções Comissionadas do INSS e, recentemente, em 2009, de 214 Funções Comissionadas do DNPM. As duas modalidades de cargo são de ocupação privativa por servidores de carreira. Tramita no Congresso Nacional proposta semelhante, criando as Funções Comissionadas do INPI.



Em 2008, o Governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.429 de 2008, propondo a criação das FCPE. O projeto prevê a destinação de uma parte das funções comissionadas a servidores públicos ocupantes de cargo efetivo. As FCPE serão preenchidas por critérios de mérito e competências, implicando capacitação como um dos requisitos para sua ocupação.

Ressalte-se, também, a iniciativa de fortalecer as áreas-meio dos ministérios, aprimorando o desenvolvimento de atividades administrativas, vinculadas a questões orçamentárias, financeiras, logísticas de compras e de contratos, por meio do recrutamento de pessoal de nível superior, com perfil apropriado. Assim, foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.952 de 2008, propondo a criação da Carreira de Analista Executivo.

A carência de quadros especializados na área social levou à proposta do Governo para a criação da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais por meio do PL nº 3.452 de 2008, atualmente em tramitação no Senado. O foco dos servidores da nova carreira serão atividades de assistência técnica, monitoramento e avaliação de programas e projetos na área social.

Para 2010, a proposta do Governo é que as diretrizes de gestão da força de trabalho, especialmente quanto aos concursos públicos, permaneçam as mesmas. O esforço de substituição de terceirizados deve buscar atingir as metas estipuladas no Termo de Conciliação, coadunando-se com a busca pela crescente profissionalização dos quadros técnicos e gerenciais.

Permanece, ainda, o objetivo de prosseguir na estruturação das áreas de segurança, defesa e fiscalização. Há também a preocupação de reforçar as áreas de ciência e tecnologia, que passam por um processo de necessária renovação de quadros, tendo em vista o papel estratégico e impulsionador da pesquisa e o desenvolvimento no crescimento econômico do País.

O investimento em provimento de cargos nos setores de Educação, Saúde e Previdência também aparecem na proposta de Anexo V do Ploa 2010. Para o Setor Cultura, também estão previstas autorizações, grande parte delas visando à substituição de terceirizados. Em termos quantitativos, há a previsão de prover, por intermédio de concurso público, 25.148 vagas e mais 15.040 delas para substituição de terceirizados.

Quanto à criação de cargos efetivos, algumas propostas estão sendo incluídas no Anexo V. Parte significativa destas compreende as agências reguladoras e o INSS, tendo em vista a necessidade de aumentar os cargos de Peritos Médicos. Quanto a alterações nas estruturas organizacionais, foi detectada a necessidade de promover mudanças com o objetivo de melhor adequá-las à realidade de atuação de diversos órgãos e entidades para o enfrentamento da missão que lhes foi atribuída e visando ao melhor desempenho. Alguns casos são exemplos dessas necessidades, a saber: MMA, MT, MinC, MRE, MEC, MF, MDIC, MPS, entre outros. Está estimada a criação de 16.936 cargos efetivos civis, sem impacto orçamentário no decorrer de 2010.

Por fim, quanto à criação de cargos e funções comissionadas, existe a previsão de instituir 5.963 deles, voltados a reforçar, majoritariamente, as estruturas organizacionais dos Setores de auditoria e fiscalização, de gestão e diplomacia, jurídica, de defesa e segurança pública, de cultura, meio ambiente e ciência e tecnologia, de seguridade social, educação e esportes, de regulação de mercado, dos serviços públicos e do sistema financeiro e de indústria e comércio, infra-estrutura e agricultura e reforma agrária.

VII – Avaliação das Necessidades de Financiamento

- Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados
- Metodologia de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais
- Receita Orçamentária
- Pessoal e Encargos Sociais – 2010
- Sistemas Previdenciários



METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se adiante a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário. A Tabela 14 demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2008, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2009, e os implícitos no PLO-2010.

Tabela 14 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central

Discriminação	Realizado 2008		LOA 2009		Reprogramação 2009		PLOA 2010	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	717.442,2	24,83	805.237,9	25,52	743.297,9	24,39	853.606,1	25,66
I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal (líquida de restituições e incentivos fiscais)	466.336,0	16,14	522.303,4	16,55	465.699,0	15,28	544.964,3	16,38
I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social	163.355,3	5,65	187.831,8	5,95	182.285,8	5,98	204.338,5	6,14
I.3. Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal	87.750,9	3,04	95.102,7	3,01	95.313,2	3,13	104.303,3	3,14
	-	-	-	-	-	-	-	-
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	128.507,2	4,45	140.985,1	4,47	120.948,6	3,97	141.684,8	4,26
	-	-	-	-	-	-	-	-
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	588.935,0	20,38	664.252,8	21,05	622.349,3	20,42	711.921,3	21,40
	-	-	-	-	-	-	-	-
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	521.433,4	18,04	608.522,4	19,28	589.810,3	19,36	660.701,2	19,86
	-	-	-	-	-	-	-	-
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	134.799,6	4,66	156.631,3	4,96	155.564,5	5,11	169.356,6	5,09
IV.2. Benefícios da Previdência	201.423,7	6,97	228.642,8	7,24	223.068,1	7,32	243.246,4	7,31
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias	52.123,3	1,80	65.856,4	2,09	65.998,3	2,17	74.707,6	2,25
IV.4. Despesas Discricionárias & PAC	133.086,9	4,61	157.391,9	4,99	145.179,4	4,76	173.390,6	5,21
	-	-	-	-	-	-	-	-
V. RESULTADO PRIMÁRIO POR COMPETÊNCIA (III - IV)	67.501,6	2,34	55.730,4	1,77	32.539,0	1,07	51.220,1	1,54
	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	18.954,5	0,66	5.960,5	0,19	5.730,4	0,19	5.600,1	0,17
	-	-	-	-	-	-	-	-
V.1. Empréstimos Líquidos	273,0	0,01	986,0	0,03	-1.014,0	-0,03	720,7	0,02

continua...



... continuação

Discriminação	Realizado 2008		LOA 2009		Reprogramação 2009		PLOA 2010	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
V.2. Subsídios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias	18.681,5	0,65	4.974,5	0,16	6.744,4	0,22	4.879,4	0,15
		-		-		-		-
VII. AJUSTE CAIXA / COMPETÊNCIA	22.854,0	0,79	2.541,8	0,08	300,4	0,01	3.400,3	0,10
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (V-VI+VII)	71.401,1	2,47	52.311,7	1,66	27.109,1	0,89	49.020,3	1,47
IX. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	-93,2	-0,00	-	-	-	-	-	-
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)	71.307,9	2,47	52.311,7	1,66	27.109,1	0,89	49.020,3	1,47
		-		-		-		-
XI. RECURSOS PARA O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	-	-	15.551,6	0,49	15.551,6	0,51	22.500,0	0,68
		-		-		-		-
XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2010 (X + XI)	71.307,9	2,47	67.863,3	2,15	42.660,7	1,40	71.520,3	2,15
XIII. JUROS NOMINAIS	-96.198,7	-3,33	-134.296,0	-4,26	-115.537,0	-3,79	-75.980,0	-2,28
XIV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (XII + XIII)	-24.890,8	-0,86	-66.432,7	-2,11	-72.876,3	-2,39	-4.459,7	-0,13
		-		-		-		-
XV. RECEITAS FINANCEIRAS	510.729,6	17,67	762.882,2	24,17	1.009.548,1	33,13	884.826,9	26,60
XV.1. Refinanciamento da Dívida	261.347,7	9,04	525.546,6	16,65	587.705,1	19,29	588.935,1	17,70
XV.2. Emissão de Títulos	152.348,3	5,27	118.352,3	3,75	117.688,5	3,86	175.913,7	5,29
XV.3. Operações Oficiais de Crédito	37.512,4	1,30	42.940,8	1,36	53.666,5	1,76	46.152,7	1,39
XV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	26.493,5	0,92	33.720,7	1,07	33.720,7	1,11	21.981,3	0,66
XV.5. Demais	33.027,8	1,14	42.321,8	1,34	216.767,2	7,11	51.844,0	1,56
XVI. DESPESAS FINANCEIRAS	608.900,6	21,07	831.892,1	26,36	894.440,7	29,35	936.047,0	28,14
XIV.1. Juros e Encargos da Dívida	110.193,5	3,81	124.711,0	3,95	124.728,7	4,09	110.398,8	3,32
XIV.2. Amortização da Dívida	448.969,7	15,54	631.677,8	20,02	717.541,7	23,55	757.158,4	22,76
XIV.3. Demais	49.737,4	1,72	75.503,4	2,39	52.170,2	1,71	68.489,8	2,06

(*) Considera: Abono Salarial, Seguro-Desemprego, Benefícios Loas, Renda Mensal Vitalícia, Benefícios de Legislação Especial, Sentenças Judiciais, Compensação à Desoneração das Exportações, Despesas de Custeio e Capital do FCFD, Complementação ao Fundeb, Subvenções Econômicas, Subsídios, Indenizações ao Proagro, Créditos Extraordinários Abertos, Despesas custeadas com recursos de Doações e Convênios, Reserva de Contingência Primária, Complemento do FGTS, Transferências à ANA, Despesas de custeio com Anistiados Políticos, Apoio Financeiro aos Municípios e Ressarcimento a Estados e Municípios - combustíveis fósseis.

Cumpra ressaltar que a responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais para fins de apuração do cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, LDO-2010 ao final do exercício é do Bacen.



A NFSP refere-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais consistindo da soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um determinado período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

- a) variação do nível de endividamento do ente durante o período considerado; ou
- b) soma dos itens de receita e despesa.

O primeiro critério, chamado “abaixo da linha” é calculado pelo Bacen e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado “acima da linha”, é acompanhado pela STN/MF e pela SOF/MP e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

A metodologia das NFSP, implícita nesta Proposta Orçamentária, está condicionada à meta fiscal estabelecida na LDO-2010, que pressupõe um volume de receitas compatível com esta e um volume de despesas necessárias para o funcionamento da máquina pública e a consecução de políticas de governo.

O levantamento das NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias, chega-se ao valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas despesas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. É por intermédio destas que se materializam as políticas setoriais. Assim, são apresentadas as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLO-2010, em valores correntes, sendo que os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas estão dispostos em seguida.

No PLO-2010, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 853,6 bilhões, sendo R\$ 545,0 bilhões relativos à receita administrada pela RFB, do MF, líquida de incentivos fiscais, exceto arrecadação líquida para o RGPS, R\$ 204,3 bilhões da arrecadação líquida para o RGPS, e R\$ 104,3 bilhões para as demais receitas primárias.

As receitas não primárias, por sua vez, são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. São adquiridas junto ao mercado financeiro, mediante emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União, das privatizações e outras mais.

A LDO exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza primária ou não primária. Para tanto, a cada natureza de receita é vinculado um código identificador.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas últimas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício, e correspondem,



principalmente, ao pagamento de juros e à amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante de, no mínimo, 1% da RCL, considerado primário.

Para o PLO-2010, o valor total de despesa primária do Governo Central é de R\$ 802,4 bilhões, sendo R\$ 141,7 bilhões destinados às transferências legais por repartição de receita, R\$ 169,4 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 243,2 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 74,7 bilhões para demais despesas de caráter obrigatório e R\$ 173,4 bilhões para as despesas discricionárias dos Poderes e do MPU, inclusive despesas com o PAC.

Assim como para as receitas, a LDO-2010 determina que os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração do mesmo.

Receita Primária Total

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes e são classificadas conforme os seguintes grupos.

Administradas pela RFB

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/ME, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no PIB, volume de vendas, de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Arrecadação Líquida para o RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema "S". Uma vez que tal receita é relativa à contribuição incidente sobre a folha salarial, tem, como parâmetro mais importante para estimativa, o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa, com carteira de trabalho assinada, e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela PME do IBGE. Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Receitas não Administradas pela RFB

Concessões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2010 é calculado em função da expectativa de venda dessas concessões



e permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos.

Dividendos: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: consideram-se neste item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como, as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Salário-Educação, Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos e demais receitas: constituem receitas vinculadas às despesas e aos órgãos específicos.

Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

Integram este item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal, provenientes das receitas do IR, IPI, IOF-ouro, salário-educação, compensações financeiras, CIDE – Combustíveis, concursos de prognósticos e ITR.

Cumprido esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas por competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente a 1% adicional do FPM instituído pela EC nº 55, de 20 de setembro de 2007, são estimados pela diferença entre os recursos arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2009, a serem repassados em 2010, e os de 2010, a serem repassados em 2011. No caso do FPM adicional, seu ajuste é calculado de forma análoga ao cálculo daquele referente à parte principal do FPM, com a diferença que, em vez de decêndios, considera-se o mês. Para 2010, o ajuste total relativo aos Fundos de Participação está estimado em R\$ 2,0 bilhões. No caso da transferência calculada a partir da CIDE – Combustíveis, a sistemática de ajuste é análoga. Porém, para tal transferência, em lugar de se calcular a diferença entre os últimos decêndios dos meses de dezembro de 2010 e 2009, faz-se a diferença entre os últimos trimestres dos respectivos anos. O referido ajuste para a transferência a partir da CIDE – Combustíveis perfaz R\$ 2,9 milhões para 2010.

Despesa Primária Total

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PAC.



A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária.

Pessoal e Encargos Sociais

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto as despesas com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, passou a ser classificada como despesa financeira. O valor deste item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2009 e 2010, haja vista que tais despesas são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa orçamentária, por competência), mas são pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2010 é de R\$ 1,4 bilhão.

Benefícios da Previdência

Engloba todos os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o INPC do IBGE e o crescimento real do PIB de 2008, que será utilizado para corrigir o valor real do salário mínimo.

Outras Despesas Obrigatórias

Referem-se às demais despesas de execução obrigatória, excetuadas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: Seguro Desemprego e Abono Salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundeb; benefícios da Loas; benefícios da RMV; indenizações relativas ao Proagro e outras despesas previstas no anexo de despesas obrigatórias da LDO-2010, inclusive os Subsídios e Subvenções.

Despesas Discricionárias

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias de execução não obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU. Para estas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre este item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PAC

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, parte das despesas com o PAC possui tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Tais despesas, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a



economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo da LDO, tais despesas, acrescidas dos respectivos restos a pagar pagos em 2010, serão abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício, até o valor de R\$ 22,5 bilhões. Para 2010, esses projetos totalizam R\$ 23,4 bilhões, valor correspondente a 0,70% do PIB.

Outros Fatores que Afetam o Resultado

Para o cálculo das NFSP, são considerados os impactos de operações que não constam dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, no âmbito do Proex e do Pronaf, no montante de respectivamente R\$ 314,1 milhões e R\$ 406,6 milhões.

As outras operações do grupo em questão que impactam o resultado primário são de natureza variada e referem-se: à inscrição na Dívida Ativa da União de débitos vencidos no montante de R\$ 251,0 milhões e à cessão ao FNO, FNE e FCO, de R\$ 400,0 milhões.

Também é computada neste item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do FNO, FNE e FCO que corresponde à diferença entre a TJLP e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio destes, ou, seja, corresponde à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido pela TJLP, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2010, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos fundos em questão perfaz o montante de R\$ 4,2 bilhões.

Na elaboração orçamentária, assume-se que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2010, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesa com Pessoal e Transferências, seja o mesmo de despesas de competência deste exercício a serem pagas em 2011. Assim, o impacto pelo regime de competência destas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

Parâmetros

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela SPE/MF e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLO-2010 são apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 – Parâmetros

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
3.326.525	4,51%	4,46%	10,49%	3,33%	1,68%	6,93%
Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média		
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$ / US\$	
4,62%	4,50%	4,40%	4,33%	-3,27%	2,01	



METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do PDG das empresas estatais estão expressas segundo o “regime de competência”, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica Ajuste Critério Competência/Caixa, na qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2010, conforme disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 12.017, de 14.8.2009 (LDO/2010), não foram considerados os dados do PDG das empresas do Grupo Petrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2010, a programação orçamentária das empresas estatais federais indica a geração de superávit primário no montante de R\$ 6,7 bilhões, equivalentes a 0,20% do PIB (Tabela 16).

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2010.

A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais.



Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de *royalties*, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, bem como benfeitorias realizadas em bens da União, exceto os bens de arrendamento mercantil. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2010.

Na rubrica Outros Dispêndios de Capital, estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico (SPE).

Na rubrica Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Emgea, no exercício de 2010, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Bacen como despesas primárias.

Tabela 16 - Resultado Primário das Empresas Estatais Federais

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	80.924	2,43
- Operacionais	65.954	1,98
. Venda de Bens/Serviços	61.600	1,85
. Demais Operacionais	4.354	0,13
- Financeiras	5.740	0,17
- Demais não Operacionais	5.648	0,17
- Outras Receitas	2.828	0,09
- Transferências do Tesouro Nacional	753	0,02
II - DESPESAS TOTAIS	78.348	2,36
- Pessoal e Encargos Sociais	12.843	0,39
- Encargos Financeiros	6.502	0,20
- Outros Custeios	42.391	1,27
. Materiais e Produtos	18.249	0,55
. Serviços de Terceiros	10.690	0,32
. Utilidades e Serviços	845	0,02
. Tributos e Encargos Parafiscais	7.982	0,24

continua...



... continuação

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
. Demais Custeios	4.625	0,14
- Investimentos	11.423	0,34
- Outros Dispendios de Capital	3.886	0,12
- Ajuste Metodológico	1.303	0,04
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	3.215	0,10
- Variação de Contas a Pagar (vencendo) (+)	3.575	0,11
- Variação de Contas a Receber (vencendo) (-)	260	0,01
- Variação Receitas/Despesas Financeiras (+)	(100)	0,00
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	5.791	0,17
V - Juros Líquidos (Receita - Despesa)	(862)	(0,03)
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	6.653	0,20

Obs.: Valores positivos = superávit.



RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

A estimativa das receitas administradas para 2010 contempla expectativa de retomada do crescimento no nível de atividade econômica a partir do segundo semestre de 2009 como resultado das medidas de desoneração tributária, de ampliação dos investimentos públicos e dos créditos concedidos, principalmente, pelas instituições públicas de fomento.

Dessa forma, consideradas as alterações na legislação tributária, espera-se para o ano de 2010, que as receitas administradas, exceto a receita do RGPS, administrada pela RFB/MF, líquidas de restituições e incentivos fiscais, totalize R\$ 545,1 bilhões ou 16,39% do PIB estimado. Ressalta-se que essa previsão utilizou o valor arrecadado no exercício anterior como base de cálculo com o devido ajuste, utilizando-se os parâmetros macroeconômicos e as alterações na legislação e acrescido de um recolhimento extraordinário esperado de R\$ 31,5 bilhões.

Apesar da queda na arrecadação das receitas administradas de 5,75% no primeiro semestre de 2009 causada essencialmente pela crise financeira internacional, há a expectativa de retomada forte do crescimento econômico, em níveis semelhantes ao período pré-crise, a partir do quarto trimestre deste ano. Coerente com estas expectativas foi utilizada, para projeção a base do exercício corrente, composta pela soma dos valores arrecadados até junho de 2009 – excluídas as receitas extraordinárias –, e dos estimados de julho a dezembro e os parâmetros macroeconômicos estimados pela SPE/MF.

Entre os parâmetros destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2009:

- a) o crescimento real da economia (1,0%, em 2009, e 4,5%, em 2010);
- b) a inflação média medida pelo IPCA – 4,98%, em 2009, e 4,4%, em 2010, e pelo IGP-DI -2,64%, em 2009, e 4,62%, em 2010;
- c) a expansão na quantidade importada (-24,06%, em 2009, e 14,62%, em 2010);
- d) a variação da massa salarial nominal (8,82%, em 2009, e 10,49%, em 2010);
- e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (13,26%, em 2009, e -3,27%, em 2010).

Receita Própria Primária

As receitas próprias são recursos que têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens e serviços e na exploração econômica do patrimônio próprio destes. Tais bens ou serviços são facultativos e são remunerados mediante preço público. Dessa forma, possuem caráter contratual, e não estão vinculados às atividades finalísticas dos órgãos que os prestam. Importante ressaltar que as receitas de concessões, permissões e autorizações para uso de bens da União, ou para o exercício de atividades de competência da União, não são consideradas recursos próprios. São também recursos próprios, as receitas provenientes de convênios, bem como suas restituições, que passaram a receber classificação específica (Fonte 82) desde 2006. Por fim, também estão incluídas nesse escopo as Doações. Importante esclarecer que estes recursos não fazem parte do cômputo das Receitas Próprias Primárias.



Para o exercício de 2009, a arrecadação das Receitas Próprias Primárias está estimada na Lei Orçamentária em R\$ 11,1 bilhões, enquanto, para 2010, estima-se uma receita de R\$ 12,1 bilhões. O baixo crescimento previsto na arrecadação, em 2010, em relação ao valor da Lei Orçamentária de 2009 (apenas 0,33%) deve-se ao cenário econômico pelo qual o País vem atravessando frente às turbulências internacionais, o que frustrou o gerou impacto no crescimento da receita em 2009, e reduziu a base de projeção para 2010. Entre os parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas do PIB, do IGP-DI, do IPCA e do Câmbio.

Receitas não Administradas

Concessões e Permissões

A previsão de arrecadação dos recursos de Concessões e Permissões totaliza R\$ 5,4 bilhões para o exercício de 2010. Destacam-se os seguintes valores: recursos a serem arrecadados com o contrato de concessão de exploração da Ferrovia Norte-Sul e a nova licitação a ser realizada nesta ferrovia, totalizando cerca de R\$ 1,2 bilhões; arrecadação dos valores contratuais da telefonia móvel 3G, com cerca de R\$ 0,3 bilhão; e receitas relacionadas à licitação da folha de pagamento da União, com um total projetado de R\$ 3,6 bilhões para esta natureza de receita.

Dividendos

A previsão de arrecadação da receita de dividendos para o exercício de 2010 corresponde a R\$ 16,1 bilhões, o que representa 0,48% do PIB. Merecem destaque a Petrobras, a CEF, o BNDES e o BB, cujos valores somados representam cerca de 85% do total.

Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

A estimativa da receita para o PSS é de R\$ 22,8 bilhões para 2010, dos quais R\$ 13,7 bilhões correspondem ao valor da contribuição patronal – classificada no orçamento como receita financeira – R\$ 6,8 bilhões à contribuição dos servidores ativos e R\$ 2,4 bilhões à contribuição dos servidores inativos e pensionistas. Projetaram-se ainda os valores referentes aos pagamentos de contribuição oriundas das sentenças judiciais a serem encerradas em 2010.

Compensações Financeiras

A previsão de arrecadação das receitas de Compensações Financeiras totaliza R\$ 28,4 bilhões para 2010, o que representa 0,85% do PIB estimado para o ano. Grande parte desse valor, cerca de 90%, é formado pelas receitas sobre a produção de petróleo e gás natural. Este valor inclui o montante a ser transferido para os Estados e Municípios, por determinação legal. O valor projetado, em relação ao percentual do PIB e, em relação ao valor projetado para o exercício anterior, foi menos expressivo em função da redução do preço do petróleo no mercado internacional, entretanto, prevê-se a retomada de seu crescimento no exercício de 2010.



Contribuição para o Salário-Educação

O valor da previsão da receita com contribuição do salário-educação, para 2010, é de R\$ 10,9 bilhões. Ou seja, 0,33% no PIB. Esse montante foi influenciado, essencialmente, pela variação da massa salarial nominal média prevista para o período, pois há expectativas de crescimento econômico do País para o exercício de 2010.

Complemento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

A projeção do complemento do FGTS, para o ano de 2010, representa 0,067% do PIB (R\$ 2,3 bilhões). A projeção é baseada na massa salarial, e o percentual sobre o PIB, entre 2009 e 2008, manteve-se estável.

Demais Receitas Primárias

O Grupo das Demais Receitas é constituído fundamentalmente pelas contribuições econômicas e sociais não administradas pela RFB/MF que são: taxas e multas oriundas do exercício do poder de polícia, taxas decorrentes de serviços públicos, cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, Receitas com Honorários Advocatícios, Custas Judiciais, recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário, e demais receitas não contempladas por outros grupos.

Este conjunto de receitas, exceto alienação de ativos, representa um montante de R\$ 18,6 bilhões para 2010, correspondente a 0,56% do PIB. Vinte naturezas de receitas concentram cerca de 85% da arrecadação deste grupo, o restante é pulverizado em quase 120 naturezas de receitas, dentre elas as receitas de Doações.

Em primeiro lugar, a Taxa de Fiscalização das Telecomunicações, cuja previsão perfaz R\$ 3,9 bilhões para o próximo exercício, em função do crescimento da telefonia móvel e sua manutenção, compoem a nova fonte 178 (Fistel). A Contribuição para Custeio das Pensões Militares, a cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e os Honorários Advocatícios da PGFN representam, respectivamente, a segunda, a terceira e a quarta naturezas de receita mais significativas deste grupo, cuja previsão de arrecadação para 2010 é, da ordem, de R\$ 1,86 bilhão, R\$ 1,7 bilhão e R\$ 1,15 bilhão, respectivamente.

RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de superávit primário equivalente a 0,20% do PIB. Os programas e as ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.



As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas a seguir, indicam que apenas 6,7% dos investimentos são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro:

Tabela 17 - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento (em R\$ milhões)

Descritores de Fontes	Ploa 2010
Recursos Próprios	62.640
Geração Própria	62.640
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	8.123
Tesouro – Direto	589
Saldo de Exercícios Anteriores	226
Controladora	7.308
Operações de Crédito de Longo Prazo	6.322
Internas	4.393
Externas	1.929
Outros Recursos de Longo Prazo	17.305
Controladora	2.587
Outras Fontes	14.718
Total	94.390



PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – 2010

O orçamento para o exercício de 2010 prevê gastos da ordem de R\$ 183,1 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União e respectivos encargos sociais, o que representa um crescimento de 9,4% em relação à projeção atual destas despesas para o exercício de 2009. Os gastos do Poder Legislativo representam 3,3% do total, do Poder Judiciário, 13,6%, do MPU, 1,6% e do Poder Executivo 81,5%, conforme demonstrado na Tabela 18:

Tabela 18 - Gastos de Pessoal e Encargos - Projeção para 2010 (em R\$ bilhões)

Poder	PLOA-2010	Participação Relativa (%)
Legislativo	6,0	3,3
Judiciário	24,9	13,6
MPU	2,9	1,6
Executivo	149,3	81,5
Total	183,1	100,0

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2010 decorre basicamente dos seguintes fatores:

- recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, infraestrutura, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, tanto por meio da criação ou da reestruturação de planos de cargos e carreiras e da reestruturação da remuneração do servidor, como também pelo recrutamento e seleção de novos servidores qualificados por concurso público;
- continuidade do processo de estruturação e reestruturação de carreiras e redesenho dos sistemas de remuneração do Poder Executivo;
- revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal de que trata a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, bem como os efeitos dessa alteração no Poder Judiciário da União;
- alteração do subsídio do Procurador-Geral da República, bem como os efeitos dessa alteração;
- pagamento de passivos legais, determinados por decisão judicial ou administrativa, no âmbito do Poder Judiciário e do MPU, relativos a resquícios de planos econômicos, notadamente no que se refere ao pagamento da URV – principal e juros;
- complementação da Parcela Autônoma de Equivalência, nos termos da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, no que tange aos reflexos do Auxílio-Moradia paga aos parlamentares e ATS, a título de diferença entre o que foi pago aos magistrados e procuradores estaduais e o que deixou de ser pago aos magistrados e procuradores federais entre janeiro de 2005 e setembro de 2006; e
- pagamento de valores retroativos a Anistiados Políticos Civis e Militares, nos termos da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.



A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2010 do Poder Legislativo, incluído o TCU, representa 1,23% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 5,13%; a do Poder Executivo, 30,75% e a do MPU, 0,59%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, 37,71% da receita corrente líquida prevista para 2010. Nessas condições, os limites globais a que se referem a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como os ditames do art. 169 da Constituição Federal, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela referida Lei Complementar.

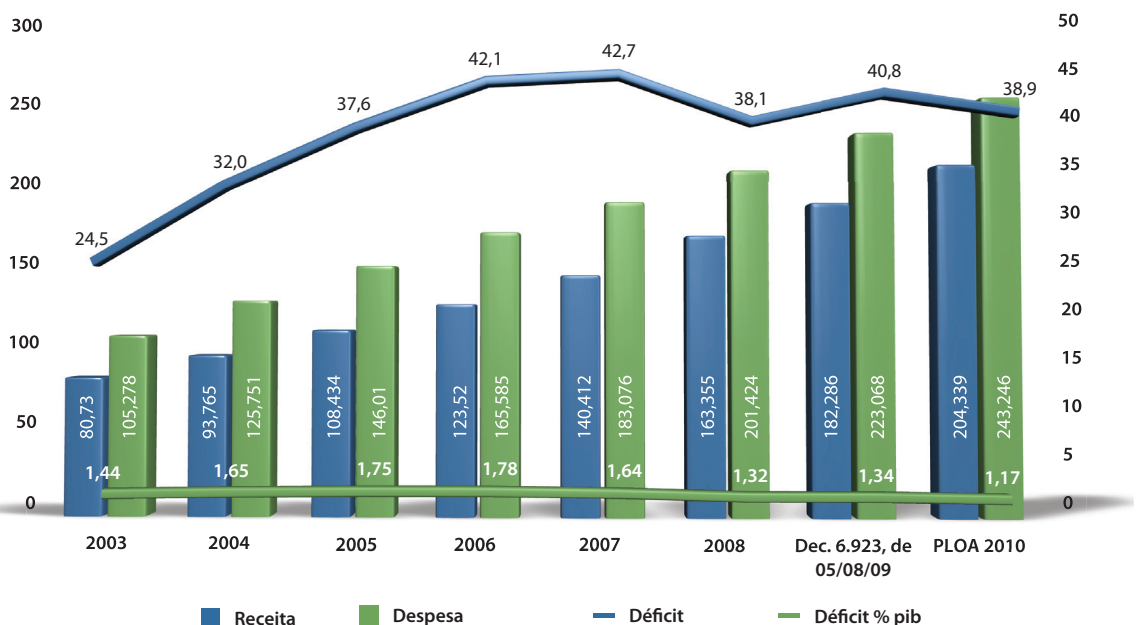


SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Regime Geral da Previdência Social (RGPS)

O Resultado do RGPS é constituído pela diferença entre a Contribuição dos Trabalhadores e Empregadores para a Seguridade Social e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme mostrado no Gráfico 21, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2007, de déficits crescentes, em grande medida resultado da formalização do mercado do trabalho e do salário médio de contribuição em anos anteriores, que refletiu o maior número de beneficiários e do valor médio dos benefícios concedidos e, em parte, por conta dos reajustes do valor do salário mínimo e demais benefícios. Contudo, em 2008, há uma quebra nesta tendência, em grande parte pelo crescimento na arrecadação previdenciária e no indicador da massa salarial nominal.

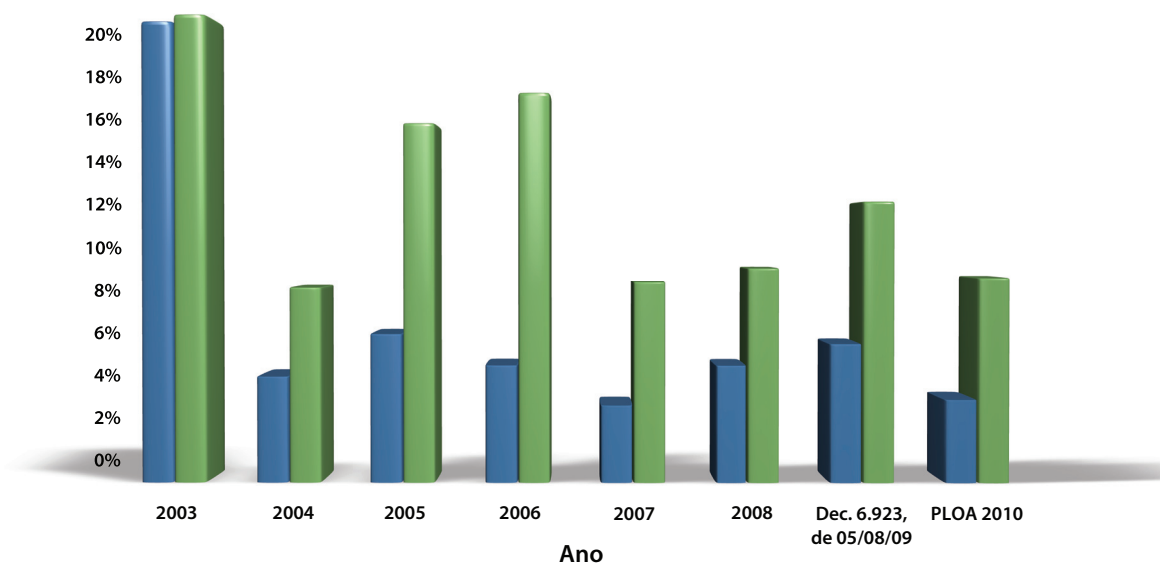
Gráfico 21 - Evolução do Resultado do RGPS (em R\$ bilhões)



Já no exercício de 2009, com os reflexos da crise econômica mundial, houve uma retomada na trajetória crescente do resultado, tendo como maior razão a diminuição na taxa de crescimento da massa salarial nominal (principal índice de projeção das receitas previdenciárias), conjugado com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias. Para 2010, espera-se uma suavização no déficit como percentual do PIB, influenciada pelos impactos positivos da estabilização econômica e pela adoção de reajustes mais brandos. Ademais, com a iniciativa de leiloar-se a folha de pagamentos dos benefícios previdenciários, espera-se um aumento na arrecadação do FRGPS na ordem de R\$ 500,0 milhões, impactando positivamente nas contas do regime.

Conforme visto acima, um fator de significativo impacto sobre o déficit do RGPS são os reajustes concedidos ao salário mínimo e demais benefícios. O Gráfico 22 mostra os percentuais dos reajustes concedidos desde 2003. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação. Conforme explanado no parágrafo anterior, para 2010, verifica-se uma redução nos índices de reajuste, contribuindo para o decréscimo do déficit nas contas do RGPS.

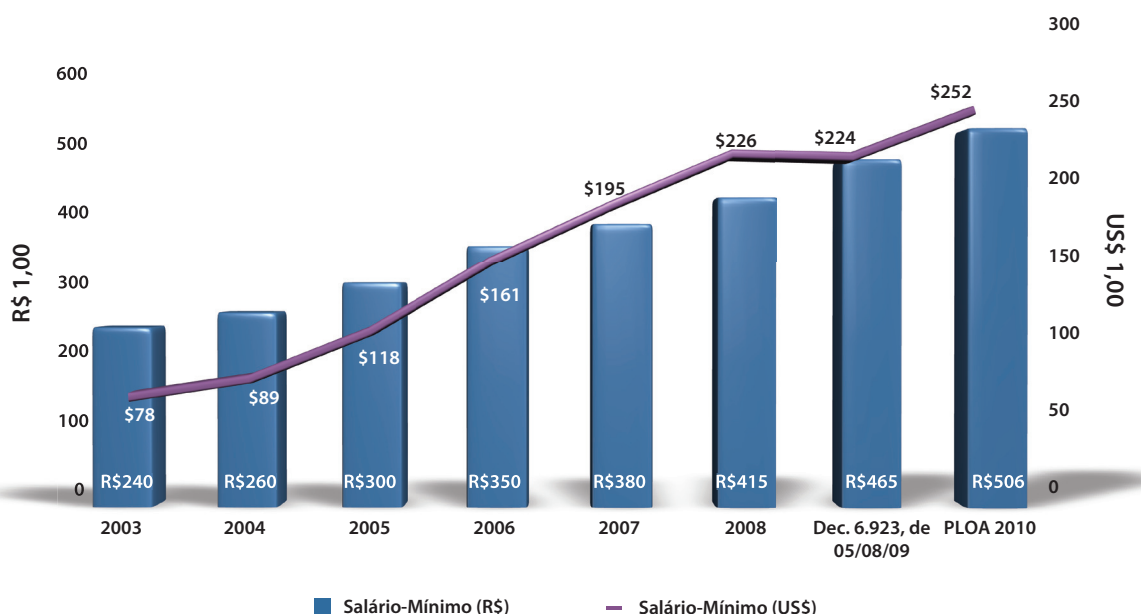
Gráfico 22 - Reajustes concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios (em %)



A política de reajuste teve maior ênfase nos anos de 2005 e 2006, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38% e 16,67%, respectivamente. Contudo, percebe-se que a partir de 2007, os índices de reajuste se estabilizam em patamares menores, contudo sempre acima dos índices de inflação, o que gerou um aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se comparado à cotação do dólar médio no ano, observa-se que esses valores ultrapassaram US\$ 100 no período, alcançando a marca de US\$ 272 na previsão contida no Ploa 2010. O Gráfico 23 mostra a evolução do valor do salário mínimo pelo dólar médio anual.



Gráfico 23 - Evolução do Salário Mínimo (em R\$; em US\$)



Para o exercício de 2010, a projeção do RGPS aponta para um déficit de R\$ 38,9 bilhões ou 1,17% do PIB. Considerou-se um reajuste do salário mínimo de 8,80% a partir do mês de fevereiro de 2010, sendo 3,54% correspondente ao INPC e 5,08% de aumento real, equivalente ao crescimento real do PIB em 2008. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,50%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

Dessa maneira, a projeção da despesa total com benefícios é de R\$ 243,2 bilhões, sendo R\$ 236,5 bilhões relativos a benefícios normais e R\$ 6,7 bilhões a pagamento de sentenças judiciais. Por sua vez, a estimativa total de receitas, considerando-se um aumento da massa salarial nominal de 10,49%, é de R\$ 204,3 bilhões.

A Tabela 19 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas.

Tabela 19 - Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados (em R\$ milhões)

Descrição	PLOA 2010
Arrecadação	204.338
Benefícios	243.246
Benefícios normais	236.492
Precatórios e sentenças	6.755
Resultado	-38.908
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	10,49%
Reajuste do salário-mínimo (%)	8,80%
Valor do salário-mínimo (R\$)	505,90
Reajuste dos demais benefícios (%)	3,54%
Crescimento vegetativo dos benefícios (%)	3,50%

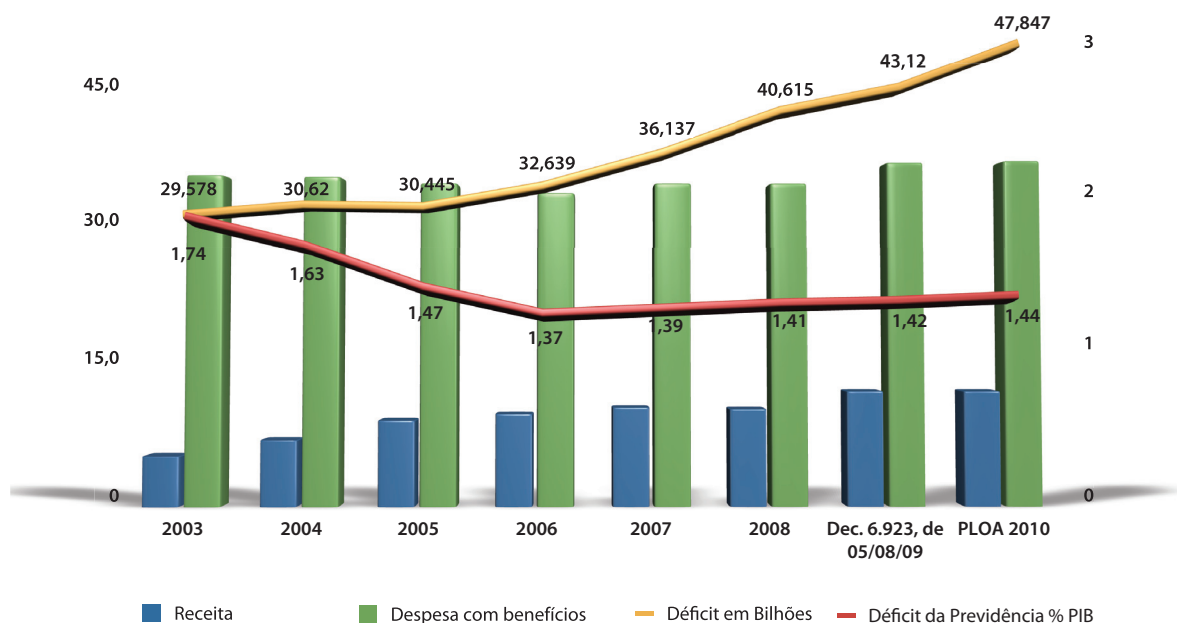
As políticas de reajuste do salário mínimo e as medidas de gestão administrativa adotadas pelo Governo Federal, associadas às políticas públicas voltadas para a formalização do mercado de trabalho, têm por objetivo oferecer à sociedade uma Previdência Social universalizada e com processos que a torne mais eficiente e possibilite ampliar o acesso da população aos benefícios do RGPS. O censo previdenciário promovido em 2005 e 2006 e as demais iniciativas de gestão administrativa, ao dificultar a ocorrência de fraudes na concessão destes benefícios, possibilitarão ao Governo Federal tomar novas medidas em benefício dos trabalhadores nos exercícios seguintes. Neste sentido, para proporcionar mais conforto ao segurado que procura os serviços nas suas unidades de atendimento, a Previdência Social está investindo na construção, ampliação e recuperação de toda a rede do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para modernizar todas as agências fixas do INSS, a Previdência Social está contratando, até 2010, mais 199 obras. O investimento total – das obras em execução e as contratadas – é de R\$ 367,4 milhões. Além disso, estão sendo adquiridos dez imóveis para transferir unidades que funcionam em prédios alugados, fora dos padrões da Previdência.

Destaca-se também que foi criado o novo serviço de envio de carta aos segurados da área urbana que completam as condições mínimas para se aposentar por idade. O envio da correspondência aos segurados é mais uma medida que integra as ações que marcam o novo tempo da Previdência Social.

Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais

O déficit projetado para o RPPS para o ano de 2010 é de R\$ 47,8 bilhões ou 1,44% do PIB, mantendo a tendência de crescimento desde 2007. Analisando-se o Gráfico 24, percebe-se que há uma elevação da curva do déficit percentual em relação ao PIB novamente, fundado em grande parte no processo de reestruturação de carreiras e na continuidade da política salarial de reajustes, que tem previsão de impactos para determinadas carreiras até o ano de 2010.

Gráfico 24 - Evolução da Receita, Despesa e Déficit da Previdência Pública (em % PIB)

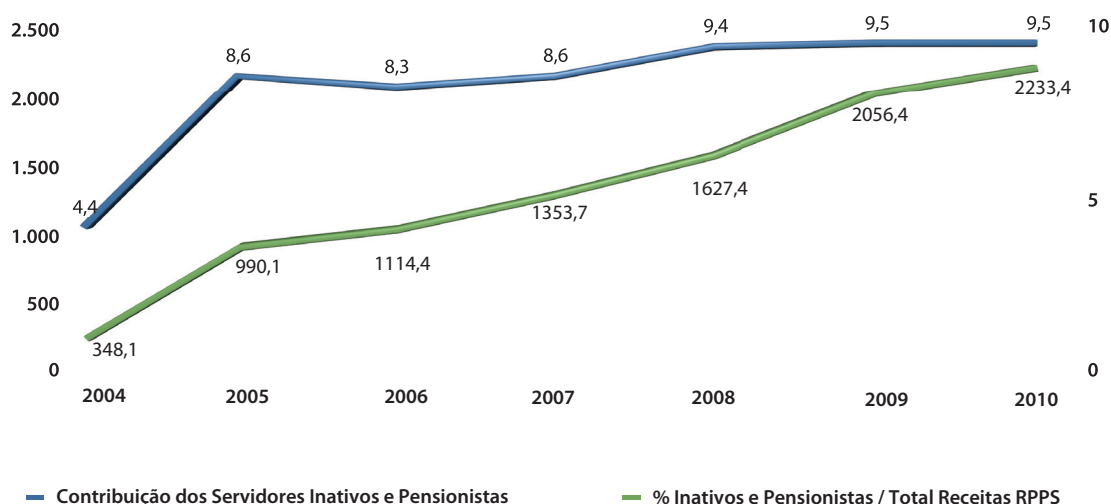




A trajetória de déficit decrescente do RPPS, cujos preceitos legais são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal, vinha sendo alcançada em especial pelas reformas no texto constitucional no intuito de se adequar ao caráter contributivo e solidário o sistema previdenciário dos servidores.

A primeira reforma consubstanciou-se na EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Já com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve um acréscimo da contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor de 11% para 22% e a instituição de contribuição para inativos e pensionistas. Ressalte-se que, desde quando começou a ser recolhida, em 2004, tal contribuição passou de 4,4% para 9,5% do total das receitas do RPPS, em 2009, conforme demonstra o Gráfico 25.

Gráfico 25 - Receita com Inativos e Pensionistas (em R\$ milhões)



Por fim, a EC nº 47, de 5 de julho de 2005, promoveu alterações tais como:

- a instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da E.C. nº 41;
- a introdução de uma regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado além do tempo mínimo de contribuição;
- a diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e
- a abertura de espaço para que leis complementares institua critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.



Cumpra ainda ressaltar que está em pauta, pendente de regulamentação por lei complementar, a criação do Fundo Complementar dos Servidores Públicos, previsto na EC nº 41 de 2003. O Projeto de Lei já foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional e, encerrado o prazo para emendas ao projeto, foram apresentadas 57 emendas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, estando pendente sua apreciação pelo Plenário. Com o advento do Fundo, os servidores que vierem a ingressar no serviço público após a criação deste, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cuja estimativa para 2010 é de R\$ 3.332,64. Assim, o objetivo do Fundo é garantir uma complementação à aposentadoria dos servidores com renda superior ao teto, que ingressarem no serviço público depois da instituição do regime de previdência complementar e para os atuais por meio do termo de opção.

O Fundo não garante benefício definido, mas contribuição definida (conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição Federal de 1988). Assim, o valor a receber pelo servidor ao se aposentar dependerá do cálculo feito a partir das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pelo Fundo, que contará em seu conselho com três representantes do Patrocinador – União – e três representantes dos servidores optantes pelo Fundo. Depois de aprovada a Lei Complementar, a regulamentação do Fundo definirá as regras do Conselho.

VIII - Agências Financeiras Oficiais de Fomento

- Aplicações em Operações de Crédito
- Investimentos no Ativo Imobilizado



APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2010, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) reservaram R\$ 207,5 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do PDG. Esse montante representa o fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (fundos constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que o volume da concessão de crédito é definido periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

Não constam daquele total R\$ 33,0 bilhões referentes às transferências entre as empresas integrantes do Sistema BNDES.

As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2010. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de intermediação financeira (28,0%), industrial (22,6%), serviços (19,2%), habitação (13,3%), rural (7,2%), comércio (5,9%) e outros (3,8%). Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos – por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais – serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional, até 15 dias após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária.



INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2010, R\$ 3,7 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R\$ 1,6 bilhão está reservado aos projetos que envolvem a ampliação e modernização de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional. Para aplicação em infra-estrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 2,1 bilhões. Do total de investimentos propostos para o exercício de 2010, as instituições BB e CEF são responsáveis por dispêndios correspondentes a 57,6% e 29,6%, respectivamente.

ANEXO I

- **Medidas Adotadas para Controle das Despesas Primárias Correntes**



MEDIDAS ADOTADAS PARA CONTROLE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES

Nos últimos anos, o Estado tem buscado atender as necessidades da sociedade alocando mais recursos para a área social, ao mesmo tempo em que tem zelado pelo equilíbrio fiscal, fundamental para o controle da inflação e da dívida pública. Nesse sentido, o compromisso do Estado de equacionamento do desafio imposto pelas demandas sociais ascendentes, dada a limitação de recursos disponíveis, tem se concretizado, entre outras medidas, por meio da criação de instrumentos que viabilizem a aplicação eficiente dos recursos públicos.

No que diz respeito ao controle das despesas correntes em 2009, destacam-se as seguintes medidas adotadas em 2009: a) processo de modernização do Siape; b) criação de sistema para o cruzamento das bases de dados de recursos humanos da União e dos Estados, com objetivo de eliminar duplicidades; c) aprimoramento e ampliação do sistema de pregão eletrônico; d) implantação do Portal de Convênios; e) estabelecimento de diárias para Ministros de Estado; e f) ampliação da utilização do sistema eletrônico de concessão de diárias e passagens por todos os órgãos federais.

Em relação ao processo de modernização do Siape, o governo está utilizando a estrutura e a tecnologia do INSS de cadastramento de seus aposentados para a automação completa dos processos de inclusão dos dados que hoje alimentam o Siape. Também envolve a depuração da folha de pagamentos, que deverá ensejar um cadastramento pontual de servidores aposentados e pensionistas, além de uma criteriosa verificação dos pagamentos de precatórios. Em virtude das revisões já realizadas, estima-se uma economia de R\$ 1,5 bilhão com a folha de pagamentos do Poder Executivo. A análise de sentenças judiciais, por exemplo, permitiu identificar o pagamento continuado a servidores de benefícios que haviam sido concedidos por liminares, posteriormente cassadas.

Outra providência, inicialmente restrita ao Estado do Rio de Janeiro, foi o cruzamento dos dados de servidores federais com servidores estaduais para verificar e eliminar situações de duplicação de vínculo. Em julho de 2009, o Governo Federal ampliou a possibilidade de cruzamento de dados com demais Estados ao assinar o acordo de cooperação com o Consad. O sistema também prevê o fortalecimento do CNIS, com o desenvolvimento de novas funcionalidades, e a inclusão das bases de dados de recursos humanos dos Municípios.

Em relação ao sistema de pregão eletrônico, várias medidas foram tomadas para a racionalização das compras públicas, no sentido da redução de preços, acúmulo de estoques, perdas e dependência do governo em relação aos fornecedores. As compras do governo através desse sistema somaram R\$ 12,2 bilhões, em 2008, representando 73,0% do total de compras de bens e serviços comuns e permitiram economia¹ de mais de R\$ 3,8 bilhões, em 2008, e de mais de R\$ 11,0 bilhões desde a sua implantação. Entre os avanços recentes, destaca-se a implantação do sistema de certificação digital, que aumenta a segurança do sistema, e dos portais especializados de compras (medicamentos, serviços, mobiliários etc). Além disso, o governo realizou treinamento a distância, voltado para a formação e capacitação

¹ A economia corresponde à diferença entre o valor de referência dos bens e serviços e o que efetivamente foi pago pela Administração Pública.



de maior número de pregoeiros, e adotou medidas para equilibrar a competição entre as micro e pequenas e as grandes empresas nas vendas para o setor público.

No que diz respeito ao Portal de Convênios, a partir de setembro de 2008, este passou a ser utilizado para todos os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e prestação de contas de convênios e contratos de repasse firmados com recursos voluntários da União. Em maio de 2009, o Cauc, subsistema desenvolvido dentro do Siafi, foi disponibilizado pela internet e em rede a todas as unidades do Governo Federal, com objetivo de agilizar a verificação, pelo gestor público do órgão ou entidade concedente, do atendimento das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias pelos convenientes e entes federativos beneficiários de transferências voluntárias de recursos da União.

Em julho de 2009, o governo federal instituiu diárias para os Ministros de Estado, cargos de natureza especial e comandantes das Forças Armadas em viagem pelo território nacional. Com isso, os Ministros deixaram de usar as contas de suprimento de fundos, viabilizadas pelos cartões do Governo Federal, para o pagamento das suas despesas em deslocamentos no território nacional.

Por fim, o governo ampliou a utilização do SCDP por todos os órgãos federais, de forma a aumentar a eficiência e o controle do processo de gastos dessas despesas. O ganho de eficiência dá-se pela eliminação do trâmite físico do processo, o que aumenta a celeridade na tramitação do mesmo. O aumento do controle, por sua vez, decorre: a) do fato deste sistema estar conectado com o Siape, o que permite o compartilhamento de todos os dados do servidor (função, férias etc); b) da centralização do processo de autorização nos dirigentes dos órgãos, que só é possível por se tratar de um procedimento eletrônico; e c) da cobrança automática da prestação de contas pelo sistema.

Por sua vez, o Ministério do Fazenda, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, desenvolve atividades com vistas à adoção, no âmbito do Governo Federal, de informações de custos em apoio ao processo de gestão e de alocação orçamentária, o que contribuirá substancialmente para o controle das despesas.

Além dessas providências, o governo brasileiro tem melhorado o foco nas ações finalísticas e na satisfação da população, além de eliminar superposições de ações e estabelecer melhores mecanismos de coordenação entre elas, reduzindo custos sem prejuízo da quantidade e da qualidade dos serviços prestados. Várias iniciativas para facilitar a vida do cidadão e das empresas já foram colocadas em prática com sucesso ou estão em fase adiantada de formulação, como a recente medida que possibilitou a concessão de aposentadoria e salário-maternidade em apenas 30 minutos.

Para garantir o adequado controle e a economicidade na execução das despesas com publicidade, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, além de supervisionar as atividades de comunicação dos órgãos do Poder Executivo, presta-lhes apoio e orientação com vistas à obtenção de economias na contratação destas despesas. Neste sentido, disponibiliza preços de referência para contratação dos serviços de publicidade, orienta os órgãos quanto ao aperfeiçoamento de editais e contratos, bem como realiza negociação centralizada com veículos de comunicação para obtenção de descontos em suas tabelas, obtendo melhores preços e evitando que a pulverização das compras de tempo/espaço na mídia resulte em valores mais elevados para o governo.

ANEXO II

- **Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2010**



PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2010

O § 1º do art. 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 estabelece que o Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, o atendimento de outras despesas discricionárias em detrimento daquelas constantes do Anexo I da mesma Lei.

O Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, PLDO 2010, encaminhado ao Congresso Nacional, em 15 de abril de 2009, estabelecia no seu art. 4º que “as prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal, para o exercício de 2010, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC e ao PPI, bem como àquelas constantes do Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa”.

O mencionado Anexo I continha um rol de 110 ações selecionadas pelos órgãos setoriais encarregados da elaboração e execução das políticas públicas do Governo Federal, levando em conta diversos fatores técnicos, gerenciais e financeiros. No decorrer do período de tramitação do PLDO no Congresso Nacional até a sanção da Lei, que ocorreu em 12 de agosto de 2009, e publicação em 13 de agosto de 2009, com base nesse universo de ações, os respectivos órgãos setoriais trabalham para adequar sua proposta de programação, dadas as limitações financeiras e as imposições constitucionais e legais.

O texto aprovado no Congresso Nacional modificou o conteúdo do Anexo I, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2010, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e àquelas constantes do Anexo I desta Lei, especialmente as que promovam a redução do desemprego, igualdade de gênero e étnico-racial ou atendam a pessoas com deficiência e as despesas com a função irrigação, nos termos do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Com base nesse preceito, o Congresso Nacional ampliou o rol de ações do Anexo I, originalmente composto de 110 ações, para 808 ações, incluindo 357 relativas ao PAC, além de outras 341 novas ações. O Congresso Nacional redefiniu as prioridades e metas físicas propostas no PLDO, independentemente de avaliação quanto aos aspectos relativos ao financiamento das ações, uma vez que o Anexo I não traz valores monetários. Concomitantemente, os órgãos setoriais trabalharam na elaboração da suas propostas orçamentárias, com observância das restrições financeiras, dos mandamentos constitucionais e legais, assim como das orientações técnicas, tomando como parâmetro o PLDO em tramitação.



Segundo o cronograma de elaboração da proposta orçamentária para 2010, os órgãos setoriais foram informados do montante de recursos disponibilizados para cada pasta no dia 7 de julho de 2009, tendo sido fixado o prazo de 3 de agosto de 2009 para encaminhamento das respectivas propostas para consolidação no órgão central. Até então a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 ainda não havia sido sancionada e publicada, o que ocorreu em 13 de agosto.

A inserção, no projeto da Lei Orçamentária Anual, de todas as ações incluídas pelo Congresso Nacional no anexo I da LDO/2010, exigiria dos órgãos setoriais a execução de um extenso conjunto de estudos e avaliações, especialmente quanto aos projetos para a respectiva execução, sem os quais não é possível apurar o valor a ser orçado. Adicionalmente, teriam que rever também toda a programação das ações não incluídas no referido anexo, para fins de ajustar o montante global de suas propostas ao limite de programação fixado para o órgão.

Dessa forma, não se tornou factível aos órgãos a completa adequação das propostas setoriais ao novo elenco de prioridades e metas, em função da necessidade de cumprimento da data para o envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional, em obediência ao art. 35, § 2º, inciso III, do ADCT.

É de se ressaltar que, das 110 ações incluídas no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, apenas uma não foi inserida na presente proposta orçamentária, uma vez que sua execução foi antecipada e deverá se encerrar ainda no exercício de 2009. Das incluídas pelo Congresso Nacional, apesar do curto prazo disponível, diversos órgãos viabilizaram um razoável nível de atendimento da priorização estabelecida na LDO/2010.

ANEXO III

- **Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais**



The image features a white background with abstract geometric shapes. On the left, a thin vertical line extends downwards. Below it, there are horizontal bands of light green and dark green. A large, curved yellow shape dominates the right side, overlapping a blue circular shape at the bottom right. The text 'Empresas do Setor Produtivo' is positioned in the upper left quadrant.

Empresas do Setor Produtivo





**Empresas do Setor
Financeiro**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

20205 COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	19.100.000	RECEITAS	28.535.188
<i>INVESTIMENTOS</i>	19.100.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	25.744.322
DISPÊNDIOS CORRENTES	31.990.555	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	2.790.866
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	15.423.375	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	17.632.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	424.935	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	17.500.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	10.320.458	<i>DEMAIS REC. P/AUMENTO PL</i>	132.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	1.615.001	TOTAL DAS FONTES	46.167.188
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	4.172.737	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	546.958
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	34.049	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	4.376.409
TOTAL DOS USOS	51.090.555	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	51.090.555

20206 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	63.892.701	RECEITAS	95.961.804
<i>INVESTIMENTOS</i>	62.551.921	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	64.235.853
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	1.340.780	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	31.725.951
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	1.340.780	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	59.551.921
DISPÊNDIOS CORRENTES	85.778.544	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	59.551.921
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	34.178.386	TOTAL DAS FONTES	155.513.725
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	690.000	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-4.243.584
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	24.834.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-1.598.896
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	3.000.000		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	11.828.756		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	11.247.402		
TOTAL DOS USOS	149.671.245	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	149.671.245

20207 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	43.253.670	RECEITAS	86.116.603
<i>INVESTIMENTOS</i>	43.253.670	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	73.768.313
DISPÊNDIOS CORRENTES	83.366.957	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	12.348.290
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	31.410.110	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	36.946.280
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	2.378.473	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	36.946.280
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	18.564.006	TOTAL DAS FONTES	123.062.883
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	8.879.696	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	5.831.350
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	9.939.516	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-2.273.606
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	12.195.156		
TOTAL DOS USOS	126.620.627	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	126.620.627

20208 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	88.993.703	RECEITAS	602.780.140
<i>INVESTIMENTOS</i>	86.861.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	602.780.140
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	2.132.703	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	72.794.000
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	2.132.703	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	72.794.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	525.281.641	TOTAL DAS FONTES	675.574.140
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	168.500.000	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-19.169.373
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	4.638.300	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-551.932

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	154.799.531	VARIACAO DO DISPONIVEL	-41.577.491
UTILIDADES E SERVICOS	35.252.233		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	91.719.924		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	13.352.299		
OPERACOES EXTERNAS	467.554		
OUTRAS FONTES	12.884.745		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	57.019.354		
TOTAL DOS USOS	614.275.344	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	614.275.344

20210 COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	39.050.000	RECEITAS	94.053.020
INVESTIMENTOS	39.050.000	RECEITA OPERACIONAL	82.419.174
DISPENDIOS CORRENTES	78.670.290	RECEITA NAO OPERACIONAL	11.633.846
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.423.670	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	26.025.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.776.500	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	26.025.000
SERVICOS DE TERCEIROS	23.462.072	TOTAL DAS FONTES	120.078.020
UTILIDADES E SERVICOS	5.693.841	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	6.331.757
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	13.993.354	VARIACAO DO DISPONIVEL	-8.689.487
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.320.853		
TOTAL DOS USOS	117.720.290	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	117.720.290

20211 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	27.120.411	RECEITAS	255.846.691
INVESTIMENTOS	25.697.799	RECEITA OPERACIONAL	232.894.959
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.422.612	RECEITA NAO OPERACIONAL	22.951.732
OPERACOES EXTERNAS	1.422.612	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	18.297.799
DISPENDIOS CORRENTES	209.443.288	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	18.297.799
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.570.876	TOTAL DAS FONTES	274.144.490
MATERIAIS E PRODUTOS	2.054.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	573.371
SERVICOS DE TERCEIROS	36.361.003	VARIACAO DO DISPONIVEL	-38.154.162
UTILIDADES E SERVICOS	8.030.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	17.742.620		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	886.984		
OPERACOES EXTERNAS	886.984		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	48.797.805		
TOTAL DOS USOS	236.563.699	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	236.563.699

20212 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	77.986.738	RECEITAS	48.972.568
INVESTIMENTOS	77.986.738	RECEITA OPERACIONAL	41.343.648
DISPENDIOS CORRENTES	62.849.223	RECEITA NAO OPERACIONAL	7.628.920
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.674.791	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	92.085.000
MATERIAIS E PRODUTOS	4.021.493	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	92.085.000
SERVICOS DE TERCEIROS	10.351.194	TOTAL DAS FONTES	141.057.568
UTILIDADES E SERVICOS	2.303.332	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	10.145.236
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	5.516.267	VARIACAO DO DISPONIVEL	-10.366.843
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	17.982.146		
TOTAL DOS USOS	140.835.961	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	140.835.961

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E**

FONTE

LDO, Art. 1, inciso VI

22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	3.250.000	RECEITAS	26.443.587
<i>INVESTIMENTOS</i>	2.650.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	25.176.210
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	600.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.267.377
DISPÊNDIOS CORRENTES	23.221.695	TOTAL DAS FONTES	26.443.587
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	11.809.060	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	993.733
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	650.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-965.625
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	6.337.905		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	553.872		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	2.709.017		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	1.161.841		
TOTAL DOS USOS	26.471.695	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	26.471.695

22209 COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.375.500	RECEITAS	23.094.353
<i>INVESTIMENTOS</i>	2.375.500	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	20.793.720
DISPÊNDIOS CORRENTES	18.353.520	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	2.300.633
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	6.350.992	TOTAL DAS FONTES	23.094.353
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	1.864.034	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-2.308.970
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	3.661.693	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-56.363
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.547.996		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	2.188.685		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	1.740.120		
TOTAL DOS USOS	20.729.020	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	20.729.020

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	500.000	RECEITAS	125.959.303
<i>INVESTIMENTOS</i>	500.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	124.773.869
DISPÊNDIOS CORRENTES	123.724.171	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.185.434
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	36.850.000	TOTAL DAS FONTES	125.959.303
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	3.593.902	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	994.565
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	44.733.274	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-2.729.697
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	19.654.577		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	15.390.478		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	3.501.940		
TOTAL DOS USOS	124.224.171	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	124.224.171

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1, inciso VI

25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	130.000.000	RECEITAS	2.146.804.013
<i>INVESTIMENTOS</i>	130.000.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.849.969.769
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.094.052.355	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	296.834.244
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	1.292.814.985	TOTAL DAS FONTES	2.146.804.013
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	12.000.000	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	76.360.183
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	280.560.388	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	4.774.137
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	20.395.565	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-3.885.978
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	266.537.777		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	27.000.000		
<i>OUTRAS FONTES</i>	27.000.000		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	194.743.640		
TOTAL DOS USOS	2.224.052.355	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.224.052.355

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	571.860.580	RECEITAS	1.784.156.596
<i>INVESTIMENTOS</i>	349.860.580	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.760.433.604
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	150.000.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	23.722.992
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	72.000.000	TOTAL DAS FONTES	1.784.156.596
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.317.002.056	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	145.791.907
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	130.575.467	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-323.579
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	631.876.443	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-40.762.288
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	434.156.701		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	20.258.462		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	54.135.450		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	3.153.188		
<i>OUTRAS FONTES</i>	3.153.188		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	42.846.345		
TOTAL DOS USOS	1.888.862.636	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.888.862.636

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S.A. - BB CARTOES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.293.630	RECEITAS	19.463.081
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	10.293.630	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	14.134.326
DISPÊNDIOS CORRENTES	9.169.450	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	5.328.755
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	569.174	TOTAL DAS FONTES	19.463.081
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	441.944	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	5.145.361
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	720	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-4.872.287
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	7.121.543	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-273.075
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	1.036.069		
TOTAL DOS USOS	19.463.080	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	19.463.080

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	100.747.500	RECEITAS	703.680.814
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	100.747.500	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	681.593.373
DISPÊNDIOS CORRENTES	602.933.314	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	22.087.441
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	11.554.147	TOTAL DAS FONTES	703.680.814

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

SERVICOS DE TERCEIROS	482.554.713	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.847.259
UTILIDADES E SERVICOS	890.021	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.847.259
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	100.237.109		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.697.324		
TOTAL DOS USOS	703.680.814	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	703.680.814

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	7.200.000	RECEITAS	399.563.938
INVESTIMENTOS	7.200.000	RECEITA OPERACIONAL	377.400.000
DISPENDIOS CORRENTES	393.027.564	RECEITA NAO OPERACIONAL	22.163.938
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.437.755	OPERACOES DE CREDITO	78.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	23.700.000	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	78.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	231.257.000	TOTAL DAS FONTES	477.563.938
UTILIDADES E SERVICOS	11.650.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-101.596.128
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	52.877.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	198.558
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	19.855.809	VARIACAO DO DISPONIVEL	24.061.196
OPERACOES INTERNAS	19.855.809		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	8.250.000		
TOTAL DOS USOS	400.227.564	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	400.227.564

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.000.000	RECEITAS	43.811.134
INVESTIMENTOS	3.000.000	RECEITA OPERACIONAL	40.547.827
DISPENDIOS CORRENTES	40.792.283	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.263.307
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.989.659	TOTAL DAS FONTES	43.811.134
MATERIAIS E PRODUTOS	552.112	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-607.677
SERVICOS DE TERCEIROS	7.258.691	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.186
UTILIDADES E SERVICOS	2.592.931	VARIACAO DO DISPONIVEL	587.640
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.807.389		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	118.588		
OPERACOES INTERNAS	118.588		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.472.913		
TOTAL DOS USOS	43.792.283	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	43.792.283

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.546.152.734	RECEITAS	3.086.280.188
INVESTIMENTOS	1.135.908	RECEITA OPERACIONAL	1.374.176
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	2.425.277.401	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.084.906.012
OUTRAS FONTES	2.425.277.401	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.665.916.098
OUTROS DISP. DE CAPITAL	119.739.425	TOTAL DAS FONTES	5.752.196.286
DISPENDIOS CORRENTES	3.024.252.863	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	60.670.781
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.881.523	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.421.786
MATERIAIS E PRODUTOS	160.457	VARIACAO DO DISPONIVEL	-243.883.256
SERVICOS DE TERCEIROS	313.112.728		
UTILIDADES E SERVICOS	712.693		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	135.805.498		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.423.006.643		
OUTRAS FONTES	2.423.006.643		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	138.573.321		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES,
LDO, Art. 1º, inciso VI

TOTAL DOS USOS	5.570.405.597	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.570.405.597
----------------	---------------	--------------------------	---------------

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	109.054.616	RECEITAS	234.044.231
<i>INVESTIMENTOS</i>	292.320	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	231.831.647
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	34.907.688	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	2.212.584
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	34.907.688	OPERACOES DE CREDITO	60.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	73.854.608	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	60.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	153.299.910	TOTAL DAS FONTES	294.044.231
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	4.762.307	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-7.118.083
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	46.880	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-24.571.622
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	45.515.538		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	985.173		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	39.492.008		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	31.660.250		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	31.535.690		
<i>OUTRAS FONTES</i>	124.560		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	30.837.754		
TOTAL DOS USOS	262.354.526	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	262.354.526

25283 NOSSA CAIXA S.A. - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO - BNC CARTOES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	874.967	RECEITAS	1.301.426
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	360.407	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	1.301.426
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	208.135	TOTAL DAS FONTES	1.301.426
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	290.498	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-426.422
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	15.927	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-37
TOTAL DOS USOS	874.967	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	874.967

25284 NOSSA CAIXA CAPITALIZACAO S.A. - BNC CAPITALIZACAO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	606.457	RECEITAS	709.692
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	367.915	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	709.692
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	180.608	TOTAL DAS FONTES	709.692
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	55.981	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-102.685
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	1.953	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-550
TOTAL DOS USOS	606.457	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	606.457

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1, inciso VI

32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	30.140.996	RECEITAS	217.530.690
<i>INVESTIMENTOS</i>	30.140.996	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	217.180.690
DISPÊNDIOS CORRENTES	166.918.119	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	350.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	99.500.000	TOTAL DAS FONTES	217.530.690
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	2.458.073	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	13.245.810
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	35.710.635	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-33.717.385
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	5.033.624		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	3.335.920		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	1.393.769		
<i>OUTRAS FONTES</i>	1.393.769		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	19.486.098		
TOTAL DOS USOS	197.059.115	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	197.059.115

32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.300.316.434	RECEITAS	2.061.912.527
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.165.202.149	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	2.006.435.527
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	105.128.036	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	55.477.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	105.128.036	OPERACOES DE CREDITO	1.239.272.400
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	29.986.249	<i>OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA</i>	1.239.272.400
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.619.582.799	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	310.000.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	278.100.000	<i>EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)</i>	310.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	435.596.472	TOTAL DAS FONTES	3.611.184.927
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	293.500.985	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	137.318.567
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	12.619.324	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	136.321.800
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	189.978.571	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-964.926.061
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	32.123.306		
<i>OUTRAS FONTES</i>	32.123.306		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	88.557.141		
TOTAL DOS USOS	2.919.899.233	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.919.899.233

32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.348.609.444	RECEITAS	16.860.537.678
<i>INVESTIMENTOS</i>	100.332.463	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	9.642.286.444
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	300.000.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	7.218.251.234
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	1.037.929.647	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	3.242.227.101
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	278.271.325	OPERACOES DE CREDITO	4.500.000.000
<i>OUTRAS FONTES</i>	759.658.322	<i>OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA</i>	4.500.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	8.910.347.334	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	2.352.545.400
DISPÊNDIOS CORRENTES	13.019.968.472	<i>DEMAIS RECURSOS DE LP</i>	2.352.545.400
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	280.882.064	TOTAL DAS FONTES	26.955.310.179
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	9.874.919.553	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-298.456.794
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	300.204.444	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-234.115.510
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	11.788.400	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-3.054.159.959
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	1.475.473.000		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	741.783.314		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

OPERACOES EXTERNAS	235.586.885		
OUTRAS FONTES	506.196.429		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	334.917.697		
TOTAL DOS USOS	23.368.577.916	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	23.368.577.916

32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.916.179.727	RECEITAS	5.029.579.602
INVESTIMENTOS	918.537.724	RECEITA OPERACIONAL	4.931.439.388
INVERSOES FINANCEIRAS	560.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	98.140.214
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	437.642.003	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	12.913.000
OPERACOES INTERNAS	101.724.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	12.913.000
OPERACOES EXTERNAS	1.748.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	6.248.722
OUTRAS FONTES	334.170.003	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.646.486.121
DISPENDIOS CORRENTES	4.484.616.046	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	1.637.987.121
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	652.300.000	DEMAIS RECURSOS DE LP	8.499.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.699.702.917	TOTAL DAS FONTES	6.695.227.445
SERVICOS DE TERCEIROS	228.889.901	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	224.069.127
UTILIDADES E SERVICOS	11.100.728	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	98.301
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	451.401.008	VARIACAO DO DISPONIVEL	-518.599.100
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.030.454.745		
OPERACOES INTERNAS	60.648.000		
OPERACOES EXTERNAS	364.000		
OUTRAS FONTES	969.442.745		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	410.766.747		
TOTAL DOS USOS	6.400.795.773	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.400.795.773

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	834.691.883	RECEITAS	1.049.823.441
INVESTIMENTOS	510.337.559	RECEITA OPERACIONAL	935.767.347
INVERSOES FINANCEIRAS	110.103.891	RECEITA NAO OPERACIONAL	114.056.094
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	72.704.720	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	131.211
OPERACOES INTERNAS	19.970.226	OPERACOES DE CREDITO	376.416.910
OUTRAS FONTES	52.734.494	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	376.416.910
OUTROS DISP. DE CAPITAL	141.545.713	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	419.410.512
DISPENDIOS CORRENTES	730.501.300	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	419.410.512
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	228.450.000	TOTAL DAS FONTES	1.845.782.074
MATERIAIS E PRODUTOS	50.564.395	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	82.800.345
SERVICOS DE TERCEIROS	79.580.308	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-992.858
UTILIDADES E SERVICOS	4.794.930	VARIACAO DO DISPONIVEL	-362.396.378
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	192.617.007		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	78.073.740		
OPERACOES INTERNAS	48.457.797		
OUTRAS FONTES	29.615.943		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	96.420.920		
TOTAL DOS USOS	1.565.193.183	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.565.193.183

32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.803.922.789	RECEITAS	5.472.364.500
INVESTIMENTOS	1.078.275.425	RECEITA OPERACIONAL	5.313.234.130

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES, LDO, AN 1, inciso VI

INVERSOES FINANCEIRAS	366.265.030	RECEITA NAO OPERACIONAL	159.130.370
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	742.060.133	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	54.326.606
OPERACOES INTERNAS	16.927.969	OPERACOES DE CREDITO	223.009.938
OUTRAS FONTES	725.132.164	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	223.009.938
OUTROS DISP. DE CAPITAL	617.322.201	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	300.910.544
DISPENDIOS CORRENTES	3.162.335.165	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	271.775.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	540.500.000	DEMAIS RECURSOS DE LP	29.135.544
MATERIAIS E PRODUTOS	796.407.411	TOTAL DAS FONTES	6.050.611.588
SERVICOS DE TERCEIROS	291.418.138	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	227.109.921
UTILIDADES E SERVICOS	17.458.552	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	309.805
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	812.840.454	VARIACAO DO DISPONIVEL	-311.773.360
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	290.212.201		
OPERACOES INTERNAS	26.525.584		
OUTRAS FONTES	263.686.617		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	413.498.409		
TOTAL DOS USOS	5.966.257.954	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.966.257.954

32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.578.208.099	RECEITAS	7.325.862.714
INVESTIMENTOS	1.121.898.802	RECEITA OPERACIONAL	7.034.576.561
INVERSOES FINANCEIRAS	422.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	291.286.153
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	771.974.169	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	118.655.231
OPERACOES INTERNAS	344.998.548	OPERACOES DE CREDITO	965.000.000
OUTRAS FONTES	426.975.621	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	715.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	262.335.128	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	250.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	6.409.522.122	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	996.899.637
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	724.173.004	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	930.150.342
MATERIAIS E PRODUTOS	3.199.329.755	DEMAIS RECURSOS DE LP	66.749.295
SERVICOS DE TERCEIROS	384.052.204	TOTAL DAS FONTES	9.406.417.582
UTILIDADES E SERVICOS	26.220.798	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	80.834.113
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.096.899.160	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	122.061
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	457.759.461	VARIACAO DO DISPONIVEL	-499.643.535
OPERACOES INTERNAS	386.920.908		
OUTRAS FONTES	70.838.553		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	521.087.740		
TOTAL DOS USOS	8.987.730.221	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	8.987.730.221

32230 PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	146.359.658.786	RECEITAS	235.757.517.478
INVESTIMENTOS	45.168.783.000	RECEITA OPERACIONAL	221.099.550.713
INVERSOES FINANCEIRAS	8.513.436.200	RECEITA NAO OPERACIONAL	14.657.966.765
OUTROS DISP. DE CAPITAL	92.677.439.586	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	70.033.534.095
DISPENDIOS CORRENTES	186.259.081.519	OPERACOES DE CREDITO	2.767.500.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.785.222.372	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	1.383.900.000
MATERIAIS E PRODUTOS	49.134.910.805	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.383.600.000
SERVICOS DE TERCEIROS	27.545.460.821	TOTAL DAS FONTES	308.558.551.573
UTILIDADES E SERVICOS	855.294.360	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	14.800.000.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	61.952.754.172	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	11.955.823.241
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.798.186.559	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-5.586.932.171

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

OPERACOES INTERNAS	981.132.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	2.891.297.662
OPERACOES EXTERNAS	490.560.000		
DEBENTURES	321.953.592		
OUTRAS FONTES	4.540.967		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	35.187.252.430		
TOTAL DOS USOS	332.618.740.305	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	332.618.740.305

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	63.383.976.167	RECEITAS	5.613.762.739
INVESTIMENTOS	32.862.000	RECEITA OPERACIONAL	79.588.479
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	25.906.798.186	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.534.174.260
OUTRAS FONTES	25.906.798.186	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	24.172.123.186
OUTROS DISP. DE CAPITAL	37.444.315.981	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	37.533.784.152
DISPENDIOS CORRENTES	3.334.177.272	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	37.533.784.152
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	3.325.017.272	TOTAL DAS FONTES	67.319.670.077
OUTRAS FONTES	3.325.017.272	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-730.251.586
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	9.160.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	183.831.235
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-55.096.287
TOTAL DOS USOS	66.718.153.439	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	66.718.153.439

32238 INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDACAO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	6.889.120	RECEITAS	1.800
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.900	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.800
MATERIAIS E PRODUTOS	5.400	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.900.000
SERVICOS DE TERCEIROS	377.265	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.900.000
UTILIDADES E SERVICOS	37.515	TOTAL DAS FONTES	6.901.800
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	17.040	VARIACAO DO DISPONIVEL	-12.680
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.360.000		
TOTAL DOS USOS	6.889.120	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.889.120

32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.557.935.829	RECEITAS	76.223.943.843
INVESTIMENTOS	502.904.000	RECEITA OPERACIONAL	75.883.044.212
INVERSOES FINANCEIRAS	63.132.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	340.899.631
OUTROS DISP. DE CAPITAL	991.899.829	TOTAL DAS FONTES	76.223.943.843
DISPENDIOS CORRENTES	74.493.074.767	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-4.059.756
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	728.300.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-373.624.247
MATERIAIS E PRODUTOS	55.439.313.699	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	95.857.731
SERVICOS DE TERCEIROS	1.318.820.264	VARIACAO DO DISPONIVEL	108.893.025
UTILIDADES E SERVICOS	53.352.955		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	16.517.768.157		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	83.693.636		
OUTRAS FONTES	83.693.636		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	351.826.056		
TOTAL DOS USOS	76.051.010.596	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	76.051.010.596

32240 PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.212.701.000	RECEITAS	670.682.162

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES, inciso VI

INVERSOES FINANCEIRAS	2.205.801.000	RECEITA OPERACIONAL	3.460.224
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.900.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	667.221.938
DISPENDIOS CORRENTES	40.799.313	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	2.050.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.896.353	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	2.050.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	27.400	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	3.480.000
SERVICOS DE TERCEIROS	7.325.370	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	3.480.000
UTILIDADES E SERVICOS	7.200	TOTAL DAS FONTES	2.724.162.162
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	28.436.990	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-161.649.999
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	106.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-5.780.592
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-303.231.258
TOTAL DOS USOS	2.253.500.313	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.253.500.313

32242 PETROBRAS QUIMICA S.A. - PETROQUISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	69.945.307	RECEITAS	49.229.960
INVESTIMENTOS	466.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	49.229.960
INVERSOES FINANCEIRAS	60.628.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	28.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	8.851.307	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	28.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	42.512.567	TOTAL DAS FONTES	77.229.960
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.310.258	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	48.838.129
MATERIAIS E PRODUTOS	84.640	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-13.568.819
SERVICOS DE TERCEIROS	10.472.280	VARIACAO DO DISPONIVEL	-41.396
UTILIDADES E SERVICOS	553.490		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	7.453.251		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.614.371		
OUTRAS FONTES	2.614.371		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.024.277		
TOTAL DOS USOS	112.457.874	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	112.457.874

32264 ELETROBRAS PARTICIPACOES S.A. - ELETROPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	15.675	RECEITAS	15.751.211
INVESTIMENTOS	15.675	RECEITA NAO OPERACIONAL	15.751.211
DISPENDIOS CORRENTES	3.750.938	TOTAL DAS FONTES	15.751.211
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.153.973	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	234.380
MATERIAIS E PRODUTOS	79.028	VARIACAO DO DISPONIVEL	-12.218.978
SERVICOS DE TERCEIROS	970.407		
UTILIDADES E SERVICOS	69.929		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	339.664		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	137.937		
TOTAL DOS USOS	3.766.613	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.766.613

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	157.609.199	RECEITAS	661.083.551
INVESTIMENTOS	148.216.195	RECEITA OPERACIONAL	416.258.607
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	9.393.004	RECEITA NAO OPERACIONAL	244.824.944
OUTRAS FONTES	9.393.004	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	47.220.000
DISPENDIOS CORRENTES	380.593.593	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	47.220.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.970.000	TOTAL DAS FONTES	708.303.551
MATERIAIS E PRODUTOS	190.237.260	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	2.364.677
SERVICOS DE TERCEIROS	39.020.923	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-4.036

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
DO, ANEXO 1, inciso VI

UTILIDADES E SERVIÇOS	168.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-172.461.400
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	127.140.300		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.624.077		
OUTRAS FONTES	2.624.077		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.433.033		
TOTAL DOS USOS	538.202.792	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	538.202.792

32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	340.101.750	RECEITAS	1.089.483.766
INVESTIMENTOS	284.563.000	RECEITA OPERACIONAL	1.031.531.573
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	55.538.750	RECEITA NAO OPERACIONAL	57.952.193
OPERACOES INTERNAS	1.898.400	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	293.794.638
OPERACOES EXTERNAS	137.509	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	293.794.638
OUTRAS FONTES	53.502.841	TOTAL DAS FONTES	1.383.278.404
DISPÊNDIOS CORRENTES	943.623.939	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-46.850.119
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.795.731	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-518.137
MATERIAIS E PRODUTOS	381.915.423	VARIACAO DO DISPONIVEL	-52.184.459
SERVICOS DE TERCEIROS	100.133.915		
UTILIDADES E SERVIÇOS	3.209.334		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	297.792.939		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	40.873.380		
OPERACOES INTERNAS	492.126		
OPERACOES EXTERNAS	86.126		
OUTRAS FONTES	40.295.128		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	18.903.217		
TOTAL DOS USOS	1.283.725.689	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.283.725.689

32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	983.354.476	RECEITAS	1.589.601.466
INVESTIMENTOS	835.953.651	RECEITA OPERACIONAL	1.041.220.605
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	147.400.825	RECEITA NAO OPERACIONAL	548.380.861
OPERACOES INTERNAS	916.991	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	315.789.470
OPERACOES EXTERNAS	1.042.810	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	315.789.470
OUTRAS FONTES	145.441.024	TOTAL DAS FONTES	1.905.390.936
DISPÊNDIOS CORRENTES	907.340.385	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	75.392.172
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.109.526	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	142.398
MATERIAIS E PRODUTOS	326.265.560	VARIACAO DO DISPONIVEL	-90.230.645
SERVICOS DE TERCEIROS	77.567.988		
UTILIDADES E SERVIÇOS	3.528.894		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	313.636.012		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	29.059.979		
OPERACOES INTERNAS	12.700		
OPERACOES EXTERNAS	3.395		
OUTRAS FONTES	29.043.884		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	57.172.426		
TOTAL DOS USOS	1.890.694.861	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.890.694.861

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	391.073.320	RECEITAS	1.333.691.778
INVESTIMENTOS	329.876.930	RECEITA OPERACIONAL	1.153.474.325
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	58.696.390	RECEITA NAO OPERACIONAL	180.217.453
OUTRAS FONTES	58.696.390	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	199.429.197
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.500.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	199.429.197
DISPENDIOS CORRENTES	1.094.060.352	TOTAL DAS FONTES	1.533.120.975
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.578.662	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	46.534.785
MATERIAIS E PRODUTOS	552.627.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	146.384
SERVICOS DE TERCEIROS	84.999.637	VARIACAO DO DISPONIVEL	-94.668.472
UTILIDADES E SERVICOS	6.386.362		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	316.891.152		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	33.013.468		
OUTRAS FONTES	33.013.468		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	27.564.071		
TOTAL DOS USOS	1.485.133.672	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.485.133.672

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S.A. - TBG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	533.983.000	RECEITAS	1.051.271.010
INVESTIMENTOS	111.351.000	RECEITA OPERACIONAL	1.036.572.001
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	202.935.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	14.699.009
OPERACOES EXTERNAS	90.063.000	TOTAL DAS FONTES	1.051.271.010
OUTRAS FONTES	112.872.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	144.609.229
OUTROS DISP. DE CAPITAL	219.697.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	15.023.074
DISPENDIOS CORRENTES	717.818.406	VARIACAO DO DISPONIVEL	40.898.093
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.604.000		
MATERIAIS E PRODUTOS	13.320.000		
SERVICOS DE TERCEIROS	64.336.403		
UTILIDADES E SERVICOS	33.229.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	408.144.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	94.973.003		
OPERACOES EXTERNAS	24.246.003		
OUTRAS FONTES	70.727.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	37.212.000		
TOTAL DOS USOS	1.251.801.406	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.251.801.406

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	48.612.618	RECEITAS	223.227.886
INVESTIMENTOS	39.895.107	RECEITA OPERACIONAL	211.247.239
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	8.717.511	RECEITA NAO OPERACIONAL	11.980.647
OUTRAS FONTES	8.717.511	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	40.197.857
DISPENDIOS CORRENTES	189.932.858	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	40.197.857
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.225.444	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	18.674.719
MATERIAIS E PRODUTOS	93.038.921	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	18.674.719
SERVICOS DE TERCEIROS	18.293.676	TOTAL DAS FONTES	282.100.462
UTILIDADES E SERVICOS	1.954.639	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-22.173.495
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	22.868.980	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	4.974.393	VARIACAO DO DISPONIVEL	-21.381.490

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, AN 11, inciso VI

OUTRAS FONTES	4.974.393		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	8.576.805		
TOTAL DOS USOS	238.545.476	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	238.545.476

32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - ADESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.360.357.583	RECEITAS	4.740.467.658
INVESTIMENTOS	1.189.468.950	RECEITA OPERACIONAL	4.045.234.632
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	170.888.633	RECEITA NAO OPERACIONAL	695.233.026
OUTRAS FONTES	170.888.633	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.220.380.209
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.832.305.831	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	1.220.380.209
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	193.427.108	TOTAL DAS FONTES	5.960.847.867
MATERIAIS E PRODUTOS	2.405.628.254	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-94.114.739
SERVICOS DE TERCEIROS	195.937.523	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.828.014
UTILIDADES E SERVICOS	8.062.369	VARIACAO DO DISPONIVEL	-675.897.728
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	675.796.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	103.924.577		
OUTRAS FONTES	103.924.577		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	249.530.000		
TOTAL DOS USOS	5.192.663.414	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.192.663.414

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.528.987.836	RECEITAS	4.833.613.054
INVESTIMENTOS	1.168.233.000	RECEITA OPERACIONAL	4.753.123.868
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	28.754.836	RECEITA NAO OPERACIONAL	80.489.186
OPERACOES EXTERNAS	28.754.836	OPERACOES DE CREDITO	599.712.916
OUTROS DISP. DE CAPITAL	332.000.000	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	599.712.916
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.185.611.123	TOTAL DAS FONTES	5.433.325.970
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	975.000.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	291.857.382
MATERIAIS E PRODUTOS	200.376.594	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	1.760.316
SERVICOS DE TERCEIROS	1.287.809.011	VARIACAO DO DISPONIVEL	-12.344.709
UTILIDADES E SERVICOS	223.764.465		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	772.109.248		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	11.919.053		
OPERACOES INTERNAS	522.000		
OPERACOES EXTERNAS	11.397.053		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	714.632.752		
TOTAL DOS USOS	5.714.598.959	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.714.598.959

32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.113.000	RECEITAS	302.660.842
INVESTIMENTOS	10.113.000	RECEITA OPERACIONAL	302.660.842
DISPÊNDIOS CORRENTES	244.683.635	TOTAL DAS FONTES	302.660.842
MATERIAIS E PRODUTOS	19.893.620	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	5.521.169
SERVICOS DE TERCEIROS	64.558.557	VARIACAO DO DISPONIVEL	-53.385.376
UTILIDADES E SERVICOS	1.310.250		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	158.921.208		
TOTAL DOS USOS	254.796.635	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	254.796.635

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art 11, inciso VI

32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	310.077.909	RECEITAS	627.139.673	
INVESTIMENTOS	310.077.909	RECEITA OPERACIONAL	627.114.389	
DISPENDIOS CORRENTES	527.857.737	RECEITA NAO OPERACIONAL	25.284	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.320.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	447.416.926	
MATERIAIS E PRODUTOS	333.087.016	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	447.416.926	
SERVICOS DE TERCEIROS	54.902.391	TOTAL DAS FONTES	1.074.556.599	
UTILIDADES E SERVICOS	2.192.051	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4.871.687	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	55.964.345	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	500.000	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	18.391.934	VARIACAO DO DISPONIVEL	-232.249.266	
TOTAL DOS USOS	837.935.646	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	837.935.646	

32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	50.360.489.395	RECEITAS	63.932.920.959	
INVESTIMENTOS	1.968.000	RECEITA OPERACIONAL	59.731.691.086	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	50.358.521.395	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.201.229.873	
OPERACOES EXTERNAS	6.873.000.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	599.116.000	
OUTRAS FONTES	43.485.521.395	OPERACOES DE CREDITO	17.902.175.000	
DISPENDIOS CORRENTES	61.909.585.234	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	17.902.175.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	50.720.893.985	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	47.158.000.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	990.194.799	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	47.158.000.000	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	165.082	TOTAL DAS FONTES	129.592.211.959	
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	10.133.244.999	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-20.820.332.873	
OPERACOES EXTERNAS	1.649.855.744	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	3.946.566.046	
OUTRAS FONTES	8.483.389.255	VARIACAO DO DISPONIVEL	-448.370.503	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	65.086.369			
TOTAL DOS USOS	112.270.074.629	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	112.270.074.629	

32279 DOWNSTREAM PARTICIPACOES LTDA. - DOWNSTREAM				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	63.972.034	RECEITAS	65.359.536	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	63.972.034	RECEITA NAO OPERACIONAL	65.359.536	
DISPENDIOS CORRENTES	650.080	TOTAL DAS FONTES	65.359.536	
SERVICOS DE TERCEIROS	40.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	298.650	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	80	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.036.072	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	610.000			
TOTAL DOS USOS	64.622.114	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	64.622.114	

32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	870.615.747	RECEITAS	13.946.927.908	
INVESTIMENTOS	697.224.000	RECEITA OPERACIONAL	13.595.461.836	
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	67.384.114	RECEITA NAO OPERACIONAL	351.466.072	
OUTRAS FONTES	67.384.114	OPERACOES DE CREDITO	1.500.000.000	
OUTROS DISP. DE CAPITAL	106.007.633	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	600.000.000	
DISPENDIOS CORRENTES	12.587.266.480	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	900.000.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	140.000.000	TOTAL DAS FONTES	15.446.927.908	
MATERIAIS E PRODUTOS	8.603.998.347	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-1.700.000.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	237.138.154	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-419.489.919	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES, DO, AN 1, inciso VI

UTILIDADES E SERVIÇOS	4.212.000	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	130.444.238
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.303.232.381		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	257.330.366		
OUTRAS FONTES	257.330.366		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	41.355.232		
TOTAL DOS USOS	13.457.882.227	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	13.457.882.227

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	31.628.386.417	RECEITAS	5.312.828.032
INVESTIMENTOS	11.304.492.000	RECEITA OPERACIONAL	5.264.055.920
INVERSOES FINANCEIRAS	181.327.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	48.772.112
AMORTIZAÇÕES OPER.CRED. LP	19.391.626.655	OPERACÕES DE CRÉDITO	1.832.000.000
OPERACÕES INTERNAS	86.673.062	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.832.000.000
OPERACÕES EXTERNAS	278.796.354	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	26.891.183.797
OUTRAS FONTES	19.026.157.239	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	26.891.183.797
OUTROS DISP. DE CAPITAL	750.940.762	TOTAL DAS FONTES	34.036.011.829
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.640.563.369	VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	31.769.860
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.874.903.231	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	114.845.263
OPERACÕES INTERNAS	41.279.492	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	86.322.834
OPERACÕES EXTERNAS	84.155.491		
OUTRAS FONTES	1.749.468.248		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	765.660.138		
TOTAL DOS USOS	34.268.949.786	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	34.268.949.786

32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	63.031	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	34.363
SERVIÇOS DE TERCEIROS	28.668	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	34.363
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	34.363	TOTAL DAS FONTES	34.363
		VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	28.668
TOTAL DOS USOS	63.031	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	63.031

32286 BRASPETRO OIL COMPANY - BOC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	460.958.400	RECEITAS	251.259.132
AMORTIZAÇÕES OPER.CRED. LP	460.958.400	RECEITA OPERACIONAL	251.259.132
OUTRAS FONTES	460.958.400	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	263.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	54.000.625	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	263.000.000
SERVIÇOS DE TERCEIROS	30.265.033	TOTAL DAS FONTES	514.259.132
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	23.735.592	VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	699.893
OUTRAS FONTES	23.735.592		
TOTAL DOS USOS	514.959.025	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	514.959.025

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	10.741.296.947	RECEITAS	31.823.456.889
INVESTIMENTOS	4.662.703.000	RECEITA OPERACIONAL	31.726.137.282
INVERSOES FINANCEIRAS	333.512.000	RECEITA NÃO OPERACIONAL	97.319.607
AMORTIZAÇÕES OPER.CRED. LP	5.745.081.947	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	10.553.132.184
OUTRAS FONTES	5.745.081.947	EMPR./FIN.(NÃO INST.FIN.)	10.553.132.184
DISPÊNDIOS CORRENTES	29.006.463.942	TOTAL DAS FONTES	42.376.589.073

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	938.922.548	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-3.006.046.050
MATERIAIS E PRODUTOS	20.521.286.742	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-46.980.611
SERVICOS DE TERCEIROS	367.106.066	VARIACAO DO DISPONIVEL	424.198.477
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.997.914.084		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.583.228.630		
OUTRAS FONTES	1.583.228.630		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.598.005.872		
TOTAL DOS USOS	39.747.760.889	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	39.747.760.889

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	1.208.517.826	RECEITAS	1.048.539.436
MATERIAIS E PRODUTOS	979.425.881	RECEITA OPERACIONAL	1.024.042.358
SERVICOS DE TERCEIROS	123.956	RECEITA NAO OPERACIONAL	24.497.078
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	227.415.656	TOTAL DAS FONTES	1.048.539.436
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.552.333	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	309.744.537
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-149.766.147
TOTAL DOS USOS	1.208.517.826	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.208.517.826

32289 PETROBRAS NEGOCIOS ELETRONICOS S.A. - E-PETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	218.813	RECEITAS	90.082
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.800	RECEITA NAO OPERACIONAL	90.082
SERVICOS DE TERCEIROS	113.643	TOTAL DAS FONTES	90.082
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	76.370	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-26.744
		AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-90.082
		VARIACAO DO DISPONIVEL	245.557
TOTAL DOS USOS	218.813	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	218.813

32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GAS S.A. - TAG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.662.816.984	RECEITAS	2.609.492.057
INVESTIMENTOS	2.728.530.000	RECEITA OPERACIONAL	2.566.620.089
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	464.368.824	RECEITA NAO OPERACIONAL	42.871.968
OPERACOES EXTERNAS	464.368.824	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	2.102.600.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	469.918.160	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	2.102.600.000
DISPENDIOS CORRENTES	1.987.116.999	TOTAL DAS FONTES	4.712.092.057
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.454.563	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	203.427.833
MATERIAIS E PRODUTOS	340.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-423.068.000
SERVICOS DE TERCEIROS	1.347.127.923	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.157.482.093
UTILIDADES E SERVICOS	149.746		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	511.910.583		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	113.695.152		
OUTRAS FONTES	113.695.152		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.439.032		
TOTAL DOS USOS	5.649.933.983	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.649.933.983

32316 LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	131.393.303	RECEITAS	3.089.512.547
INVESTIMENTOS	90.200.000	RECEITA OPERACIONAL	3.072.813.422
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	6.489.960	RECEITA NAO OPERACIONAL	16.699.125

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES, inciso VI

OPERACOES INTERNAS	6.489.960	TOTAL DAS FONTES	3.089.512.547
OUTROS DISP. DE CAPITAL	34.703.343	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	322.105.344
DISPENDIOS CORRENTES	2.948.479.884	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-479.181
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	199.537.824	VARIACAO DO DISPONIVEL	-331.265.523
MATERIAIS E PRODUTOS	2.406.864.609		
SERVICOS DE TERCEIROS	204.292.305		
UTILIDADES E SERVICOS	28.103.295		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	45.797.615		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	6.749.944		
OPERACOES INTERNAS	6.749.944		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	57.134.292		
TOTAL DOS USOS	3.079.873.187	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.079.873.187

32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	10.045.000	RECEITAS	250.835.611
INVESTIMENTOS	10.045.000	RECEITA OPERACIONAL	234.651.072
DISPENDIOS CORRENTES	103.222.593	RECEITA NAO OPERACIONAL	16.184.539
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.935.780	TOTAL DAS FONTES	250.835.611
MATERIAIS E PRODUTOS	3.351.240	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	38.943.200
SERVICOS DE TERCEIROS	14.752.908	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-2.169.539
UTILIDADES E SERVICOS	529.224	VARIACAO DO DISPONIVEL	-174.341.679
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	61.206.609		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	11.030.460		
OPERACOES EXTERNAS	10.987.656		
OUTRAS FONTES	42.804		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	4.416.372		
TOTAL DOS USOS	113.267.593	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	113.267.593

32318 TERMORIO S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	11.697.000	RECEITAS	767.019.716
INVESTIMENTOS	11.697.000	RECEITA OPERACIONAL	661.450.774
DISPENDIOS CORRENTES	226.505.689	RECEITA NAO OPERACIONAL	105.568.942
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.650.000	TOTAL DAS FONTES	767.019.716
MATERIAIS E PRODUTOS	6.308.064	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	116.368.539
SERVICOS DE TERCEIROS	24.600.240	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-30.648
UTILIDADES E SERVICOS	462.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-645.154.918
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	179.933.129		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	8.552.256		
TOTAL DOS USOS	238.202.689	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	238.202.689

32319 FAFEN ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	13.495.000	RECEITAS	100.610.030
INVESTIMENTOS	13.495.000	RECEITA OPERACIONAL	94.610.030
DISPENDIOS CORRENTES	78.554.423	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.412.489	TOTAL DAS FONTES	100.610.030
MATERIAIS E PRODUTOS	38.972.501	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-3.176.737
SERVICOS DE TERCEIROS	20.925.771	VARIACAO DO DISPONIVEL	-5.383.870
UTILIDADES E SERVICOS	158.576		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	9.137.744		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

DEMAIS DISPEND. CORRENTES	947.342		
TOTAL DOS USOS	92.049.423	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	92.049.423

32320 TERMOCEARA LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	13.515.000	RECEITAS	89.416.402
INVESTIMENTOS	13.515.000	RECEITA OPERACIONAL	76.670.436
DISPENDIOS CORRENTES	29.544.025	RECEITA NAO OPERACIONAL	12.745.966
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.200.000	TOTAL DAS FONTES	89.416.402
MATERIAIS E PRODUTOS	1.221.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4.844.979
SERVICOS DE TERCEIROS	3.621.705	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1
UTILIDADES E SERVICOS	547.352	VARIACAO DO DISPONIVEL	-41.512.397
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	20.187.730		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	766.238		
TOTAL DOS USOS	43.059.025	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	43.059.025

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	198.740.019	RECEITAS	191.601.980
MATERIAIS E PRODUTOS	109.794.873	RECEITA OPERACIONAL	188.590.820
SERVICOS DE TERCEIROS	15.749.265	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.011.160
UTILIDADES E SERVICOS	96	TOTAL DAS FONTES	191.601.980
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	17.444.653	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	9.594.994
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	55.751.132	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.456.955
TOTAL DOS USOS	198.740.019	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	198.740.019

32322 TERMOMACAE LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.785.000	RECEITAS	278.355.028
INVESTIMENTOS	2.785.000	RECEITA OPERACIONAL	253.142.104
DISPENDIOS CORRENTES	91.460.919	RECEITA NAO OPERACIONAL	25.212.924
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.077.376	TOTAL DAS FONTES	278.355.028
MATERIAIS E PRODUTOS	4.702.488	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-9.458.668
SERVICOS DE TERCEIROS	14.159.004	VARIACAO DO DISPONIVEL	-174.650.441
UTILIDADES E SERVICOS	555.936		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	61.271.214		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	694.901		
TOTAL DOS USOS	94.245.919	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	94.245.919

32330 REFINARIA ABREU E LIMA S.A. - RNEST

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	6.122.788.000	RECEITAS	514.208.906
INVESTIMENTOS	6.122.788.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	514.208.906
DISPENDIOS CORRENTES	921.899.302	TOTAL DAS FONTES	514.208.906
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	173.453.334	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	6.340.948.001
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	744.845.968	VARIACAO DO DISPONIVEL	189.530.395
OPERACOES INTERNAS	744.845.968		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.600.000		
TOTAL DOS USOS	7.044.687.302	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.044.687.302

32331 USINA TERMELETRICA DE JUIZ DE FORA S.A. - UTEJF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.293.000	RECEITAS	181.768.649

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

INVESTIMENTOS	2.293.000	RECEITA OPERACIONAL	178.168.649
DISPENDIOS CORRENTES	157.346.856	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.600.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.216.829	TOTAL DAS FONTES	181.768.649
MATERIAIS E PRODUTOS	127.957.818	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.312.149
SERVICOS DE TERCEIROS	12.004.443	VARIACAO DO DISPONIVEL	-25.440.942
UTILIDADES E SERVICOS	869.257		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	12.731.547		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	566.962		
TOTAL DOS USOS	159.639.856	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	159.639.856

32332 TERMOBAHIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	4.604.878	RECEITAS	4.540.967
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	4.604.878	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.540.967
OPERACOES INTERNAS	4.604.878	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	27.621.071
DISPENDIOS CORRENTES	28.237.571	DEMAIS RECURSOS DE LP	27.621.071
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	911.133	TOTAL DAS FONTES	32.162.038
MATERIAIS E PRODUTOS	11.400	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.493.517
SERVICOS DE TERCEIROS	593.922	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-2.785.838
UTILIDADES E SERVICOS	128.868	VARIACAO DO DISPONIVEL	-27.268
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	3.555.823		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	22.272.376		
DEBENTURES	8.807.389		
OUTRAS FONTES	13.464.987		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	764.049		
TOTAL DOS USOS	32.842.449	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	32.842.449

32333 IPIRANGA ASFALTOS S.A. - IASA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.866.000	RECEITAS	387.977.854
INVESTIMENTOS	2.101.000	RECEITA OPERACIONAL	385.865.854
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.765.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.112.000
DISPENDIOS CORRENTES	393.060.519	TOTAL DAS FONTES	387.977.854
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.384.392	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	12.081.230
MATERIAIS E PRODUTOS	260.620.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.132.565
SERVICOS DE TERCEIROS	21.980.803		
UTILIDADES E SERVICOS	539.345		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	99.068.732		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.467.247		
TOTAL DOS USOS	396.926.519	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	396.926.519

32334 PETROBRAS BIOCMBUSTIVEL S.A. - PPIO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	754.735.000	RECEITAS	1.067.377.191
INVESTIMENTOS	174.314.000	RECEITA OPERACIONAL	1.067.377.191
INVERSOES FINANCEIRAS	580.421.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	945.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	1.130.967.737	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	945.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.500.000	TOTAL DAS FONTES	2.012.377.191
MATERIAIS E PRODUTOS	686.314.890	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	48.192.790
SERVICOS DE TERCEIROS	176.123.458	VARIACAO DO DISPONIVEL	-174.867.244
UTILIDADES E SERVICOS	2.956.998		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	202.127.157		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

DEMAIS DISPENS. CORRENTES	18.945.234		
TOTAL DOS USOS	1.885.702.737	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.885.702.737

32336 COMPERJ PETROQUIMICOS BASICOS S.A. - CPRJBAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSÍOS DE CAPITAL	3.655.595.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	3.655.595.000
INVESTIMENTOS	3.655.595.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	3.655.595.000
		TOTAL DAS FONTES	3.655.595.000
TOTAL DOS USOS	3.655.595.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.655.595.000

32337 COMPERJ ESTIRENICOS S.A. - CPRJEST

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSÍOS DE CAPITAL	192.786.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	192.786.000
INVESTIMENTOS	192.786.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	192.786.000
		TOTAL DAS FONTES	192.786.000
TOTAL DOS USOS	192.786.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	192.786.000

32338 COMPERJ MEG S.A. - CPRJMEG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSÍOS DE CAPITAL	238.485.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	238.485.000
INVESTIMENTOS	238.485.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	238.485.000
		TOTAL DAS FONTES	238.485.000
TOTAL DOS USOS	238.485.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	238.485.000

32340 COMPERJ PET S.A. - CPRJPET

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSÍOS DE CAPITAL	450.319.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	450.319.000
INVESTIMENTOS	450.319.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	450.319.000
		TOTAL DAS FONTES	450.319.000
TOTAL DOS USOS	450.319.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	450.319.000

32341 COMPERJ POLIOLEFINAS S.A. - CPRJPOL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSÍOS DE CAPITAL	494.281.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	494.281.000
INVESTIMENTOS	494.281.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	494.281.000
		TOTAL DAS FONTES	494.281.000
TOTAL DOS USOS	494.281.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	494.281.000

32342 CORDOBA FINANCIAL SERVICES GMBH - CFS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSÍOS DE CAPITAL	2.963.713	RECEITAS	6.787.783
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.963.713	RECEITA OPERACIONAL	3.111.582
DISPENSÍOS CORRENTES	925.823	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.676.201
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	662.267	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	361.200
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	5.198	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	361.200
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	3.615	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	564.620
OUTRAS FONTES	3.615	TOTAL DAS FONTES	7.713.603
DEMAIS DISPENS. CORRENTES	254.743	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	5.198
		AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	3.615
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.832.880
TOTAL DOS USOS	3.889.536	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.889.536

32343 COMPANHIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENSÍOS DE CAPITAL	825.127.000	OPERACOES DE CREDITO	850.000.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E****FONTES**
LDO, AN 1, inciso VI

INVESTIMENTOS	825.127.000	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	850.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	25.142.226	TOTAL DAS FONTES	850.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.700.004	VARIACAO DO DISPONIVEL	269.226
SERVICOS DE TERCEIROS	5.269.225		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	15.172.997		
TOTAL DOS USOS	850.269.226	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	850.269.226

32344 COMPANHIA PETROQUIMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUIMICASUAPE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	607.045.000	OPERACOES DE CREDITO	570.000.000
INVESTIMENTOS	607.045.000	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	570.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	40.679.946	TOTAL DAS FONTES	570.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.497.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	77.724.946
MATERIAIS E PRODUTOS	159.534		
SERVICOS DE TERCEIROS	5.463.177		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	12.560.235		
TOTAL DOS USOS	647.724.946	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	647.724.946

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI**33000 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL****33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	80.000.000	RECEITAS	785.321.160
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>80.000.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>743.006.143</i>
DISPENDIOS CORRENTES	761.752.003	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>42.315.017</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>380.675.793</i>	TOTAL DAS FONTES	785.321.160
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>3.697.154</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>138.311.190</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>114.493.175</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-81.880.347</i>
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>16.034.093</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>106.308.265</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>140.543.523</i>		
TOTAL DOS USOS	841.752.003	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	841.752.003

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E**FONTE
LDO, Art 1, inciso VI**36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE****36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	258.250.000	RECEITAS	30.140.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>258.250.000</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>4.000.000</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	50.790.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>26.140.000</i>
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>15.270.000</i>	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	150.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>7.366.000</i>	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	<i>150.000.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>21.326.560</i>	TOTAL DAS FONTES	180.140.000
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>1.387.440</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>154.564.879</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>3.710.000</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-25.664.879</i>
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	<i>100.000</i>		
<i>OUTRAS FONTES</i>	<i>100.000</i>		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>1.630.000</i>		
TOTAL DOS USOS	309.040.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	309.040.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1, inciso VI**39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES****39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	40.000	RECEITAS	3.187.800
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>40.000</i>	<i>RECEITA NÃO OPERACIONAL</i>	<i>3.187.800</i>
DISPÊNDIOS CORRENTES	4.900.050	TOTAL DAS FONTES	3.187.800
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>2.240.000</i>	<i>VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-3.000.000</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>250.000</i>	<i>VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL</i>	<i>4.752.250</i>
<i>SERVIÇOS DE TERCEIROS</i>	<i>1.374.100</i>		
<i>UTILIDADES E SERVIÇOS</i>	<i>188.997</i>		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>96.953</i>		
<i>DEMAIS DISPÊND. CORRENTES</i>	<i>750.000</i>		
TOTAL DOS USOS	4.940.050	TOTAL LÍQUIDO DAS FONTES	4.940.050

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1, inciso VI

41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	974.790.000	RECEITAS	13.250.000.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	639.790.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	12.700.000.000
<i>AMORTIZACOES OPER.CRED. LP</i>	35.000.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	550.000.000
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	35.000.000	TOTAL DAS FONTES	13.250.000.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	300.000.000	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	631.796.522
DISPÊNDIOS CORRENTES	12.200.315.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-706.691.522
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	5.112.315.000		
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	260.000.000		
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	5.098.000.000		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	332.000.000		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	858.000.000		
<i>ENCARGOS FINANC. E OUTROS</i>	74.000.000		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	24.000.000		
<i>OUTRAS FONTES</i>	50.000.000		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	466.000.000		
TOTAL DOS USOS	13.175.105.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	13.175.105.000

41202 TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	406.546	RECEITAS	32.265.095
<i>INVESTIMENTOS</i>	406.546	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	32.265.095
DISPÊNDIOS CORRENTES	49.076.021	TOTAL DAS FONTES	32.265.095
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	5.024.216	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	27.083.036
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	69.267	<i>AJUSTES REC. E DESP. FINANC.</i>	-4.712.753
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	5.715.297	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-5.152.811
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	134.259		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	553.910		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	37.579.072		
TOTAL DOS USOS	49.482.567	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	49.482.567

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E****FONTES**
LDO, Art. 11, inciso VI**44000 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE****44202 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA - CODEBAR (EM LIQUIDACAO)**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.906.722	RECEITAS	843.490
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>1.047.848</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>797.878</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>48.000</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>45.612</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>482.874</i>	TOTAL DAS FONTES	843.490
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>42.000</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>858.874</i>
<i>DEMAIS DISPÊND. CORRENTES</i>	<i>286.000</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>204.358</i>
TOTAL DOS USOS	1.906.722	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.906.722

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E**FONTES
LDO, Art. 1, inciso VI**52000 MINISTÉRIO DA DEFESA****52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.486.200.000	RECEITAS	3.018.826.168
<i>INVESTIMENTOS</i>	1.486.200.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	2.912.985.724
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.493.423.344	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	105.840.444
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	1.021.086.190	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	280.000.000
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	59.466.500	<i>PART.UNIAO CAP. - TESOURO</i>	280.000.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	1.034.833.697	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	318.249.387
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	232.946.003	<i>DEMAIS RECURSOS DE LP</i>	318.249.387
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	111.405.977	TOTAL DAS FONTES	3.617.075.555
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	33.684.977	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	195.595.716
		<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	166.952.073
TOTAL DOS USOS	3.979.623.344	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.979.623.344

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	7.500.000	RECEITAS	249.669.077
<i>INVESTIMENTOS</i>	7.500.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	232.737.077
DISPÊNDIOS CORRENTES	233.940.322	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	16.932.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	122.394.190	TOTAL DAS FONTES	249.669.077
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	15.054.285	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	-15.639.415
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	55.976.520	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	7.410.660
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.216.201		
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	33.782.886		
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	4.516.240		
TOTAL DOS USOS	241.440.322	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	241.440.322



**Empresas do Setor
Financeiro**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E**FONTE
LDO, Art 1, inciso VI**24000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA****24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	276.293.000	RECEITA	523.500.000
<i>INVESTIMENTOS</i>	8.150.000	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	518.500.000
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	110.000.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	5.000.000
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	158.143.000	DEMAIS OBRIGACOES	1.470.000.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	30.000	<i>TRANSFERENCIA DO FAT</i>	180.000.000
<i>DEMAIS OBRIGACOES</i>	158.113.000	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	1.290.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	346.285.000	TOTAL DAS FONTES	1.993.500.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	139.500.000	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-2.672.322
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	90.000	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	151.650.322
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	28.070.000		
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	2.014.000		
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	21.700.000		
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	147.364.000		
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	25.000		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	147.339.000		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	7.547.000		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	622.578.000		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	1.519.900.000		
TOTAL DOS USOS	2.142.478.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.142.478.000

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZONIA S.A. - BASA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	147.578.694	RECEITA	1.626.149.088
<i>INVESTIMENTOS</i>	50.458.087	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	1.622.316.809
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	54.056.315	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	3.832.279
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	54.056.315	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	1.458.240.000
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	43.064.292	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	669.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.300.280.842	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	669.000.000
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	236.498.638	DEMAIS OBRIGACOES	1.521.497.831
<i>LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS</i>	818.455	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	1.159.506.870
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	202.709.908	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	361.990.961
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	44.344.660	TOTAL DAS FONTES	5.274.886.919
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	148.551.255	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-950.632.400
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	272.015.612	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	34.948.278
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	38.725.158		
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	32.236.814		
<i>DEPOSITOS</i>	201.053.640		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	395.342.314		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.447.859.536		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	2.911.343.261		
TOTAL DOS USOS	4.359.202.797	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.359.202.797

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	351.565.070	RECEITA	3.664.042.025
<i>INVESTIMENTOS</i>	63.146.493	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	3.660.332.323
<i>INVERSOES FINANCEIRAS</i>	160.000	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	3.709.702
<i>AMORTIZACOES PRINCIPAL</i>	210.423.077	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	4.217.314.400
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	135.106.070	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	2.222.551.670
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	75.088.007	<i>OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA</i>	1.620.000.000
<i>OPERACOES RES. 63</i>	229.000	<i>OPER.CRED. EXTERNAS</i>	144.551.670
<i>OUTROS DISP. DE CAPITAL</i>	77.835.500	<i>OPER. RESOLUCAO 63</i>	458.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.003.530.568	DEMAIS OBRIGACOES	473.090.526
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	601.107.615	<i>DEPOSITOS A VISTA</i>	7.000.000
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	485.887.975	<i>DEPOSITOS A PRAZO</i>	366.090.526
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	52.835.919	<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	100.000.000
<i>TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS</i>	323.425.471	TOTAL DAS FONTES	10.576.998.621
<i>ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS</i>	688.166.727	<i>VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO</i>	-24.640.000
<i>OPERACOES INTERNAS</i>	38.209.629	<i>OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS</i>	-1.259.441.864
<i>OPERACOES EXTERNAS</i>	25.001.686	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	-6.946.957
<i>OPERACOES RESOLUCAO 63</i>	53.952		
<i>DEPOSITOS</i>	279.455.850		
<i>VARIACAO CAMBIAL</i>	49.525.512		
<i>OUTRAS OBRIGACOES</i>	295.920.098		
<i>DEMAIS DISP. CORRENTES</i>	852.106.861		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	3.355.095.638		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	5.930.874.162		
TOTAL DOS USOS	9.285.969.800	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	9.285.969.800

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, AN 1, inciso VI

25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	182.777.565	RECEITA	4.213.423.589
INVESTIMENTOS	29.551.976	RECEITA OPERACIONAL	4.144.279.159
INVERSOES FINANCEIRAS	15.290.964	RECEITA NAO OPERACIONAL	69.144.430
OUTROS DISP. DE CAPITAL	137.934.625	TOTAL DAS FONTES	4.213.423.589
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.906.750.498	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	150.738.440
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.459.495	VARIACAO DO DISPONIVEL	-274.633.966
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	294.518		
SERVICOS DE TERCEIROS	76.875.639		
UTILIDADES E SERVICOS	2.344.915		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	218.809.241		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.012.502		
OUTRAS OBRIGACOES	2.012.502		
DEMAIS DISP. CORRENTES	3.503.954.188		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	4.089.528.063		
TOTAL DOS USOS	4.089.528.063	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.089.528.063

25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.938.023.033	RECEITA	44.572.450.281
INVESTIMENTOS	1.096.491.197	RECEITA OPERACIONAL	44.239.039.742
AMORTIZACOES PRINCIPAL	4.185.739	RECEITA NAO OPERACIONAL	333.410.539
OPERACOES EXTERNAS	4.185.739	DEMAIS OBRIGACOES	24.337.608.109
OUTROS DISP. DE CAPITAL	837.346.097	DEPOSITOS A VISTA	1.948.479.996
DISPÊNDIOS CORRENTES	42.772.169.941	DEPOSITOS A PRAZO	22.389.128.113
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.135.793.360	TOTAL DAS FONTES	68.910.058.390
SERVICOS DE TERCEIROS	4.810.669.100	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	14.497.440.257
UTILIDADES E SERVICOS	1.012.020.716	VARIACAO DO DISPONIVEL	-855.779.295
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.405.735.120		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	26.655.609.578		
OPERACOES EXTERNAS	334.203		
DEPOSITOS	10.910.453.638		
OUTRAS OBRIGACOES	15.744.821.737		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.752.342.067		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	44.710.192.974		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	37.841.526.378		
TOTAL DOS USOS	82.551.719.352	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	82.551.719.352

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	24.588.749.586	RECEITA	77.813.706.043
INVESTIMENTOS	2.134.000.000	RECEITA OPERACIONAL	75.604.048.434
AMORTIZACOES PRINCIPAL	20.076.778.362	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.209.657.609
OPERACOES INTERNAS	10.198.724.537	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	1.349.246.680
OPERACOES EXTERNAS	9.878.053.825	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	19.591.815.362
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.377.971.224	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	9.713.761.537
DISPÊNDIOS CORRENTES	54.865.676.810	OPER.CRED. EXTERNAS	9.878.053.825
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.828.434.432	DEMAIS OBRIGACOES	62.043.238.160
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	214.625.821	DEPOSITOS A VISTA	10.429.562.966
SERVICOS DE TERCEIROS	5.913.181.828	DEPOSITOS A PRAZO	46.821.856.697

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

UTILIDADES E SERVICOS	1.094.138.530	OUTRAS OBRIGACOES	4.791.818.497
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	5.902.378.364	TOTAL DAS FONTES	160.798.006.245
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	26.844.155.409	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-37.674.674.517
OPERACOES INTERNAS	816.374.932	VARIACAO DO DISPONIVEL	-422.734.355
OPERACOES EXTERNAS	75.957.358		
DEPOSITOS	18.607.138.354		
OUTRAS OBRIGACOES	7.344.684.765		
DEMAIS DISP. CORRENTES	7.068.762.426		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	79.454.426.396		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	43.246.170.977		
TOTAL DOS USOS	122.700.597.373	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	122.700.597.373

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.177.615.286	RECEITA	1.580.965.665
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.177.615.286	RECEITA OPERACIONAL	1.580.965.665
DISPENDIOS CORRENTES	341.370.627	TOTAL DAS FONTES	1.580.965.665
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.660.223	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-54.553.018
SERVICOS DE TERCEIROS	20.698.894	VARIACAO DO DISPONIVEL	-7.426.734
UTILIDADES E SERVICOS	2.184.636		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	19.494.847		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	234.698.070		
OUTRAS OBRIGACOES	234.698.070		
DEMAIS DISP. CORRENTES	38.633.957		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.518.985.913		
TOTAL DOS USOS	1.518.985.913	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.518.985.913

25236 BB ADMINISTRACAO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BB DTVM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	464.534.425	RECEITA	961.826.425
OUTROS DISP. DE CAPITAL	464.534.425	RECEITA OPERACIONAL	961.826.425
DISPENDIOS CORRENTES	497.292.000	TOTAL DAS FONTES	961.826.425
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.339.440	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-9.337.229
SERVICOS DE TERCEIROS	32.870.015	VARIACAO DO DISPONIVEL	9.337.229
UTILIDADES E SERVICOS	6.203.942		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	372.296.333		
DEMAIS DISP. CORRENTES	40.582.270		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	961.826.425		
TOTAL DOS USOS	961.826.425	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	961.826.425

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.151.657.102	RECEITA	535.839.471
INVESTIMENTOS	3.090.104.020	RECEITA OPERACIONAL	534.791.351
AMORTIZACOES PRINCIPAL	12.186.815	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.048.120
OPERACOES INTERNAS	12.186.815	RETORNO DE OPER. DE CREDITO	1.636.107.388
OUTROS DISP. DE CAPITAL	49.366.267	TOTAL DAS FONTES	2.171.946.859
DISPENDIOS CORRENTES	483.874.980	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	1.464.814.333
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.823.718	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.229.110
SERVICOS DE TERCEIROS	4.495.303		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	52.738.740		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	346.575.325		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

OPERACOES INTERNAS	8.130.067		
DEPOSITOS	338.445.258		
DEMAIS DISP. CORRENTES	78.241.894		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	3.635.532.082		
TOTAL DOS USOS	3.635.532.082	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.635.532.082

25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	431.299	RECEITA	5.228.936
SERVICOS DE TERCEIROS	431.299	RECEITA OPERACIONAL	5.228.936
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	431.299	TOTAL DAS FONTES	5.228.936
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-4.409.975
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-387.662
TOTAL DOS USOS	431.299	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	431.299

25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	29.842.332	RECEITA	274.755.650
SERVICOS DE TERCEIROS	29.842.332	RECEITA OPERACIONAL	274.755.650
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	29.842.332	TOTAL DAS FONTES	274.755.650
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-223.035.232
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-21.878.086
TOTAL DOS USOS	29.842.332	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	29.842.332

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BESCVAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	47.735	RECEITA	882.255
OUTROS DISP. DE CAPITAL	47.735	RECEITA OPERACIONAL	882.255
DISPENDIOS CORRENTES	599.386	TOTAL DAS FONTES	882.255
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.180	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-261.258
SERVICOS DE TERCEIROS	68.622	VARIACAO DO DISPONIVEL	26.124
UTILIDADES E SERVICOS	23.657		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	186.820		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.248		
OUTRAS OBRIGACOES	2.248		
DEMAIS DISP. CORRENTES	295.859		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	647.121		
TOTAL DOS USOS	647.121	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	647.121

25273 BESC FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - BESCREDI

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	627.732	RECEITA	3.822.772
OUTROS DISP. DE CAPITAL	627.732	RECEITA OPERACIONAL	3.821.373
DISPENDIOS CORRENTES	5.111.372	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.399
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	924.571	TOTAL DAS FONTES	3.822.772
SERVICOS DE TERCEIROS	696.402	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	5.754.051
UTILIDADES E SERVICOS	7.519	VARIACAO DO DISPONIVEL	-27.817
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	977.578		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	113.522		
DEPOSITOS	10.490		
OUTRAS OBRIGACOES	103.032		
DEMAIS DISP. CORRENTES	2.391.780		

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	5.739.104		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	3.809.902		
TOTAL DOS USOS	9.549.006	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	9.549.006

25274 BESC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL - BESC LEASING

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	516.558	RECEITA	1.847.633
OUTROS DISP. DE CAPITAL	516.558	RECEITA OPERACIONAL	1.847.633
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.179.481	TOTAL DAS FONTES	1.847.633
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.794	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-812.678
SERVICOS DE TERCEIROS	174.637	VARIACAO DO DISPONIVEL	661.084
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	404.784		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	94.826		
OUTRAS OBRIGACOES	94.826		
DEMAIS DISP. CORRENTES	432.440		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	1.696.039		
TOTAL DOS USOS	1.696.039	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.696.039

25279 BB BANCO POPULAR DO BRASIL S.A. - BPB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	69.582.600	RECEITA	79.449.938
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.400.892	RECEITA OPERACIONAL	79.449.938
SERVICOS DE TERCEIROS	31.485.221	DEMAIS OBRIGACOES	15.425
UTILIDADES E SERVICOS	9.022.496	DEPOSITOS A VISTA	15.425
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	12.322.213	TOTAL DAS FONTES	79.465.363
DEMAIS DISP. CORRENTES	12.351.778	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	238.020
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	69.582.600	VARIACAO DO DISPONIVEL	-10.686.019
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	-565.236		
TOTAL DOS USOS	69.017.364	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	69.017.364

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A. - BB CONSORCIOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	46.519.958	RECEITA	105.716.707
OUTROS DISP. DE CAPITAL	46.519.958	RECEITA OPERACIONAL	105.716.707
DISPÊNDIOS CORRENTES	52.600.978	TOTAL DAS FONTES	105.716.707
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.349.259	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-6.606.108
SERVICOS DE TERCEIROS	7.677.863	VARIACAO DO DISPONIVEL	10.337
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	41.636.138		
DEMAIS DISP. CORRENTES	937.718		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	99.120.936		
TOTAL DOS USOS	99.120.936	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	99.120.936

25282 BANCO NOSSA CAIXA S.A. - BNC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	100.000.000	RECEITA	10.226.064.871
INVESTIMENTOS	100.000.000	RECEITA OPERACIONAL	10.157.635.516
DISPÊNDIOS CORRENTES	6.531.955.635	RECEITA NAO OPERACIONAL	68.429.355
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.339.577.785	DEMAIS OBRIGACOES	15.535.842.815
SERVICOS DE TERCEIROS	910.536.496	DEPOSITOS A VISTA	600.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	104.126.806	DEPOSITOS A PRAZO	3.706.912.024
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	393.481.994	OUTRAS OBRIGACOES	11.228.930.791
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	3.293.608.878	TOTAL DAS FONTES	25.761.907.686

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, Art. 1º, inciso VI

DEPOSITOS	3.293.608.878	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-16.051.216.751
DEMAIS DISP. CORRENTES	490.623.676	VARIACAO DO DISPONIVEL	-271.607.473
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	6.631.955.635		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	2.807.127.827		
TOTAL DOS USOS	9.439.083.462	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	9.439.083.462

25285 CAIXA PARTICIPACOES S.A. - CAIXAPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.003.799.405	RECEITA	561.698.967
INVERSOES FINANCEIRAS	1.913.682.412	RECEITA OPERACIONAL	548.223.967
OUTROS DISP. DE CAPITAL	90.116.993	RECEITA NAO OPERACIONAL	13.475.000
DISPENDIOS CORRENTES	187.756.012	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	1.500.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.618.944	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	1.500.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	16.445.068	TOTAL DAS FONTES	2.061.698.967
UTILIDADES E SERVICOS	36.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-29.810.465
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	4.200.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	159.666.915
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	162.000.000		
OPERACOES INTERNAS	162.000.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	456.000		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	2.191.555.417		
TOTAL DOS USOS	2.191.555.417	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.191.555.417

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E

FONTES
LDO, AN 1, inciso VI

28000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	84.218.153.400	RECEITA	111.139.591.000
INVESTIMENTOS	225.223.400	RECEITA OPERACIONAL	41.703.670.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	13.751.930.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	69.435.921.000
OPERACOES INTERNAS	104.130.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	15.845.424.000
OPERACOES EXTERNAS	1.390.000.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	15.424.000
DEMAIS OBRIGACOES	12.257.800.000	OPER.CRED. EXTERNAS	10.200.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	70.241.000.000	VARIACAO CAMBIAL	5.630.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	39.882.850.526	DEMAIS OBRIGACOES	123.307.310.200
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	566.494.094	TESOURO	72.110.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	1.928.120	FND	2.132.300.000
SERVICOS DE TERCEIROS	377.888.472	TRANSFERENCIA DO FAT	11.566.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	20.910.391	OUTRAS OBRIGACOES	37.499.010.200
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.920.000.000	TOTAL DAS FONTES	250.292.325.200
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	35.671.700.000	VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO	-890.000.000
OPERACOES INTERNAS	380.100.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-3.933.000.000
OPERACOES EXTERNAS	1.750.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	3.713.268.726
VARIACAO CAMBIAL	5.630.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	27.911.600.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.323.929.449		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	124.101.003.926		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	125.081.590.000		
TOTAL DOS USOS	249.182.593.926	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	249.182.593.926

28235 BNDES PARTICIPACOES S.A. - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	21.183.011.000	RECEITA	9.151.900.000
INVERSOES FINANCEIRAS	12.776.000.000	RECEITA OPERACIONAL	9.115.000.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	1.747.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	36.900.000
OPERACOES INTERNAS	1.747.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	14.409.180.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.660.011.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	14.400.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.563.073.709	VARIACAO CAMBIAL	9.180.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	148.117.521	DEMAIS OBRIGACOES	2.636.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	507.400	TESOURO	321.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	68.220.746	OUTRAS OBRIGACOES	2.315.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	5.502.734	TOTAL DAS FONTES	26.197.080.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	766.800.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.711.000.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	2.481.330.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	260.004.709
OPERACOES INTERNAS	1.410.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	7.070.000		
OUTRAS OBRIGACOES	1.064.260.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	92.595.308		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	24.746.084.709		
TOTAL DOS USOS	24.746.084.709	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	24.746.084.709

28236 AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	5.742.000.000	RECEITA	8.713.642.380

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2010**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E****FONTES**
LDO, AN 1, inciso VI

AMORTIZACOES PRINCIPAL	5.653.000.000	RECEITA OPERACIONAL	8.377.620.000
OPERACOES INTERNAS	5.430.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	336.022.380
DEMAIS OBRIGACOES	223.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	25.792.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	89.000.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	24.840.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	8.819.538.668	VARIACAO CAMBIAL	952.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.015.205	DEMAIS OBRIGACOES	333.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	101.480	TESOURO	333.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	16.845.134	TOTAL DAS FONTES	34.838.642.380
UTILIDADES E SERVICOS	1.100.547	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	253.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	227.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	581.296.288
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	8.514.122.000		
OPERACOES INTERNAS	4.090.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	776.632.000		
OUTRAS OBRIGACOES	3.647.490.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	30.354.302		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	14.561.538.668		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	21.111.400.000		
TOTAL DOS USOS	35.672.938.668	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	35.672.938.668

